

ALEXSANDRE LIRA CAVALCANTE

**O IMPACTO DA ABERTURA COMERCIAL SOBRE A
COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA TÊXTIL DA REGIÃO
NORDESTE**

FORTALEZA – CEARÁ

2002

ALEXSANDRE LIRA CAVALCANTE

**O IMPACTO DA ABERTURA COMERCIAL SOBRE A
COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA TÊXTIL DA
REGIÃO NORDESTE**

Dissertação de mestrado apresentada
ao Curso de Pós-graduação em
Economia da Universidade Federal do
Ceará – CAEN/UFC, como requisito
parcial para obtenção do título de
mestre em economia (M.Sc.)

Área de Concentração: Teoria
Econômica

Orientadora: **Profa. Dra. Maria Cristina Pereira de Melo**

FORTALEZA – CEARÁ

2002

Esta dissertação foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre em economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca do curso de mestrado em economia da referida universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que seja feita em conformidade com as normas científicas.

Alexandre Lira Cavalcante.

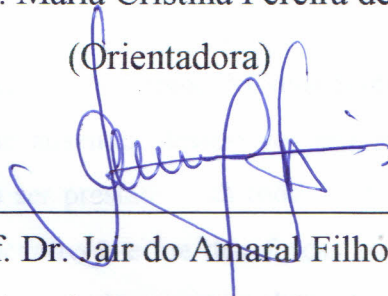
Alexsandre Lira Cavalcante

Dissertação aprovada em: 21 de novembro de 2002.

Maria Cristina Pereira de Melo

Prof^ª. Dra. Maria Cristina Pereira de Melo

(Orientadora)



Prof. Dr. Jair do Amaral Filho

(Membro da Banca Examinadora)

Maria Goreti Serpa Braga

Prof^ª. Dra. Maria Goreti Serpa Braga

(Membro da Banca Examinadora)

Agradecimentos

Tentarei agradecer agora de maneira sucinta o apoio que tive na execução deste importante trabalho.

Início pela minha orientadora, professora Maria Cristina Pereira de Melo, por transmitir seus conhecimentos, por sua paciência ilimitada em me atender sempre e por ter acreditado na viabilidade deste trabalho.

Do CAEN quero agradecer também aos professores, pela ajuda e incentivos dados, pelo atendimento sempre atencioso que recebi nas inúmeras vezes que fui à diretoria e a secretaria desta instituição.

Um agradecimento muito especial ao meu Deus, pela coragem, força e fé que ele sempre me deu durante toda minha caminhada.

A minha família, desejo começar agradecendo a meus pais, Deusimar e Helda, pelo valor que deram à educação de seus filhos, e por estarem sempre presentes me ensinando como a vida é valiosa e como devemos aproveitar a cada momento, pois o que importam são os momentos de felicidade e alegria. Agradeço, de forma muito especial, aos meus dois irmãos, pelo apoio e amizade que eles tem por mim.

Finalmente, agradeço ao meu grande amor, Mônica Sinthya, que teve toda paciência, durante todas as horas em que me ausentei, devido aos momentos que tive que estudar e trabalhar e que não se recusou em ser prestativa em todas as horas que dela precisei, e com seu jeito, sempre brilhante, me incentivou e me deu forças para perseverar ao longo desta jornada. Sou muito grato a tudo isso e tenho a certeza de que uma parte deste trabalho é dela.

	Página
RESUMO	7
LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS	9
LISTA DE TABELAS	10
INTRODUÇÃO	16
1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	20
1.1. Concepção Geral de Competitividade	20
1.2. Conceito de Competitividade Adotado na Análise	25
1.3. Apresentação dos Indicadores	28
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO COMPLEXO TÊXTIL BRASILEIRO E NORDESTINO	31
2.1. Definição de Complexo Têxtil	31
2.1.1. Normas de produção	34
2.2. Evolução Histórica do Complexo Têxtil Nacional e Regional	42
2.2.1. Da Implantação aos anos 60	42
2.2.2. Décadas de 70 e 80	51
2.2.2.1. Análise comparada dos principais indicadores da indústria têxtil nos anos 70 e 80	55
3. INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL PÓS-ABERTURA COMERCIAL	60
3.1. Pré-condições para a Abertura Comercial	60
3.2. Panorama Econômico Geral	64
3.3. O Segmento de Fiação no Brasil nos Anos 90	84
3.3.1. Produção de fios	84
3.3.2. Comércio exterior de fios	93
3.3.3. Comparação de custos no segmento de fiação	97
3.4. Os Segmentos de Tecelagem e Malharia no Brasil nos Anos 90	98

3.4.1. Produção de tecidos e malhas	98
3.4.2. Comércio exterior de tecidos e malhas	109
3.4.3. Consumo de tecidos e malhas	121
4. A INDÚSTRIA TÊXTIL NA REGIÃO NORDESTE: Uma análise Comparada dos Indicadores de Competitividade Revelada	123
4.1. Indicadores de Desempenho da Indústria Têxtil Nordestina nos Anos 90	123
4.2. Indicadores de Competitividade Revelada	131
4.2.1. Comércio exterior global	133
4.2.2. Comércio exterior da indústria têxtil	136
4.2.3. Indicadores de competitividade revelada: análise comparativa	141
CONCLUSÃO	161
ANEXO	174
BIBLIOGRAFIA	183

RESUMO

Este trabalho analisou a competitividade da indústria têxtil da Região Nordeste do Brasil no período pós-abertura comercial. De início, utilizamos como critério de análise da competitividade, alguns indicadores de eficiência e de desempenho dos principais segmentos que compõem a indústria têxtil nacional e nordestina, ou seja; a fiação, a tecelagem e a malharia, para depois analisarmos o desempenho revelado pela indústria têxtil nordestina no comércio exterior. Para esta análise, utilizamos alguns indicadores de desempenho, relacionados à idéia presente no conceito de competitividade revelada, para um grupo selecionado de produtos da indústria têxtil da Região Nordeste. Trabalhamos então, com dados de exportação e importação para o Brasil, para o Nordeste e para o Estado do Ceará, além dos dados de exportação e importação para esse grupo de produtos que compõem a indústria têxtil de cada Região, no período pós-abertura comercial, ou seja, os anos de 1990 a 2001, ao qual fizemos uma análise do desempenho mais recente deste grupo de produtos. Para selecionarmos esse grupo, utilizamos a classificação prevista pela Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (Grupos de Produtos e Capítulos NBM) que vigorou até 1996 e pela Nomenclatura Comum do Mercosul (Grupos de Produtos e Capítulos NCM) em vigor a partir de 1997. Apresentamos então, um quadro geral do comportamento desse grupo de produtos no comércio exterior, no período considerado, que se refletiu no grau de competitividade da indústria têxtil nordestina e cearense em particular, através da análise dos seguintes indicadores para esse grupo de produtos em conjunto: Participação do saldo da balança comercial no volume total do comércio exterior da indústria i da região j , no período t (**PSBC**), Participação das exportações da indústria i da região j , na pauta de exportações da região j , no período t (**DS $_{xijt}$**), Variação do índice de valor das exportações da indústria i da região j , no período t (**VI $_{xijt}$**), Coeficiente de especialização relativa nas exportações da indústria i no que se refere às exportações da região j com relação à região h , no período t (**CSR $_{xijt}$**), Taxa de cobertura das importações da indústria i da região j com relação à indústria i da região h , no período t (**TC $_{ijt}$**), e a Contribuição dos segmentos j ao saldo da balança comercial da indústria i da região h , no período t (**CS $_{jih}$**). Dos segmentos analisados, o que mais se destacou foi **fiação e tecelagem a partir de fibras de Algodão (52)**.

ABSTRACT

This work analyzed the competitiveness of the textile industry of the Northeast Area of Brazil in the period commercial powder-opening. At the beginning, we used as criterion of analysis of the competitiveness, some efficiency indicators and of acting of the principal segments that compose the national textile industry, that is, the spinning, the weaving and the mill, for later we analyze the acting revealed by the Northeastern textile industry in the external trade. For this analysis, we used some acting indicators, related to the present idea in the concept of revealed competitiveness, for a selected group of products of the textile industry of the Northeast Area. We worked then, with export data and import to Brazil, for the Northeast and for the State of Ceará, besides the export data and import for that group of products that you/they compose the textile industry of each Area, in the period commercial powder-opening, in other words, the years from 1990 to 2001, to which we made an analysis of the most recent acting of this group of products. For us to select that group, we used the classification foreseen by the Brazilian Nomenclature of Goods (Groups of Products and Capítulos NBM) that invigorated until 1996 and the Nomenclature Common of Mercosul (Groups of Products and Capítulos NCM) in vigor starting from 1997. We presented then, a general picture of the behavior of that group of products in the external trade, in the considered period, that he/she was reflected in the degree of competitiveness of the Northeastern and from Ceará textile industry in matter, through the analysis of the following indicators for that group of products together: Participation of the balance of the trade balance in the total volume of the external trade of the industry i of the area j , in the period t (**PSBC**), Participation of the exports of the industry i of the area j , in the line of exports of the area j , in the period t (**DS x_{ijt}**), Variation of the index of value of the exports of the industry i of the area j , in the period t (**V I_{xijt}**), Coefficient of relative specialization in the exports of the industry i in what refers to the exports of the area j with relationship to the area h , in the period t (**CS R_{xijt}**), Rate of covering of the imports of the industry i of the area j with relationship to the industry i of the area h , in the period t (**TC ij t**), and the Contribution of the segment j to the balance of the trade balance of the industry i of the area h , in the period t (**CS j ih t**). Of the analyzed segments, which more she highlighted it was **spinning and weaving starting from fibers of Cotton (52)**.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO 1: Cadeia Produtiva Têxtil	32
GRÁFICO 1: Balança Comercial Brasileira (em US\$ milhões)	67
GRÁFICO 2: Balança Comercial de Produtos Têxteis 1975-2000 (em US\$ mil)	69
GRÁFICO 3: Investimentos Anual em Máquinas Têxteis e Confeccionistas (em US\$ milhões)	73
GRÁFICO 4: Distribuição da Produção Física de Fios (Algodão e Sintéticos) entre os 10 maiores Produtores – 1995	85
GRÁFICO 5: Distribuição da Produção de Fios de Algodão entre os 10 Maiores Produtores Mundiais – 1995	86
GRÁFICO 6: Idade Média dos Teares Utilizados na Tecelagem Plano (em anos)	105
GRÁFICO 7: Idade Média das Máquinas do Segmento de Malharia (em anos)	107
GRÁFICO 8: Evolução das Importações de Teares - 1989-96	109
GRÁFICO 9: Balança Comercial Brasileira 1990-2001 (em US\$)	134
GRÁFICO 10: Balança Comercial Nordestina 1990-2001 (em US\$)	135
GRÁFICO 11: Balança Comercial Cearense 1990-2001 (em US\$)	136
GRÁFICO 12: Balança Comercial Têxtil Brasileira 1990-2001 (em US\$)	137
GRÁFICO 13: Balança Comercial Têxtil Nordestina 1990-2001 (em US\$)	141
GRÁFICO 14: Balança Comercial Têxtil Cearense 1990-2001 (em US\$)	141

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Participação da Indústria Têxtil do Nordeste em Relação à Indústria Têxtil do País (1939-1966) (em %)	47
TABELA 2: Participação da Indústria Têxtil do Nordeste no Total da Indústria de Transformação (1949/1959) (em %).....	48
TABELA 3: Participação Relativa da Indústria Têxtil do Nordeste na Indústria de Transformação da Região e na Indústria Têxtil do Brasil (1959/1969/1972) (em %)	50
TABELA 4: Indicadores da Indústria Têxtil Brasileira (1970/1985)	51
TABELA 5: Indicadores da Indústria Têxtil Nordestina (1970/1985)	51
TABELA 6: Participação Relativa da Indústria Têxtil do Nordeste na Indústria Têxtil do Brasil (1970 - 1985) (em %)	52
TABELA 7: Indicadores da Indústria Têxtil Cearense (1970/1985)	53
TABELA 8: Participação Relativa da Indústria Têxtil Cearense na Indústria de Transformação do Estado do Ceará (1970-1985) (em %)	53
TABELA 9: Participação Relativa da Indústria Têxtil Cearense na Indústria Têxtil do Nordeste (1970-1985) (em %)	54
TABELA 10: Participação Relativa da Indústria Têxtil Cearense na Indústria Têxtil do Brasil (1970-1985) (em %)	54
TABELA 11: FINOR Liberado para a Indústria Têxtil (1970-1988)	54
TABELA 12: Salário Médio da Indústria Têxtil do Brasil e do Ceará (1970-1985)	57
TABELA 13: Tamanho da Indústria Têxtil do Brasil e do Ceará (1970-1985)	57
TABELA 14: Parcela Salarial da Indústria Têxtil do Brasil e do Ceará (1970-1985) (em %) ...	58
TABELA 15: Índices de Inflação no Brasil (em %)	64
TABELA 16: Taxas de Câmbio	65
TABELA 17: PIB do Brasil 1994-jan/jun 2000	65
TABELA 18: Reservas internacionais	66
TABELA 19: Principais Indicadores do Desempenho da Indústria Têxtil Nacional: 1990/98 ..	70
TABELA 20: Produção Segundo a Natureza das Fibras (em 1999)	70
TABELA 21: Formação dos Custos nas Indústrias Têxteis (em 1999)	71
TABELA 22: Distribuição das Indústrias por Região (Dados de 1999)	71
TABELA 23: Investimentos no Setor Têxtil	72

TABELA 24: Cadeia Têxtil e de Vestuário: Investimentos programados (em US\$ milhões)	73
TABELA 25: Importações de Máquinas por País de Origem – 1998	74
TABELA 26: Países de Origem das Importações de Máquinas Têxteis	75
TABELA 27: Alíquotas de Importação Incidentes sobre Máquinas e Equipamentos – TEC (2000/2001)	75
TABELA 28: Alíquotas de Importação Incidentes sobre Produtos Têxteis e Confeccionados – TEC (2000/2001)	76
TABELA 29: Brasil: Produção de Fibras Naturais, Artificiais e Sintéticas e Filamentos – 1990 a 2000 (em 1.000 toneladas)	76
TABELA 30: Brasil: Consumo Industrial de Fibras e Filamentos – 1990 a 2000 (em 1.000 toneladas)	77
TABELA 31: Brasil: Produção de Algodão em Pluma por Estado/Região - 1990 a 2001 (em 1.000 toneladas)	78
TABELA 32: Demanda Mundial de Fibras Têxteis - 1995 a 2000 (em 1.000 toneladas)	78
TABELA 33: Brasil: Balança Comercial da Indústria Têxtil: 1975/2000 (em US\$ milhões)	80
TABELA 34: Brasil - Comércio Exterior de Produtos Têxteis por Regiões - 1999 e 2000	82
TABELA 35: Balança Comercial Têxtil do Mercosul - 1996 a 2000 (em US\$ 1.000 FOB)	83
TABELA 36: Destino das Exportações e Origem das Importações Brasileiras de Produtos Têxteis em Geral – 1999	83
TABELA 37: Destino das Exportações e Origem das Importações Brasileiras de Produtos Têxteis em Geral – 2000	83
TABELA 38: Volume da Produção de Fios segundo sua Natureza – 1990/95 (em mil t)	87
TABELA 39: Valor da Produção de Fios segundo sua Natureza – 1990/95 (em US\$ milhões)	87
TABELA 40: Evolução dos Preços Médios da Fiação (Exclusive Impostos) – 1990/95 (em US\$/kg)	88
TABELA 41: Indústrias de Fiação por Região – 1990/95	89
TABELA 42: Número de Fusos e Rotores por Região – 1990/95 (em Mil Unidades)	90
TABELA 43: Parque Nacional de Máquinas Instalado na Fiação – 1990/95 (em Unidades)	91
TABELA 44: Distribuição dos Fusos – segundo a Idade das Máquinas (em %)	91
TABELA 45: Distribuição dos Rotores – segundo a Idade das Máquinas (em %)	92
TABELA 46: Mão-de-obra Empregada na Fiação por Função – 1990/95	92

TABELA 47: Brasil: Volume da Exportação e Importação de Fios – 1990/2000 (em ton)	94
TABELA 48: Brasil: Valor da Exportação e Importação de Fios – 1990/2000 (em US\$ mil/FOB)	94
TABELA 49: Brasil: Importação de Fios – 1990/96 (em Kg)	96
TABELA 50: Comparativo dos Custos de Produção nos Filatórios a Anel – Países Seleccionados (Em Percentagem)	97
TABELA 51: Comparativo dos Custos de Produção nos Filatórios open-end – Países Seleccionados (Em Percentagem)	98
TABELA 52: Produção Mundial de Tecidos Planos e de Malha: Países Seleccionados – 1996 (em Toneladas Métricas)	99
TABELA 53: Brasil - Volume e Valor da Produção da Tecelagem e Malharia: 1990-1996	100
TABELA 54: Indústrias Têxteis por Área de Atuação – 1990/97	101
TABELA 55: Número de empregados nas fábricas (1990-1997)	101
TABELA 56: Capacidade Instalada por Tipo de Teares para Tecidos planos – 1996	103
TABELA 57: Evolução da Capacidade Instalada de Máquinas na Tecelagem e na Malharia – 1990/96 (em Unidades)	104
TABELA 58: Distribuição dos Teares COM Lançadeira – segundo a Idade das Máquinas (em %)	106
TABELA 59: Distribuição dos Teares SEM Lançadeira – segundo a Idade das Máquinas (em %)	106
TABELA 60: Distribuição dos Teares Circulares – segundo a Idade das Máquinas (em %) ...	107
TABELA 61: Distribuição dos Teares Retilíneos – segundo a Idade das Máquinas (em %) ...	108
TABELA 62: Exportadores mundiais de tecidos planos e malha – 1996(em US\$ milhões)	110
TABELA 63: Brasil: Exportações de Tecidos em Valor - 1992/97 (em US\$ mil)	110
TABELA 64: Brasil: Volume da Exportação e Importação de Tecidos Planos – 1990/2000 (em ton)	111
TABELA 65: Brasil: Valor da Exportação e Importação de Tecidos Planos – 1990/2000 (em US\$ mil/FOB)	111
TABELA 66: Principais Tecidos Planos Exportados pelo Brasil – 1990/97 (em US\$ milhões FOB)	112

TABELA 67: Brasil: Volume da Exportação e Importação de Malhas – 1990/2000 (em ton)	113
TABELA 68: Brasil: Valor da Exportação e Importação de Malhas – 1990/2000 (em US\$ mil/FOB)	113
TABELA 69: Acordo BRASIL/EUA - QUOTAS - 1996 a 2001	114
TABELA 70: Acordo BRASIL/EUA – Nível de Utilização das QUOTAS - 1996 a 2001 (em %)	115
TABELA 71: Acordo BRASIL/UNIÃO EUROPÉIA - QUOTAS - 1995 a 2001	115
TABELA 72: Acordo BRASIL/UNIÃO EUROPÉIA – Nível de Utilização das QUOTAS - 1995 a 2001 (em %)	116
TABELA 73: Principais Importadores Mundiais de Tecidos Planos e Malhas – 1995/96 (em US\$ milhões)	116
TABELA 74: Importações Brasileiras de Tecidos Planos e de Malhas em Valor – 1991/97 (em US\$ mil)	117
TABELA 75: Brasil: Importação de Tecidos Planos – 1990/96 (em Kg)	119
TABELA 76: Canais de Distribuição das Tecelagens e Malharias – 1996 (em %)	122
TABELA 77: Indústria Têxtil – Produção Relativa. ANOS: 1985, 1990, 1997 (em %)	124
TABELA 78: Principais Indicadores da Indústria Têxtil. Participação Relativa dos Estados do Nordeste – 1985	125
TABELA 79: Indústria Têxtil – Produtividade Relativa. ANOS: 1985, 1990, 1997 (em %) ...	125
TABELA 80: Evolução do Número de Empresas Segundo os Estados do Nordeste e Algumas Regiões do Brasil. Período: 1990/96	127
TABELA 81: Evolução do Número de Empregados nas Indústrias Têxteis Segundo os Estados do Nordeste e Algumas Regiões do Brasil Período: 1990/96	128
TABELA 82: Liberações FINOR para a Indústria Têxtil - 1970/95 (em US\$ mil)	128
TABELA 83: Liberações FINOR para a Indústria Têxtil Participação Relativa aos Estados Período: 1970/95	129
TABELA 84: NORDESTE - Composição das Exportações de Produtos Têxteis - 1996/98 (em US\$ FOB)	129
TABELA 85: Participação dos Estados do Nordeste nas Exportações de Produtos Têxteis Período: 1996/98 (em US\$ FOB)	130

TABELA 86: Evolução dos Desembolsos do Sistema BNDES a Cadeia Têxtil por Regiões - 1990 a 2000 (em US\$ milhões)	130
TABELA 87: Grupo de Produtos e Capítulos NBM/NCM Selecionados para Pesquisa	132
TABELA 88: Balança Comercial Brasileira (em US\$ FOB)	176
TABELA 89: Balança Comercial Nordestina (em US\$ FOB)	176
TABELA 90: Balança Comercial Cearense (em US\$ FOB)	176
TABELA 91: Balança Comercial Brasileira de Têxteis (em US\$ FOB)	177
TABELA 92: Balança Comercial Nordestina de Têxteis (em US\$ FOB)	177
TABELA 93: Balança Comercial Cearense de Têxteis (em US\$ FOB)	178
TABELA 94: Participação do Saldo da Balança Comercial no Volume Total do Comércio Exterior da Indústria Têxtil (PSBC)	142
TABELA 95: Participação da Indústria Têxtil da Região j na Pauta de Exportação da Mesma Região (DSxijt)	144
TABELA 96: Variação do Índice de Valor das Exportações e das Importações (Vixijt)	145
TABELA 97: Coeficiente de Especialização Relativa da Indústria Têxtil (CSRxijt)	146
TABELA 98: Taxa de Cobertura das Importações da Indústria Têxtil (TCijt)	148
TABELA 99: Contribuição ao Saldo da Balança Comercial Têxtil Brasileira (CSBC BR).....	149
TABELA 100: Contribuição ao Saldo da Balança Comercial Têxtil Nordestina (CSBC NE)..	150
TABELA 101: Contribuição ao Saldo da Balança Comercial Têxtil Cearense (CSBC CE) ...	150
TABELA 102: Valor das Exportações Têxteis Brasileiras por Capítulo 1990-2001 (em US\$ FOB)	151
TABELA 103: Valor das Exportações Têxteis da Região Nordeste por Capítulo 1990-2001 (em US\$ FOB)	152
TABELA 104: Valor das Exportações Têxteis do Estado do Ceará por Capítulo 1990-2001 (em US\$ FOB)	153
TABELA 105: Valor das Exportações Têxteis do Estado de São Paulo por Capítulo 1990-2001 (em US\$ FOB)	153
TABELA 106: Detalhamento das Exportações Cearenses do Capítulo (52) 5205.11.00 – 5212.25.00 (2001/NCM)	154
TABELA 107: Detalhamento das Exportações de São Paulo do Capítulo (52) 5205.11.00 – 5212.25.00 (2001/NCM)	155

TABELA 108: Destino das Exportações dos Cinco Principais Produtos do Capítulo (52) da Indústria Têxtil do Estado do Ceará (em 2001)	156
TABELA 109: Destino das Exportações dos Produtos Selecionados do Capítulo (52) da Indústria Têxtil do Estado de São Paulo (em 2001)	156
TABELA 110: Comparação dos Destinos das Exportações do Principal Produto Exportado do Capítulo (52) por Países da ALADI ¹ – 2001	158
TABELA 111: Comparação dos Destinos das Exportações do Principal Produto Exportado do Capítulo (52) por Países do MERCOSUL – 2001	158
TABELA 112: Comparação dos Destinos das Exportações do Principal Produto Exportado do Capítulo (52) por Países da UNIÃO EUROPÉIA – 2001	159
TABELA 113: Comparação dos Destinos das Exportações do Principal Produto Exportado do Capítulo (52) da Indústria Têxtil Cearense por Região – 2002 ¹	160
TABELA 114: Comparação dos Destinos das Exportações do Principal Produto Exportado do Capítulo (52) da Indústria Têxtil do Estado de São Paulo por Região – 2002 ¹	160
TABELA 115: CAPÍTULO (52) Algodão	178
TABELA 116: CAPÍTULO (54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais	179
TABELA 117: CAPÍTULO (55) Fibras Sintéticas ou Artificiais, Descontínuas	179
TABELA 118: CAPÍTULO (60) Tecidos de Malha	180
TABELA 119: Histórico das Taxas de Juros Fixadas pelo COPOM e Evolução da Taxa SELIC	181

INTRODUÇÃO

A indústria têxtil é uma das indústrias mais tradicionais e importantes da economia nordestina, pois ela fez parte do contexto do desenvolvimento histórico dessa região, à medida que o algodão, sua principal matéria-prima, foi uma das atividades produtivas mais representativas da região no passado, especialmente no Estado do Ceará, onde o mesmo ganhou o nome de “ouro branco”.

A indústria têxtil dos países desenvolvidos vem passando por um processo de reestruturação produtiva baseado na crescente automação do processo produtivo para reduzir o conteúdo de trabalho nos produtos têxteis, com vistas a se defenderem da inserção dos países emergentes no mercado mundial de têxteis.

A partir das transformações que vem passando a economia mundial e nacional, ocasionadas pelos movimentos de globalização e abertura comercial na década de 90, observamos mudanças significativas no perfil empresarial e setorial, na tentativa de atingir níveis satisfatórios de competitividade em escala internacional.

A nova postura requerida, pós-abertura comercial, representou uma mudança relativa ainda maior no caso das indústrias brasileiras por terem amadurecido em um período cujo modelo de desenvolvimento estava centrado na substituição de importações¹, que possuía claras tendências concentradoras e protecionistas como verificado até a década de oitenta. Dessa forma, a economia brasileira surgiu, em uma nova fase, caracterizada principalmente por uma maior estabilidade de preços e abertura da economia, permitindo o desenvolvimento de um ambiente de maior competição empresarial.

Nessas condições, os setores que, apesar do baixo nível de eficiência, tiveram alguma rentabilidade na década de oitenta, tiveram que passar por um forte processo de reestruturação produtiva, via modernização tecnológica do parque de máquinas e adoção de técnicas de gerenciamento e organização mais modernas, cujo impacto final foi a sobrevivência ou a saída

¹ Modelo de substituição de importações é um modelo de desenvolvimento que tem por objetivo produzir internamente o que antes era importado com o intuito de mudar o pólo de crescimento da agricultura para a indústria (ver Pereira, 1981).

do mercado. A indústria têxtil é um desses setores, sobretudo por representar uma das atividades que mais sentiu o processo de abertura da economia à concorrência internacional, obrigando-se a proceder ajustes rigorosos, tanto em nível de modernização do seu parque industrial quanto na mudança das técnicas adotadas de organização e gestão do processo produtivo, ainda em andamento, que lhe permitisse enfrentar a competição externa, principalmente dos tigres asiáticos.

Para avaliarmos melhor a necessidade deste ajuste, o setor têxtil, protegido no modelo via substituição de importações e de ajustamento externo da economia brasileira com alíquotas médias de até 199%, passou, a partir de 1990, a competir com produtos importados cujas alíquotas foram reduzidas para 20%, no caso das fibras, fios e tecidos; 30%, para as confecções; e 50%, para os tecidos especiais (ver ABIT, 1998). Um dos resultados imediatos do processo de ajustamento à nova ordem econômica vivida pela economia brasileira, sobretudo através da modernização tecnológica das empresas, tem-se refletido na redução do nível de emprego no setor como um todo, pois as novas tecnologias são poupadoras de trabalho. Entre 1990 e 1998, a redução do nível de emprego na indústria têxtil² foi da ordem de 63,5% (ver PRADO, 1999).

O aumento da concorrência provocada pela abertura do mercado brasileiro, também, teve impacto sobre o número de fábricas têxteis com redução de 28% no período 1990/98. A indústria têxtil brasileira vem passando por um amplo processo de reestruturação produtiva, modernizando-se para competir no mercado mundial (ver PRADO, 1999).

Dada a nova fase em que a indústria têxtil brasileira se encontra inserida, suscitou-nos o interesse em desenvolver uma pesquisa que abordasse o Impacto da Abertura Comercial sobre a Competitividade da Indústria Têxtil da Região Nordeste. Dessa forma, perseguimos os objetivos principais de revelar e avaliar a evolução dos principais indicadores de eficiência produtiva e de desempenho da indústria têxtil nacional e regional pós abertura comercial e identificar o grau de competitividade revelada da indústria têxtil nordestina e, em particular, a cearense, no comércio internacional entre os anos de 1990 e 2001, através dos indicadores de competitividade revelada do comércio exterior. Para a obtenção dos dados aqui analisados,

² A indústria têxtil inclui os segmentos de fiação, tecelagem, malharia e beneficiamento.

pesquisamos junto a livros, periódicos, revistas, setoriais, anais, dissertações e teses de doutorado, além de vários sites de grande importância para o setor, onde, em particular, nos detivemos no site do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (MDIC) onde se encontra o Sistema Alice que contém informações da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) através da análise dos Capítulos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) em vigor até 1996 e da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) em vigor a partir de 1997.

Como objetivos particulares abordamos aspectos conceituais sobre competitividade, a história do setor, além de algumas características dos principais segmentos que compõem a cadeia produtiva têxtil nacional, entre as quais destacam-se o modo como as empresas brasileiras de fiação, tecelagem e malharia estão se adaptando ao mercado globalizado. Além da caracterização quanto à definição, às principais matérias-primas utilizadas e às principais inovações tecnológicas de cada uma das principais etapas de produção da indústria têxtil, avaliamos a evolução do valor da produção, do número de unidades fabris, do número de postos de trabalho, do consumo, além da evolução do parque tecnológico nacional, bem como os principais números do comércio internacional de fios, tecidos e malhas.

O presente trabalho representa um esforço em compreender a dinâmica dos principais elementos que contribuem para a competitividade dessa indústria, aprofundando as questões relativas às decisões estratégicas que, em última análise, vem determinando os movimentos característicos das transformações da estrutura industrial têxtil nacional.

O referido trabalho é uma tentativa de contribuição ao debate sobre o impacto da abertura comercial brasileira, no início dos anos 90, sobre o comportamento das empresas nacionais e em particular às empresas têxteis nacionais e nordestinas, oferecendo subsídios ao estudo e avaliação do desempenho competitivo desse estratégico setor da economia regional.

Tentamos através do conceito de competitividade revelada situar a Região Nordeste e o Estado do Ceará, dentro deste panorama global, para identificarmos o grau de competitividade da indústria têxtil da Região e do Estado, comparado com a mesma indústria em âmbito nacional e com o resto do mundo.

A hipótese central deste trabalho é que o perfil da indústria têxtil brasileira sofreu profundas transformações após a abertura do mercado brasileiro, na busca de maior competitividade de seus produtos devido ao acirramento da concorrência externa, tendo que realizar uma verdadeira reestruturação produtiva para permanecer no mercado, ou sair do mercado caso o empresariado da indústria têxtil não reagisse ao novo padrão de concorrência em que ela passou a se encontrar inserida.

Para obtermos uma visão global da competitividade desta importante indústria após a abertura comercial analisamos, no **primeiro capítulo**, aspectos conceituais e teóricos sobre competitividade. No **segundo capítulo**, caracterizamos o complexo têxtil através de sua definição e da evolução histórica do setor, objetivando conhecer sua importância no desenvolvimento histórico da Região e seu desempenho ao longo do período de sua implantação até os anos oitenta. No **terceiro capítulo**, abordamos alguns indicadores de eficiência produtiva e de desempenho da indústria têxtil nacional e dos seus principais segmentos pós-abertura comercial brasileira. No **quarto capítulo**, analisamos os principais indicadores de eficiência produtiva e de desempenho da indústria têxtil da Região Nordeste por Estado. Depois, analisamos o desempenho da indústria têxtil³ da Região Nordeste e em particular do Estado do Ceará no comércio exterior, frente à abertura comercial, realizando uma análise comparada entre o País, a Região e o Estado para cada um dos indicadores de competitividade revelada desta indústria no comércio exterior e finalmente a **conclusão**.

³ Na análise dos indicadores de competitividade revelada, o comércio exterior da indústria têxtil equivale ao comércio exterior de um grupo de produtos têxteis tomados conjuntamente. Esse grupo de produtos foi selecionado através da análise da Nomenclatura Comum do Mercosul tomando como base o grau de importância de cada um no comércio exterior da indústria têxtil. Os capítulos NCM selecionados foram: (52) Algodão, (54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais, (55) Fibras Sintéticas ou Artificiais, Descontínuas e (60) Tecidos de Malha, todos em anexo.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1. Concepção Geral de Competitividade

Atualmente, não há consenso quanto ao conceito de competitividade e, conseqüentemente, quanto às metodologias mais adequadas de avaliação. Segundo ROSA et Melo (1994), “entender o termo competitividade não é tarefa das mais fáceis, isto porque essa palavra é por demais abrangente e envolve uma série de fatores que, interligados, se refletem no que o próprio termo poderá vir a traduzir”.

Segundo POSSAS apud ROSA et MELO (1994), na década de 70, quando as economias capitalistas desenvolvidas começaram a apresentar os sintomas de esgotamento do padrão de crescimento, o debate sobre a competitividade entre os países começou a ganhar destaque. Tudo isso, devido ao acirramento da concorrência externa provocada pela maior participação dos países em desenvolvimento no comércio global, o que provocou programas de reestruturação produtiva por parte dos países desenvolvidos, seguidos posteriormente pelos *newly development countries*, com vistas a redução de custos para serem mais competitivos e, assim, ganharem uma fatia maior do mercado global.

Chegou-se, então, à seguinte conclusão, que um bom desempenho externo não poderia ser alcançado ou mesmo mantido com base apenas em medidas de política comercial, através de desvalorizações cambiais (competitividade espúria), daí surgindo a necessidade de reestruturar o parque tecnológico desses países.

O referido tema entrou em debate no contexto brasileiro frente aos imensos desequilíbrios do Balanço de Pagamentos na mesma década, quando houve a elevação da dívida pública e aumento de importações, sem similares nacionais, com vistas ao crescimento acelerado do país⁴ e, mais recentemente, ao próprio esgotamento do modelo de industrialização substitutivo de importações comandado pelo Estado, que induzia as empresas a permanecerem num estágio de letargia (defasagem tecnológica) devido ao protecionismo estatal, que lhes

⁴ Para melhor compreensão da conjuntura econômica na década de 70 ver Vasconcellos et al (1999).

garantia um mercado nacional cativo ao passo que o governo adotava elevadas alíquotas e cotas de importações que eram até mais importantes que as primeiras.

Percebemos, então, a convivência de duas famílias de conceitos de competitividade, ou seja, o conceito de desempenho e de eficiência produtiva, que serão ambos abordados em nossa análise (ver HAGUENAUER, 1989).

Na primeira família, a competitividade é vista como *eficiência produtiva* – competitividade potencial. Busca-se, de alguma forma traduzir a competitividade através da relação insumo-produto praticada pela firma, isto é, da capacidade da empresa de converter insumos em produtos com o máximo de rendimento possível ou com o mínimo de perdas. Os indicadores são buscados em comparativos de custos e preços, coeficientes técnicos (de insumo-produto dentre outros), além da produtividade dos fatores, em termos das *best-practices* verificadas na indústria internacional.

Nessa primeira visão, observamos a importância dos fatores de produção⁵, onde é o produtor que, ao escolher as técnicas que irá utilizar, submetido às restrições impostas pela sua capacidade tecnológica, gerencial, financeira e comercial, estará definindo a sua competitividade. A competitividade é um fenômeno *ex-ante*, isto é, reflete o grau de capacitação (eficiência) detido pelas firmas, que se traduz nas técnicas por elas praticadas. O desempenho obtido no mercado seria uma consequência, resultado dessa capacitação. Considera-se, assim, que é o domínio de técnicas mais produtivas que, em última instância, habilita uma empresa a competir com sucesso, ou seja, representa a causa efetiva da competitividade.

Na Segunda família, a competitividade é vista como um *desempenho* – a competitividade revelada, (utilizaremos esse conceito através da análise dos indicadores de competitividade revelada no comércio exterior da indústria têxtil nordestina). Aqui, a competitividade é de alguma forma mensurada pela participação no mercado exterior (*market-share*) alcançada por uma firma ou uma indústria, em um mercado em um certo momento do

⁵ Os principais fatores de produção são capital e trabalho (ver Pindyck et Rubinfeld, 1994). Capital é entendido aqui como o tipo de maquinário utilizado na indústria têxtil. Devemos levar em consideração que quanto mais moderno for o equipamento, mais produtiva, logo mais competitiva será a firma.

tempo. A participação das exportações da firma ou conjunto de firmas (indústrias ou nação) no comércio internacional total de um produto em especial, aparece como seu indicador mais imediato.

Nessa ótica, observamos a importância da demanda no mercado que, ao arbitrar quais produtos de quais empresas ou de quais países serão adquiridos, estará definindo a posição competitiva das empresas (indústrias ou nações), validando ou não as ações produtivas e comerciais que as empresas tenham realizado. A eficiência na utilização de recursos produtivos definiria algumas das eventuais fontes de competitividade existentes, mas nunca a competitividade em si, já que esta é dependente de outros elementos, muitos deles subjetivos ou não mensuráveis. A competitividade é uma variável *ex-post* que reúne os fatores preço e não-preço – estes últimos incluem qualidade de produtos, a habilidade de servir ao mercado e a capacidade de diferenciação de produtos, fatores esses parcial ou totalmente subjetivos.

É justamente aqui onde se encontram as cotas multilaterais⁶ impostas às exportações dos países emergentes, pois se eles passam a ter alguma vantagem competitiva frente aos países desenvolvidos, estes lhes impõem limites às exportações, não validando assim suas ações produtivas.

Segundo FAJNZYLBER apud ROSA et MELO (1994), a competitividade está ligada diretamente à produtividade. Dessa forma, a indústria de uma região qualquer se torna mais competitiva internacionalmente à medida que sua produtividade cresce em relação à alcançada pelos seus competidores, ou seja; a mesma indústria de outros países. Este aumento de produtividade é explicado pela maior difusão de progresso técnico no processo de produção de cada firma. Dessa forma, podemos observar que Fajnzylber admite que a competitividade também é um fenômeno *ex-ante*.

Segundo KUPFER (1991), as vertentes do enfoque do desempenho e da eficiência competitiva não contemplam a dinâmica do processo competitivo, pois dão um tratamento estático a esta questão. Para este autor, ser competitivo hoje é o resultado de estratégias

⁶ No capítulo 3 deste trabalho, observamos alguns exemplos de cotas impostas as exportações de produtos têxteis brasileiros, tanto pelos EUA quanto pela União Européia.

adotadas no passado próximo, relativas principalmente à tecnologia adotada no processo produtivo, estratégias de comercialização, mercado, entre outros.

Segundo FERRAZ et al (1995), os elementos analíticos centrais de compreensão do termo competitividade devem ser buscados no processo de decisão das estratégias empresariais. A competitividade é definida como a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, uma posição sustentável no mercado. Essa visão se diferencia de modo significativo das abordagens convencionais, de eficiência e desempenho, na medida em que busca na dinâmica do processo de concorrência o referencial para a avaliação da competitividade.

Assim, temos que o elemento básico de análise da competitividade é a empresa. A empresa é considerada um *locus* de planejamento e organização da produção (ver FERRAZ et al, 1995).

As capacitações detidas pelas empresas estão sempre em mutação. As novas capacitações que vão sendo incorporadas resultam de esforços, realizados com esse objetivo, ou seja, as empresas incorporam novas capacitações como elementos diferenciadores de competitividade. Como os recursos financeiros à disposição da empresa são finitos, esses esforços não podem ser empreendidos de modo ilimitado⁷.

Assim, as firmas competem através do tempo despendendo recursos com o propósito de financiar suas estratégias competitivas. Isso significa que o grau de capacitação de uma firma em um dado momento está determinado pelas estratégias competitivas adotadas pela firma em um momento anterior, isto é, analisar a posição da firma no seu ambiente competitivo hoje e vislumbrar sua situação futura.

A busca de novas capacitações é um processo permanente, seja porque os recursos em estoque se depreciam com o passar dos anos e precisam ser repostos, seja porque se tornam obsoletos em função do surgimento de inovações nos processos, nos produtos, na organização da produção e nas formas de comercialização. Essa segunda possibilidade abre um conjunto

de opções comportamentais que vai desde a adoção de estratégias mais agressivas, que visam situar a empresa na dianteira do processo inovativo, propiciando-lhe o controle do ritmo de obsolescência das capacitações de suas concorrentes, até as estratégias mais passivas, de natureza imitativa, que buscam dotar a empresa de algum grau de capacidade de resposta (ver FERRAZ et al, 1995).

Dessa forma, o desempenho obtido por uma empresa é determinado pelas capacitações que reúne. As estratégias elaboradas pelas empresas visam modificar as capacitações, de modo a adequá-las às metas de desempenho da empresa, mas são por elas limitadas, em um processo de interação dinâmica.

O conjunto de formas de competir é amplo, engloba preço, qualidade, habilidade de servir ao mercado, esforço de venda, diferenciação de produto entre outras, em cada mercado predomina uma ou um conjunto dessas formas como fatores críticos de sucesso competitivo. O padrão de concorrência em um dado mercado equivale a forma dominante de competição nesse mercado.

Assim, a empresa que não se adaptar ao seu padrão de concorrência, se capacitando, será expulsa do seu ambiente competitivo, pois ela terá mais fatores críticos do que sucesso.

Segundo IEDI apud ROSA et MELO (1994), o desempenho da empresa não depende somente de suas decisões estratégicas, mas de uma complexidade de fatores que extrapolam seus próprios limites.

O quadro teórico apresentado acima pode ser aplicado ao estudo da competitividade da indústria têxtil nordestina onde o seu ambiente competitivo passou a ser, com mais intensidade, o mercado global a partir da abertura do mercado brasileiro, onde se constatou um padrão de concorrência bem diferente daquele vigente na década de 80, onde tínhamos uma economia fechada que permitia que a produção interna fosse absorvida quase em sua totalidade por consumidores domésticos, pois esta não sofria a concorrência predatória externa.

⁷ A natureza e a intensidade dos gastos efetivamente realizados dependem de escolhas feitas pelas empresas em

1.2 Conceito de Competitividade Adotado na Análise

Após a exposição geral sobre o conceito de competitividade através da dinâmica do processo de tomada de decisão e implementação de estratégias em função do padrão de concorrência vigente em cada mercado, faremos um recorte desse conceito mais amplo e definiremos o conceito de competitividade ao qual iremos trabalhar em nosso estudo.

A maior parte dos estudos recentes costuma tratar a competitividade como um fenômeno diretamente relacionado às características de eficiência técnica ou de desempenho apresentados por empresas (ou indústrias), considerando a competitividade das nações ou regiões como a agregação desses resultados.

Apesar das divergências quanto à escolha do conceito de competitividade revelada ou potencial como enfoque mais apropriado ao nosso trabalho ou a possibilidade de conciliá-los, interessa-nos, primeiramente, enfatizar as insuficiências apresentadas por ambos em capturar a essência do fenômeno. Tanto desempenho quanto eficiência produtiva são enfoques limitados por serem estáticos, analisando apenas o comportamento passado dos indicadores, sem tornar claro as relações causais que mantém com a evolução da competitividade. Não é sem razão que está cada vez mais concisa, entre os especialistas, a percepção de que análises de competitividade baseadas somente em dados referentes a preços, custos (especialmente salários) e taxas de câmbio, extraídos do desempenho macroeconômico ou de empresas individuais, são insuficientes e podem levar a conclusões contraditórias.

Mas, apesar das limitações a que o conceito de competitividade potencial e revelada está exposto iremos conciliá-los, já que eles se mostram suficientes para nossa análise e para os nossos objetivos acerca do *Impacto da Abertura Comercial sobre a Competitividade da Indústria Têxtil da Região Nordeste*, levando-se em consideração o novo ambiente competitivo presente na indústria têxtil brasileira, e em particular na nordestina pós-abertura comercial, com maior estabilidade econômica e maior concorrência externa. Com isso, tentamos dar um enfoque dinâmico ao analisarmos passo a passo os fatores que permearam a determinação da competitividade dessa importante indústria nordestina, ao avaliarmos a cada momento os

função de suas prioridades e expressam as estratégias competitivas adotadas (ver FERRAZ et al, 1995).

impactos das políticas adotadas durante toda a década de 90 sobre os fatores determinantes de competitividade dessa indústria, ou seja, analisamos durante toda a década o novo ambiente competitivo no qual a indústria têxtil nacional e nordestina, em particular, passou a fazer parte e de que maneira as estratégias empresariais tiveram reflexo sobre o grau de competitividade dessa indústria.

Quando associamos competitividade ao desempenho das exportações no mercado internacional (ex-post), a mensuração do conceito de competitividade torna-se clara. Vale salientar que o fato da expansão das exportações significar aumento de competitividade reflete não só as condições de produção como, também, de políticas cambiais, a eficiência dos canais de especialização e dos sistemas de financiamento, acordos internacionais (entre países e empresas), estratégias das firmas transnacionais, quotas de exportações, entre outros.

Como salientado anteriormente, a participação no mercado externo é um resultado, ou seja, o efeito da competitividade, e não ela em si. Admite-se, segundo o conceito de competitividade revelada, que é mais competitivo quem eleva sua participação nas exportações. Contudo, deve-se estar atento para que isto não venha a traduzir somente o que se convencionou chamar de competitividade espúria⁸, pois esta situação denota uma certa fragilidade das empresas, uma vez que esse tipo de competitividade baseia-se apenas em subsídios, baixos salários, etc. O verdadeiro sentido da competitividade associa-se à eficiência e às melhorias de produtividade, dentre outros fatores, refletindo-se, assim, num melhor desempenho externo.

Assim, a noção de competitividade adotada neste trabalho é definida como a capacidade de uma indústria permanecer no mercado e/ou aumentar sua participação ao longo do tempo dado o padrão de concorrência que a mesma está exposta, levando-se em consideração não somente a sua capacidade de produzir eficientemente um dado produto, mas, também, o desempenho da mesma no comércio exterior, que será observado através da análise dos indicadores de competitividade revelada.

⁸ Fatores como baixos salários, subsídios às exportações, manipulação da taxa de câmbio pode refletir em melhoria do desempenho externo, não representando, portanto, a competitividade autêntica fundamentada no aumento de produtividade, não traduzindo, portanto, a eficiência produtiva interna a empresa (ver ROSA et MELO 1994).

1.3.1. Inicialmente, analisamos a competitividade potencial da indústria têxtil nacional e regional, levando-se em consideração a análise dos principais indicadores de eficiência produtiva da indústria têxtil e depois uma análise dos segmentos de fiação, tecelagem e malharia, mensurando o impacto da abertura comercial sobre a estrutura desses segmentos, revelando o novo perfil da indústria têxtil nacional e nordestina. Depois, utilizamos alguns indicadores de comércio exterior, mais precisamente aqueles relacionados à idéia presente no conceito de competitividade revelada. Nesta fase, trabalhamos, então, com dados de exportação e importação para o Brasil, Nordeste e Estados que compõem a Região, em especial o Estado do Ceará. Foram, também, tratados dados de exportação e importação da indústria têxtil brasileira, nordestina e em particular a cearense, no período caracterizado pela abertura comercial propriamente dita, ou seja, os anos entre 1990 a 2001. Essas informações foram obtidas através de pesquisa junto ao banco de dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), através da observação dos Capítulos⁹: **(52) Algodão, (54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais, (55) Fibras Sintéticas ou Artificiais, Descontínuas e (60) Tecidos de Malhas**, pela Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM) que vigorou até 1996 e pela Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que entrou em vigor a partir de 1997. Nossos indicadores de competitividade revelada foram tratados da forma apresentada no trabalho e comentada abaixo. A escolha dos indicadores além de estar baseada no próprio tratamento da competitividade, é referendada pela ampla utilização em estudos consagrados sobre esse assunto.

⁹ Os produtos que compõem os capítulos selecionados estão relacionados em anexo.

1.3. Apresentação dos Indicadores

A análise da competitividade revelada da indústria têxtil nordestina no comércio exterior, utilizará os seguintes indicadores de competitividade revelada¹⁰:

- **Participação do saldo da balança comercial no volume total do comércio exterior da indústria *i* da região *j*, no período *t*:**

$$PSBC = [(X_{ijt} - M_{ijt}) / (X_{ijt} + M_{ijt})] \times 100$$

Onde: X_{ijt} = as exportações da indústria *i* da Região *j*, no período *t*; e

M_{ijt} = as importações da indústria *i* da Região *j*, no período *t*.

Este indicador revela quanto o saldo comercial da indústria *i* da região *j* representa no volume do comércio exterior da mesma indústria no período *t*. Se for positivo indica que a indústria dessa região está exportando mais do que importando em dado período.

- **Participação das exportações da indústria *i* da região *j*, na pauta de exportações da região *j*, no período *t* (DSx_{ijt}):**

$$DSx_{ijt} = \frac{X_{ijt}}{X_{jt}}$$

Onde: X_{ijt} = Exportações da indústria *i* da região *j*, no período *t*; e

$X_{jt} = \sum X_{ijt}$ = Total das exportações da região *j*, no período *t*.

Este indicador mede a participação das exportações da indústria *i* da região *j* nas exportações totais da região *j*, no período *t*. Tal indicador nos possibilita saber a evolução da participação das exportações da referida indústria no total das exportações da região *j* a cada período de tempo, ou seja, nos permite saber a evolução da importância das exportações desta indústria no total das exportações da Região.

➤ **Variação do índice de valor das exportações da indústria *i* da região *j*, no período *t*:**

Os referidos índices mostram a evolução das exportações em dólar corrente e são importantes para evidenciar o comportamento ao longo do período, ou seja, saber se as exportações de uma determinada indústria *i* de uma dada região *j*, aumentaram ou diminuíram ao longo de um período.

➤ **Coefficiente de especialização relativa nas exportações da indústria *i* no que se refere às exportações da região *j* com relação a região *h*, no período *t* (CSR_{xijt}):**

$$CSR_{xijt} = \frac{X_{ijt} / X_{jt}}{X_{iht} / X_{ht}}$$

Este é um indicador de vantagem comparativa revelada mais comumente utilizado, pois ele mede a relação da participação das exportações da indústria *i* nas exportações totais da região *j* relativo as exportações da mesma indústria nas exportações totais da região *h*. Caso $CSR_{xijt} > 1$, significaria que a região *j* está relativamente mais especializada nas exportações da indústria *i* do que a região *h* como um todo. Identifica-se, portanto, uma vantagem comparativa, em termos de especialização nas exportações, quando $CSR_{xijt} > 1$ (ocorrendo o contrário quando $CSR_{xijt} < 1$ revelaria uma desvantagem comparativa). Uma vantagem comparativa seria aqui revelada pela maior importância que possui as exportações da referida indústria para as exportações da região *j* em relação às exportações da mesma indústria para as exportações da região *h*.

²² Para maiores detalhes acerca dos indicadores de competitividade revelada, ver Lafay (1987).

> **Taxa de cobertura das importações da indústria i da região j com relação à indústria i da região h, no período t (TC_{ij}t):**

$$TC_{ij}t = \frac{X_{ij}t / M_{ij}t}{X_{ih}t / M_{ih}t}$$

Este, também, é um indicador de vantagem comparativa revelada que incorpora também o comportamento das importações ao longo do tempo, o que complementaria a análise do indicador anterior. Esse indicador mede a relação que se dá entre as exportações da indústria i relativa às importações da mesma indústria da região j, sobre as exportações dessa indústria e suas importações em termos da região h. Quando $TC_{ij}t > 1$, identifica-se uma vantagem comparativa em termos de cobertura das importações, ou seja, as exportações da indústria i da região j teriam uma dimensão maior, quando comparadas às importações da mesma indústria, do que o mesmo indicador para a região h.

Este indicador facilita inclusive a análise da dinâmica da indústria no período considerado, pois compara suas exportações e suas importações.

> **Contribuição ao saldo da balança comercial da indústria i da região h, no período t (CS_{ji}ht):**

$$CS_{ji}ht = 100 * \left[\frac{(X_{ji}ht - M_{ji}ht)}{\frac{1}{2}(X_{ih}t + M_{ih}t)} - \frac{(X_{ih}t - M_{ih}t)}{\frac{1}{2}(X_{ih}t + M_{ih}t)} \times \frac{(X_{ji}ht + M_{ji}ht)}{(X_{ih}t + M_{ih}t)} \right]$$

Aqui temos outro indicador de vantagem comparativa revelada que é medido através da comparação do saldo comercial observado de um determinado segmento j da indústria i da região h, com o que seria obtido se o saldo comercial global da indústria i da região h estivesse proporcionalmente (ponderado pela participação do total do comércio exterior do referido segmento no total do comércio exterior da indústria i da região h, no período t) distribuído entre os diversos segmentos da indústria i da região h. Sendo o resultado positivo, o segmento em questão contribui acima do esperado teoricamente; sendo negativo, o referido segmento revelaria uma desvantagem comparativa.

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO COMPLEXO TÊXTIL BRASILEIRO E NORDESTINO

2.1. Definição do Complexo Têxtil

Segundo HAGUENAUER (1990), o macro complexo têxtil é composto por dois tipos de indústrias: têxtil e de calçados. Essas indústrias não só têm o mesmo destino, como a mesma função no consumo pessoal, além de possuírem ambas estruturas de mercado e de comercialização parecidas, com uma grande diferenciação de produtos, tanto em marcas como em qualidade, com mercado pulverizado.

A caracterização do complexo têxtil envolve basicamente as seguintes etapas de produção: beneficiamento de fibras naturais, fiação, tecelagem plana, malharias e acabamento de fios e tecidos, além do segmento de confecções¹¹ (ver QUADRO 1).

Os principais fornecedores para o complexo têxtil são a agricultura, às indústrias químicas e petroquímicas, uma vez que seus principais insumos “fibras naturais e fibras/filamentos artificiais e sintéticas¹²” têm origem nesses setores. Temos, também, como fornecedores, as empresas que fabricam máquinas e equipamentos para a indústria têxtil.

A indústria têxtil é formada por uma cadeia de produção linear, onde o resultado de cada uma das etapas de produção constitui o principal insumo para a etapa posterior – beneficiamento de fibras naturais, fiação, tecelagem plana ou malharia e acabamento de fios e tecidos¹³. Cada uma dessas etapas é razoavelmente independente uma da outra e possui, por sua vez, características próprias quanto ao mercado, à tecnologia, à matéria-prima, aos custos de produção, mão-de-obra empregada etc (ver HAGUENAUER, 1990).

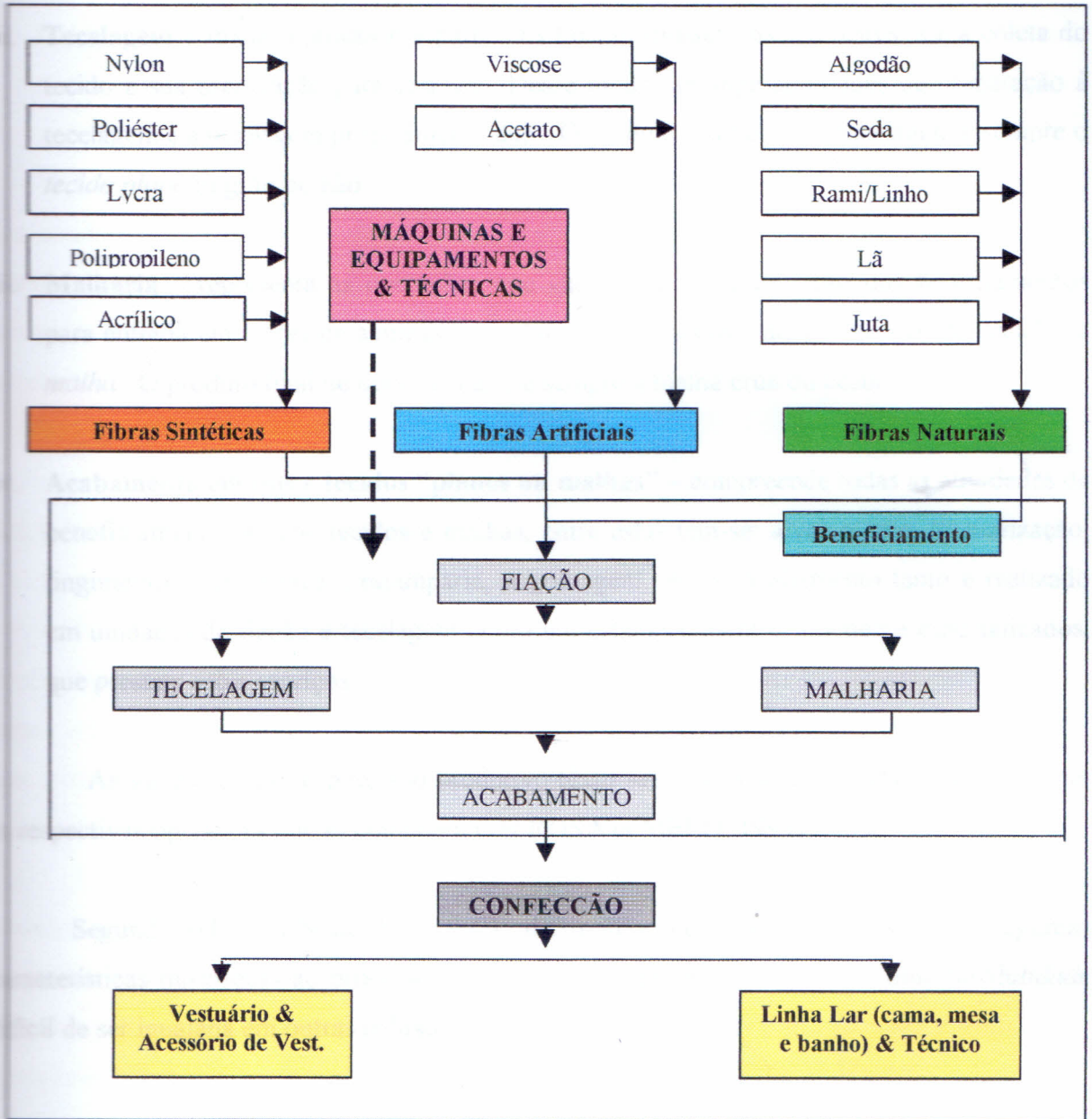
¹¹ A análise deste capítulo será realizada em nível bem menor de agregação desse macro complexo, excluindo-se as indústrias de confecção e calçados, além da etapa de beneficiamento de fibras naturais e acabamento de fios e tecidos.

¹² O algodão ainda é indiscutivelmente a fibra mais utilizada, respondendo por cerca de 50% da produção mundial, apesar do crescimento na utilização das fibras artificiais (viscose e acetato) e sintéticas (poliéster, acrílico e poliamida) ver BANCO DO NORDESTE (1997).

¹³ Na análise do complexo têxtil, excluimos a indústria de beneficiamento de fibras naturais e a indústria de confecções por essa possuir características bem distintas das pertinentes a indústria têxtil propriamente dita, ou seja, a fiação, a tecelagem e a malharia.

O processo produtivo da cadeia têxtil inicia-se com a matéria-prima indo para a fiação, seguindo após para a tecelagem plana ou para a malharia e, finalmente, para o acabamento. Cada uma destas etapas possui características próprias, existindo descontinuidade entre elas. Assim, o resultado final de cada etapa constitui o insumo principal da etapa seguinte (ver QUADRO 1).

QUADRO 1
Cadeia Produtiva Têxtil



Fonte: HAGUENAUER (1990)/GORINI & SIQUEIRA (1997 & 1998)/Elaboração Própria (2002)

Segundo BANCO DO NORDESTE (1997), as principais etapas produtivas da indústria têxtil brasileira podem ser assim caracterizadas¹⁴:

- i. **Fiação** – etapa constituída da manipulação da matéria-prima “natural, artificial ou sintética”, até a bobinagem do fio. Inclui tarefas de preparação à fiação e a fiação propriamente dita. O produto final de uma fiação é sempre o fio cru, enrolado em cones.
- ii. **Tecelagem** – inicia o processo a partir dos fios, destinando-os aos teares, até a coleta do tecido e sua preparação para entrega. Desse modo, abrange atividades de preparação à tecelagem e a tecelagem propriamente dita. O produto final de uma tecelagem é sempre o *tecido plano* tingido ou não.
- iii. **Malharia** – representa as operações que vão desde a manipulação dos fios/filamentos para entrada em teares de agulhas “circulares ou retilíneos”, até a obtenção do *tecido de malha*. O produto final de uma malharia é sempre a malha crua ou acabada.
- iv. **Acabamento em fios e tecidos “planos ou malhas”** – compreende todas as atividades de beneficiamento de fios, tecidos e malhas, entre estas tem-se: alvejamento, texturização, tingimento, mercerização, estamparia, engomagem, etc. O acabamento tanto é realizado em unidades de fiação e tecelagem como em estabelecimentos altamente especializados, que prestam estes serviços

As várias etapas do processo produtivo têxtil são *independentes* entre si, assim como as respectivas operações que as compõem (ver ROSA et MELO, 1994).

Segundo HAGUENAUER (1990) do ponto de vista da produção, algumas características intrínsecas ao processo produtivo têxtil dão à indústria têxtil uma *flexibilidade* difícil de ser igualada em outras indústrias:

¹⁴ Para maiores detalhes sobre as etapas de preparação a fiação e a tecelagem (ver Banco do Nordeste 1997).

- a) Os produtos finais resultam, em geral, de seqüência linear de atividades – beneficiamento, fiação, tecelagem, malharia e acabamento;
- b) Cada uma das atividades é passível de ser realizada eficientemente em pequenas ou grandes unidades e de maneira especializada ou com graus diferenciados de integração vertical;
- c) A diferença de níveis tecnológicos entre etapas ou numa mesma etapa raramente traz problemas de compatibilização ao longo da cadeia produtiva;
- d) Tanto os produtos finais como os intermediários são facilmente transportáveis;
- e) Todas as atividades da indústria têxtil já estão implantadas em praticamente todos países do mundo.

Tais características permitem várias combinações no processo produtivo, não só dentro das unidades fabris, como em nível regional ou, como já se pode observar, em nível internacional. Essas combinações podem ser melhores visualizadas tanto do ponto de vista da *heterogeneidade tecnológica* dentro de uma mesma firma ou dentro de uma mesma etapa de produção, além de *diversas formas de integração* entre as diversas etapas.

2.1.1. Normas de produção

Segundo MELO (1990), o processo produtivo da indústria têxtil é caracterizado como sendo um processo descontínuo no qual a matéria-prima é tratada em diferentes etapas até tomar a forma de tecido. A *descontinuidade* das operações, forma uma cadeia produtiva em que o resultado de cada etapa constitui o principal insumo da seguinte.

Essa *lineariedade* da cadeia produtiva têxtil permite a existência de pouco encadeamento do setor com outros complexos, pois a maior parte de sua produção se destina ao consumo intermediário dentro do próprio complexo “inclusive o vestuário” onde, também, adquire quase todos os insumos, apresentando encadeamento para trás relevantes apenas com o complexo químico e com a agroindústria (BANCO DO NORDESTE, 1997).

O processo produtivo da indústria têxtil é relativamente simples: as fibras passam, em primeiro lugar, por processos mecânicos de limpeza e paralelização; depois, são transformadas

em fios contínuos e regulares de diâmetros predeterminados, ao serem submetidas a processos de estiramento e torção, mantendo-se as fibras coesas por forças de fricção. O tecido é produzido pelo entrelaçamento de fios verticais e horizontais (fio urdume e fio trama) numa superfície plana contínua e consistente, gerando-se os *tecidos planos* ou pela formação de fileiras, gerando-se os *tecidos de malhas*. A última etapa, o acabamento, consiste em dar ao tecido cru, proveniente da etapa de tecelagem, características destinadas a adequá-lo ao seu aspecto de produto acabado, como já salientado anteriormente.

Os fios podem ser produzidos a partir de fibras naturais que provém do complexo agroindustrial “algodão, seda, lã, rami, juta”, a partir de fibras artificiais (químicas ou celulósicas) que são produzidas a partir da celulose encontrada na polpa da madeira ou no línter do algodão, sendo as principais “o rayon viscose e o rayon acetato” e a partir das fibras sintéticas que são produzidas a partir dos derivados do petróleo onde temos “o náilon (poliamida), o acrílico, o poliéster”, além dos chamados elastos “a lycra é o mais conhecido” ou ainda da combinação entre elas (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

A mais importante entre as fibras naturais é o algodão, salientando que é a fibra mais utilizada pela indústria têxtil nacional. O Brasil já foi um dos maiores produtores mundiais de algodão na década de 30¹⁵. Essa fibra é cultivada em várias regiões do território nacional, predominantemente, na Região Centro-Oeste do País durante a década em análise¹⁶.

A produção de fibras químicas (artificiais e sintéticas) é realizada em mercados oligopolizados¹⁷, que são basicamente constituídos por empresas de capital estrangeiro e que têm maior acesso à tecnologia de ponta, permitindo a criação de novas fibras (ver HAGUENAUER, 1990).

¹⁵ O Brasil foi também o quinto maior produtor mundial de fios de algodão em 1995 (ver GORINI & SIQUEIRA, 1997a).

¹⁶ A qualidade do algodão brasileiro ainda é bastante heterogênea, sendo reflexo das dificuldades enfrentadas pelos beneficiadores, como a carência de um sistema de classificação do algodão apropriado, embalagem e armazenamento inadequados e a falta de acesso a tecnologia de combate às pragas (ver HAGUENAUER, 1990).

¹⁷ O setor produtor de fibras sintéticas é um oligopólio concentrado, caracterizado por um número relativamente reduzido de empresas de grande porte, onde cada uma delas, utiliza a expansão da capacidade instalada como estratégia para ampliação de seus mercados (ver SOARES, 1994).

As fibras artificiais (ou celulósicas), como são conhecidas, surgiram nos anos 20 em nível mundial. No Brasil, a produção destas, data de 1931. O grande impulso na sua capacidade instalada, entretanto, foi nos anos 60/70.¹⁸

As fibras sintéticas surgiram pouco depois dos anos 50, na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, surgiu na primeira metade da década de 60, tendo sido consolidadas, mais precisamente, entre os anos 60 e 70 com a eclosão do *boom* petroquímico¹⁹.

Importante ressaltar que tanto em relação à fiação do algodão quanto a fiação das fibras químicas cortadas²⁰, a capacidade de produção de uma fiação é basicamente determinada pelo tipo de filatório adotado, que podem ser classificados em três tipos básicos²¹ como veremos posteriormente (ver GORINI & SIQUEIRA, 1997a).

O processo de produção de tecidos planos consiste no entrelaçamento de fios longitudinais (fios de urdume) com fios transversais (fio trama). Esse processo requer a preparação prévia do fio (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

Em relação ao processo de produção de tecidos de malha, diferentemente da produção de tecidos planos, não são necessários os procedimentos prévios de preparação do fio. Esse processo utiliza-se de um único conjunto de fios que se ligam através de lançadas, conferindo aos tecidos de malha *maior flexibilidade* e *elasticidade*, comparativamente aos tecidos planos.

Nas malharias, é preciso distinguir, antes de tudo, as produções de *malhas pelo processo de trama* das *malhas pelo processo de urdume*, pois os equipamentos utilizados são diferentes.

¹⁸ Para maiores detalhes sobre a adoção das fibras artificiais na indústria têxtil brasileira (ver BRANSKI, 1990).

¹⁹ Desde 1981, o país já tornara-se auto-suficiente, mas suas importações continuaram porque os preços praticados internamente chegam a ser de 10 a 200% superiores aos do mercado externo (ver BRANSKI, 1990).

²⁰ Diferentemente das fibras químicas, a preparação do algodão em pluma para a etapa de fiação abrange várias etapas preliminares de beneficiamento, destacando-se a abertura dos fardos, mistura, separação das fibras entre outras (GORINI & SIQUEIRA, 1997a).

²¹ Os diferentes tipos de filatórios se diferenciam principalmente pela velocidade de produção, pelos níveis de automação e pela qualidade e espessura do fio produzido.

A produção das **malhas de urdume** tem como principal cliente a indústria automobilística, para quem fornece os veludos para revestimento (ver BRASIL, 1998a).

Na produção das **malhas de trama**, é necessário também distinguir os setores que trabalham com máquinas circulares dos que trabalham com máquinas retilíneas. Os teares circulares possuem uma produtividade média muito superior a dos teares retilíneos que são em maior número no parque de malhas nacional e são também mais novos (ver PRADO, 1999).

O segmento de acabamento de fios e tecidos é um dos que mais vem apresentando crescimento em nível nacional e regional na década de 90, impulsionado pela necessidade de atender a padrões mais exigentes de consumo, devido à abertura comercial do mercado brasileiro que trouxe ao conhecimento doméstico de produtos de melhor qualidade, mostrando que a indústria têxtil brasileira tem atentado para a questão do fornecimento de produtos acabados e de melhor qualidade.

A liderança mundial de determinadas empresas deve-se ao uso específico das novas tecnologias da informação e de produção, tendo em vista as características particulares do processo produtivo e do mercado têxtil (BANCO DO NORDESTE, 1999).

A adoção de inovações, por parte da indústria têxtil brasileira, em termos da utilização de equipamentos de base microeletrônica (mais avançados tecnologicamente) e de técnicas gerenciais e organizacionais mais modernas, reflete o estágio de desenvolvimento de algumas empresas brasileiras e sua competitividade²² (BANCO DO NORDESTE, 1997).

Salientamos o fato de que a indústria têxtil é considerada tomadora e difusora de inovações de processos e produtos, *supplier dominated*, já que sua tecnologia básica tem origem nos setores ofertantes de inovações tecnológicas.

As inovações tecnológicas tiveram grande impacto sobre o nível de produção da indústria têxtil através do aumento da velocidade das máquinas, gerando maior produção por máquina e operador.

Segundo BANCO DO NORDESTE (1999), as principais conseqüências da adoção de uma nova tecnologia de processo, são:

- i. A redução da flexibilidade que era proporcionada anteriormente pela descontinuidade do capital, pois houve um aumento da complexidade das operações realizadas por cada máquina;
- ii. A ampliação das escalas mínimas de produção proporcionada pelas novas tecnologias;
- iii. A maior concentração do setor, observada mundialmente; e
- iv. A redução do conteúdo de trabalho no processo produtivo têxtil.

O segmento de fiação, da indústria têxtil brasileira, foi o que incorporou mais avanços tecnológicos em seu processo produtivo, onde o elevado aumento no grau de automação e na produtividade²³ é notável, passando a caracterizar-se como indústria de capital intensiva, assim como a tecelagem.

As novas tecnologias de processo adotadas na fiação dão maior resistência ao fio, cabendo destacar o desenvolvimento da fiação a rotor (filatório *open end*) e, mais recentemente o *jet spinner* – filatório a jato de ar – mais rápido e que produzem fios de todos os títulos diferindo-se do filatório a rotor. Esse tipo de filatório ainda é pouco difundido no Brasil (ver PRADO, 1998).

²³ A competitividade de uma indústria está fortemente relacionada à modernização dos processos produtivos e do gerenciamento da produção.

²⁴ Essa produtividade é determinada pela velocidade da rotação dos filatórios

Segundo GORINI & SIQUEIRA (1997a) os principais tipos de filatórios são:

- i. **Filatórios a anel** – é extremamente versátil, uma vez que pode produzir fios de todos os títulos (espessuras), tendo incorporado avanços técnicos ao longo do tempo.
- ii. **Filatórios a rotor** – tais filatórios são também conhecidos como “filatórios *open-end*” – são equipamentos que apresentam maior produtividade que a fiação por anéis, já que podem alcançar maior velocidade de produção, além de eliminarem etapas tradicionais, diminuindo assim a flexibilidade desse segmento produtivo. Sua aplicação, contudo, limita-se à produção de fios mais grossos, que são muito utilizados na produção de tecidos *jeans* (do tipo Denim: índigo blue e índigo black).
- iii. **Filatórios jet spinner** – tais filatórios apresentam alta produtividade em relação aos demais, com velocidade superior aos filatórios do tipo open-end.

Segundo GORINI & SIQUEIRA (1998), os principais teares utilizados na tecelagem plana e malharia, são:

Na Tecelagem Plana: podemos classificá-los em primeira, segunda e terceira geração.

- i. **Teares de primeira geração:**
 - Teares com lançadeiras, do tipo convencionais, que estão sendo substituídos por teares sem lançadeiras, os quais são classificados como:
- ii. **Teares de segunda geração:**
 - Teares à pinça.
 - Teares a projétil
- iii. **Teares de terceira geração:**
 - Teares a jato de ar.
 - Teares a jato de água.

Ao analisarmos a performance dos teares de primeira geração, podemos concluir que: para os tecidos com 90 cm de largura a velocidade chega, no máximo, a 170 batidas por minuto (bpm) e, para os tecidos com 140 cm de largura, eles atingem 150 bpm. Os teares à pinça e à projétil podem desenvolver uma velocidade de 300 bpm, ao passo que os teares à jato de ar e à jato de água, a velocidade alcança 900 e 1000 bpm, respectivamente (especialmente para tecidos leves).

As grandes empresas confeccionistas têm exigido tecidos com largura superior a 180 cm, pois, dessa forma, evitam perdas maiores - dado que essa metragem permite uma melhor adaptação à mesa de corte dos tecidos. Os teares com lançadeiras não estão habilitados para tecer peças com largura superior a 140 cm, mostrando, assim, uma limitação técnica com relação a essa demanda das empresas. Dessa forma, as restrições ao uso dos teares com lançadeiras não estão apenas relacionadas à baixa velocidade por eles desenvolvida, mas, também, a metragem dos tecidos. Por outro lado, esse tipo de tear é bastante versátil, podendo produzir qualquer tipo de tecido plano.

Além da grande velocidade de produção e de não apresentarem as restrições técnicas quanto à largura dos tecidos, os teares de segunda e terceira gerações são bastante eficientes no processo produtivo.

Outros fatores são importantes na escolha do tear a ser utilizado, além da velocidade e adequação da metragem dos tecidos. Por exemplo, os tecidos do tipo “denim”, em função do seu peso, são confeccionados em teares a pinça, a projétil ou com lançadeira, e não em teares a jato de água, e, devido a grande quantidade de resíduos, não deve ser utilizado o tear a jato de ar. Os tecidos de algodão, em geral, não são compatíveis com os teares a jato de água, que são mais adequados para tecidos com baixa retenção de água.

Na Tecelagem de Malhas: As máquinas e equipamentos usados na malharia se diferenciam em função do processo utilizado na fabricação da malha (processo de trama ou de urdume).

Vêm-se desenvolvendo, a cada nova geração, teares para malharia, que são bastante rápidos, eficazes e produtivos. O processo de produção da malha pode ser classificado de duas maneiras:

- **Malharia por Trama**

Neste processo de produção, utiliza-se o método de entrelaçamento de fios na direção horizontal (por isso chamado de trama) com diversas agulhas posicionadas de forma lateral ou circular. Temos então, os teares retilíneos e os circulares.

(i) **Teares Retilíneos.** Os alimentadores (agulhas) são dispostos lado a lado, produzindo um tecido retilíneo contínuo. Esses teares fazem todos os tipos de tecidos de malha para vestuário. No Brasil, são bastante numerosos e mais utilizados por pequenas empresas e confecções.

(ii) **Teares Circulares.** Os alimentadores (agulhas) são dispostos em círculos, produzindo um tecido tubular contínuo. Essas máquinas apresentam alto rendimento, sendo também bastante versáteis - possibilitando a produção dos mais diversos tipos de tecidos. As máquinas circulares são divididas²⁴ em grande diâmetro e pequeno diâmetro²⁵.

Os teares circulares são bastante utilizados em nível mundial, por causa do seu baixo custo "entre US\$ 50 mil e US\$ 150 mil" e alto rendimento, flexibilidade produtiva e por produzir tecidos muito utilizados no setor de vestuário, com vistas à confecção de camisetas básicas, calções, pijamas etc²⁶ (ver BANCO DO NORDESTE, 1999).

²⁴ Para maiores detalhes sobre as principais características dos teares circulares de pequeno e grande diâmetros, ver GORINI & SIQUEIRA, 1998.

²⁵ As inovações adotadas no processo produtivo das empresas de malharia que utilizam teares circulares, dizem respeito ao incremento da quantidade de alimentadores de fio e da velocidade do cilindro... a utilização de um maior número de agulhas nos teares circulares representa uma inovação tecnológica que, se não traz uma maior produtividade ou flexibilidade, resulta em um aumento da qualidade e resistência do produto, obtidos através da derivação de pontos por centímetro quadrado de tecidos (SETORIAL, 1996).

• Malharia por Urdume

Esse tipo de produção da malha é realizado através do entrelaçamento de fios em sentido longitudinal (sentido do urdume). Nesse processo, do trabalho de cada agulha resulta um único fio.

As máquinas utilizadas no processo de urdume podem ser classificadas em: Raschel que é a mais utilizada até 1996, Kettenstul que responde pela maior parte da produção de malhas de urdume até este ano, com uma produtividade superior a primeira, Malimo que possui produtividade superior às duas primeiras e a do tipo Kohler. Essas duas últimas eram ainda, pouco utilizadas, no Brasil (ver PRADO, 1998).

2.2. Evolução Histórica do Complexo Têxtil Nacional e Regional

Nesta seção, sintetizamos a evolução histórica da indústria têxtil nacional e regional desde a sua implantação até os anos 80. Fica evidente que, ao longo deste período, esta indústria foi marcada por extrema dependência a fatores externos e a políticas governamentais.

2.2.1. Da implantação aos anos 60

A origem da manufatura têxtil Brasileira data dos primórdios do século XVIII. Contudo seu desenvolvimento deu-se, principalmente, a partir da década de 1860, quando o país se lançava para a industrialização. A indústria têxtil começou, então, a florescer e tornou-se uma das atividades mais promissoras na época.²⁷

Sua implantação destinava-se, inicialmente, à produção de tecidos grossos para a população escrava e urbana pobre, além de fornecer sacos para embalar os produtos agrícolas de exportação, vindo a se desenvolver com o passar dos anos. Todavia, em 1785, com sua

²⁶ Os teares circulares possuem produtividade média superior a observada nos teares retilíneos (ver PRADO, 1998).

²⁷ A reconstituição histórica foi baseada exclusivamente em SOARES (1979), ROSA et MELO (1994) e VASCONCELLOS et al (1999).

evolução e expansão e por ameaçar o monopólio comercial da Coroa, a rainha Maria I, através de um decreto, mutilou a indústria têxtil, limitando seu funcionamento apenas para fabricação de tecidos²⁸ ordinários de algodão apropriados para uso de negros ou para ensacar as mercadorias agrícolas²⁹.

O primeiro pólo industrial têxtil desenvolveu-se no Estado da Bahia, Região Nordeste do País. A matéria-prima (algodão) era encontrada em abundância nessa Região e a preços relativamente baixos, se dispunha ainda de bens de capital para a produção de manufaturas têxteis, além disso, a Região dispunha de um excelente sistema portuário e fluvial que facilitava o transporte de equipamentos.

Para que as primeiras fábricas têxteis se implantassem no Brasil foram necessários estímulos do governo brasileiro através da adoção de tarifas protecionistas³⁰ que, por sua vez, davam condições de resistir frente à concorrência das nações mais desenvolvidas.

Até o abrandamento das exigências impostas pelo governo para a formação de sociedades anônimas, a fábrica típica têxtil era caracterizada por ser individual, pois a monarquia não desejava nenhuma forma de organização que pudesse ameaçar a ordem social e o poderio do rei. Após 1889, com a Proclamação da República, tais exigências se dissiparam, possibilitando dessa forma uma modificação na estrutura produtiva têxtil, atingindo-se assim, a cooperação, o que viabilizava ainda mais, o desenvolvimento deste setor (ver SOARES, 1994).

A indústria têxtil algodoeira já se achava bem consolidada no ano de 1892 e ingressava em um período de desenvolvimento por mais quatro décadas até a Grande Depressão ocorrida com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929.

Durante àqueles quase quarenta anos, o Brasil viveu um período de prosperidade, liderado pelo 2º boom cafeeiro. A expansão da indústria têxtil nos primeiros anos do século XX não foi, contudo, fenômeno isolado³¹.

²⁸ Para maiores detalhes acerca do impacto do decreto que mutilou a produção têxtil em 1875 (ver SOARES, 1994).

²⁹ A partir de 1808, esse decreto foi suspenso com a chegada de D. João VI ao Brasil.

³⁰ As tarifas protecionistas já vinham aumentando gradualmente a partir de 1860 até 1879, tornando os investimentos na manufatura têxtil algodoeira, bastante atrativos ver STEIN apud SOARES (1994).

Complementando os efeitos da prosperidade da agricultura com o café, que viabilizava a produção de sacos para embalar os produtos exportados, vieram às tarifas alfandegária sobre os tecidos importados de 25%, que teve efeito multiplicado com a desvalorização cambial, de tal modo que os tecidos nacionais puderam suprir o mercado interno até meados de 1925 (ver STEIN apud SOARES, 1994).

Durante os anos entre 1905 e 1921, houve um aumento do número de fábricas e equipamentos nas manufaturas têxteis de algodão brasileiras. Em 1905, o Brasil possuía 110 fábricas manufatureiras de algodão, sendo que 59 na Região Sudeste, contra 242 fábricas em 1921, sendo 138 dessas na Região Sudeste, demonstrando um aumento da participação desta região relativa à nação. O número de fusos na manufatura têxtil brasileira mais do que dobrou em 16 anos passando de 734.928 em 1905 para 1.521.300 em 1921, o número de teares também mais do que dobrou em 16 anos passando de 26.420 em 1905 para 59.208 em 1921 e as manufaturas de algodão empregavam 108.960 pessoas em 1921, quase três vezes mais do que o número de empregados em 1905 onde empregavam 39.159 pessoas. O número de fusos da Região Sudeste aumentou de 271.938 em 1905 para 725.900 em 1921, o número de teares aumentou de 9.978 em 1905 para 26.500 em 1921 e as manufaturas têxteis de algodão da Região Sudeste empregavam 55.500 em 1921, mais de três vezes o número de empregados em 1905 que era de 15.391 (ver SOARES, 1994).

Entre os anos de 1913 e 1921, foram importados mais de 36.000 toneladas de máquinas de fiação e tecelagem, além de acessórios. Este dado revela o momento excepcional de expansão por que passou a indústria têxtil. A maior parte das importações (78%) desembarcou nos portos do Rio de Janeiro com um total de 13.897 toneladas e Santos com um total de 14.486 toneladas e tinha como destino o interior de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, região sudeste do país, valendo salientar que no período entre 1914 e 1918 as importações de equipamentos e manufaturas têxteis sofreram uma grande redução, pois o fluxo de capital externo diminuiu bastante no país e as importações de equipamentos têxteis retraíram se comparadas com as importações de 1913, período em que o mundo se encontrava em guerra,

²³ Para maiores detalhes a cerca do novo cenário político, econômico e social no início do século XX e o seu impacto sobre o desenvolvimento da indústria têxtil nacional, ver STEIN apud SOARES (1994).

voltando a se recuperar pós o fim do conflito, com isso, a única saída encontrada foi a monopolização do mercado interno³² (ver SOARES, 1994).

De 1921-1927, o valor da produção têxtil aumentou 120% e a expansão do número de trabalhadores foi de 17%, perfazendo um total de 127.483 trabalhadores em 1927 contra um total de 108.960 em 1921, o que se refletiu no elevado índice de rentabilidade do setor, pois os custos com mão-de-obra subiram proporcionalmente menos que o valor da produção. Este período foi, sem dúvida, tido como os *anos dourados para a indústria têxtil*, pois o número de fábricas têxteis passou de 242 em 1921, para 354, em 1927, uma variação de 46%; o número de fúcos quase dobrou em 6 anos, passando de 1.521.300 unidades em 1921, para 2.584.050 unidades em 1927, uma variação de 69%; e o número de teares cresceu de 59.208 unidades em 1921, para 78.383 unidades em 1927, uma variação de 33% (ver SOARES, 1994).

Com a volta da participação dos países industrializados no comércio mundial de têxteis, pós o conflito bélico, a indústria têxtil nacional sofreu certo declínio em sua atividade produtora, devido à volta do abastecimento externo, o que revela, já naquele período, os pontos de gargalos da nossa indústria têxtil, ou seja, a obsolescência tecnológica.

Na década de 40, o pólo de crescimento e desenvolvimento da economia brasileira mudou radicalmente, passando da agricultura para a indústria, período esse em que a economia brasileira vivenciou uma significativa expansão dos investimentos industriais, através do chamado "Processo de Desenvolvimento via Substituição de importações"³³.

No período do conflito, a indústria brasileira possuía grandes possibilidades de expansão não sendo este um fato isolado, pois além da política de substituição de importações, havia também a oportunidade que surgira no mercado externo para produtos nacionais, com a

³² Durante a 1ª Guerra, não houve a concorrência dos países que participavam do conflito no comércio internacional de têxteis, que só retornaria em meados de 1924. A expansão da produção brasileira de manufaturados têxteis na época deveu-se à existência de capacidade ociosa gerada nos primeiros anos do século XX, permitindo inicialmente a oferta desses produtos no mercado interno.

³³ O Processo de Substituição de Importações é um tipo de política desenvolvimentista adotada pelo governo, cujo objetivo principal é desenvolver a indústria nacional, pois passa a produzir internamente produtos que eram antes importados e só continua importando produtos para os quais não haja similar nacional (ver W. Pereira et al, 1981).

Segunda Grande Guerra³⁴ que abria espaço para o escoamento da nossa produção dado a menor concorrência dos produtos manufaturados estrangeiros.

Nesse momento, as fábricas têxteis passaram a expandir suas capacidades produtivas, chegando, até mesmo, a funcionar em um número maior de turnos e a contratar um número maior de trabalhadores (ver ROSA et MELO, 1994).

A partir de 1945, começava-se a observar o que já se havia evidenciado no primeiro pós-guerra em 1918, a volta do abastecimento externo para o mundo e para o Brasil, principalmente dos países desenvolvidos, trazendo graves conseqüências para a indústria têxtil nacional, pois a mesma estava mergulhada em profundo atraso tecnológico com poucas condições de competir com o resto do mundo.

Vale salientar um outro fator que prejudicava o desempenho da indústria têxtil nacional frente à concorrência internacional, a política cambial adotada no governo de Dutra (câmbio fixo e valorizado)³⁵, que favorecia as importações e prejudicava as exportações, resultando, de certa forma, em perda de competitividade.

Segundo ROSA et MELO (1994), a partir de 1950, a indústria têxtil nacional perdeu o mercado externo, pois os maiores produtores mundiais voltaram a abastecer a demanda mundial e além disso, essa indústria não contava com os estímulos concedidos a outros setores da indústria nacional, reduzindo sua capacidade de competição, passando a operar com custos crescentes e menores índices de produtividade devido a obsolescência tecnológica.

Nos anos 50, a indústria têxtil nordestina encontrava-se em situação mais grave do que a verificada nacionalmente, além do problema da redução das exportações, pela volta do abastecimento externo, e do aumento do volume produzido estocado, havia o fato de ter passado por um processo de perda do protecionismo do seu mercado, dado que a abertura de novas rodovias passou a contribuir para uma concorrência mais acirrada entre as produções das

³⁴ Para maiores detalhes sobre o período, ver VIANNA (1997).

³⁵ Para maiores informações acerca da política cambial da época, ver VASCONCELLOS et al (1999).

fábricas têxteis das diversas regiões do país, principalmente da Região Sudeste³⁶, que produzia um produto de melhor qualidade.

Houve, então, perda de participação relativa da indústria têxtil nordestina em relação a indústria têxtil nacional no período 1939-66, para os indicadores de pessoal ocupado, Salários, Valor Bruto da Produção e Valor Agregado Bruto. Observamos que as maiores perdas de participação relativa dão-se, justamente, no período chamado pós-guerra de 1949 a 1959 (ver TABELA 1).

TABELA 1
Participação da Indústria Têxtil do Nordeste em Relação à Indústria Têxtil do País (1939-1966) (%)

Discriminação	1939	1949	1959	1966
Pessoal Ocupado	26,6	23,9	17,9	15,3
Salários	16,4	14,9	11,2	9,1
Valor Bruto da Produção	17,4	17,2	16,3	12,5
Valor Agregado Bruto	17,7	16,4	13,9	10,8

Fonte: Extraído de: ROSA et MELO (1994).

A indústria têxtil nordestina também perdeu participação em relação à indústria de transformação da Região Nordeste, no período posterior à 2ª Guerra mundial. Com relação ao Valor da Transformação Industrial, a indústria têxtil nordestina, restringiu sua participação relativa em cerca de 31,8%, a absorção da mão-de-obra caiu 14% e o Valor Bruto da Produção caiu 11% aproximadamente. Através destes dados, podemos evidenciar a importância da indústria têxtil na indústria de transformação da Região Nordeste, quando em 1949, esta representava mais de um terço em todos os indicadores, vindo a perder participação relativa na década de 50, mas mantendo-se extremamente importante para esta região (ver TABELA 2).

Dado o que foi observado anteriormente podemos caracterizar o período 1949-59, pela perda crescente de importância da indústria têxtil da Região Nordeste, seja no contexto mundial, no contexto nacional, ou no contexto regional, resultado da perda da capacidade competitiva, dado o processo de integração regional e a falta de incentivos governamentais.

³⁶ Para maiores detalhes sobre a integração regional no período pós-Guerra, ver VASCONCELLOS et al (1999).

TABELA 2
Participação da Indústria Têxtil do Nordeste no Total da Indústria de Transformação
(1949/1959) (%)

DISCRIMINAÇÃO	1949	1959
Valor da Transformação Industrial	35,3	24,1
Pessoal Ocupado	37,2	32,0
Valor Bruto da Produção	35,7	31,7

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

A situação dos exportadores nacionais ficou bastante difícil frente à notória recuperação dos países produtores de tecidos de algodão³⁷ no pós-guerra. A indústria têxtil cearense encontrou-se em pior situação relativa, principalmente em função da maior competitividade da indústria têxtil da Região Sudeste, acabando esta por conseguir firmar o domínio de seus produtos no mercado nacional neste período (ver ROSA et MELO, 1994).

Para diminuir as disparidades regionais existentes no Brasil e integrar a Região Nordeste à reprodução de capital a nível nacional, surgiu a proposta do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) encaminhada pela SUDENE no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta (ver VASCONCELLOS et al, 1999).

Segundo ROSA et MELO (1994), durante a década de 50, o grau de obsolescência dos equipamentos utilizados e o excesso de mão-de-obra empregada faziam com que a indústria têxtil regional, no início dos anos 60, apresentasse custos de produção elevadíssimos e produtos de péssima qualidade.

Segundo o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste 1961/63, as principais dificuldades encontradas pela indústria têxtil nordestina eram: problema de mercado, problema de custos elevados e precariedade de crédito. A proposta da SUDENE apud ROSA et MELO (1994), para o desenvolvimento da indústria têxtil da Região Nordeste centrava-se em dois pontos principais: assistência técnica para melhorar a administração e qualificar a mão-de-obra

³⁷ O algodão é a principal matéria-prima usada na indústria têxtil, ver GORINI & SIQUEIRA (1997a).

e assistência financeira para fornecer recursos às empresas têxteis³⁸ no processo de modernização de suas fábricas.

Para concluir os resultados dos projetos, de desenvolvimento industrial, implementados pela SUDENE para a indústria têxtil nordestina, podemos afirmar que, embora o programa de modernização da indústria têxtil tenha conseguido, de algum modo, reverter o quadro anterior à 1959, ainda não foi suficiente para uma real modernização tecnológica da indústria têxtil da Região Nordeste, que permitisse a mesma, colher bons resultados, em comparação a Região Sudeste, o que só será visto anos após.

2.2.2. As Décadas de 70 e 80

No período do “milagre econômico” (1967-1973), a evolução industrial da Região Nordeste passou a depender muito mais da acumulação de capital em nível nacional³⁹ do que da política industrial específica da SUDENE (ROSA et MELO, 1994).

O crescimento da indústria têxtil brasileira, por ser produtora de bens de consumo não-duráveis, não acompanhou as elevadas taxas de crescimento da indústria de bens de consumo duráveis que vigoraram no período do “milagre econômico”. Contudo, a produção têxtil mais do que dobrou nesse período, valendo salientar que a mesma perdeu posição relativa dada à evolução dos bens duráveis.

A indústria têxtil representava 9,2% do valor da transformação industrial brasileira em 1970, caindo para pouco mais de 7% em 1975. Continuou perdendo posição relativa na segunda metade da década de 70, ficando sua participação em 6,2% em 1985 (ver HAGUENAUER, 1990).

³⁸ O programa de reequipamento apresentado tinha por objetivo, inicialmente, a recuperação do parque industrial existente, de forma a aproveitar (quando possível) o equipamento existente. Quando isso não fosse possível, seria recomendada a substituição dos meios de produção (ver ROSA et MELO, 1994).

³⁹ Entre os anos de 1965 e 1970, a FBKF nas indústrias de transformação nordestinas cresceu a uma taxa extraordinária de 25% a.a. (ver MELO, 1987).

No período 1959/69, continuou ocorrendo perda de participação relativa da indústria têxtil da Região Nordeste, tanto em relação à indústria de transformação nordestina como em relação à indústria têxtil do Brasil. Já no período 1969/72, pode-se observar que a indústria têxtil regional teve uma pequena recuperação com relação à indústria têxtil nacional no que se refere ao VTI, mas continuou perdendo posição relativa com relação à indústria de transformação nordestina, melhorando no número de estabelecimentos e no valor da produção. No geral, a indústria têxtil nordestina revelou nítida recuperação no período do milagre (ver TABELA 3).

TABELA 3
Participação Relativa da Indústria Têxtil do Nordeste na
Indústria de Transformação da Região e na Indústria Têxtil do Brasil (1959/1969/1972) (%)

Especificação	TE_{NE}/IT_{NE} (1)	TE_{NE}/TE_{BR} (2)
Nº de Estabelecimentos		
1959	7,0	33,8
1969	5,2	20,7
1972	5,5	19,7
Valor da Produção		
1959	27,4	16,3
1969	16,4	10,9
1972	16,7	11,6
Valor da Transformação		
1959	24,1	13,9
1969	17,1	9,8
1972	15,9	9,9

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

(1) TE_{NE}/IT_{NE} é a relação “VTI da indústria têxtil do Nordeste/VTI do total da indústria regional”

(2) TE_{NE}/TE_{BR} representa a relação “VTI têxtil nordestina/VTI têxtil brasileiro”

O período do milagre reflete o início do período de ajuste e recuperação da indústria têxtil da Região Nordeste e, em particular, do Estado do Ceará, no sentido de uma maior reestruturação produtiva, provocada por uma maior modernização do parque tecnológico têxtil desta Região, dada às políticas setoriais adotadas pelo governo. Tais transformações vieram a diminuir as disparidades da indústria têxtil nordestina com relação às demais regiões do país, principalmente a Sudeste. Assim, a indústria têxtil nordestina foi superando o problema do atraso tecnológico, através de um amplo programa de modernização e de expansão.

Podemos observar que em relação ao número de estabelecimentos, pessoal ocupado e VTI os dados revelaram a tendência de recuperação em todos os indicadores, com exceção no número de pessoal ocupado na indústria têxtil brasileira no período 1970-75. No caso do Brasil

percebemos que todos os indicadores cresceram durante o período 1970-80, ocorrendo o mesmo com a região Nordeste⁴⁰. Mas, com a crise externa⁴¹ que se abateu sobre o País no período 1981-83, observamos um retardamento das atividades têxteis a nível nacional, diferindo-se com relação a Região Nordeste (ver TABELAS 4 e 5).

TABELA 4
Indicadores da Indústria Têxtil Brasileira (1970/1985)

ANOS	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	VTI (em US\$ mil)
1970	5.309	342.839	1.084.534
1975	6.138	333.776	2.317.107
1980	7.177	417.750	4.892.613
1985	5.570	351.360	4.561.973

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

TABELA 5
Indicadores da Indústria Têxtil Nordestina (1970/1985)

ANOS	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	VTI (em US\$ mil)
1970	689	38.379	110.065
1975	1.021	44.695	301.525
1980	1.343	62.887	679.875
1985	1.350	56.508	693.994

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

A indústria têxtil nordestina também sofreu o impacto da crise iniciada em 1981, cujo crescimento era significativo na década de 70, chegando, inclusive, a superar a média de evolução da indústria têxtil em nível nacional. Essa indústria não apresentou queda nos indicadores observados, apenas uma diminuição na taxa de crescimento no primeiro quinquênio da década de 80 à exceção do pessoal ocupado. Contudo, notamos que o impacto da crise dos anos 80 foi bem maior para o Brasil do que para o Nordeste, o que vem a confirmar a consolidação da indústria têxtil no cenário regional e mostrar que as políticas de desenvolvimento industrial, adotadas anteriormente, via SUDENE e acumulação de capitais em nível nacional, de modernização e posteriormente de expansão da indústria, surtiram efeitos (ver TABELAS 4 e 5).

⁴⁰ Vale salientar que as taxas de crescimento para todos os indicadores, durante a década de 70, são superiores para a indústria têxtil nordestina.

⁴¹ Para informações detalhadas sobre a crise externa brasileira no período de 1981/83, ver Vasconcellos et al (pag. 270; 1999).

Tal desempenho demonstrou que a participação da indústria têxtil nordestina na mesma indústria brasileira vinha crescendo no período 1970/85. Isto mostrou a tendência de recuperação da primeira, principalmente na primeira metade da década de 80⁴² (ver TABELA 6).

TABELA 6
Participação Relativa da Indústria Têxtil do Nordeste na Indústria Têxtil do Brasil
(1970 - 1985) (%)

ANOS	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	VTI
1970	12,97	11,19	10,14
1975	16,63	13,39	13,01
1980	18,71	15,05	13,89
1985	24,24	16,08	15,21

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

Os indicadores de desempenho da indústria têxtil cearense nas décadas de 70 e 80 revelaram as tendências mais amplas da indústria têxtil nordestina. Tais indicadores evoluíram para níveis significativos durante o período 1970/85. Comparando os indicadores da indústria têxtil cearense com os indicadores da indústria têxtil brasileira e nordestina, percebemos que o desempenho da indústria têxtil no Estado foi bem melhor do que o da indústria têxtil em nível regional e nacional. Isto revelou que o impacto do programa de modernização e expansão da indústria têxtil inicialmente via SUDENE e posteriormente através de políticas nacionais e setoriais de acumulação de capitais, foi melhor absorvido pelo Estado (ver TABELA 7).

Durante toda a década de 70, o VTI da indústria têxtil cearense cresceu a uma taxa média de (751,62%), portanto, em nível bem superior ao verificado para a indústria têxtil nordestina (517,7%) e para a indústria têxtil Brasileira (351,13%) no mesmo período. Já, na primeira metade da década de 80, o VTI da indústria têxtil brasileira se reduziu em 6,76% e o VTI da indústria têxtil nordestina se elevou em 8,9%, enquanto, no Ceará a taxa de crescimento do VTI se reduziu, mas continuou positiva em torno de 20,15% (TABELA 7).

⁴² A partir de 1985, e especialmente com o Plano Cruzado em 1986, que aumentou o poder aquisitivo da população, a indústria têxtil foi novamente incorporada a expansão da economia pois a mesma é produtora de bens saláris, mas com a estagnação econômica no período 1987/89, que provocou a corrosão dos salários reais pela inflação, a indústria têxtil passou a decrescer a 2,1% a.a. (ver HAGUENAUER, 1990).

TABELA 7
Indicadores da Indústria Têxtil Cearense (1970/1985)

ANOS	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	VTI (em US\$ mil)
1970	159	5.485	17.512
1975	198	8.593	66.620
1980	224	10.840	145.633
1985	358	13.567	174.986

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

A indústria têxtil cearense reagiu melhor à crise, no início da década de 80, do que a indústria têxtil da Região e do País, pois a indústria têxtil cearense apresentou uma trajetória de crescimento enquanto a indústria têxtil regional crescia menos e a brasileira apresentava uma tendência de queda (ver ROSA et MELO, 1994).

A evolução da importância da indústria têxtil cearense no total da indústria de transformação do Estado mostra a boa performance da primeira no período 1970/85. A indústria têxtil cearense ampliou sua participação no número de estabelecimentos, reduziu a proporção no número de empregados e aumentou sua participação no VTI na indústria do Estado entre os anos de 1970 e 1985 (ver **TABELA 8**). Estes dados são importantes quando, segundo ROSA et MELO (1994), considera-se que nesses quinze anos a indústria cearense se expandiu com base no crescimento da importância dos setores ditos tradicionais. No período pós-milagre econômico, a indústria têxtil cearense conseguiu manter e expandir a sua importância relativa no Estado e ampliá-la na indústria têxtil da Região Nordeste e do País como um todo.

TABELA 8
Participação Relativa da Indústria Têxtil Cearense na
Indústria de Transformação do Estado do Ceará (1970-1985) (%)

ANOS	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	VTI (em US\$ mil)
1970	3,93	13,72	20,32
1975	4,87	13,18	23,23
1980	3,89	11,19	21,44
1985	5,80	12,24	22,65

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

Podemos observar que a tendência geral da participação relativa da indústria têxtil cearense na indústria têxtil do País e do Nordeste, foi de oscilação ascendente. Isto demonstrou que a indústria têxtil no Ceará teve um desempenho mais satisfatório do que na região Nordeste e no País em todos os indicadores em análise, quando em 1985, esta representava cerca de um

quanto do número de estabelecimentos, do pessoal ocupado e do VTI da indústria têxtil da Região Nordeste (ver TABELAS 9 e 10).

TABELA 9
Participação Relativa da Indústria Têxtil Cearense na
Indústria Têxtil do Nordeste (1970-1985) (%)

ANOS	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	VTI (em US\$ mil)
1970	23,07	14,29	15,01
1975	19,39	19,22	22,09
1980	16,67	17,33	21,42
1985	26,51	24,00	25,21

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

TABELA 10
Participação Relativa da Indústria Têxtil Cearense na
Indústria Têxtil do Brasil (1970-1985) (%)

ANOS	Nº de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	VTI (em US\$ mil)
1970	2,99	1,59	1,61
1975	3,22	2,57	2,87
1980	3,12	2,59	2,97
1985	6,42	3,86	3,83

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

TABELA 11
FINOR Liberado para a Indústria Têxtil (1970-1988)

ANOS	CEARÁ	NORDESTE	CE/NE (%)
1970	11.483,00	48.282,00	23,78
1971	5.260,00	52.284,00	10,06
1972	10.964,00	42.727,00	25,66
1973	3.221,00	25.554,00	12,61
1974	5.261,00	44.640,00	11,79
1975	8.557,00	90.673,00	9,44
1976	4.423,00	65.903,00	6,71
1977	12.458,00	60.335,00	20,65
1978	13.850,00	73.998,00	18,72
1979	24.973,00	111.523,00	22,39
1980	14.051,00	54.654,00	25,71
1981	18.509,00	64.528,00	28,68
1982	23.030,00	66.450,00	34,66
1983	26.512,00	58.849,00	45,05
1984	20.561,00	49.164,00	41,82
1985	18.652,00	41.941,00	44,47
1986	61.116,00	105.849,00	57,74
1987	23.854,00	52.227,00	45,67
1988	25.165,00	52.476,00	47,96

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

(*) em Cr\$ mil de março de 1989.

Do total de recursos liberados para a indústria nordestina, aproximadamente 15%, destinavam-se à indústria têxtil, a qual concentrava-se notadamente no Estado do Ceará. O Ceará absorveu parcelas significativas e crescentes dos recursos liberados pelo FINOR no período 1970/88, chegando, a partir de 1983, a se aproximar de 50% do total dos recursos liberados para a indústria têxtil da Região. Vale salientar que em 1986 a indústria têxtil cearense absorveu aproximadamente 58% dos recursos liberados para esta indústria na região (ver TABELA 11 acima).

Os indicadores da indústria têxtil cearense revelaram que esta vem crescendo mais do que a indústria têxtil nordestina e brasileira. Tal tendência fica mais evidente quando se observa a crescente proporção de absorção dos recursos do FINOR. A tradição cearense de produtor de algodão (que se encontrava em fase de decadência⁴³), a maior disponibilidade de mão-de-obra e a cultura do empresariado local de privilegiar setores ditos tradicionais, podem ter sinalizado para a maior atratividade do Estado na década de 80.

2.2.2.1. Análise comparada dos principais indicadores da indústria têxtil nos anos 70 e 80

Segundo FAJNZYLBER apud ROSA et MELO (1994) a produtividade⁴⁴ é vista como um dos indicadores de competitividade da indústria. Com isso, na comparação entre indústrias, as que apresentarem maior produtividade serão também as mais competitivas. Podemos então, observar o comportamento da produtividade da indústria têxtil cearense nas décadas de 70 e 80 e comparar com a indústria têxtil brasileira e nordestina.

Em 1970, a produtividade da indústria têxtil cearense já era superior à brasileira, o que mostra o êxito do programa de modernização da indústria têxtil via SUDENE, vindo a evoluir de forma satisfatória a partir de então. Isso se deve ao fato de que a indústria têxtil cearense ultrapassou o padrão tecnológico nacional médio, pois a indústria têxtil cearense absorveu de

⁴³Para uma análise mais aprofundada acerca da produção algodoeira cearense na década de 90 (ver Boletim Conjuntural da SUDENE, 2000) e (ABIT, 2002).

⁴⁴produtividade pode ser entendida como o produto por unidade de trabalho, ver Pereira W. (1981).

forma mais satisfatória os incentivos governamentais de modernização e expansão industrial, que os demais estados do país.

Vale a pena observar que no período 70/80, época do milagre econômico, I e II PNDs, a produtividade das indústrias têxteis brasileira, nordestina e cearense vinham crescendo extraordinariamente devido à modernização dos seus parques tecnológicos. A indústria têxtil nacional aumentou sua produtividade média de US\$ 3.174,22 em 1970, para US\$ 14.137,34 em 1980, uma variação de 345,38%. Enquanto isso, a indústria têxtil cearense aumentou sua produtividade média de US\$ 3.225,91 para US\$ 13.434,86 no mesmo período, uma variação de 316,47%. Mas, na primeira metade da década de 80, revelou-se uma diferenciação de comportamento da produtividade, decrescendo para o País e crescendo para o Estado, onde este último alcançou no ano de 1985 uma produtividade média de US\$ 14.144,23 superior a do País cuja produtividade média era igual a US\$ 13.042,09 no mesmo ano. Se fizermos uma comparação da participação relativa da produtividade média do Estado com relação ao país no período 1970/85 iremos constatar um aumento de participação da ordem de 6,81% (ver ROSA et MELO, 1994).

A indústria têxtil cearense, em 1970, pagava menores salários e tinha um tamanho médio de suas unidades inferior à indústria têxtil brasileira. No entanto, a diferença de tamanho foi se reduzindo, chegando a média nacional a ser superada na primeira metade da década de 80. Quanto aos salários, continuaram defasados no Estado⁴⁵. Apesar dos salários médios na indústria têxtil cearense serem menores do que em nível nacional, eles sofreram uma maior variação no período 1970/85 de 157,41%, enquanto o aumento verificado para o País foi de 145,51% no mesmo período, o que demonstra que a participação na folha de pagamento da indústria têxtil cearense aumentou relativamente ao País, passando de 56,45% para 59,19% (ver TABELAS 12 e 13).

⁴⁵ O baixo nível dos salários presentes na indústria têxtil cearense é devido às particularidades do mercado de trabalho cearense, o qual apresenta um nível de desemprego proporcionalmente maior do que o verificado no País (ver ROSA et MELO, 1994).

TABELA 12
Salário Médio da Indústria Têxtil do Brasil e do Ceará (1970-1985)

ANOS	BRASIL		CEARÁ		(CE/BR)*100 (%)
	Salário Médio (em US\$)	Ind. De Var. 1970 = 100	Salário Médio (em US\$)	Ind. De Var. 1970 = 100	
1970	841,08	100,00	474,80	100,00	56,45
1975	1.488,21	176,94	852,76	179,60	57,30
1980	2.469,32	293,59	1.241,97	261,58	50,30
1985	2.064,97	245,51	1.222,17	257,41	59,19

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

(1) Pme é a produtividade média

TABELA 13
Tamanho da Indústria Têxtil do Brasil e do Ceará (1970-1985)

ANOS	BRASIL		CEARÁ		(CE/BR)*100 (%)
	Tamanho Médio ⁽¹⁾ (em US\$)	Ind. De Var. 1970 = 100	Tamanho Médio ⁽¹⁾ (em US\$)	Ind. De Var. 1970 = 100	
1970	271.007,13	100,00	135.213,43	100,00	49,89
1975	462.837,90	170,78	367.739,10	271,97	79,45
1980	787.325,46	290,52	650.151,23	480,83	82,58
1985	822.705,64	303,57	1.250.394,44	924,76	151,99

Fonte: Extraído de ROSA et MELO (1994).

(1) O tamanho médio foi avaliado pelo Produto (VTI), em US\$, por estabelecimento.

O aumento da produtividade verificado na indústria têxtil do Estado no período 1970/85, com o correspondente aumento dos salários, que ainda se mantinham abaixo da média nacional, indica que a indústria têxtil cearense era mais rentável do que a indústria têxtil brasileira⁴⁶ nesse período.

Uma forma de ver isto é pelo comportamento da participação da folha salarial no produto. Em 1970, 14,7% representava a parcela do produto que servia para pagar os trabalhadores na indústria têxtil cearense, vindo o restante a representar a remuneração ao capital. A parcela salarial na indústria têxtil era menor no Ceará do que no Brasil. A partir deste ano, observamos uma tendência de queda da participação dos salários no produto total. Em 1985, apenas 8,64% do produto destinava-se a remunerar os trabalhadores na indústria têxtil cearense, contra 15,8% na indústria têxtil Brasileira (ver TABELA 14). Podemos, então, concluir que a modernização da indústria proporciona um aumento salarial mas uma queda na folha de pagamentos total o que torna mais rentável e competitiva a indústria têxtil cearense (ver ROSA et MELO, 1994).

⁴⁶ Ao se melhorar a tecnologia na indústria têxtil cearense, seu impacto sobre a produtividade é maior do que sobre os salários, faz com que a rentabilidade na indústria têxtil cearense seja superior a do País (ver ROSA et MELO, 1994).

TABELA 14
Parcela Salarial da Indústria Têxtil do Brasil e do Ceará (1970-1985) (%)

ANOS	BRASIL		CEARÁ		(CE/BR)*100 (%)
	Parcela Salarial	Ind. De Var. 1970 = 100	Parcela Salarial	Ind. De Var. 1970 = 100	
1970	26,47	100,00	14,72	100,00	55,60
1975	21,30	80,47	10,95	74,39	51,43
1980	17,47	65,96	9,24	62,77	52,93
1985	15,83	59,87	8,64	58,69	54,58

Fonte: Extraído de ROSA et MELO(1994).

Em 1970, o segmento de fiação e tecelagem detinha uma expressiva participação (63,86% do pessoal ocupado e 59,57% do VTI), vindo esta proporção a crescer até 1985 (72,58% do pessoal ocupado e 71,31% do VTI). Este é um indicador de que no País o maior dinamismo da indústria têxtil estava no segmento de fiação e tecelagem. Nota-se que fiação e tecelagem a partir de fibras artificiais vem ganhando destaque, aumentando sua participação relativa com relação aos demais segmentos, no número de pessoal ocupado de 7,91% passando para 18,33% e no VTI de 9,41% para 18,13% no período 1970/85. Enquanto isso, a participação da fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão vem mantendo sua participação estável no número de pessoal ocupado e diminuindo drasticamente sua participação no VTI no mesmo período (ver ROSA et MELO, 1994).

O segmento cearense de beneficiamento de fibras têxteis detinha uma significativa parcela de 63,36% do VTI em 1970. No entanto, é notória a sua perda de posição após 15 anos, passando para 28,31% do VTI em 1985, mantendo sua participação no número de pessoas ocupadas. Enquanto isso, o segmento de fiação e tecelagem, evoluiu de 23,46% do VTI em 1970, para 68,62% em 1985, mas registrou uma queda significativa no número de pessoas ocupadas no mesmo período na ordem de 85%, isso vem a refletir o impacto das políticas da SUDENE e de acumulação de capital a nível nacional que tinha como objetivo a maior modernização e renovação do parque tecnológico têxtil regional e cearense, onde tais investimentos têm se concentrado nos segmentos de fiação e tecelagem além de ter como forte característica ser poupadora de trabalho (ver ROSA et MELO, 1994).

Podemos observar que, em 1970, predominava a fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão, passando o segmento de fiação e tecelagem que utiliza fibras artificiais a ser predominante no decorrer da década de 70. É nesta nova base que se situa a indústria têxtil

cearense, ou seja, utilizando como principal matéria-prima produtos que vem da indústria química e petroquímica e não somente da agricultura.

Este Capítulo analisa a produtividade da indústria têxtil nacional. A produtividade do segmento de fiação e tecelagem cresceu mais do que a produtividade dos demais segmentos para o Brasil e Nordeste especialmente para o Ceará. Vale ressaltar o ganho de importância do segmento de fabricação de tecidos em malha no País, este não identificado no Estado, pelo menos até 1985 (ver ROSA et MELO, 1994).

Neste capítulo analisamos a produtividade da indústria têxtil nacional nos tempos de crise econômica. O objetivo é avaliar a produtividade da indústria de fiação e tecelagem em relação aos demais segmentos da indústria têxtil (malha e outros tecidos) e ao setor de fiação e tecelagem estrangeira.

3.1. Pré-condições para a produtividade

Neste capítulo analisamos as condições econômicas e sociais que afetam a produtividade da indústria têxtil nacional durante a década de 1980.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que a década de 1980 foi uma década de recessão econômica para o Brasil e para o Nordeste. A economia brasileira sofreu uma forte desaceleração durante a década de 1980, com uma queda de 10% no PIB.

A crise econômica foi o principal motivo dos graves desequilíbrios internos que condicionaram o desenvolvimento da economia brasileira durante a década de 80. As principais estratégias econômicas adotadas foram os Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor, onde tentamos controlar a inflação. O Plano Collor que enfatizou a preservação da estrutura econômica e a abertura para investimentos estrangeiros liberalizantes e expôs o Brasil na globalização.

Em segundo lugar, é importante lembrar que a década de 1980 foi uma década de crise econômica para o Brasil e para o Nordeste. A economia brasileira sofreu uma forte desaceleração durante a década de 1980, com uma queda de 10% no PIB.

3. INDÚSTRIA TÊXTIL BRASILEIRA PÓS-ABERTURA COMERCIAL

Este Capítulo tem por objetivo apresentar a evolução recente da indústria têxtil nacional através de indicadores relativos ao desempenho desta indústria nos anos 90, destacando alguns aspectos conjunturais. Neste contexto, serão abordados os principais problemas que afligem o complexo têxtil em termos de competitividade. De início, abordaremos os fatores condicionantes para a abertura comercial brasileira.

Neste capítulo, analisamos as características mais importantes dos principais segmentos que compõem a indústria têxtil brasileira, ou seja, a produção nacional e internacional, o número de firmas nacionais, o número de empregados e a evolução do parque tecnológico de cada segmento, além das exportações e importações de fios, tecidos e malhas, em volume (toneladas) e em valor (US\$ mil FOB) no período pós-abertura comercial.

3.1. Pré-condições para a Abertura Comercial

Nesta seção, abordaremos a nova integração econômica da economia brasileira, traçando um perfil do Brasil na década de 90.

Em primeiro lugar, observamos as chamadas pré-condições internas para a abertura da economia brasileira, enfatizando principalmente as políticas econômicas adotadas durante a década de 80, que se dedicaram principalmente ao combate da inflação.

A alta inflação foi o principal sintoma dos graves desequilíbrios internos que condicionaram o desempenho da economia brasileira durante a década de 80. As principais estratégias de combate à inflação foram os Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor, onde ressaltamos principalmente o chamado Plano Collor que enfatizam a promoção à abertura econômica, dando início as chamadas medidas liberalizantes e engajando o Brasil na globalização dos mercados.

Em segundo lugar, observamos as condições externas para a abertura da economia brasileira, partindo do “Consenso de Washington”, pois é a partir deste que as economias latino

americanas começaram a aceitar as hipóteses de que as crises econômicas estavam relacionadas a fatores econômicos internos, como o protecionismo governamental, dando início a políticas liberalizantes através da abertura comercial.

Os Planos Cruzado, Bresser e Verão⁴⁷ conseguiram apenas um controle temporário da inflação, tendo em vista que não conseguiram solucionar os conflitos distributivos de renda e os desequilíbrios estruturais da economia. Diante dessa conjuntura adversa herdada da chamada “década perdida”, marcada pelo aumento da inflação, o excesso de liquidez na economia e o elevado déficit público é que surge um novo plano de estabilização econômica em 15 de março de 1990, o chamado Plano Collor I, que traz como objetivos principais promover uma estabilização da economia, através do controle do processo inflacionário e da redução do déficit público e visava implantar medidas liberalizantes através da abertura comercial.

O Presidente Fernando Collor de Melo fez campanha e assumiu o governo com um discurso no qual a abertura da economia brasileira e a integração desta ao movimento de globalização, assumia o papel principal.

No Plano Collor ganhou força a tese de que o insucesso dos choques antiinflacionários do governo Sarney era advindo do excesso de liquidez dos haveres financeiros não monetários, destacando-se que a possibilidade de se promover uma rápida monetização das aplicações financeiras levava a uma expansão da demanda dos bens de consumo, ativos reais e de risco ocasionando, assim, uma forte pressão inflacionária. Ressalta-se que o medo da “fuga” de ativos financeiros tornava as políticas monetárias e fiscais inócuas, o que impossibilitava o rompimento com a indexação. A chamada moeda indexada em que a oferta se expande com a inflação, e as elevadas taxas de juros essenciais para a rolagem da dívida pública impossibilitava que as políticas monetária, fiscal e cambial fossem eficazes. O Plano Collor visava de imediato romper a indexação da economia.

Dentre as medidas do Plano Collor, vale a pena destacar no contexto da reforma administrativa o programa de privatizações, além desta reforma houve mudança no regime

cambial através da implantação de um regime de taxas flutuantes. Adicionando-se a esse fato ocorreu alteração na política comercial e se iniciou um processo intenso de liberalização do comércio exterior.

Para romper com a indexação, o Plano Collor realizou confisco da liquidez, congelando o estoque de moeda existente na economia, mas o choque sobre os estoques monetários acabou promovendo uma profunda desestruturação nas condições de emprego e produção, fracassando, assim, o Plano Collor I.

Diante desse fracasso, o governo lança em 31 de janeiro de 1991 o chamado Plano Collor II⁴⁸, funcionando como uma nova tentativa imediatista, representando uma volta à ortodoxia e uma tentativa de combate gradualista da inflação, dando ênfase maior à negociação da dívida externa e promovendo maior aproximação do país com o sistema financeiro internacional.

Diante da conjuntura econômica não favorável, dado ao impeachment do presidente Collor, o Plano Collor II fracassa, mas traz à tona a discussão sobre o processo de privatização e a mudança de estratégia do comércio exterior. Passando-se a seguir os princípios do Consenso de Washington, onde a abertura comercial, através da liberalização das importações passa a ser vista como a “salvadora da pátria”, trazendo uma maior eficiência produtiva e promovendo o crescimento econômico, tendo a integração econômica brasileira ao mercado global como base para uma nova estratégia de desenvolvimento econômico.

De acordo com os princípios do Consenso de Washington, a abertura comercial traria efeitos positivos, pois a redução das tarifas e a apreciação cambial, reduzindo o preço dos produtos importados, aumentaria o leque de bens aos quais o consumidor teria acesso. Além disso, a abertura comercial promoveria uma integração da economia brasileira à economia global aumentando a eficiência competitiva, o que levaria, no futuro, a um aumento do coeficiente de exportações, e, na medida que as exportações crescessem mais rápido que as importações, os constrangimentos desapareceriam.

⁴⁷ Para maiores detalhes sobre os Planos de Estabilização ver Vasconcellos et al (1999) & Capítulo 13 do livro “A Ordem do Progresso” (1997).

⁴⁸ Para maiores detalhes sobre os Planos Collor I e II, ver Vasconcellos et al, 1999.

O Consenso de Washington, realizado em novembro de 1989, representou um conjunto de regras de condicionalidades aplicadas pelos organismos financeiros internacionais aos países devedores do chamado mundo capitalista periférico e ao ex-mundo socialista, para que estes pudessem obter o apoio financeiro e político de grandes potências.

As reformas comerciais liberalizantes recomendadas pelo Consenso de Washington foram plenamente aceitas pelo governo Collor, assumindo este na Rodada do Uruguai uma postura favorável às posições Norte-Americanas. A partir do Consenso de Washington passou a se admitir de maneira aberta a tese de falência do Estado o qual passou a ser visto como incapaz de promover políticas macroeconômicas eficazes. Nessa perspectiva, a existência de crise nos países Latino-Americanos tinha como causas:

1. A indisciplina fiscal
2. Intervenção estatal excessiva.

De modo geral as propostas do Consenso de Washington para combater tal crise convergem para dois objetivos principais:

1. Promover uma drástica redução do papel do Estado;
2. Promover a abertura à importação de bens e serviços.

Os princípios neoliberais consolidados no Consenso de Washington foram seguidos pelo governo brasileiro tendo em vista a liberdade de agir que o Brasil desejava, visando prosseguir no processo de industrialização, principalmente nas áreas de informática e na área químico-farmacêutica. Diante dos sucessivos planos heterodoxos e ortodoxos de combate à inflação, e devido à vulnerabilidade externa dado ao endividamento externo, o Brasil não teria mais condições de reagir às pressões do governo Norte-Americano e dos organismos multilaterais de crédito. Dessa forma, o governo Collor realizou a adesão do Brasil aos princípios neoliberais consolidados no Consenso de Washington.

3.2. Panorama Econômico Geral

Nos anos de 1990, a economia brasileira vivenciou, por um lado, uma certa estabilidade econômica, possibilitada a partir de julho de 1994, com o Plano Real, adotado no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, por outro, um intenso processo de abertura econômica, implementado pelo Presidente, em exercício, Fernando Collor de Mello, em março de 1990. Intensificou-se, assim, a concorrência com os produtores estrangeiros, pois essa abertura econômica caracterizava-se basicamente por acentuadas reduções nas alíquotas de importação e por reduções nas quotas de importação que são até mais importantes, dado que o Brasil não mais restringia quantitativamente as exportações mundiais.

De início, estas medidas produziram pouco impacto no período de 1990 a 1994, por causa da hiperinflação que alcançou 2.708,2 pontos percentuais em 1993⁴⁹ (IGP-DI/FGV), inviabilizando, assim, qualquer atividade importadora. Com a adoção do Plano Real que trouxe estabilidade econômica, devido à queda da inflação, que passou de 909,67 pontos percentuais em 1994 para 14,78 pontos percentuais em 1995 (IGP-DI/FGV), os impactos da abertura comercial começaram a surtir efeito (ver TABELA 15).

TABELA 15
Índices de Inflação no Brasil (em %)

Período	IGP-DI/ FGV	IGP-M/ FGV	INPC/ IBGE	IPCA/ IBGE	IPC/ FIPE	ICV/ DIEESE
1992	1.157,95	1.174,68	1.149,06	1.119,10	1.129,56	1.127,52
1993	2.708,17	2.567,34	2.489,11	2.477,15	2.490,99	2.702,72
1994	909,67	869,74	929,32	916,46	941,24	1.083,25
1995	14,78	15,25	21,98	22,41	23,17	46,18
1996	9,34	9,20	9,12	9,56	10,03	13,18
1997	7,48	7,74	4,34	5,22	4,83	6,11
1998	1,70	1,78	2,49	1,65	(1,79)	0,49
1999	19,98	20,10	8,43	8,94	8,64	9,57
2000	9,81	9,95	5,27	5,97	4,38	7,21
Jan. 01	0,49	0,62	0,77	0,57	0,38	0,83
Fev. 01	0,34	0,23	0,49	0,46	0,11	0,23
Mar. 01	0,80	0,56	0,48	0,38	0,51	0,48

Fonte: IEMI.

Segundo PRADO (1998), as medidas de abertura comercial eram vistas com terror por alguns, ou como solução de seus problemas por outros, pois com a estabilização monetária,

⁴⁹ Para maiores informações sobre a hiperinflação brasileira no período 1990/94 ver Vasconcellos et al (1999).

junto a um câmbio super valorizado (US\$ 1 = R\$ 0,97 em 1995, ver TABELA 16), as compras no exterior passaram a ser tão viáveis quanto às feitas no mercado doméstico e permitiram não só a aquisição de insumos mais baratos, como também a substituição de produtos manufaturados nacionais não competitivos por produtos importados.

TABELA 16
Taxas de Câmbio

Período	Comercial (R\$/US\$)	Paralelo
1995	R\$ 0,9725	**
1996	R\$ 1,0394	**
1997	R\$ 1,1164	**
1998	R\$ 1,2087	1,290
1999	R\$ 1,8156	**
2000		
Jan	R\$ 1,8024	1,950
Fev	R\$ 1,7685	1,888
Mar	R\$ 1,7473	1,875
Abr	R\$ 1,8067	1,870
Mai	R\$ 1,8266	1,917
Jun	R\$ 1,8000	1,920
Jul	R\$ 1,7748	1,905
Ago	R\$ 1,8234	1,937
Set	R\$ 1,8437	1,980

Fonte: Banco Central do Brasil.

O PIB brasileiro teve um crescimento real após a adoção do Plano Real que durou até 1997, quando estourou a crise externa asiática, que obrigou o País a elevar sua taxa de juros doméstica (ver site BACEN em anexo) para conter a fuga de capitais e evitar assim uma desvalorização do câmbio, mas, mesmo assim, as reservas internacionais caíram do seu pico máximo do Plano Real em 1996 de US\$ 60.110 milhões para US\$ 52.173 milhões em 1997 (ver TABELAS 17 e 18).

TABELA 17
PIB do Brasil 1994 - jan/jun 2000

Período	R\$ bilhões ⁽¹⁾	Taxa Anual ⁽²⁾	US\$ bilhões
1994	349,2	+5,9%	543,1
1995	646,2	+4,2%	705,5
1996	778,9	+2,7%	775,5
1997	864,1	+3,6%	801,7
1998	899,8	-0,1%	775,5
1999	1.010,1	+0,8%	556,2
2000 (jan/jun) ⁽³⁾	**	+3,8%	**

Fonte: Banco Central do Brasil;

Nota: (1) - resultados a preços nominativos;

(2) - índice de variação anual, em termos reais (deflacionado);

No período pós-Real, obtivemos um aumento da renda doméstica, que se propagava em maior consumo por bens salários, principalmente por causa da extinção do imposto inflacionário, tendo um impacto positivo sobre a indústria têxtil. Contudo, com a segunda crise externa, da Rússia, o governo manteve elevadas as taxas de juros, mas, uma nova fuga de capitais ocorreu, fazendo com que as reservas internacionais caíssem ainda mais para US\$ 44.556 milhões em 1998. Essas elevações sucessivas na taxa de juros tiveram efeitos positivo e negativo. Negativo, pois reduziu a produção doméstica e, em particular, da indústria têxtil dado o alto custo para se efetivar investimentos nesse período e positivo pela ótica do comércio exterior, reduzindo às importações devido o alto custo de se tomar capital emprestado (ver TABELA 18).

TABELA 18
Reservas internacionais

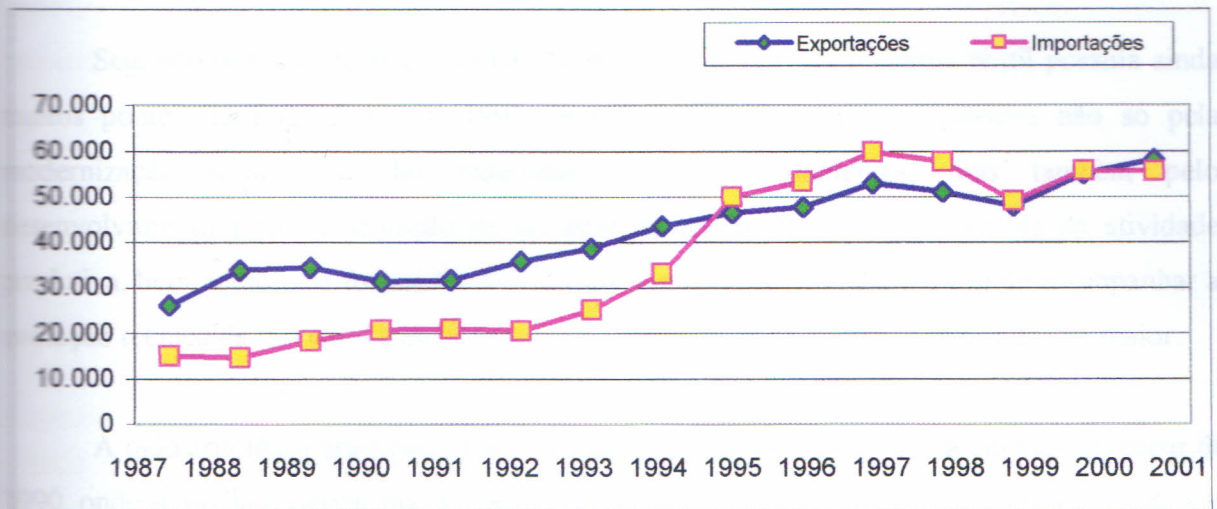
Período	US\$ milhões
1993	32.211
1994	38.806
1995	51.840
1996	60.110
1997	52.173
1998	44.556
1999	36.342
Jan/2000	37.560

Fonte: Banco Central do Brasil.

Dentro desta nova realidade, a indústria nacional e em particular a indústria têxtil, tinha que ajustar o preço de seus produtos aos níveis vigentes no mercado internacional, pois as mesmas estavam perdendo competitividade devido aos seus elevados custos, e ao elevado índice de obsolescência tecnológica. Além disso, tinham que reestruturar suas unidades produtoras para continuarem operando no mercado.

No período pós-Real, ocorreu uma explosão importadora que ameaçava acabar com a indústria nacional e principalmente a têxtil (ver GRÁFICOS 1 e 2). Mas, os empresários, a partir de 1995, reagiram sob pressão, elevando os níveis de produtividade de seus processos produtivos, diversificando suas ofertas, ajustando seus preços aos níveis praticados pelos seus novos concorrentes, elevando os padrões de qualidade de seus produtos, tudo isso, pois agora atendiam a uma classe de consumidores mais exigentes e mais conhecedores de seus direitos, o que forçava o aperfeiçoamento das políticas de distribuição e atendimento ao público por parte dos empresários nacionais (ver PRADO, 1998).

GRÁFICO 1
Balança Comercial Brasileira
(US\$ milhões)



Fonte: MDIC/SECEX - Elaboração própria (2002).

Nesta fase, as empresas brasileiras, notoriamente as têxteis, tiveram que se modernizar na busca de obter melhorias de qualidade e produtividade para enfrentar esse novo cenário, passando, assim, por um processo intenso de reestruturação produtiva, via modernização e renovação do parque tecnológico, ou seja, surge após 1990, e principalmente com o Plano Real, um novo padrão de concorrência ao qual a indústria brasileira como um todo passou a estar inserida.

O aumento da concorrência externa levou a consequências graves sobre a indústria nacional, e a indústria têxtil em particular, através de exclusões de empresas ineficientes e com tecnologias obsoletas de produção e gestão, o que veio agravar o quadro de desemprego ao qual o Brasil já vinha enfrentando devido ao processo de estabilização econômica que obrigava o país a adotar e manter elevadas taxas de juros e diminuir o déficit público para garantir as metas inflacionárias (ver site BACEN em anexo).

Vale ressaltar que a modernização, em curso, na indústria têxtil foi forçada, em grande medida por pressões externas de produtos mais competitivos que entravam no País com preços até inferiores aos custos de produção domésticos que eram altíssimos por causa da

obsolescência dos equipamentos utilizados na maior parte das fábricas têxteis brasileiras e pelo alto custo com trabalho nas unidades produtivas (ver GORINI & SIQUEIRA, 1997a).

Segundo trabalho do BANCO DO NORDESTE (1997), a indústria têxtil possuía ainda muitos pontos de fragilidade em 1997. A superação desses pontos passava não só pela modernização tecnológica das máquinas e dos equipamentos, mas também pelo desenvolvimento e implementação de técnicas modernas de gestão e controle da atividade produtiva, bem como pela formação de recursos humanos de qualidade a fim de acompanhar a evolução técnica da indústria e as exigências do mercado consumidor, que é cada vez maior.

A indústria têxtil brasileira, diante do novo padrão de concorrência em vigor a partir de 1990, onde se podia observar maior competitividade global e um mercado consumidor cada vez mais exigente e bem informado, procurou minimizar a relação preço/qualidade, ou seja, diminuir preço e aumentar qualidade, para manter e/ou aumentar posições relativas no mercado, ou seja, ser mais competitiva⁵⁰.

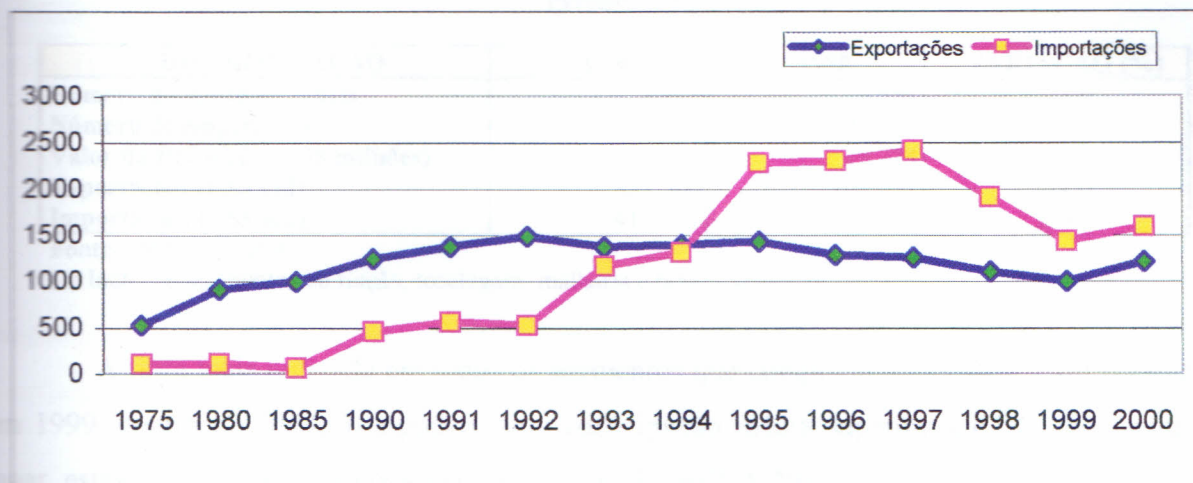
De acordo com PRADO (1999), no processo de ajuste da indústria têxtil às novas exigências do mercado no contexto de uma economia globalizada, merecem destaque as seguintes transformações:

- a) Pelo lado da oferta, as empresas passaram de uma situação de acesso restrito às matérias-primas, para uma situação de disponibilidade quase ilimitada de fornecedores;
- b) De poucos e conhecidos concorrentes, atuantes no mercado, para uma situação de alta competitividade na comercialização de seus produtos em nível global;
- c) De uma estrutura produtiva envelhecida e limitada em termos de tecnologia, para uma situação de investimentos elevados, em busca de um padrão operacional de alta eficiência e escala crescente de produção;
- d) De um alto grau de integração, necessário para garantir o abastecimento das matérias-primas em um mercado fechado, para uma empresa especializada e cada vez mais dedicada ao atendimento de seu mercado final.

⁵⁰ Conceito já adotado anteriormente neste trabalho.

Entre 1989 e 1991, as alíquotas do imposto de importação dos principais produtos têxteis passaram de cerca de 85% para 20% (ver ABIT, 1998). As importações de produtos têxteis cresceram extraordinariamente, enquanto as exportações diminuíram pós-abertura comercial (ver **GRÁFICO 2**).

GRÁFICO 2
Balança Comercial de Produtos Têxteis 1975-2000
(em Milhões US\$)



Fonte: MDIC/SECEX - Elaboração própria (2002).

Apesar da redução do número de unidades fabris em 28% no período 1990/98 e da significativa queda registrada no número de empregados de 63,5% no mesmo período, os resultados observados no valor da produção mantiveram-se praticamente estáveis, com queda de 0,7% no período 1990/98, o que evidencia ganhos de produtividade. Pode-se inferir daí que houve modernização no parque tecnológico têxtil o que favoreceu um nível de produção estável ao longo de toda a década mesmo com a redução no número de fábricas e de empregados, concluindo-se que a indústria têxtil como um todo está mais concentrada e mais competitiva em 1998, por causa do aumento de eficiência do seu processo produtivo (ver **TABELA 19**).

A redução significativa no número de empregados por fábrica no período 1990/98, teve como causa não só o decréscimo observado no número de empresas, mas também a própria modernização que tem caracterizado o complexo têxtil pós-abertura comercial, através da utilização de máquinas mais atualizadas tecnologicamente, geralmente poupadoras de mão-de-obra, o que tem transformado a indústria têxtil em uma indústria intensiva em capital (ver **PRADO, 1998**).

A redução de postos de trabalho, como de unidades fabris está presente em todos os segmentos da indústria têxtil em análise: fiação, tecelagem e malharia, sendo que a situação mais crítica, no sentido de maior redução de postos de trabalho devido a maior modernização do parque de máquinas, se verifica no segmento de fiação.

TABELA 19
Principais Indicadores do Desempenho da Indústria Têxtil Nacional ⁽¹⁾
Período 1990/98

DISCRIMINAÇÃO	1990	1998	VARIACÃO (%)
Número de unidades fabris	4.938	3.554	-28,0
Número de empregados	893.802	326.320	-63,5
Valor da Produção (US\$ milhões)	19.790	19.778	-0,1
Exportações (US\$ mil)	821.508	701.522	-14,6
Importações (US\$ mil)	411.629	1.543.233	274,9

Fonte: PRADO, 1999.

(1) Inclui os segmentos de fiação, tecelagem, malharia e beneficiamento.

A fibra mais utilizada em todos os segmentos que compõem a indústria têxtil brasileira, em 1999, continuou sendo o algodão, com participação média superior a 67%. Em segundo lugar, estavam as fibras artificiais e sintéticas (ver TABELA 20).

TABELA 20
Produção Segundo a Natureza das Fibras (em 1999)

PRODUTOS	Algodão	Art./Sintét.	Outros ⁽²⁾	TOTAL
Fios fiados	72,9%	19,6%	7,5%	100,0%
Tecidos Planos	67,1%	28,1%	4,8%	100,0%
Malhas	68,6%	30,0%	1,4%	100,0%

Fonte: IEMI.

O custo de matéria-prima é responsável por 45% do custo total de produção das fiações, ou seja, quase a metade, enquanto nas tecelagens e malharias, ele representa apenas 38% dos custos totais destes segmentos, em 1999. Isso nos mostra a importância de políticas que beneficiem a produção local do algodão, dado que este tipo de fibra responde por mais de 70% dos fios produzidos, com o objetivo de baixar estes elevados custos para aumentar as rentabilidades destes segmentos, tornando-os mais competitivos (ver TABELA 21).

TABELA 21
Formação dos Custos nas Indústrias Têxteis (em 1999)

ITENS DE CUSTO	Fiação	Tecelagem	Malharia
Matéria Prima	45%	38%	38%
Mão de Obra ⁽¹⁾	6%	9%	7%
Out. Custos /provisões ⁽²⁾	16%	15%	12%
Custos de Venda ⁽³⁾	3%	4%	4%
Impostos diretos ⁽⁴⁾	22%	22%	22%
Custo total	92%	88%	83%
Margem ⁽⁵⁾	8%	12%	17%
Receita Bruta	100%	100%	100%

Fonte: IEMI.

Notas: (1) direta na produção, terceirizada e administrativa, incluindo encargos e benefícios;

(2) embalagens, manutenção, energia, devedores duvidosos, despesas financeiras, etc;

(3) comissões e fretes;

(4) incluindo ICMS médio, PIS, COFINS, e IRPJ;

(5) margem de lucro esperada, desconsiderada a depreciação;

Em 1999, a indústria têxtil brasileira ainda se concentrava na Região Sudeste do país, vindo em segundo lugar a Região Sul concentrando as malharias e em terceiro a Região Nordeste concentrando os segmentos de fiação e de tecelagem plana (ver TABELA 22).

TABELA 22
Distribuição das Indústrias por Região (Dados de 1999)

REGIÃO	Fiações	Tecelagens	Malharias
Norte	1,3%	1,6%	1,1%
Nordeste	14,4%	24,1%	4,9%
Sudeste	73,3%	59,7%	64,3%
Sul	10,5%	11,9%	28,1%
Centro Oeste	0,5%	2,7%	1,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IEMI;

Segundo IEMI (PRADO, 1999) os investimentos direcionados ao setor têxtil, que inclui confecções, foram da ordem de US\$ 7,2 bilhões no período de 1990/99, sendo que a maior parte desses investimentos se destinava à aquisição de equipamentos mais modernos e eficientes, importados em sua maioria e sem similares no mercado brasileiro. Podemos observar que os maiores investimentos realizados nos segmentos que compõem a indústria têxtil em análise, neste período, foram no segmento de fiação na ordem de US\$ 1,9 bilhão, vindo em segundo lugar o segmento de malharias com US\$ 1,2 bilhão e em terceiro lugar o segmento de tecelagem plana com US\$ 1,1 bilhão. Segundo IEMI (2000), as estimativas de investimentos para o setor têxtil no período 2000 a 2003 são da ordem de US\$ 3,2 bilhões, contrariando o que o próprio IEMI (1999) havia estimado para o período 1999 a 2003, ou seja;

um investimento de US\$ 6,2 bilhões, mas os investimentos estimados continuaram com uma média anual superior ao verificado no período 1990/99, o que demonstrou que os empresários continuavam apostando no crescimento do setor. Além disso, pode-se notar que as estimativas dos investimentos na indústria têxtil em análise continuaram se concentrando no segmento de fiação (US\$ 0,7 bilhões), vindo em segundo lugar o segmento de tecelagem plana (US\$ 0,6 bilhões) e em terceiro o segmento de malharias com (US\$ 0,5 bilhões) (ver TABELA 23).

TABELA 23
Investimentos no Setor Têxtil ⁽³⁾

SETORES ⁽¹⁾	1990 a 1999 ⁽¹⁾	2000 a 2003 ⁽²⁾
Fiação	US\$ 1,9 bilhões	US\$ 0,7 bilhões
Tecelagem	US\$ 1,1 bilhões	US\$ 0,6 bilhões
Malharia	US\$ 1,2 bilhões	US\$ 0,5 bilhões
Beneficiamento	US\$ 1,4 bilhões	US\$ 0,7 bilhões
Confeccionados	US\$ 1,6 bilhões	US\$ 0,7 bilhões
TOTAL	US\$ 7,2 bilhões	US\$ 3,2 bilhões

Fonte: IEMI.

Notas: (1) - valores referentes ao efetivamente realizado;

(2) - valores estimado para o período;

(3) - inclui máquinas têxteis e de confecção, bem como peças de reposição e componentes;

Os investimentos programados para os primeiros oito anos do novo milênio mostram claramente como os empresários vêm apostando no desenvolvimento do setor têxtil como um todo. Dentro da indústria têxtil em análise, os investimentos programados para fiação estão em torno de US\$ 1,2 bilhões no período 2000/2008, mostrando que ainda falta muito a fazer para tornar a fiação brasileira competitiva a nível internacional. O segmento de tecelagem plana aparece em segundo lugar, no volume de investimentos programados, com US\$ 1,1 bilhão, já o segmento de malharias vem em terceiro lugar com o volume de investimentos programados acima de US\$ 0,6 bilhões no mesmo período. O segmento de beneficiamento aparece como uma novidade dentro da cadeia têxtil dado o volume de investimentos programados da ordem de US\$ 2,7 bilhões no mesmo período, revelando o planejamento estratégico da indústria têxtil nacional, na busca de fabricar um produto acabado e de boa qualidade, incrementando, assim, a competitividade do produto final em nível mundial, pois na década de 90 os investimentos efetivamente realizados para este segmento foram de apenas US\$ 1,4 bilhão (ver TABELA 24).

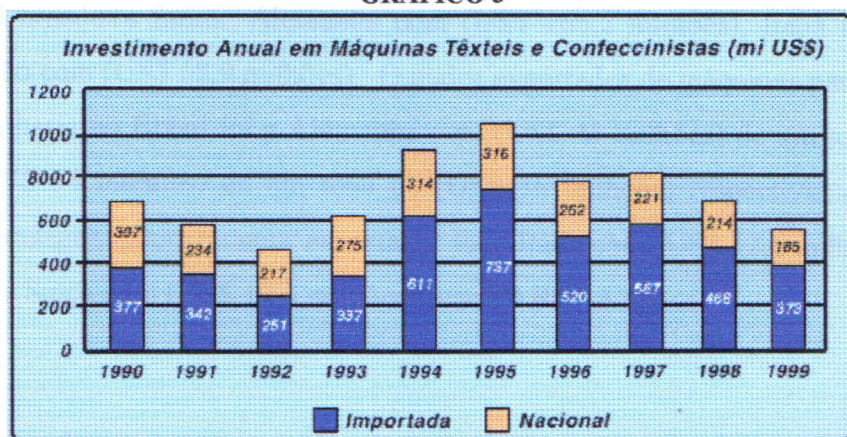
TABELA 24
Cadeia têxtil e de vestuário: Investimentos programados – 1990/2008
 (Em US\$ Milhões)

SEGMENTO	1990-99	2000-05	2006-08	TOTAL 2000/2008
FIBRAS DE ALGODÃO	1.900	1.500	-	1.500
FIBRAS MANUFATURADAS	400	1.060	350	1.410
FIOS FIADOS	1.800	795	477	1.272
TÊXTEIS	4.300	2.297	2.218	4.515
• Tecelagem Plana	2.000	550	564	1.114
• Malharia	900	211	467	678
• Beneficiamento	1.400	1.536	1.187	2.723
CONFECÇÕES	1.600	1.791	1.635	3.426
INVESTIMENTOS GENÉRICOS	-	165	-	165
• Promoção das Exportações	-	60	-	60
• Alianças Estratégicas	-	100	-	100
• Pesquisa em Design Brasileiro	-	5	-	5
TOTAL	8.000	7.608	4.680	12.288

Fonte: ABIT.

Das máquinas adquiridas pelas empresas têxteis brasileiras, 2/3 são importadas (ver **GRÁFICO 3**). No ano de 1997, o segmento da indústria têxtil que teve a maior participação relativa no valor total das importações de máquinas e equipamento, foi o segmento de fiação com US\$ 125 milhões, demonstrando a reestruturação produtiva porque passou esse segmento (ver PRADO, 1999).

GRÁFICO 3



Fonte: IEMI.

A importação de máquinas para a indústria têxtil sofreu uma grande redução entre 1997 e 1998 de 19,5%, a menor redução das importações na indústria têxtil ocorreu no segmento de malharias na ordem de 7,8%, entre os anos de 1997 e 1998, passando a superar o valor importado pelo segmento de fiação. A maior redução ocorreu no segmento de tecelagem plana

na ordem de 39,4%, já o segmento de fiação sofreu uma redução de 34,6%, mas ainda continuou com elevados volumes de investimentos no ano de 1998 (ver PRADO, 1999), tudo por causa da diminuição do fluxo de capital externo devido às crises asiática e russa que provocaram também elevações nas taxas de juros domésticas para manter a estabilidade da moeda nacional, como já salientado, dificultando, assim, a captação de empréstimos para as importações.

TABELA 25
Importações de Máquinas por País de Origem – 1998
 (em Mil US\$)

PAISES	Fiação	Tecelagem	Malharia	Benefic.	Outros	Total
Alemanha	45.564	4.425	34.841	60.976	19.402	165.208
Itália	7.113	12.678	18.475	30.557	6.532	75.355
Japão	11.663	5.516	24.012	21.531	6.263	68.985
Suíça	10.050	12.333	747	14.965	10.489	48.584
Outros	7.720	8.959	8.044	75.659	14.080	114.462
TOTAL	82.110	43.911	86.119	203.688	56.766	472.594

Fonte: PRADO (1999).

Em 1998, podemos constatar que os principais exportadores de máquinas para a indústria têxtil brasileira foram: Alemanha com (US\$ 165,2 milhões), Itália com (US\$ 75,3 milhões) e Japão com (US\$ 68,9 milhões). O maior exportador de máquinas para os segmentos de fiação e malharia no Brasil foi a Alemanha com (US\$ 45 milhões) de um total de (US\$ 82 milhões) e (US\$ 34 milhões) de um total de (US\$ 86 milhões) respectivamente, já para o segmento de tecelagem plana o maior exportador foi a Itália com (US\$ 12,6 milhões), vindo em segundo lugar a Suíça com (US\$ 12,3 milhões) (ver TABELA 25).

Podemos observar que a Alemanha, a Itália e o Japão vêm se mantendo como os maiores exportadores de máquinas e equipamentos têxteis para o Brasil ao longo do período 1998-2000 (ver TABELA 26).

TABELA 26
Países de Origem das Importações de Máquinas Têxteis
(em Mil US\$)

PAÍSES	Jan/dez 1998	Jan/dez 1999	jan/set 2000	Part. (%) em 2000
1. Alemanha	164.091	129.025	106.250	31,3
2. Itália	81.736	69.464	68.809	20,3
3. Japão	69.220	43.083	43.564	12,8
4. Suíça	40.676	44.623	40.943	12,1
5. Estados Unidos	30.834	26.016	17.547	5,2
6. Bélgica	12.483	12.497	13.398	3,9
7. Taiwan	15.897	8.480	9.704	2,9
8. França	8.321	10.528	8.076	2,4
9. Coreia do Sul	5.052	3.926	6.290	1,9
10. Espanha	6.047	4.850	5.826	1,7
11. China	5.450	4.103	5.252	1,5
12. Reino Unido	11.800	4.085	3.698	1,1
Subtotal	451.607	360.680	329.357	97,1
Outros	16.320	12.688	10.334	2,9
TOTAL (1)	467.927	373.368	339.691	100,0

Fonte: SECEX/IEMI

As alíquotas de importação incidentes sobre máquinas e equipamentos para a indústria têxtil, com produção nacional era de 18% em 2000 caindo para 14% em 2001, tais alíquotas objetivavam proteger os produtores de máquinas e equipamentos nacionais. Para máquinas e equipamentos sem produção nacional, mas com produção no Mercosul, as alíquotas de importação eram de 5% em 2000 permanecendo até 2001. Já, para máquinas e equipamentos sem produção no Mercosul eram de 3% em 2000 caindo para 0% em 2001, isso revelou a forte tentativa de modernização do parque têxtil nacional (ver TABELA 27).

TABELA 27
Alíquotas de Importação Incidentes sobre Máquinas e Equipamentos para a Indústria Têxtil
Tarifa Externa Comum – TEC (2000/2001)

Máquinas	Alíquotas (%)	
	2000	2001
1. Com produção nacional – Tarifa normal	18	14
2. Sem produção nacional – Ex-tarifários	5	5
3. Sem produção no Mercosul	3	0

Fonte: IEMI.

As alíquotas de importação para todos os produtos têxteis são também decrescentes entre os anos de 2000/2001. A alíquota de importação sobre a fibra de algodão é a mais baixa nos dois anos (ver TABELA 28), devido à necessidade de importação por causa do aumento do consumo interno desta fibra, apesar da oferta crescente da mesma no mercado interno nesses dois anos (ver TABELA 30 e 31).

TABELA 28

Alíquotas de Importação Incidentes sobre Produtos Têxteis e Confeccionados
Tarifa Externa Comum – TEC (2000/2001)

Linhas de Produtos	Alíquotas (%) (1)	
	2000	2001
1 – Fibra de algodão	8	6
2 – Fibra de poliéster	20	16
3 – Fibra de acrílico	19	16
4 – Fibra de viscose	15	12
5 – Fios de fibras naturais	17	14
6 – Fios de fibras artificiais/sintéticos	19	16
7 – Tecidos em geral	21	18
8 – Confeções em geral	23	20

Fonte: IEMI.

Nota: (1) as tarifas acima referem-se às classificações com taxas padrão.

A produção de fibras naturais no Brasil decresceu, apesar da produção da fibra de algodão no Brasil ter crescido com oscilações no período 1990/2000, passando de 665,7 mil toneladas em 1990 para 700,3 mil toneladas em 2000, com uma variação de 5,2%. A produção de fibras artificiais sofreu uma significativa queda de 33,5%, no mesmo período. Já a produção de fibras sintéticas aumentou expressivamente entre 1990 e 2000, com uma variação de 66,3% (ver TABELA 29).

TABELA 29

Brasil: Produção de Fibras Naturais, Artificiais e Sintéticas e Filamentos – 1990 a 2000
(Em 1.000 toneladas)

	Naturais					Artificiais ⁽⁶⁾			Sintéticas ⁽⁶⁾				TOTAL GERAL		
	Lã Bruta ⁽²⁾	Rami ⁽³⁾	Seda fio ⁽⁴⁾	Juta ⁽⁵⁾	TOTAL	Viscose ^(b)	Acetato ^(a)	TOTAL	Poliamida ^(b)	Poliéster ^(b)	Acrílico	Polipropileno		TOTAL	
1990	665,7	29,1	10,2	1,7	22,0	728,7	54,7	-	54,7	63,3	117,5	26,6	73,4	280,8	1.064,2
1991	706,9	29,3	8,0	2,1	15,0	771,3	52,9	-	52,9	63,1	124,2	31,3	86,1	304,7	1.128,9
1992	667,1	27,7	7,0	2,3	22,7	726,8	54,2	-	54,2	53,1	137,1	28,0	76,6	294,8	1.075,8
1993	420,0	25,6	7,1	2,3	20,8	475,8	56,8	-	56,8	67,5	143,3	23,6	88,4	322,8	855,4
1994	483,1	26,0	4,0	2,5	18,5	534,1	58,6	-	58,6	70,5	146,2	25,8	103,6	346,1	938,8
1995	597,1	25,0	3,5	2,5	10,4	578,5	53,1	-	53,1	73,1	131,4	21,0	109,8	335,3	966,9
1996	401,1	25,0	5,0	2,3	12,0	454,4	34,3	-	34,3	71,9	136,2	19,2	105,7	333,0	821,7
1997	385,8	24,0	3,6	2,1	11,7	347,2	36,5	-	36,5	72,0	153,1	21,0	104,6	350,7	734,4
1998	411,5	14,4	1,9	1,8	10,1	439,7	29,1	-	29,1	74,1	162,7	23,6	106,4	366,8	835,6
1999	520,6	8,7	1,1	1,6	7,5	539,5	34,6	-	34,6	83,1	185,7	28,7	114,0	411,5	985,6
2000	700,3	14,0	1,0	1,4	8,6	725,3	36,4	-	36,4	80,5	228,5	36,0	122,1	467,1	1.228,8

Fonte: ABIT

Observações: (a) Exclusive mecha para filtro de cigarro

(b) Inclusive filamento industrial contínuo de alta tenacidade. Exclusive elastômero.

O consumo de fibras naturais no Brasil cresceu no período 1990/2000, provocado basicamente pelo aumento expressivo do consumo da fibra de algodão, que passou de 730 mil toneladas em 1990 para 974,2 mil toneladas em 2000. O consumo de fibras artificiais

decreceu no mesmo período, já o consumo de fibras sintéticas cresceu extraordinariamente, passando de 271,6 mil toneladas em 1990 para 657,3 mil toneladas em 2000, com uma variação de 142%. Apesar do crescimento extraordinário do consumo de fibras sintéticas na indústria têxtil brasileira, a fibra de algodão ocupou o primeiro lugar no ranking de consumo durante toda a década (ver TABELA 30).

TABELA 30
Brasil: Consumo Industrial de Fibras e Filamentos – 1990 a 2000
 (Em 1.000 toneladas)

Ano	Naturais					Artificiais			Sintéticas				Total	Te Ge	
	Algodão	Lã Lavada	Linho/Rami	Seda (fio)	Juta	Total	Viscose	Acetato	Total	Poliamida	Poliéster	Acrílico			Polipropileno
1990	730,0	18,0	16,4	0,33	29,7	794,4	38,4	3,4	41,8	65,6	112,6	20,4	73,0	271,6	1.10
1991	718,1	17,4	18,4	0,30	25,3	779,5	41,6	3,6	45,2	69,6	128,5	29,3	87,6	315,0	1.11
1992	741,6	13,2	18,4	0,19	30,1	803,5	38,3	2,8	41,1	60,3	135,4	19,9	77,4	293,0	1.12
1993	829,5	13,0	19,1	0,25	29,5	891,4	49,5	4,5	54,0	75,6	160,8	25,1	86,3	347,8	1.25
1994	836,6	12,5	12,4	0,15	26,9	888,6	51,7	5,3	57,0	78,3	179,4	27,4	104,5	389,6	1.31
1995	803,7	8,2	12,1	0,13	19,9	844,0	44,7	7,2	51,9	99,1	186,5	26,5	111,9	424,0	1.31
1996	829,1	7,8	10,6	0,11	14,6	862,2	27,2	7,6	34,8	107,3	186,6	26,9	107,1	427,9	1.32
1997	798,7	9,8	9,2	0,06	23,0	840,8	30,5	2,9	33,4	101,1	229,6	31,6	109,0	471,3	1.34
1998	782,9	4,1	4,4	0,06	15,6	807,1	27,0	2,4	29,4	94,5	224,1	29,4	110,0	458,0	1.25
1999	849,5	2,3	5,7	0,07	13,0	870,6	30,8	1,9	32,7	100,5	277,5	38,6	114,3	530,9	1.43
2000	974,2	8,3	2,4	0,11	20,7	1.005,7	30,1	1,5	31,6	101,5	380,4	53,3	122,1	657,3	1.65

Fonte: ABIT

A produção da fibra de algodão no Brasil cresceu com oscilações entre os anos de 1990 e 2001, apesar das sucessivas crises no setor algodoeiro entre os anos de 1992 e 1995 e entre 1995 e 1999. Contudo, a produção desta fibra voltou a crescer no período 2000/2001 alcançando o maior volume do período 1990/2001 de 858,2 mil toneladas neste último ano. A Região Sul e Sudeste vem perdendo importante participação relativa na produção desta fibra, pois a mesma era a maior produtora no início da década. A Região Centro-Oeste, ao contrário, aumentou significativamente a produção de fibra de algodão passando a ocupar o primeiro lugar no ranking nacional a partir de 1997. A produção de fibra de algodão na Região Nordeste vem tendo um desempenho pouco satisfatório durante o período em análise, chegando a produzir somente 22,9 mil toneladas no ano de 1998. Esse péssimo desempenho é justificado pelas sucessivas estiagens que a Região vem passando durante a década. O Estado da Bahia se manteve como o maior produtor de fibra de algodão na Região Nordeste no período 1990/2001, seguido pelo Estado do Ceará. Enquanto o primeiro aumentou sua produção, o segundo reduziu entre os anos de 1990 e 2001, demonstrando que o Estado do Ceará e a Região Nordeste como um todo vem perdendo competitividade devido à falta de produção local do principal insumo da indústria têxtil (ver TABELA 31).

TABELA 31
Brasil: Produção de Algodão em Pluma por Estado/Região - 1990 a 2001
 (Em 1.000 toneladas)

ESTADOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001 (*)
NORTE/NORDESTE	88,1	113,9	81,2	53,4	122,2	87,6	76,4	59,1	25,1	37,8	93,2	85,9
Alagoas	1,1	2,2	1,9	0,1	4,3	1,0	1,7	1,9	1,4	0,7	1,5	1,5
Bahia	43,1	45,3	41,7	30,4	45,3	32,4	26,6	28,5	13,2	14,8	45,6	54,0
Ceará	19,6	21,7	10,4	4,5	27,3	12,9	12,6	6,3	5,8	14,6	26,7	13,4
Maranhão	0,2	0,1	0,1	0,6	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5
Pará	1,4	1,4	0,9	0,9	1,0	1,1	1,1	0,4	0,4	0,9	0,4	0,4
Paraíba	4,5	12,7	7,8	0,9	6,2	7,4	7,5	5,9	0,8	2,4	9,9	4,3
Pernambuco	1,6	3,1	2,4	0,2	1,9	3,7	2,9	2,1	0,4	0,4	1,6	1,4
Piauí	4,8	6,6	6,2	6,2	13,1	13,5	9,3	5,8	0,6	1,6	2,2	3,8
Rio Grande do Norte	3,1	12,8	4,9	0,3	9,7	5,3	9,1	5,4	0,6	1,2	5,0	3,4
Rondônia	7,7	7,7	4,7	9,3	11,9	9,8	5,3	2,3	1,8	1,1	0,2	1,1
Sergipe	1,0	0,3	0,2	0,0	0,9	0,5	0,3	0,5	0,1	0,1	0,1	0,1
CENTRO/CENTROESTE	74,0	98,1	92,4	80,8	105,0	135,6	127,6	123,9	213,4	361,9	470,2	642,5
Mato Grosso	20,4	36,7	29,9	33,6	41,5	38,9	33,1	34,9	94,2	226,4	335,8	481,3
Mato Grosso do Sul	24,5	26,8	32,9	20,2	28,0	44,8	35,7	19,6	32,6	42,9	43,8	60,5
Goiás	29,1	34,6	29,6	27,0	35,5	51,9	58,8	69,4	86,6	92,6	90,6	100,7
SUL/SUDESTE	503,6	505,0	493,5	286,0	255,9	313,9	206,0	122,9	172,5	120,9	136,9	129,8
Minas Gerais	28,8	37,2	27,7	27,1	26,3	27,0	23,1	28,1	41,1	28,9	38,7	25,4
São Paulo	166,0	123,6	130,8	73,3	83,3	111,2	63,4	54,4	66,9	53,2	55,2	52,2
Paraná	308,8	344,2	335,0	185,6	146,3	175,7	119,5	40,4	64,5	38,8	43,0	52,2
TOTAL BRASIL	665,7	717,0	667,1	420,2	483,1	537,1	410,0	305,9	411,0	520,6	700,3	858,2

Fonte: Extraído de ABIT

TABELA 32
Demanda Mundial de Fibras Têxteis - 1995 a 2000
 (Em 1.000 toneladas)

Tipo de Fibra	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Variação % 2000 / 1999
Fibras Artificiais							
Fio + monofilamento	671	649	625	599	517	497	(3,87)
Fibra cortada + cabo	1.765	1.621	1.690	1.639	1.567	1.715	9,44
Cabo para filtro	248	584	608	554	544	543	(0,18)
Total Artificiais	2.684	2.854	2.923	2.792	2.628	2.755	4,83
Fibras Sintéticas (exceto olefinicas)							
Fio + monofilamento	9.683	10.529	12.093	12.971	13.682	14.698	7,43
Fibra cortada + cabo	8.693	9.236	10.303	10.308	10.832	11.313	4,44
Fibras Sintéticas Olefinicas							
Fio + monofilamento + filme	3.503	3.563	3.855	4.077	4.491	4.732	5,37
Fibra cortada + cabo	901	1.018	1.103	1.078	1.166	1.252	7,38
Total Sintéticas	22.780	24.346	27.354	28.434	30.171	31.995	6,05
Total Artificias + Sintéticas (1)	25.464	27.200	30.277	31.226	32.799	34.750	5,95
% Total Mundial	51%	53%	54%	56%	57%	57%	
Fibras Naturais							
Algodão	18.504	19.016	19.318	19.113	19.428	19.749	1,65
Lã	1.489	1.440	1.361	1.293	1.287	1.250	(2,87)
Juta	3.749	3.626	3.833	3.357	3.993	4.015	0,55
Rami	154	149	143	127	124	130	4,84
Linho	731	586	410	423	431	463	7,42
Seda	92	71	75	77	83	86	3,61
Total Naturais	24.719	24.888	25.140	24.390	25.346	25.693	1,37
% Total Mundial	49%	47%	46%	44%	43%	43%	
Total Mundial	50.183	52.088	55.417	55.616	58.145	60.443	3,95
% Total Mundial	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

Fonte: Fiber Organon

Elaboração: ABIT

A demanda mundial por fibras têxteis é crescente para todos os tipos de fibras entre os anos de 1995 e 2000, valendo salientar que o maior crescimento da demanda ocorreu por fibras sintéticas, vindo em segundo as fibras artificiais e finalmente as naturais, onde as duas primeiras, conjuntamente, obtiveram ganho de participação relativa no consumo mundial (ver **TABELA 32** acima).

Ao analisarmos o comércio exterior da indústria têxtil brasileira, podemos observar que as exportações de produtos têxteis caíram aproximadamente 2,08%, no período 1990/2000, passando de US\$ 1,25 bilhões em 1990 para US\$ 1,22 bilhões em 2000, enquanto isso, observa-se um vertiginoso crescimento das importações de produtos têxteis, que passaram de US\$ 463 milhões em 1990 para US\$ 1,6 bilhões em 2000, com uma variação extraordinária de 247% no período. Em parte, isto se deve à forte valorização da moeda brasileira frente ao dólar, por conta do Plano Real adotado em julho de 1994 e aos primeiros anos da década de 90 que se caracterizaram por um processo intenso de abertura comercial o que favoreceu sensivelmente as importações, que somado com a valorização cambial, citada acima, acentuou ainda mais o déficit comercial da indústria têxtil brasileira. Tudo isso, devido à falta de competitividade do produto nacional (ver **TABELA 33**).

No período de 1990 a 1994, as empresas têxteis tiveram sérias dificuldades de competir no mercado internacional por causa da baixa produtividade e qualidade dos nossos produtos e aos elevados custos de produção devido à defasagem tecnológica em que se encontrava nosso parque de máquinas, valendo salientar que às empresas tinham dificuldades de modernizar seu parque de máquinas porque as elevadas taxas de inflação inviabilizavam qualquer atividade importadora. Essa situação agravou-se muito mais após a adoção do Plano Real que adotava uma moeda mais valorizada que o dólar “US\$ 1 = R\$ 0,931” em julho de 1994 valorizando-se ainda mais em novembro do mesmo ano, onde “US\$ 1 = R\$ 0,842” (ver VASCONCELLOS et al, 1999), o que veio a dificultar ainda mais as nossas exportações e a beneficiar as importações. Observou-se então, nesse período, um salto das importações de produtos têxteis provocando um elevado saldo negativo da balança comercial da indústria têxtil a partir de 1995, decorrente, também, da perda de participação no mercado externo dos produtos têxteis nacionais a partir de 1992 (ver **TABELA 33**).

TABELA 33
Brasil – Balança Comercial da Indústria Têxtil: 1975/2000
 (Em Milhões US\$)

ANOS	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1975	535	114	421
1980	916	120	796
1985	1.001	72	929
1990	1.248	463	785
1991	1.382	569	813
1992	1.491	535	956
1993	1.382	1.175	207
1994	1.403	1.323	80
1995	1.441	2.286	(845)
1996	1.292	2.310	(1.018)
1997	1.267	2.416	(1.149)
1998	1.113	1.923	(810)
1999	1.010	1.443	(433)
2000	1.222	1.606	(384)

Fonte: SECEX/MDIC

Elaboração: ABIT

Obs: Inclui-se o segmento de Confecções.

A participação das exportações dos segmentos têxteis na produção total destes segmentos, evidencia que o coeficiente de exportação de fios têm progressivamente caído, passando de 5,6% em 1990 para apenas 2,4% da produção de fios em 1998, uma queda de 57%, demonstrando perda de competitividade do segmento de fiação brasileira. Enquanto isso, as exportações de tecidos planos e de malhas têm aumentado muito lentamente sua participação na produção total destes segmentos. A participação das exportações dos tecidos planos na produção total do mesmo segmento aumentou de 1,6% em 1990 para 2,4% da produção de tecidos em 1998, um crescimento de 50%, igualando-se ao coeficiente de exportação do segmento de fiação no mesmo ano, já a participação das exportações do segmento de malharias na produção do mesmo segmento aumentou sua participação de 0,1% em 1990 para 0,5% da produção de malhas em 1998, continuando com o menor coeficiente de exportação dentre os segmentos da indústria têxtil, mas com um expressivo crescimento de 400% no período 1990/98 (ver BANCO DO NORDESTE, 1999).

A maior parte da produção da indústria têxtil nacional está voltada ainda para o mercado doméstico, independente do tipo de produto, mesmo após a abertura comercial, dados os baixos coeficientes de exportação dos segmentos de fiação, tecelagem e malharia até o ano de 1998, o que reflete a baixa competitividade desta indústria.

Segundo Paulo Skaf, presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil, a participação das exportações de toda cadeia produtiva têxtil nacional nas exportações internacionais têm sido inferior a 1%. No ano de 1998, o Brasil exportou US\$ 1,1 bilhão e o comércio exterior movimentou, no mesmo ano, um total em torno de US\$ 314 bilhões.

No que se refere ao destino das exportações têxteis⁵¹, as vendas para o MERCOSUL, especialmente para a Argentina, têm aumentado no período 1999/2000, ocorrendo uma perda de participação relativa desta Região, enquanto que os Estados Unidos tem aumentado sua participação entre os dois anos. Já, com relação a origem das importações brasileiras de têxteis, o MERCOSUL perdeu participação, pois diminuiu suas exportações para o Brasil e os EUA ganhou participação entre os dois anos, pois aumentou suas exportações para o Brasil. Vale notar que, apesar da perda de participação do MERCOSUL no destino das exportações e origem das importações têxteis nacionais, esta região continuou ocupando o 1º lugar no ranking em 2000 (ver **TABELAS 34 e 35**).

⁵¹ As exportações brasileiras também estão sujeitas ao Acordo da Rodada do Uruguai de Têxteis e Vestuários, que, em 1995, substituiu o Acordo Multifibras. Por aquele Acordo, o comércio do setor têxtil será, no prazo de 10 anos, integrado ao regime do Acordo Geral Tarifas e Comércio - GATT, em três etapas: 1995/98, 1998/2002, 2002/05. Assim, os principais mercados consumidores dos produtos têxteis brasileiros ainda têm direito a contingenciar as exportações brasileiras até o ano 2005, entre os quais se destacam os Estados Unidos, que impõem quotas para 26 categorias têxteis, e a União Européia, impondo quotas para 11 categorias têxteis, segundo SECEX/MICT. Mas, não poderão estabelecer novas cotas para os produtos já integrados ao regime do GATT (GORINI & SIQUEIRA, 1997b).

TABELA 34
Brasil: Comércio Exterior de Produtos Têxteis por Regiões - 1999 e 2000

Discriminação	Destino das Exportações Brasileiras				Origem das Importações Brasileiras			
	1.999		2.000		1.999		2.000	
	US\$ 1.000	Particip. %	US\$ 1.000	Particip. %	US\$ 1.000	Particip. %	US\$ 1.000	Particip. %
América Latina	579.757	60,3	658.454	53,9	471.199	32,7	416.894	26,0
Mercosul	399.755	39,6	438.916	35,9	417.546	28,9	347.390	21,6
Demais Países	180.002	18,2	219.538	18,0	53.653	3,7	69.504	4,3
América do Norte (exceto México)	204.951	20,3	294.598	24,1	167.881	11,6	260.558	16,2
Estados Unidos/Porto Rico	185.039	18,3	268.827	22,0	161.933	11,2	254.284	15,8
Canadá	19.912	1,9	25.771	2,1	5.948	0,4	6.274	0,4
Europa	156.243	15,2	190.676	15,6	260.785	18,1	299.929	18,7
União Européia	139.167	13,6	167.147	13,7	216.994	15,0	246.311	15,3
Demais Países	17.076	1,7	23.530	1,9	43.791	3,0	53.618	3,3
Ásia	57.047	5,4	62.974	5,2	397.282	27,5	504.234	31,4
África	3.809	0,5	7.051	0,6	138.948	9,6	115.924	7,2
Oceania	3.708	0,3	3.400	0,3	972	0,1	1.683	0,1
Oriente Médio	4.316	0,8	4.918	0,4	5.939	0,4	6.886	0,4
TOTAL	1.009.832	100,0	1.222.071	100,0	1.443.006	100,0	1.606.109	100,0

Fonte: SECEX - MDIC

Elaboração: ABIT

A balança comercial têxtil brasileira com relação ao Mercosul tem um saldo negativo durante todo o período 1996/99, passando a obter um superávit em 2000, devido principalmente a maxidesvalorização cambial ocorrida no início de 1999, que fez com que as importações têxteis, oriundas desta Região, recuassem ainda mais. A Argentina passou a importar mais do que exportar para o Brasil a partir de 1998, sendo um dos mercados mais importantes para a nossa indústria têxtil, pois a mesma participava com 30,3% das nossas exportações em 1999, vindo em segundo lugar os EUA com participação de 18,2% no mesmo ano. É importante observarmos que no ano 2000 a Argentina perdeu participação no destino das exportações de produtos têxteis nacionais, mesmo aumentando suas importações pelos produtos brasileiros no ano de 2000 e os EUA ganhou participação no mesmo período. Apesar da perda de participação, a Argentina continuou sendo o principal demandante de produtos têxteis brasileiros, revelando a forte integração que o Brasil tem com os países do Mercosul (ver TABELAS 35, 36 e 37 abaixo).

Com relação à origem das importações brasileiras de têxteis, no ano de 1999 a Argentina participava com 20,2% das nossas importações e os EUA participavam com 11,2%, já no ano 2000 este quadro se inverteu, pois passamos a importar mais dos EUA, 15,83% do

que da Argentina, 13,57%, pois as importações vindas dos EUA sofreram um aumento e as importações da Argentina sofreram uma queda significativa no período 1999/2000 (ver TABELAS 36 e 37).

TABELA 35
Balança Comercial Têxtil do Mercosul - 1996 a 2000
(Em US\$ 1.000 Fob)

Países	Exportações Brasileiras					Importações Brasileiras					Saldo				
	1996	1997	1998	1999	2000	1996	1997	1998	1999	2000	1996	1997	1998	1999	2000
Argentina	279.171	352.156	348.999	306.296	342.851	417.319	454.587	345.954	291.650	217.938	(138.148)	(102.431)	3.045	14.646	124.913
EUA	72.198	75.045	66.427	48.412	51.688	185.868	100.062	87.449	72.642	81.951	(113.670)	(25.017)	(21.022)	(24.230)	(30.263)
Brasil	56.144	54.448	52.109	45.047	44.377	91.049	114.403	86.308	53.254	47.501	(34.905)	(59.955)	(34.199)	(8.207)	(3.124)
TOTAL	407.513	481.649	467.535	399.755	438.916	694.236	669.052	519.711	417.546	347.390	(286.723)	(187.403)	(52.176)	(17.791)	91.526

Fonte: Extraído de ABIT.

TABELA 36

Destino das Exportações e Origem das Importações Brasileiras de Produtos Têxteis em Geral - 1999

Destino das Exportações - 1999 (1)			Origem das Importações - 1999 (1)		
PAÍSES	US\$ mil FOB	Participação %	PAÍSES	US\$ mil FOB	Participação %
1-Argentina	306.297	30,3	1-Argentina	291.690	20,2
2-Estados Unidos	183.830	18,2	2-Estados Unidos	162.004	11,2
3-Colômbia	57.512	5,7	3-Coréia do Sul	105.781	7,3
4-Paraguai	48.412	4,8	4-Taiwan	98.471	6,8
5-Chile	47.843	4,7	5-Paraguai	72.642	5,0
6-Alemanha	45.945	4,5	6-Itália	70.496	4,9
7-Uruguai	45.046	4,5	7-China	57.757	4,0
8-Japão	44.222	4,4	8-Benin	53.559	3,7
9-Bolívia	29.407	2,9	9-Uruguai	53.254	3,7
10-França	20.844	2,1	10-Espanha	32.442	2,3
TOTAL	1.009.832	100,0	TOTAL	1.442.964	100,0

Fonte: Extraído de ABIT.

Nota: (1) Têxteis em geral, inclusive fibras.

TABELA 37

Destino das Exportações e Origem das Importações Brasileiras de Produtos Têxteis em Geral - 2000

Destino das Exportações - 2000 (1)			Origem das Importações - 2000 (1)		
PAÍSES	US\$ mil FOB	Participação %	PAÍSES	US\$ mil FOB	Participação %
1-Argentina	342.851	28,0	1-Estados Unidos	254.284	15,8
2-Estados Unidos	267.973	21,9	2-Argentina	217.938	13,5
3-Colômbia	59.160	4,8	3-Coréia do Sul	145.287	9,0
4-Chile	58.297	4,7	4-Taiwan	144.878	9,0
5-Alemanha	52.511	4,3	5-Paraguai	81.951	5,1
6-Paraguai	51.688	4,2	6-Itália	71.408	4,4
7-Japão	45.935	3,7	7-China	60.831	3,7
8-Uruguai	44.377	3,6	8-Uruguai	47.501	2,9
9-Bolívia	30.867	2,5	9-Indonésia	39.045	2,4
10-Canadá	25.771	2,1	10-Espanha	38.853	2,4
TOTAL	1.222.071	100,0	TOTAL	1.606.110	100,0

Fonte: Extraído de ABIT.

Nota: (1) Têxteis em geral, inclusive fibras.

Vale enfatizar o crescimento expressivo das importações em todos os segmentos da indústria têxtil durante toda a década de 90, mas que são números que devem ser examinados com muito cuidado, não só porque os pontos de partida eram baixíssimos, devido ao protecionismo existente, até o início da década, via política de substituição de importações, como, também, foram influenciados por fatores acidentais que precisam ser levados em conta.

Faremos a partir de agora uma análise mais detalhada sobre as características mais importantes dos principais segmentos que compõem a indústria têxtil nacional.

3.3. O Segmento de Fiação no Brasil nos Anos 90

Nesta seção, objetivamos traçar o perfil do segmento de fiação no Brasil nos anos 90, tendo como centro de análise o processo de reestruturação produtiva, que vem ocorrendo neste segmento desde que foi iniciado o processo de abertura da economia brasileira. Serão abordados aspectos referentes à produção, número de unidades fabris, mão-de-obra, parque de máquinas, consumo, exportação, importação, saldo comercial e análise de custos comparados.

3.3.1. Produção de fios

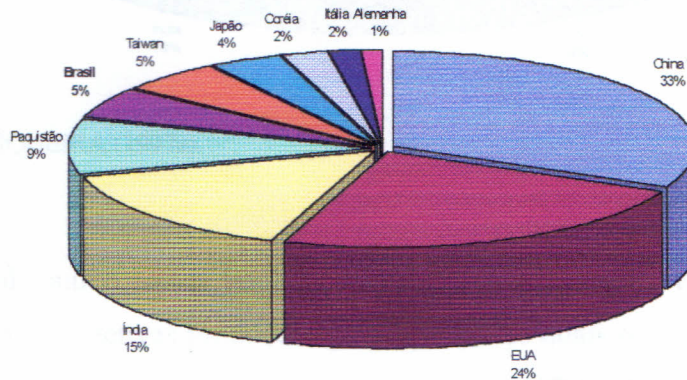
O Brasil foi o quinto maior produtor mundial de fios em 1995, com o volume de 1,15 milhões de toneladas, incluindo fios de algodão (que respondiam por mais de 70% da produção nacional de fios), artificiais e sintéticos (ver **TABELAS 38 e 39**), produção esta, destinada quase inteiramente ao consumo doméstico, dado os baixos coeficientes de exportação no segmento de fiação (ver BANCO DO NORDESTE, 1999), o que revela a forte integração vertical com os segmentos de tecelagem e malharia na cadeia têxtil brasileira, pois em média 60% dos fios disponíveis no Brasil se destinavam as tecelagens e 24% as malharias no período 90/96 (ver PRADO, 1998).

A participação relativa da produção brasileira de fios no volume da produção mundial foi de apenas 5% em 1995, com um volume produzido de (1,15 milhões de t), inferior ao volume produzido pela China, maior produtor mundial de fios no mesmo ano, com

participação relativa de 33% do volume total de fios produzidos, com produção de cerca de (5 milhões de t), vindo os EUA em segundo lugar (3,6 milhões t), a Índia em terceiro lugar (2,3 milhões t), e o Paquistão, quarto maior produtor mundial de fios com (1,4 milhão de t) (ver **GRÁFICO 4**).

GRÁFICO 4

Distribuição da Produção Física de Fios (Algodão e Sintéticos) entre os 10 maiores Produtores – 1995



Fonte: ITMF

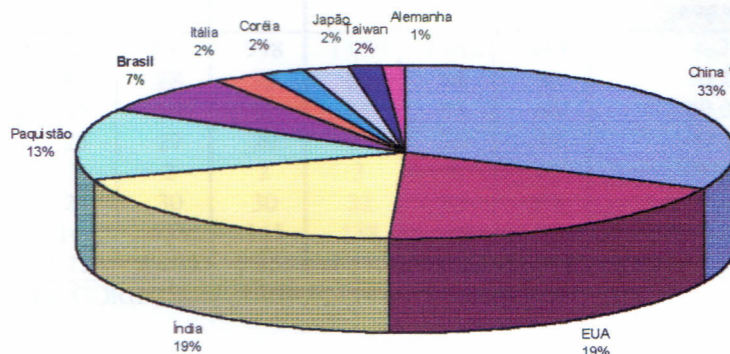
Extraído de: GORINI & SIQUEIRA (1997a).

* Dados de 1994.

Com relação à produção de fios a partir de fibras de algodão, o Brasil também ocupou o quinto lugar no ranking mundial no mesmo ano, porém com uma participação relativa maior, 7%, a China continuou ainda em primeiro lugar na produção mundial de fios de algodão com participação relativa de 33% no mesmo ano (ver **GRÁFICO 5**), o que demonstra que o Brasil é mais competitivo na produção de fios de algodão do que na produção de fios como um todo.

GRÁFICO 5

Distribuição da Produção de Fios de Algodão entre os 10 Maiores Produtores Mundiais - 1995



Fonte: ITMF

Extraído de: GORINI & SIQUEIRA (1997a).

* Dados de 1994.

Além do Brasil, outros países também apresentaram elevada participação de fios de algodão no total de suas respectivas produções de fios, entre os quais se destacam o Paquistão, a Itália e a Índia com parcelas acima de 70% da produção (ver GORINI & SIQUEIRA, 1997a).

O primeiro lugar na produção de fios e de fios de algodão ficou com a China. Já, o segundo lugar na produção mundial de fios é ocupado pelos EUA com participação de 24% do total produzido. Ocupando, também, a segunda posição na produção mundial de fios de algodão junto com a Índia com participação de 19% do total no mesmo ano (ver **GRÁFICO 5**).

A produção física de fios (exclusive filamentos) no Brasil alcançou o volume de cerca de 1,15 milhão de toneladas em 1995, representando uma queda acumulada de 5,6% em relação a 1990, passando de 1,22 milhões de toneladas nesse ano para 1,15 milhões de toneladas no ano de 1995. O valor da produção de fios, no mesmo período, também, sofreu uma queda de 14,8%. Em 1990, o valor da produção era de US\$ 5,2 bilhões caindo para US\$ 4,4 bilhões em 1995, representando 0,68% do PIB nacional neste ano. A queda observada no valor da produção foi superior à queda no volume da produção, indicando, assim, uma queda no preço médio do fio ao longo do período 1990/95 (ver **TABELAS 38 e 39** e a **TABELA 40** abaixo).

TABELA 38
Volume da Produção de Fios segundo sua Natureza – 1990/95
 (Em Mil t)

NATUREZA	1990	1991	1992	1993	1994	1995	VARIAÇÃO (%) 1990/95
Algodão	906	891	998	1.030	1.012	849	-6,2
Polipropileno	69	88	92	87	94	90	30,4
Poliéster	55	58	67	81	95	66	20,0
Acrílico	28	27	20	23	26	19	-32,1
Náilon	3	2	2	3	3	2	-50,0
Viscose	24	30	30	32	35	31	29,1
Outros	140	138	145	138	111	99	-29,2
TOTAL	1.225	1.234	1.355	1.395	1.377	1.156	-5,6

Fonte: Extraído de: GORINI & SIQUEIRA, 1997a.

TABELA 39
Valor da Produção de Fios segundo sua Natureza – 1990/95
 (Em Milhões de US\$)

NATUREZA	1990	1991	1992	1993	1994	1995	VARIAÇÃO (%) 1990/95
Algodão	3.802	3.561	3.982	4.146	4.248	3.264	-14,1
Poliéster	348	309	355	419	492	344	-1,1
Acrílico	324	250	164	193	227	153	-52,0
Seda	99	115	121	173	193	118	19,0
Outros	656	625	654	661	662	573	-12,6
TOTAL	5.229	4.861	5.276	5.593	5.822	4.452	-14,8

Fonte: Extraído de: GORINI & SIQUEIRA, 1997a.

A queda no volume da produção de 5,6%, no período 1990/95, foi bem menor que a queda no número de empresas de 43,9% (ver TABELA 41 abaixo) e da mão-de-obra de 51,4% (ver TABELA 46 abaixo) no mesmo período, refletindo os ganhos de produtividade e a modernização tecnológica ocorrida nesse segmento pós-abertura comercial, pois a produção se manteve quase constante no período observado, acompanhada de uma elevada queda no número de empresas e no número de empregados no segmento. Vale salientar, que o volume da produção de fios de algodão respondeu por mais de 70% da produção nacional de fios, apresentando uma tendência de queda de sua produção no período 1990/95 de 6,2% devido ao período de estiagem porque passou o setor algodoeiro que derrubou a produção desta fibra no período 1992/95, mas manteve sua participação relativa na produção de fios como um todo, principalmente no que se refere ao valor da produção, que também sofreu uma queda de 14,1% no mesmo período, revelando uma queda no preço médio do fio de algodão no período (ver TABELAS 38, 39 e 40).

Os fios de fibras artificiais e sintéticas têm, em geral, patamar de preços superior aos fios de algodão, contudo o preço desse tipo de fio apresentou tendência de queda no período 1990/95, especialmente os fios de acrílico em (32,5%) e viscose (32,5%). O preço médio do fio de seda, que é o maior dentre os observados, sofreu a maior evolução no período (16,7%) (ver TABELA 40).

TABELA 40
Evolução dos Preços Médios da Fiação (Exclusive Impostos) – 1990/95
(Em US\$/kg)

NATUREZA	1990	1991	1992	1993	1994	1995	VARIAÇÃO (%) 1990/95
Algodão	4,20	4,00	3,99	4,02	4,20	3,84	-8,5
Polipropileno	1,09	1,04	0,96	0,96	1,01	1,02	-6,4
Poliéster	6,29	5,34	5,27	5,19	5,18	5,25	-16,5
Acrílico	11,73	9,17	8,18	8,24	8,63	7,91	-32,5
Náilon	14,01	11,43	10,35	10,58	1,061	9,49	-32,2
Viscose	5,25	4,13	3,92	3,85	4,01	3,54	-32,5
Seda	49,76	52,66	49,79	50,87	54,76	58,08	16,7

Fonte: Elaboração BNDES, com base nos dados do IEMI

Extraído de: GORINI & SIQUEIRA (1997a).

O número de fiações brasileiras caiu 43,9% no período 1990/95, valendo salientar que a maior queda ocorreu no período 1994/95 (pós-Real). O parque têxtil brasileiro contava com 661 fiações e estava fortemente concentrado na Região Sudeste, onde se localizavam 475 empresas de fiação, cerca de 72% do total, no ano de 1995. A Região Nordeste aparecia em segundo lugar, com 102 empresas de fiação, ou seja, 15% do total no mesmo ano (ver TABELA 41).

O maior produtor de fios, em 1995, continuava sendo o Estado de São Paulo, com 343 unidades, o que representava 52% do total de fiações nacionais. O Estado de São Paulo que já representou parcela de 35% da produção física nacional de fios em 1989, respondia por 28% no final de 1995, sendo que a Região Sudeste sofreu declínio acumulado da produção de 24% no período 1989/95, passando a representar parcela de 47% do total de fios produzido nacionalmente no último ano. Em oposto, a Região Nordeste – segunda maior produtora – incrementou sua participação, no volume da produção de fios, em 5% no mesmo período, passando a representar 30% do total da produção física nacional de fios em 1995, apesar da queda no número de unidades fabris de 53,6% no período 1989/95. Cabe destacar que o Estado do Ceará passou a ser o segundo maior produtor nacional de fios depois do Estado de São Paulo, ultrapassando a produção de Santa Catarina e Minas Gerais, respectivamente, o

terceiro e quarto maiores produtores de fios nacionais (ver GORINI & SIQUEIRA, 1997a). Esses dados se revestem de importância, pois a Região Nordeste respondia por uma produção muito superior à participação do número de unidades de fiação no ano de 1995, comparando-se com a Região Sudeste que apesar de possuir a maior participação no número de unidades produtivas respondia por uma produção muito inferior a esta proporção.

TABELA 41
Brasil: Número de Fiações por Região – 1990/95

REGIÃO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	VARIAÇÃO (%) 1990/95
Norte	13	12	11	12	12	6	(53,8)
Nordeste	207	198	187	178	180	102	(50,7)
Sudeste	776	747	632	608	586	475	(38,7)
Sul	183	166	160	156	161	76	(58,4)
Centro-Oeste	-	-	1	1	2	2	n.d.
TOTAL	1.179	1.123	991	955	941	661	(43,9)

Fonte: IEMI

Extraído de: GORINI & SIQUEIRA (1997a).

n.d = não-disponível

O número de fiações continuava caindo nos anos de 1996 e 1997 demonstrando a grande concentração ocorrida neste segmento (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

Apesar da queda no número de unidades fabris, a capacidade de produção das fiações não sofreu grandes alterações, pois a queda no número de fusos e rotores conjuntamente, no Brasil, foi de apenas 3,5% no período 1990/95 (ver TABELA 42). Para vislumbrarmos melhor, observemos a Região Nordeste cuja queda no número de fusos e rotores foi de 3,4% no período 1990/95, ressaltando-se, inclusive, o incremento acumulado de 3,5% na produção de fios da Região Nordeste no período 1990/95 (ver GORINI & SIQUEIRA, 1997a), apesar do expressivo declínio no número de fiações da Região de 50,7%, no período 1990/95 (superior a média nacional), o que comprova a reestruturação produtiva pela qual vem passando o segmento de fiação na Região Nordeste (ver TABELA 41).

Em 1997, algumas fiações do Sul e do Sudeste deslocaram-se para o Nordeste, especialmente para o Estado do Ceará, devido aos menores custos de mão-de-obra e principalmente aos incentivos fiscais oferecidos pelos governos dos estados desta Região, o

que também repercutiu favoravelmente na rentabilidade média do segmento nesta Região (fatores de atratividade) (ver BANCO DO NORDESTE, 1999).

Esse movimento de re-localização das fábricas de fiação no território nacional mostra o esforço dos empresários do segmento de fiação no sentido de enfrentar a crise provocada pela abertura comercial no início da década de 90, que teve como principal consequência o acirramento da concorrência dos produtos importados nos últimos anos, que resultou no fechamento de muitas empresas e na reorganização de outras, além da redução no quadro de funcionários, principalmente pela adoção de novas tecnologias que são poupadoras de trabalho. A reestruturação produtiva, em curso, através da adoção de novas tecnologias, tinha como principal objetivo reduzir custos para as firmas permanecerem no mercado.

A forte redução do número de fiações instaladas no país (43,9% entre 1990/95), não teve grande impacto sobre o parque de máquinas instalado, pois a diminuição no número de máquinas instaladas ocorreu em intensidade bem menor, refletindo uma maior concentração no segmento de fiação após a abertura do mercado brasileiro, tanto em nível nacional como regional, provocando, assim, a necessidade de uma maior escala mínima de produção para entrar nesse segmento (barreira à entrada) (ver TABELAS 41 e 43).

Podemos notar, também, que a maior redução na capacidade instalada de fusos e rotores ocorreu na Região Sudeste em torno de 3,7%, no período 1990/95, superando a média nacional. Apesar disso, esta Região continuava possuindo o maior número de fusos e rotores com participação de 62% do total no ano de 1995, vindo em segundo lugar a Região Nordeste com participação de aproximadamente 19% do total no mesmo ano (ver TABELA 42).

TABELA 42
Número de Fusos e Rotores por Região – 1990/95
(Em Mil Unidades)

REGIÃO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	VARIAÇÃO (%) 1990/95
Norte	101	99	101	102	102	99	-1,9
Nordeste	1.794	1.753	1.777	1.762	1.746	1.733	-3,4
Sudeste	6.025	5.863	6.001	5.938	5.898	5.802	-3,7
Sul	1.671	1.658	1.691	1.668	1.659	1.622	-2,9
TOTAL	9.592	9.373	9.570	9.471	9.405	9.255	-3,5

Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1997a.

TABELA 43
Parque Nacional de Máquinas Instalado na Fiação – 1990/95
 (Em Unidades)

MÁQUINA	1990	1991	1992	1993	1994	1995	VARIAÇÃO (%) 1990/95
Abridor de fardo	1.964	1.976	2.042	2.113	2.109	2.049	4,3
Binadeira	910	893	918	928	925	913	0,003
Carda	10.644	10.424	10.530	10.532	10.538	10.379	-2,4
Filatório a rotor	1.085	1.102	1.141	1.179	1.184	1.161	7,0
Filatório de anel	25.666	20.277	25.799	25.827	25.938	25.541	-0,004
Maçaroqueira	3.216	3.217	3.287	3.263	3.275	3.211	-0,001
Misturador	159	159	172	204	223	225	41,5
Passadeira	7.600	7.563	7.658	7.602	7.582	7.424	-2,3
Penteadeira	9.404	8.992	9.288	9.081	9.042	8.803	-6,3
Reunideira	996	986	1.030	1.000	1.004	959	-3,7

Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1997a.

No Brasil, os filatórios a anel (atrasados tecnologicamente) ainda continuavam com uma expressiva participação em 1995 (25.541 unidades), em oposição à pequena parcela relativa dos filatórios a rotor (1.161 unidades) no mesmo ano, representando uma parcela relativa de menos que 10% do número total de filatórios naquele ano, apesar do crescimento de 7% entre 1990 e 1995 (ver TABELA 43). Além disso, no que diz respeito à idade média dos filatórios, destaca-se o elevado tempo de uso da maior parte dos filatórios a anéis, com idade média superior a 11 anos em 1995, a partir do qual podemos inferir a baixa produtividade dessas máquinas. Em contraste, a maior parte dos filatórios a rotor apresentaram idade média de uso abaixo de 5 anos, em 1995 (ver TABELAS 44 e 45).

Houve uma grande evolução no número de fusos com idade média abaixo de 10 anos, mas, a maioria dos fusos ainda possuía idade média acima dos 11 anos. Com relação à idade média dos rotores, podemos observar que houve um extraordinário crescimento no número de rotores com idade média de uso até 5 anos, refletindo, assim, a renovação pela qual passou os equipamentos do segmento de fiação no Brasil, no período 1990/96 (ver TABELAS 44 e 45).

TABELA 44
Distribuição dos Fusos – segundo a Idade das Máquinas (%)

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Até 5	4,31	6,25	7,57	10,19	9,45	9,85	8,23
6 a 10	0,27	0,25	0,25	0,23	1,80	3,20	5,14
11 ou +	95,42	93,29	92,18	89,59	88,74	86,95	86,62

Fonte: IEMI

Extraído de: PRADO, 1998.

TABELA 45
Distribuição dos Rotores – segundo a Idade das Máquinas (%)

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Até 5	19,82	31,94	44,47	43,41	49,34	52,53	40,45
6 a 10	51,86	33,45	19,08	14,47	12,61	12,28	24,28
11 ou +	28,32	34,61	36,45	42,12	38,05	35,19	35,27

Fonte: IEMI

Extraído de: PRADO, 1998.

A tendência da indústria têxtil, tanto em nível nacional como internacional, é de redução do quadro de funcionários em suas instalações, sendo a causa principal deste fenômeno, a modernização do parque instalado de máquinas e a maior concentração produtiva que é reflexo da redução do número de fábricas. Essa tendência foi acompanhada também pelo segmento de fiação.

A adoção da automação no processo produtivo, através de equipamentos de controle eletrônico, torna a produção mais intensiva em capital dando um caráter diferenciado à indústria têxtil que era tida anteriormente, como uma indústria tradicional intensiva em mão-de-obra. A redução do nível de emprego atingiu todas as funções no segmento de fiação, sendo que a maior queda foi registrada nas categorias direta (-52,6%) e indireta (-57,3%), que caíram a taxas superiores à média do segmento (-51,4%) entre 1990 e 1995 (ver TABELA 46).

TABELA 46
Brasil: Mão-de-obra Empregada na Fiação por Função – 1990/95

MÃO-DE-OBRA	1990	1991	1992	1993	1994	1995	VARIAÇÃO (%) 1990/95
Direta	227.015	199.063	130.586	119.486	120.635	107.455	-52,6
Indireta	31.533	24.884	16.493	15.007	15.068	13.461	-57,3
Administrativa	6.174	6.008	5.089	5.097	5.636	5.002	-18,9
Vendas	7.315	7.110	6.559	6.580	7.129	6.352	-13,1
TOTAL	272.037	237.065	158.727	146.170	148.468	132.270	-51,4

Fonte: IEMI

Embora tenha ocorrido uma grande redução no número de empresas e pessoal ocupado no segmento de fiação no Brasil entre 1990 e 1995, de 43,9% e 51,4% respectivamente, a produção apresentou uma redução de 5,6%, no mesmo período, o que indica a melhor qualidade dos equipamentos que vêm sendo instalados, refletindo-se no nível de produtividade do segmento de fiação. Cabe destacar, ainda, que a capacidade de produção do país não foi

afetada, tendo sido a redução do número de fusos e rotores de apenas 3,5%, no período 1990/95. Esses dados mostram dois aspectos importantes: de um lado, a ocorrência da maior concentração industrial no segmento de fiação (redução do número de fiações), confirmando a necessidade de uma maior escala mínima de produção, para que esta seja economicamente viável e, de outro, a tendência ao declínio do número de operários.

3.3.2. Comércio exterior de fios

A principal medida adotada pelo governo Collor após assumir o governo foi a realização do processo de abertura da economia brasileira em março de 1990, que se deu basicamente pela redução das alíquotas de importação e das quotas de importação. Desde então, as empresas têxteis nacionais tiveram como concorrentes os produtos importados, principalmente, os asiáticos.

O volume das exportações de fios declinou a uma taxa acumulada de 50% na década, passando de 66.417 t em 1990 para 33.402 t em 2000. O valor das exportações no mesmo período também declinou à taxa acumulada de 55%, entre 1990 e 2000, passando de US\$ 290 milhões em 1990 para US\$ 131 milhões em 2000, isso revelou que o preço médio de exportação do fio diminuiu ao longo do período analisado (ver **TABELAS 47 e 48**).

As fiações exportaram, em média, no período 1990/96, 3,82% de suas produções, pico máximo de 5,42% em 1990 e mínimo de 2,30% em 1996, essa informação nos mostra a tendência de queda das exportações de fios após a abertura comercial dado que a produção nacional de fios, também, caiu nesse período, demonstrando a perda de participação brasileira no comércio internacional desse segmento, o que é reflexo da baixa competitividade do segmento de fiação no Brasil (ver PRADO, 1998).

TABELA 47
Brasil: Volume da Exportação e Importação de Fios – 1990/2000
(em ton)

Ano	Exportação		Importação		Saldo Comercial	
	Volume	Índice	Volume	Índice	Volume	Índice
1990	66.417	100	6.895	100	59.522	100
1991	58.512	88	7.172	104	51.340	86
1992	73.157	110	5.553	81	67.604	113
1993	35.815	54	12.706	184	23.109	38
1994	47.071	71	42.745	620	4.326	7
1995	33.672	51	35.043	508	(1.371)	(2)
1996	27.199	41	20.005	290	7.194	12
1997	17.779 ^a	26	22.954 ^a	332	(5.175)	(8)
1998	18.617	28	24.820	360	(6.203)	(10)
1999	27.467	41	28.795	417	(1.328)	(2)
2000	33.402	50	30.755	446	2.647	4

Fonte: IEMI/MICT/SECEX - Elaboração Própria (2002).

^aValores acumulados de janeiro a setembro.

TABELA 48
Brasil: Valor da Exportação e Importação de Fios – 1990/2000
(em US\$ mil/FOB)

Ano	Exportação		Importação		Saldo Comercial	
	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice
1990	290.339	100	45.425	100	244.914	100
1991	239.445	82	49.054	108	190.391	77
1992	283.256	98	31.770	70	251.486	102
1993	160.171	55	55.183	121	104.988	42
1994	213.659	74	55.019	121	158.640	64
1995	188.631	65	129.351	285	59.280	24
1996	175.033	60	73.547	162	101.486	41
1997	117.864 ^a	40	84.709 ^a	186	33.155	13
1998	116.091	39	81.714	179	34.377	14
1999	123.745	42	68.451	150	55.294	22
2000	131.670	45	76.048	167	55.622	22

Fonte: IEMI/MICT/SECEX - Elaboração Própria (2002).

^aValores acumulados de janeiro a setembro.

O volume e o valor das exportações de fios caíram até 1996 e continuaram caindo até 1998, vindo estas a reagirem após a maxi-desvalorização cambial em 1999 (ver TABELAS 47 e 48).

As exportações de fios de seda permaneceram estáveis no período 1990/96, com exportações médias em torno de US\$ 75 milhões. Dada a redução das exportações dos outros tipos de fios (algodão, juta, rami, linho e fios artificiais/sintéticos), a participação das exportações dos fios de seda, em termos de valor, cresceu de 26% em 1992 para 47% do valor

total das exportações brasileiras de todos os tipos de fios em 1996, passando a representar o principal produto exportado dessa categoria, superando as exportações de fios de algodão, que participavam com 36% do valor total de fios exportados, no mesmo ano (ver GORINI & SIQUEIRA, 1997a).

As importações de fios representavam uma pequena parte das importações têxteis totais, 6% da pauta de importações em 1995 diminuindo para 3% em 1996 (ver GORINI & SIQUEIRA, 1997a).

O Brasil importou, em média, 1,5% da produção nacional de fios no período 1990/96 (ver PRADO, 1998). O volume das importações do segmento de fiação obteve um aumento expressivo de 190% no período 90/96, passando de 6.895 t em 1990, para 20.005 t em 1996. O valor das importações de fios obteve um crescimento acumulado de 62% no mesmo período, passando de US\$ 45 milhões em 1990, para US\$ 73 milhões em 1996, indicando que o preço médio de importação do fio, também, tem diminuído ao longo do período (ver TABELAS 47 e 48). O expressivo crescimento das importações de fios pode ser explicado pelo incremento das importações de fios de algodão até 1995, que totalizaram o volume de 21.640 t e artificiais e sintéticos um volume de 8.523 t no mesmo ano (ver TABELA 49). A explicação deste último fenômeno é que a partir do 2º semestre de 1992, até o 1º semestre de 1995, o País atravessou uma grave crise de escassez da fibra de algodão, obrigando-o a aumentar violentamente as importações de fibras e fios de algodão (ver PRADO, 1998).

Pode-se observar que, cessada a carência aguda de algodão, as importações de fios de algodão retraíram fortemente quando em 1994 era de 38.373 t, passando em 1995 para 21.640 t, e em 1996 para 11.175 t. Com relação aos fios de seda, apesar do país ser grande exportador de casulos e apesar de sermos o 5º produtor mundial, passamos a importar fios em grandes quantidade no período 1990/96. Com respeito aos fios de lã, mesmo sendo grande produtor de fibra “in natura”, o Brasil registrou grandes aumentos de importações no período 1990/95. Em “outros vegetais” – formados basicamente por fios de linho – também se registrou expressivo aumento nas importações. Finalmente, observa-se que nas fibras sintéticas e artificiais, o quadro era o mesmo. Vale salientar que houve redução no volume das importações de todos os tipos de fios no período 1995/96 (com exceção dos fios de seda) (ver TABELA 49).

Segundo PRADO (1998), se não fosse a ação desse fator acidental, ou seja, a escassez da fibra de algodão, o volume das importações de fios dificilmente ultrapassaria a marca de 1% a 2% do volume da produção nacional.

Em 1996, apesar do declínio de 43% no volume das importações de fios em relação ao ano anterior, por causa de medidas protecionistas adotadas pelo governo no final de 1995 e início de 1996⁵², as importações de fios ainda se mantiveram em patamar superior ao do início da década, em torno de US\$ 73 milhões, em 1996, contra US\$ 45 milhões em 1990, o que demonstra o impacto da abertura comercial sobre o aumento das importações de fios têxteis. As medidas políticas adotadas não foram capazes de conter as importações, onde se verificou um crescimento das mesmas no período 1997/98 e mesmo com a maxidesvalorização cambial, ocorrida no dia 13 de janeiro de 1999, não houve retração no volume das importações de fios, ocorrendo apenas uma pequena queda no valor importado em 1999, comparado com o ano anterior. Já, no ano de 2000, as importações de fios voltaram a crescer tanto em volume quanto em valor. Contudo, a balança comercial de fios brasileira continuou superavitária (ver TABELAS 47 e 48 acima).

TABELA 49
Brasil: Importação de Fios – 1990/96
 (em Kg)

Ano	Animais		Vegetais		Artificiais e Sintéticas	TOTAL
	Seda	Lã	Algodão	Outros		
1990	1.764	90.537	3.635.306	1.246.772	1.903.045	6.895.424
1991	165	261.048	2.744.504	2.752.745	1.413.929	7.172.391
1992	1.876	13.191	1.853.688	3.207.091	476.667	5.552.513
1993	154	59.337	7.351.419	4.716.547	578.224	12.705.681
1994	2.216	261.022	38.373.157	2.769.089	1.339.352	42.744.836
1995	1.659	200.696	21.640.151	4.676.336	8.523.667	35.042.509
1996	6.162	80.423	11.174.984	3.108.304	5.635.415	20.005.288

Fonte: PRADO (1998).

O saldo comercial do segmento de fiação no Brasil se manteve sempre positivo, oscilante e com tendência declinante durante a década, pois o valor das exportações declinou

⁵² Dentre as medidas de proteção à indústria têxtil nacional adotadas pelo governo, cabe destacar o estabelecimento de cotas de importação em maio de 1996 para alguns fornecedores, como a China, Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Panamá (com vigência até 1999), e o aumento das alíquotas de importação de certos produtos, especialmente tecidos sintéticos que, entre o final de 1995 e meados de 1996, foram elevadas para 70%, mas em 1998 já voltaram ao patamar da tarifa externa comum (TEC), de 18%. (ver GORINI & SIQUEIRA, 1997). Ver também Carta de Brasília em anexo.

55% e o valor das importações aumentou 67% no período 1990/2000 (ver TABELA 48 acima).

3.3.3. Comparação de custos no segmento de fiação

Ao analisarmos os custos de produção da fiação, entre países, cuja fibra de algodão é utilizada como matéria-prima básica, podemos ver que o Brasil é competitivo em relação aos países do 1º Mundo, sendo superado apenas pelos países asiáticos (ver GORINI & SIQUEIRA, 1997a). O Brasil tem um custo de produção superior ao da Coreia do Sul, Tailândia e da Índia. Do grupo de países em análise, o Japão é o país com maiores custos de produção em ambos os tipos de tecnologia (filatórios à anel e à rotor), destacando-se o peso elevado da mão-de-obra nos custos totais (ver TABELAS 50 e 51).

O Brasil era competitivo na maioria dos itens analisados, com relação aos países desenvolvidos. As principais vantagens do Brasil estão nos custos de mão-de-obra e energia e as desvantagens, nos custos de capital (taxa de juros) – item onde o País perdia, inclusive, para a Índia, e que representava a maior parcela dos custos totais de produção nesse segmento no Brasil, em 1995 (ver TABELAS 50 e 51).

TABELA 50
Comparativo dos Custos de Produção nos Filatórios a Anel – Países Selecionados (em 1995)
(Em Porcentagem)

ITENS	BRASIL	ÍNDIA	ITÁLIA	JAPÃO	CORÉIA	TAILÂNDIA	EUA
Perdas	13	17	15	14	21	21	15
Salários	8	2	30	29	8	5	19
Energia	8	15	8	17	9	10	6
Material Auxiliar	5	5	4	5	6	8	5
Depreciação	29	30	25	26	33	28	38
Taxa de Juros	37	31	18	9	23	28	17
TOTAL (US\$/kg fio)	2,75	2,25	3,00	3,40	2,25	2,20	2,81

Fonte: ITMF (1995)

Extraído de: GORINI & SIQUEIRA, 1997a.

TABELA 51
Comparativo dos Custos de Produção nos Filatórios open-end – Países Selecionados (em 1995)
 (Em Percentagem)

ITENS	BRASIL	ÍNDIA	ITÁLIA	JAPÃO	CORÉIA	TAILÂNDIA	EUA
Perdas	13	15	16	14	18	19	15
Salários	5	1	19	19	5	2	12
Energia	9	16	10	21	10	11	7
Material Auxiliar	7	7	7	7	8	10	7
Depreciação	29	30	28	29	35	29	41
Taxa de Juros	37	31	20	10	24	29	18
TOTAL (US\$/kg fio)	1,98	1,78	1,98	2,38	1,73	1,74	1,98

Fonte: ITMF (1995)

Extraído de: GORINI & SIQUEIRA, 1997a.

Se compararmos os custos da mão-de-obra empregada na fiação nos diversos países veremos claramente uma grande disparidade entre o Japão, Itália e EUA e os demais países, sendo que os custos com trabalho chegaram a representar na Itália e no Japão em torno de 30% dos custos totais de produção nos filatórios à anel. A Índia é o país que apresenta o menor peso da mão-de-obra sobre os custos de produção. Destaca-se que o custo total e especialmente o custo com trabalho na fiação a rotor cai para todos os países, pois esse tipo de tecnologia poupa trabalho (ver **TABELA 51**).

3.4. Os Segmentos de Tecelagem e Malharia no Brasil nos Anos 90

Nesta seção, serão abordados aspectos referentes à produção, número de unidades fabris, mão-de-obra, parque de máquinas, consumo, exportação, importação e saldo comercial dos segmentos de tecidos planos e malhas, mas apenas sob o enfoque da produção para confecção de vestuários, pois os tecidos planos e malhas, além de serem tradicionalmente usados na indústria de vestuário, têm sido utilizados, cada vez mais, em outros segmentos, tais como, móveis e outros produtos do lar, automóveis e construção civil.

3.4.1. Produção de tecidos e malhas

Os maiores produtores mundiais de tecidos planos de algodão em 1996 foram os países asiáticos, principalmente a Índia e a China, onde o segundo era, também, o maior produtor de tecidos planos do mundo, no mesmo ano. O Brasil aparecia em terceiro lugar na produção de tecidos planos de algodão, produzindo menos da metade do segundo lugar nessa

categoria (ver TABELA 52). Dada a facilidade de acesso às novas tecnologias, pelo uso de máquinas mais modernas (teares a jato de ar e a jato de água) por parte de todos os países, a produção de tecidos e a capacidade instalada de produção, vêm se deslocando dos países mais desenvolvidos para os países em desenvolvimento (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

Os EUA ocupavam a quarta posição na produção de tecidos planos de algodão e a primeira posição na produção de malhas, em 1996. Já o Brasil ocupava, neste mesmo ano, a terceira posição no ranking da produção de tecidos de malhas, demonstrando, assim, o potencial produtivo do Brasil frente aos maiores produtores mundiais de tecidos planos e malhas. Vale salientar que essa produção era pouco exportada até 1998, cujo coeficiente de exportação era de apenas 2,4% e 0,5% respectivamente, revelando a fraca competitividade do produto nacional (ver TABELA 52).

TABELA 52
Produção Mundial de Tecidos Planos e de Malha: Países Selecionados – 1996
 (em Toneladas Métricas)

PAÍSES	TECIDOS PLANOS			TECIDOS DE MALHAS
	Algodão	Mistos	Outros	
1. Índia	1.257.705	30.000	938.595	489.200
2. China ^a	1.026.720	975.960	335.280	n.d.
3. Brasil	501.583	80.350	267.887	407.429
4. EUA	475.133	n.d.	1.257.042 ^b	961.300
5. Turquia ^a	398.000 ^e	n.d.	n.d.	n.d.
6. Itália ^a	151.775	6.555	38.125	n.d.
7. Alemanha ^a	148.200	n.d.	167.500	54.500
8. Rússia	129.500	6.100	83.100	6.800
9. Espanha ^a	100.029	37.625 ^e	n.d.	n.d.
10. Coreia ^f	41.914	15.319	12.059	n.d.
11. Taiwan	36.600	57.480	444.240	214.941

Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1998.

^aFibras curtas

^bEstimativa

^cEstimativa. Inclui mistos.

^dSomente os membros da Associação MMF e Belgian Cotton.

^eInclui "outros".

^fFibras curtas. Somente os membros da Associação de Fiação e Tecelagem da Coreia.

No Brasil, a produção de tecidos planos e malhas se mostrou relativamente estável no período 1990/96. Em 1990, a produção de tecidos planos era de 814 mil toneladas passando para 849 mil toneladas em 1996, um crescimento acumulado de 4,3% no período, já a produção de malhas, em 1990, era menor, 371 mil toneladas, passando para mais de 407 mil toneladas em 1996, um crescimento acumulado de 9,7%, entre os dois anos (ver TABELA 53).

Com relação à variação do valor da produção de tecidos planos e de malhas no mesmo período, podemos observar que o valor da produção de tecidos planos, em 1990, era de US\$ 10,4 bilhões passando para US\$ 9,8 bilhões em 1996, uma queda de aproximadamente 5% no período, já o valor da produção de malhas era de aproximadamente US\$ 4,2 bilhões em 1990, passando para quase US\$ 4,3 bilhões em 1996, um crescimento de 3% no mesmo período (ver **TABELA 53**). Tais informações indicam que houve queda nos preços médios domésticos dos tecidos planos e das malhas no período 1990/96.

TABELA 53
Brasil - Volume e Valor da Produção da Tecelagem e Malharia: 1990-1996

ANOS	TECELAGEM				MALHARIA			
	TONELADAS	(%)	US\$ Mil/FOB	(%)	TONELADAS	(%)	US\$ Mil/FOB	(%)
1990	814.824	100	10.403.123	100	371.281	100	4.158.232	100
1991	842.769	103	9.121.557	88	358.763	97	3.845.179	92
1992	949.808	117	10.335.879	99	405.278	109	4.310.455	104
1993	1.003.231	123	11.337.153	109	453.016	122	4.880.565	117
1994	1.042.703	128	12.000.160	115	457.846	123	4.980.655	120
1995	839.472	103	9.774.734	94	413.858	111	4.489.089	108
1996	849.820	104	9.880.375	95	407.429	110	4.285.486	103

Fonte: PRADO (1998) - Elaboração própria (2002).

O número de fábricas na tecelagem e malharia diminuiu no período 1990/96. Na tecelagem, o declínio foi superior, com o número de unidades passando de 1.458 em 1990 para 834 unidades em 1996, uma variação de -43% entre os dois anos, enquanto as fábricas de malhas declinaram 23%, passando de 3.766 unidades em 1990, para 2.891 unidades em 1996. Essa queda no número de tecelagens planas continuou no ano de 1997, enquanto o número de malharias sofreu um pequeno aumento. O número de fábricas de malhas era sempre superior ao número de tecelagens devido à maior facilidade de fabricação na primeira, ou seja, menor necessidade de investimentos, menores custos de produção e maior facilidade de acesso à tecnologia. É importante notar que a redução no número de fábricas nestes segmentos foi menor do que o observado no segmento de fiação de aproximadamente 48%, no mesmo período, pois o segmento de fiação foi o que mais inovações tecnológicas incorporou no período (ver **TABELA 54**).

TABELA 54
Brasil: Fábricas Têxteis por Área de Atuação – 1990/97

SEGMENTOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	Variação (%) 1990/97
Fiação	1.179	1.123	991	955	941	661	617	550	-53,3
Tecelagem	1.458	1.444	1.264	1.183	1.083	986	834	700	-51,9
Malharia	3.766	3.687	3.576	2.934	3.400	3.019	2.891	2.960	-21,4
Beneficiamento	818	802	707	689	687	508	469	380	-53,5
TOTAL	7.221	7.074	6.538	5.761	6.111	5.174	4.811	4.590	-36,4

Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1998.

O número de postos de trabalho também se reduziu em ambos os segmentos, (tecelagem e malharia), principalmente na tecelagem, 58% no período 1990/96, devido à redução no número de empresas (ver **TABELA 54**) e ao surgimento e maior difusão de inovações tecnológicas poupadoras de trabalho, ocorrendo o contrário com o segmento de malharias, cuja aquisição de novas máquinas, no período considerado, são ainda de modelos desatualizados com uma redução de 31% dos postos de trabalho, no mesmo período (ver **TABELA 55**). Apesar disso, a produção física, em ambos os segmentos cresceu e permaneceu relativamente estável, no período considerado, revelando o incremento de produtividade nos segmentos de tecelagem plana e malharias (ver **TABELA 53**).

TABELA 55
Número de empregados nas fábricas (1990-1997*)

ANO	Tecelagem	(%)	Malharia	(%)	Total**
1990	140.665	100	116.587	100	542.126
1991	117.333	83	140.730	90	475.343
1992	124.864	89	99.749	86	400.484
1993	88.513	63	92389	79	344.905
1994	88.472	63	96.506	83	351.185
1995	62.135	44	85.853	74	289.577
1996	58.614	42	80.477	69	267.114
1997*	47.500	34	79.000	68	246.500

Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA (1998)

* Estimativa ** Inclui ainda fiação e beneficiamento

Tais resultados indicam aumento da produtividade em ambos os segmentos, dado que o número de fábricas e de empregados diminuíram, mas a produção em toneladas e em valor permaneceu relativamente estável no período em análise, sendo esse fenômeno resultante da

adoção de máquinas mais modernas. Contudo, ainda é fato presente, em grande parte das empresas brasileiras, a obsolescência tecnológica.

Os maiores produtores de tecidos planos de algodão (Índia e China) tinham seu parque de máquinas com maior número de teares com lançadeira⁵³. Os teares com lançadeira representavam cerca de 96% e 95% do total de teares na Índia e na China, respectivamente, em 1996. Vale salientar que a China possuía a maior capacidade instalada de teares para tecidos planos, perfazendo um total de 930.000 unidades, o que justifica este país ter sido o maior produtor de tecidos planos, em 1996. A Índia ocupava, no mesmo ano, o 2º lugar no ranking na produção mundial de tecidos planos, todavia, este país possuía a 6ª maior capacidade instalada de teares para tecidos planos, com um total de 140.000 unidades, demonstrando que apesar do tipo de tear predominante em seu parque tecnológico ser o do tipo com lançadeira, esse país possuía elevada competitividade na produção de tecidos planos (ver TABELA 56).

O Brasil, terceiro maior produtor mundial de tecidos planos de algodão, possuía a quarta maior capacidade instalada para tecidos planos, onde os teares com lançadeira, também, predominavam, ou seja, 79% do total, em 1996. Dos países analisados, a Rússia era o país que possuía a maior capacidade instalada de teares sem lançadeira, vindo em 5º lugar em termos de capacidade instalada total. Os EUA ocupavam o 7º lugar na capacidade instalada de teares, predominando os teares sem lançadeira, com 87% do total (ver TABELA 56).

Podemos observar que apesar da capacidade instalada do Japão ser maior que a da Índia e o tipo de tear predominante em ambos ser o mesmo, este último, ocupava o 2º lugar no ranking da produção⁵⁴ mundial de tecidos planos em 1996, o que justifica mais uma vez, como esse país era competitivo. Aqui, enfatizamos o importante papel das inovações nas técnicas de produção.

⁵³ Teares com lançadeira são os teares mais atrasados tecnologicamente (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

⁵⁴ O diferencial de produtividade entre dois países não pode ser explicado somente pelo grau de utilização de maquinário mais moderno, pois devemos levar em consideração as técnicas organizacionais dentro do processo produtivo.

TABELA 56
Capacidade Instalada por Tipo de Teares para Tecidos planos – 1996

PAÍSES SELECIONADOS	TEARES				
	Sem Lançadeira		Com Lançadeira		Total de Unidades
	Unidades	%	Unidades	%	
1. China	50.000	5	880.000	95	930.000
2. Indonésia	27.000	12	200.000	88	227.000
3. Japão	67.620	37	116.940	63	184.560
4. BRASIL	33.200	21	122.410	79	155.610
5. Rússia	130.890	90	14.800	10	145.690
6. Índia	6.280	4	133.760	96	140.040
7. EUA	62.450	87	9.210	13	71.660
8. Taiwan	39.200	88	5.180	12	44.380
9. Paquistão	11.500	58	8.310	42	19.810
10. Portugal	15.630	84	2.920	16	18.550
11. Egito	2.560	16	13.000	84	15.560
12. Itália	13.280	88	1.760	12	15.040
13. Rep. Tcheca	7.650	67	3.800	33	11.450
14. Malásia	10.000	89	1.200	11	11.200

Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1998.

^aSomente fibra curta. ^bEstimativa.

Na tecelagem plana, houve significativo aumento na utilização dos teares mais modernos no período 1990/96, daqueles a jato de ar, 226%, passando de 1.610 unidades em 1990, para 5.250 unidades em 1996, e a jato de água, 145%, passando de 53 unidades em 1990, para 130 unidades em 1996. O número de teares à pinça e à projétil também aumentou em 32,3% e 20,1%, respectivamente, enquanto que o número de teares mais atrasados tecnologicamente (com lançadeira) sofreu uma queda de 13,2%, no período 1990/96, valendo destacar que este tipo de tear ainda era predominante no parque tecnológico brasileiro (ver TABELA 57 abaixo).

Os teares a jato de ar, já respondiam por 20,39% da produção nacional de tecidos planos em 1996, índice que era de apenas 4,42% em 1990, um aumento extraordinário de 361% na participação da produção de tecidos planos. Já, os teares a jato de água respondiam por 0,62% da produção em 1996, índice que era de apenas 0,18% em 1990, um incremento extraordinário de 244%, na participação da produção total de tecidos planos, mas esse tipo de tear continuava, ainda, com uma participação muito pequena relativa aos demais. Os teares à pinça e à projétil tinham aumentado sua participação na produção total de tecidos planos, com variações de 57,2% e 66,3%, respectivamente no período 1990/96. Em 1990, os teares à pinça, respondiam por 28,2% da produção nacional de tecidos planos passando a responder

por 44,46% em 1996. Já, os teares a projétil que respondiam por 8,07% da produção de tecidos planos passou a responder por 13,49%, em 1996. Os teares com lançadeira têm diminuído sua participação na produção total de tecidos planos, onde respondiam por 59,06% da produção em 1990, índice que era de apenas 21,10%, em 1996, uma redução de 64,2% no período, sendo superado pela participação do tear à pinça que passou a responder por quase a metade da produção de tecidos planos, em 1996 (ver PRADO, 1998).

TABELA 57

Brasil: Evolução da Capacidade Instalada de Máquinas na Tecelagem e na Malharia – 1990/96
(em Unidades)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	Variação (%) 1990/96
TECELAGEM	164.167	163.215	162.573	161.521	159.530	157.723	155.604	(5,2)
Teares com Lançadeira	141.100	138.940	136.079	132.997	129.585	126.260	122.408	(13,2)
Teares de Pinça	17.241	18.111	19.339	20.236	21.040	21.879	22.816	32,3
Teares de Projétil	4.163	4.246	4.380	4.528	4.678	4.831	5.000	20,1
Teares a Jato de Ar	1.610	1.860	2.709	3.686	4.140	4.650	5.250	226
Teares a Jato de Água	53	58	66	74	87	103	130	145
MALHARIA	56.674	54.656	63.815	73.011	67.262	64.139	61.077	7,7
Tear de Elástico	10.004	10.041	12.583	15.448	15.868	14.888	13.907	39
Retilíneo	36.613	35.684	41.155	44.498	37.475	36.849	36.223	(1)
Circular	1.444	1.452	1.454	1.462	1.482	1.507	1.592	10,2
Kettenstul	509	553	844	1.170	1.164	1.228	1.294	154,2
Waschel	8.097	6.917	7.769	10.420	11.259	9.650	8.041	(0,6)
Malimo	7	9	10	13	14	17	20	186

Fonte: PRADO, 1998.

Ao analisarmos as malharias, é preciso, antes, distinguir as produções das malhas pelo processo de trama das que utilizam o processo de urdume. O número de teares do tipo circular, que é utilizado no processo de trama, sofreu um aumento pouco significativo de 10,2%, entre os anos de 1990 e 1996. Já os teares tipo Malimo (pouco utilizado) e o Kettenstul, que são utilizados no processo de urdume, apresentaram crescimento expressivo entre os dois anos: o tipo Malimo cresceu 186%, passando de 7 teares em 1990, para 20 teares em 1996 e o tipo Kettenstul cresceu 154%, passando de 509 teares em 1990, para 1.294 teares em 1996 (ver TABELA 57).

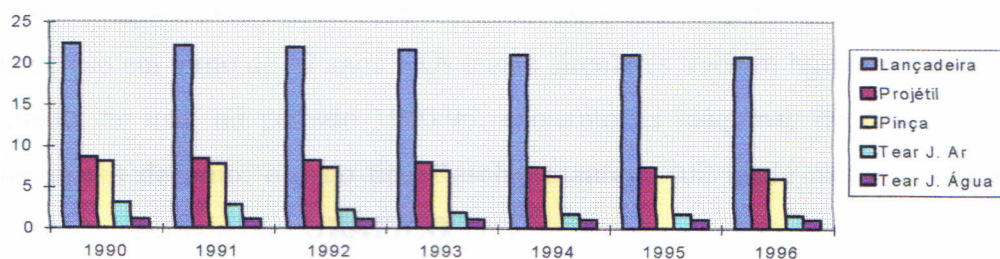
Contudo, a participação desses equipamentos mais modernos, conjuntamente na produção total de malhas, em 1996, é ainda pequena (em torno de 7%), mas, essa participação tem sido crescente no período com aumento significativo de 104% e 118% respectivamente, o

que mostra o aumento dos investimentos realizados no segmento de malhas no Brasil. Apesar do número de teares do tipo Raschel ter diminuído, sua participação na produção total de malhas tem aumentado em 32%, no período 1990/96, demonstrando, assim, as melhoras tecnológicas nesse tipo de tear. Os teares do tipo Circular e Retilíneo são os maiores responsáveis pela produção de malhas em 1996, com participação de 33,58% e 44,02%, respectivamente. O primeiro tem mantido a sua participação na produção ao longo do período, mas o segundo diminuiu em 17% (ver PRADO, 1998).

Apesar da introdução de máquinas mais modernas no período 1990/96, a indústria brasileira de tecidos planos, como um todo, ainda apresenta defasagem tecnológica em relação a outros produtores mundiais. A utilização de teares com lançadeira, por exemplo, com menor eficiência produtiva, em torno de 3.000 kg/máq./ano (ver PRADO, 1998), ainda é muito grande, com 122.408 unidades, em 1996 (ver TABELA 57 acima), respondendo por 21,1% da produção nacional de tecidos planos neste ano. Em contraste, nos EUA e em alguns países europeus e asiáticos, os teares com lançadeira respondiam por apenas 1% da produção total de tecidos planos em 1996 (ver PRADO, 1998).

Os teares com lançadeira são em maior número e também os mais antigos. Todos os tipos de teares utilizados na tecelagem plana e de malhas apresentaram queda na idade média de uso. Não obstante, os teares mais modernos - a jatos de ar e de água - apresentaram queda ainda maior na idade média de uso, o que corresponde ao alto índice de investimento ocorrido no segmento de tecelagem plana (ver GRÁFICO 6).

GRÁFICO 6
Idade Média dos Teares Utilizados na Tecelagem Plana
 (em anos)



Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1998.

A proporção dos teares com lançadeira com até 5 anos em média de uso, teve um aumento pouco expressivo no período analisado, permanecendo a maior parte deste tipo de tear, 99,38%, com idade média superior a 11 anos de uso, em 1996, demonstrando que foi pouco a renovação deste tipo de tear (ver **TABELA 58**)

TABELA 58
Brasil: Distribuição dos Teares COM Lançadeira – segundo a Idade das Máquinas (%)

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Até 5	0,16	0,25	0,32	0,30	0,29	0,26	0,26
6 a 10	0	0	0	0,09	0,17	0,28	0,36
11 ou +	99,84	99,75	99,68	99,61	99,54	99,46	99,38

Fonte: PRADO, 1998.

Os teares mais modernos, do tipo sem lançadeira, sofreram uma maior redução no tempo médio de uso. A proporção de teares com idade média de uso inferior a 5 anos, se elevou em 73% e a proporção de teares com idade média acima de 11 anos caiu em 23% no período 1990/96, demonstrando que houve uma maior renovação neste tipo de tear (ver **TABELA 59**).

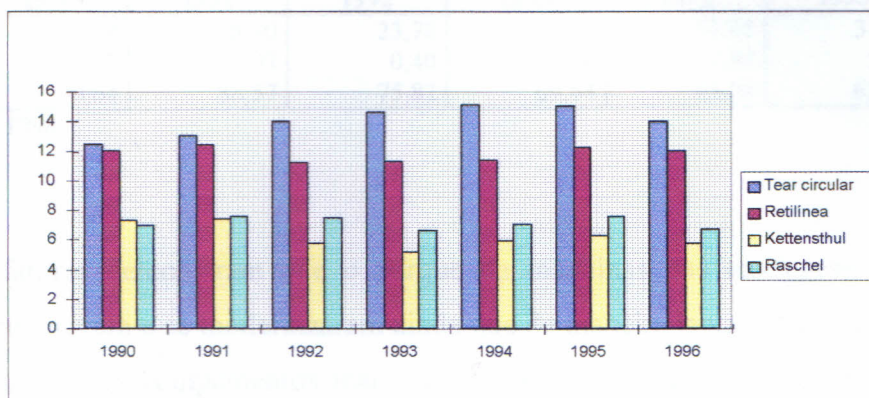
TABELA 59
Brasil: Distribuição dos Teares SEM Lançadeira – segundo a Idade das Máquinas (%)

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Até 5	16,49	23,58	29,28	34,10	28,95	30,76	28,59
6 a 10	14,71	11,08	8,59	4,64	11,11	12,32	18,26
11 ou +	68,80	65,34	62,14	61,26	59,95	56,92	53,14

Fonte: PRADO, 1998.

Com relação às máquinas utilizadas na malharia, podemos constatar uma relativa estabilidade na idade dos teares retilíneos entre 1992 e 1994, os quais apresentam, no geral, idade média de uso em torno de 12 anos. Os teares circulares tiveram ligeiro crescimento na sua idade média de uso, no período 1990/96, enquanto as máquinas do tipo Kettenstul experimentaram um declínio, e o do tipo Raschel manteve sua idade média relativamente constante no mesmo período (ver **GRÁFICO 7**).

GRÁFICO 7
Idade Média das Máquinas do Segmento de Malharia
 (em anos)



Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1998.

Embora os teares da malharia sejam mais novos, em termos do número de anos de uso, comparativamente aos utilizados na tecelagem plana, idade média em torno de 8 e 10 anos respectivamente, os investimentos realizados no segmento de malhas têm sido com o objetivo de renovar as máquinas existentes, não havendo profundas transformações tecnológicas no parque de malhas nacional (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

O número de teares circulares com até 5 anos de uso aumentou expressivamente no período 1990/96 e o número de teares com mais de 11 anos de uso diminuiu, revelando o elevado índice de renovação nas malharias (ver TABELA 60).

TABELA 60
Brasil: Distribuição dos Teares Circulares – segundo a Idade das Máquinas (%)

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Até 5	7,66	9,70	10,49	12,22	9,71	13,64	13,12
6 a 10	2,62	2,20	1,92	0	4,99	7,07	9,02
11 ou +	89,72	88,10	87,59	87,78	85,30	79,29	77,86

Fonte: PRADO, 1998.

Já, o número de teares retilíneos com idade média inferior a 5 anos de uso teve um incremento significativo, enquanto os que possuíam idade superior a 11 anos caíram drasticamente, demonstrando que os teares retilíneos são mais novos do que os circulares (ver TABELA 61).

TABELA 61
Distribuição dos Teares Retilíneos – segundo a Idade das Máquinas (%)

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Até 5	5,38	8,40	23,78	30,02	33,41	31,57	29,05
6 a 10	3,97	3,03	0,40	0,34	2,84	5,35	8,15
11 ou +	90,64	88,57	75,82	69,64	63,76	63,08	62,80

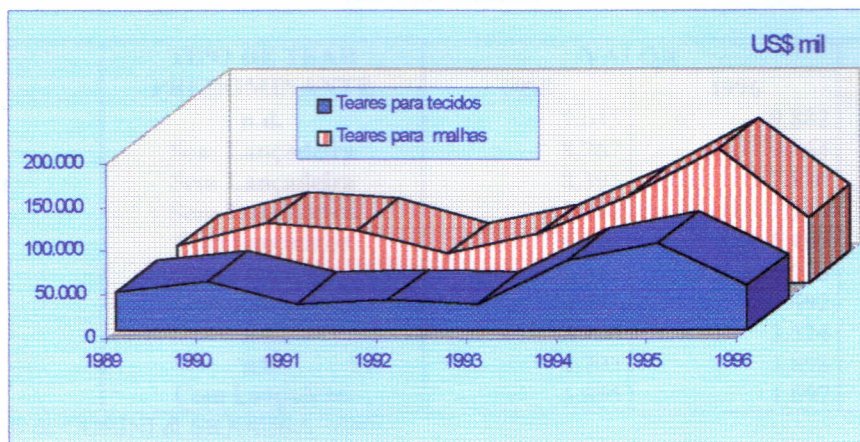
Fonte: PRADO, 1998.

Esses fatores demonstram que o parque de máquinas das tecelagens e malharias brasileiras se renovaram e se modernizaram ainda que de maneira lenta. Vale salientar que o aumento do número de equipamentos mais modernos não é o único fator determinante do aumento de competitividade.

As importações de máquinas, para a tecelagem plana e de malhas, vinham se mantendo estáveis desde 1989 e tendo notável crescimento em 1994 e 1995, após a implantação do Plano Real (período no qual a estabilidade econômica foi alcançada e teve como primeiro sucesso do plano o aumento da credibilidade nos fundamentos macroeconômicos), que proporcionou aumento no nível de investimentos para superar a crise que se abatia sobre a indústria têxtil brasileira, frente à maior concorrência externa, com o crescimento das importações.

Nesse momento, também se evidenciou uma explosão de consumo das classes mais pobres, pois o imposto inflacionário deixara de existir, aumentando, assim, o poder de compra destas classes, com isso temos uma indústria que queria no mínimo manter sua fatia de mercado doméstica, já que a mesma vinha perdendo em nível mundial, dada a queda no nível das exportações (ver PRADO, 1998). Os investimentos, em capital físico, eram viáveis naquele momento, pois as tarifas de importações estavam muito baixas por causa do processo de abertura comercial. Mas, no fim do ano de 1995 e início do ano de 1996 o governo resolveu aumentar novamente as tarifas de importação, fazendo com que as importações de teares recuassem e voltassem ao patamar de 1990, após queda significativa (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998). As importações de teares para malharia têm sido maiores, em termos monetários, do que as importações de teares para tecelagem plana (ver **GRÁFICO 8**).

GRÁFICO 8
Brasil: Evolução das Importações de Teares - 1989-96



Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1998.

3.4.2. Comércio exterior de tecidos planos e malhas

Os tigres asiáticos (Coréia e Taiwan) foram os maiores exportadores mundiais de tecidos planos e de malhas em 1996, especialmente tecidos artificiais e sintéticos. Embora não tenhamos os dados relativos a Coréia, segundo o tipo de tear predominante no seu parque tecnológico, cabe destacar que, dos quatro maiores exportadores mundiais de tecidos, três, possuíam maior proporção de teares tecnologicamente mais avançados em seus parques industriais (Taiwan, Alemanha e Itália), ou seja, teares sem lançadeiras. Cabe destacar, ainda, que dos dez maiores exportadores, seis estavam no continente asiático, o que demonstra uma mudança no perfil das exportações mundiais de têxteis com relação à década passada, onde os maiores exportadores estavam na Europa Ocidental. Vale salientar que a participação dos dois maiores exportadores mundiais era crescente entre 1995 e 1996 e que a soma das exportações dos dois era superior a US\$ 19 bilhões, em 1996 (ver **TABELA 62**).

TABELA 62
Exportadores Mundiais de Tecidos Planos e Malhas – 1996
(em US\$ milhões)

PAÍSES	TIPO DE TEAR PREDOMINANTE	VALOR		Variação (%) 1996/95
		1995	1996	
1. Coréia	n.d.	9.645	9.882	2,46
2. Taiwan	Sem Lançadeira	8.767	9.164	4,53
3. Alemanha	Sem Lançadeira	8.395	7.834	(6,68)
4. Itália	Sem Lançadeira	7.292	7.246	(0,63)
5. China	Com Lançadeira	6.678	5.492	(17,76)
6. EUA	Sem Lançadeira	4.431	4.725	6,64
7. Japão	Com Lançadeira	4.571	4.492	(1,73)
8. França	n.d.	3.700	3.524	(4,76)
9. Indonésia	n.d.	1.703	1.898	11,45
10. Índia	Com Lançadeira	1.655	1.697	2,54

Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1998.

O valor das exportações brasileiras de tecidos planos e de malhas conjuntamente mostrou uma tendência relativamente estável no período entre 1992 e 1997, em um patamar médio de US\$ 270 milhões, mostrando, assim, que o Brasil não estava entre os maiores exportadores mundiais nesta categoria. A maior competitividade do Brasil encontrava-se nos tecidos planos de algodão, cuja participação atingiu em média, ao longo do período 1992/97, cerca de 75% do total de tecidos exportados, vindo em segundo lugar, os tecidos artificiais e sintéticos com participação média de 11% e, em seguida, os tecidos de malhas cuja participação atingiu em média 5% das exportações brasileiras de tecidos. A exportação de tecidos de lã se manteve estável, apesar da crescente concorrência do acrílico. As exportações de tecidos de linho cresceram extraordinariamente, aproximando-se das exportações de tecidos de lã, em 1997. As menores participações são atribuídas aos tecidos de ramí, seda e juta (ver TABELA 63).

TABELA 63
Brasil: Exportações de Tecidos em Valor - 1992/97*
(em US\$ Mil)

TECIDOS	1992	%	1993	%	1994	%	1995	%	1996	%	1997	%
Algodão	214.837	76,7	201.159	74,6	194.120	76,2	213.418	78,7	212.695	74,8	192.857	72,8
Art. e Sint.	32.493	11,6	38.457	14,3	28.553	11,2	26.129	9,6	34.446	12,1	24.874	9,4
Malhas	15.160	5,4	10.971	4,1	10.038	3,9	10.807	4,0	14.483	5,1	22.361	8,4
Lã	12.611	4,5	12.361	4,6	10.942	4,3	10.819	4,0	13.782	4,8	12.517	4,7
Linho	3.927	1,4	5.096	1,9	10.012	3,9	8.958	3,3	6.817	2,4	10.663	4,0
Ramí	379	0,1	525	0,2	561	0,2	502	0,2	2.229	0,8	1.435	0,5
Seda	623	0,2	894	0,3	422	0,2	472	0,2	18	0,0	22	0,0
Juta	76	0,0	26	0,0	28	0,0	11	0,0	3	0,0	4	0,0
TOTAL	280.107	100	269.488	100	254.676	100	271.116	100	284.473	100	274.732	100

Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1998.

Estimativa

O volume das exportações de tecidos planos passou de 33.004 toneladas em 1990, para 52.269 toneladas em 2000, um aumento de 58% no período. Já, o valor das exportações de tecidos planos passou de aproximadamente US\$ 168 milhões em 1990, para US\$ 215 milhões em 2000, um aumento de 28% no mesmo período, indicando que houve uma queda no preço médio do tecido plano exportado ao longo do período analisado (ver TABELAS 64 e 65). Os coeficientes de exportação tanto com relação ao volume quanto ao valor exportado de tecidos planos é crescente ao longo do período 1990/96, o que revela a importância do setor externo como fonte de escoamento para este segmento, além da melhora de sua capacidade competitiva (ver PRADO, 1998).

TABELA 64
Brasil: Volume da Exportação e Importação de Tecidos Planos – 1990/2000
(em ton)

Ano	Exportação		Importação		SALDO COMERCIAL	
	Volume	Índice	Volume	Índice	Volume	Índice
1990	33.004	100	5.470	100	27.534	100
1991	40.221	122	5.193	95	35.028	127
1992	66.341	201	9.169	168	57.172	207
1993	58.059	176	8.748	160	49.311	179
1994	53.911	163	22.085	404	31.826	115
1995	49.043	149	48.846	893	197	0,007
1996	50.697	154	30.655	560	20.042	72
1997	-	-	-	-	-	-
1998	44.068	133	33.098	605	10.970	39
1999	41.578	125	32.353	591	9.225	33
2000	52.269	158	55.700	1.018	(3.431)	(12)

Fonte: IEMI/PRADO (1998) – Elaboração Própria (2002).

TABELA 65
Brasil: Valor da Exportação e Importação de Tecidos Planos – 1990/2000
(em US\$ mil/FOB)

Ano	Exportação		Importação		SALDO COMERCIAL	
	US\$	Índice	US\$	Índice	US\$	Índice
1990	167.732	100	40.762	100	126.970	100
1991	177.650	106	37.597	92	140.053	90
1992	254.492	152	41.764	102	212.728	167
1993	247.652	148	60.053	147	187.599	147
1994	222.899	138	122.650	301	100.249	78
1995	245.587	146	288.488	708	(42.901)	(33)
1996	255.926	153	146.025	358	109.901	86
1997	252.371	150	232.101	569	20.270	15
1998	218.281	130	211.556	519	6.725	5
1999	179.906	107	162.178	397	17.728	13
2000	214.978	128	222.107	544	(7.129)	(5)

Fonte: IEMI/PRADO (1998) – Elaboração Própria (2002).

Como salientado anteriormente, os tecidos de algodão foram os principais tecidos exportados. Em especial, temos os do tipo denim, que foram responsáveis por cerca de 53% das exportações brasileiras de todos os tipos de tecidos em 1996, no valor de US\$ 151 milhões de um total de US\$ 284 milhões. Vale salientar o expressivo crescimento das exportações deste tipo de tecido plano, no período 1990/96, de aproximadamente 111% (ver TABELA 66), apesar da queda observada no valor exportado de tecidos de algodão no mesmo período, exportando apenas US\$ 212 milhões do valor total de tecidos planos⁵⁵ exportados que era, em média, de US\$ 270 milhões, em 1996 (ver TABELA 63).

TABELA 66
Principais Tecidos Planos Exportados pelo Brasil – 1990/97
(em US\$ Milhões FOB)

PRODUTOS	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997 ^a
1) Tecidos denim ⁵⁶	71,61	91,48	149,79	143,79	142,32	160,09	151,31	68,51
2) Tecidos de algodão com pelo menos 85% em peso de algodão, com peso não superior a 200 g/m ² ^b	40,44	52,90	54,30	46,30	41,05	44,10	48,84	21,02
3) Tecidos de plástico, exceto as telas para pneumáticos	2,73	5,92	16,30	27,15	24,39	39,68	29,98	5,74

Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1998.

^aDados até Junho.

^bCama, mesa e banho sem acabamento.

Os tecidos do tipo índigo *blue* participaram com exportações em torno de US\$ 22 milhões, e os tecidos do tipo índigo *black* participaram com exportações de US\$ 114 milhões na exportação total dos tecidos Denim que era de US\$ 151 milhões, em 1996. Juntos, respondiam por nada menos que 90% do total exportado desse tipo de tecido (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

A maior participação no destino das exportações brasileiras de tecidos de algodão está à América do Sul (mais de 60%), vindo a Argentina em primeiro lugar com 22%, em segundo lugar a Bolívia com 15%, e em seguida os EUA com 13%, no período 1990/96 (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

⁵⁵ Os valores das exportações dos tecidos do tipo Denim têm apresentado uma tendência de crescimento, apesar das dificuldades com a sua matéria-prima (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

⁵⁶ Aqui, tecidos planos equivalem a soma das exportações de todos os tecidos menos as exportações de tecidos de malhas.

O volume das exportações de malhas nos últimos anos aumentou de 1.035 ton em 1990, para 3.229 toneladas em 2000, uma variação de 211%, entre os dois anos. Já, o valor das exportações de malhas aumentou de US\$ 5,4 milhões em 1990, para US\$ 30,2 milhões em 2000, uma variação de 453%. Este fato demonstra que o preço médio das exportações de malhas aumentou no período analisado, diferindo do ocorrido com o preço médio dos tecidos planos exportados (ver TABELAS 67 e 68).

A América do Sul, também, absorveu a maior parte das exportações brasileiras de malhas, a Argentina continuava ocupando o primeiro lugar, com mais de 50%, vindo em seguida, a Bolívia e a Jamaica, no período 1990/96 (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

TABELA 67
Brasil: Volume da Exportação e Importação de Malhas – 1990/2000
(em ton)

Ano	Exportação		Importação		SALDO COMERCIAL	
	Volume	Índice	Volume	Índice	Volume	Índice
1990	1.035	100	176	100	859	100
1991	1.041	101	434	247	607	70
1992	2.926	283	64	36	2.862	333
1993	2.252	218	115	65	2.137	248
1994	1.875	181	1.485	843	390	45
1995	1.031	100	10.672	6.062	(9.641)	(1.122)
1996	1.227	118	15.037	8.541	(13.810)	(1.607)
1997	-	-	-	-	-	-
1998	2.184	211	9.299	5.283	(7.115)	(828)
1999	2.121	204	12.305	6.991	(10.184)	(1.185)
2000	3.229	311	22.274	12.655	(19.045)	(2.217)

Fonte: IEMI/MICT/SECEX – Elaboração própria (2002).

TABELA 68
Brasil: Valor da Exportação e Importação de Malhas – 1990/2000
(em US\$ mil/FOB)

Ano	Exportação		Importação		SALDO COMERCIAL	
	US\$	Índice	US\$	Índice	US\$	Índice
1990	5.467	100	2.622	100	2.845	100
1991	5.582	102	3.716	142	1.866	65
1992	14.847	272	792	30	14.055	494
1993	10.916	200	1.204	46	9.712	341
1994	10.000	183	5.214	199	4.786	168
1995	10.800	198	43.401	1.655	(32.601)	(1.145)
1996	14.462	265	56.889	2.170	(42.427)	(1.491)
1997	22.361	409	78.603	2.997	(56.242)	(1.976)
1998	24.570	449	45.184	1.723	(20.614)	(724)
1999	21.852	399	44.856	1.710	(23.004)	(808)
2000	30.277	553	62.866	2.397	(32.589)	(1.145)

Fonte: IEMI/MICT/SECEX – Elaboração própria (2002).

Além das tarifas de importação, as exportações brasileiras para os EUA e para a UE também estão sujeitas a diversas restrições não-tarifárias, entre elas, as cotas multilaterais para importações de têxteis.

Dentro do Acordo Brasil/EUA, temos os produtos apresentados nas **TABELAS 69 e 70**, com quotas de exportação para os EUA, no período 1996/2001. Vale salientar que apesar dos EUA impor quotas às exportações de alguns produtos têxteis brasileiros, as exportações brasileiras não conseguem alcançar nem o limite dessas quotas.

Os produtos que mais se aproximaram dessas quotas foram os **Tecido do tipo Denim (225)** e os **Fios de Algodão (300/301)**, com nível de utilização das quotas respectivamente de 89,54% e 29,74% em 1996, onde o primeiro diminuiu o nível de utilização das quotas entre os anos de 1996 e 2000 e o segundo aumentou, mas com queda significativa de ambos no 1º semestre de 2001, revelando que essas duas categorias de produtos foram as mais competitivas da indústria têxtil brasileira no período 1996/2000, apesar da queda nas exportações de ambos em 2001.

TABELA 69
Acordo BRASIL/EUA - QUOTAS - 1996 a 2001

CATEGORIA	PRODUTOS	Unidade	1996	1997	1998	1999	2000	2001
	Tecidos de fios tintos	m ²	5.350.826	5.723.243	6.221.165	6.762.406	6.762.406	7.990.249
	Brim/Lona	m ²	19.535.266	20.894.921	22.712.779	24.688.791	24.688.791	29.171.510
	Denim	m ²	9.363.945	10.015.676	10.887.040	11.834.212	11.834.212	13.982.938
	Fios de Algodão	Kg	7.256.950	7.762.034	8.437.331	9.171.379	9.171.379	10.836.617
	Tecidos para lençóis	m ²	44.937.433	48.065.078	52.246.740	56.792.206	56.792.206	67.103.910
	Popeline/Tecidos p/ camisas	m ²	7.357.387	7.869.461	8.554.104	9.298.311	9.298.311	10.986.596
	Tecidos para estampar	m ²	22.072.160	23.608.382	25.662.311	27.894.932	27.894.932	32.959.787
	Sarja/Cetim	m ²	20.065.598	21.462.164	23.329.372	25.359.027	25.359.027	29.963.440
	Tecidos de lã	m ²	10.701.653	11.446.488	9.745.630	13.524.815	13.524.815	15.980.502
	Tecidos de lã	m ²	2.627.483	2.657.962	2.696.502	2.735.601	2.735.601	2.815.508
	Fios sintéticos	Kg	507.986	543.342	590.613	641.996	641.996	758.563
	Fios sintéticos	Kg	388.248	415.270	451.398	490.670	490.670	579.760
	Outros fios	Kg	4.717.019	5.045.324	5.484.267	5.961.398	5.961.398	7.043.803

Fonte: MDIC/SECEX

Atualização: ABIT

TABELA 70
Acordo BRASIL/EUA – Nível de Utilização das QUOTAS - 1996 a 2001
 (Em %)

CATEGORIA	PRODUTOS	Unidade	1996	1997	1998	1999	2000	1º Sem 2001
218	Tecidos de fios tintos	m ²	26,35	25,01	10,76	7,52	4,71	2,20
219	Brim/Lona	m ²	10,48	3,86	0,74	1,37	0,34	-
225	Denim	m ²	89,54	43,29	14,97	21,31	24,95	8,30
300/301	Fios de Algodão	Kg	29,74	36,31	17,38	54,39	52,90	1,60
313	Tecidos para lençóis	m ²	6,93	6,67	5,44	0,62	0,13	-
314	Popeline/Tecidos p/ camisas	m ²	9,45	8,19	0,87	0,13	0,20	0,30
315	Tecidos para estampar	m ²	13,98	0,02	-	1,20	0,99	0,30
317/326	Sarja/Cetim	m ²	6,84	3,22	0,51	0,74	3,18	1,00
410/624	Tecidos de lã	m ²	0,75	-	-	-	-	1,90
410 Sub	Tecidos de lã	m ²	71,07	68,00	38,64	28,74	23,70	10,50
604	Fios sintéticos	Kg	4,57	-	-	-	-	-
604-A Sub	Fios sintéticos	Kg	-	-	-	-	-	-
607	Outros fios	Kg	-	-	-	0,27	-	-

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: ABIT

Já, dentro do acordo Brasil/União Européia, tem-se cinco produtos que compõem a indústria têxtil, com quotas de exportação no período 1995/2001. Mais uma vez, vale salientar que apesar da União Européia impor quotas as exportações de alguns produtos têxteis brasileiros, as exportações brasileiras não conseguem se aproximar dessas quotas. Os produtos que mais se aproximaram dessas quotas foram **Tecidos Tintos (2^A)** e **Tecidos sintéticos (3)**, com nível de utilização das quotas de 49,9% e 14,9% respectivamente, em 1996, vindo o primeiro a aumentar e o segundo a cair no período 1996/2000, mas com leve queda do primeiro e com uma queda exagerada do segundo no 1º semestre de 2001. Esses dados revelaram que **Tecidos Tintos (2^A)** foi o produto mais competitivo da indústria têxtil brasileira no período 1996/2000, junto aos **Tecidos do tipo Denim (225)** e os **Fios de Algodão (300/301)**, analisados anteriormente (ver TABELAS 71 e 72).

TABELA 71
Acordo BRASIL/UNIÃO EUROPÉIA - QUOTAS - 1995 a 2001

CATEGORIA	PRODUTOS	Unidade	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
1	Fios de algodão	Ton	37.680	38.423	39.180	39.180	41.136	42.150	43.189
2	Tecidos	Ton	22.926	23.192	23.461	23.461	24.146	24.496	25.100
2 ^A	Tecidos tintos	Ton	4.960	5.058	5.157	5.157	5.415	5.548	5.685
3	Tecidos sintéticos	Ton	2.479	2.594	2.714	2.714	3.038	3.215	3.294
22	Fio sint. fibra desc.	Ton	13.786	14.746	15.772	15.772	18.636	20.257	20.757

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: ABIT

TABELA 72
Acordo BRASIL/UNIÃO EUROPÉIA – Nível de Utilização das QUOTAS - 1995 a 2001
 (Em %)

CATEGORIA	PRODUTOS	Unidade	1995	1996	1997	1998	1999	2000	1º Sem. 2001
1	Fios de algodão	Ton	3,40	2,80	3,90	2,30	6,78	7,33	8,21
2	Tecidos crus	Ton	12,90	6,90	2,20	1,50	0,64	8,57	12,12
2 ^A	Tecidos tintos	Ton	41,70	49,90	27,20	18,00	19,66	68,43	66,56
3	Tecidos sintéticos	Ton	3,80	14,90	0,10	0,10	0,25	8,00	0,14
22	Fio sint. fibra desc.	Ton	11,70	6,00	0,40	-	-	0,10	-

Fonte: MDIC/SECEX

Elaboração: ABIT

Quanto às importações, observou-se que os maiores importadores de tecidos planos e de malhas do mundo eram: Alemanha, China e EUA. Os dois últimos, em 1996, importaram quase os mesmos valores que exportaram, mas os três mantiveram superávit neste ano. Dos quatro maiores importadores mundiais de tecidos, apenas os EUA teve incremento positivo nas suas importações no período 1995/96 indicando, assim, que os demais países se tornaram cada vez mais auto-suficientes (ver TABELA 73).

TABELA 73
Principais Importadores Mundiais de Tecidos Planos e Malhas – 1995/96
 (em US\$ Milhões)

PAÍSES	VALOR		Variação (%) 1996/95
	1995	1996	
Alemanha	7.215	6.367	(11,75)
China	5.221	5.143	(1,49)
EUA	4.258	4.371	2,65
França	2.872	2.568	(10,58)
Japão	2.016	2.035	0,94
Itália	2.111	1.973	(6,54)
Coréia	1.955	1.818	(7,01)
Canadá	1.683	1.734	3,03
Reino Unido ^a	1.539	1.690	9,81
Malásia	1.145	1.083	(5,41)
Portugal	971	1.076	10,81
Espanha	998	1.069	7,11

Fonte: GORINI & SIQUEIRA (1998).

^aExcluindo o comércio com outros países da União Européia.

Constatou-se uma expressiva tendência de crescimento das importações brasileiras tanto de tecidos planos como de tecidos de malhas no período 1992/95, alcançando o valor de US\$ 576 milhões no último ano. Registrou-se, a partir de 1996, uma considerável redução do total das importações conjuntas de tecidos e malhas, com uma queda de cerca de 49% entre 1995 e 1996, passando o valor total de US\$ 576,7 milhões em 1995 para US\$ 295,5 milhões

em 1996⁵⁷, explicado pela introdução de cotas, pelo governo brasileiro, aos maiores exportadores mundiais⁵⁸. No entanto, em 1997 as importações voltaram a crescer, ainda que pouco, na ordem de 5% (ver TABELA 74).

Entre 1991 e 1997, os tecidos de filamentos artificiais e sintéticos foram os mais importados, representando cerca de 28% das importações nacionais de tecidos no último ano, no valor de US\$ 86,3 milhões de um total importado de US\$ 310,7 milhões. Os tecidos de malhas apareceram em 2º lugar, com participação de 25%, importando US\$ 78,6 milhões e em terceiro lugar apareceram os tecidos de algodão com 21%, importando US\$ 64,1 milhões em 1997, diferentemente do que vinha acontecendo até então, quando as importações de tecidos de algodão eram sempre superiores as de malhas, ressaltando, assim, um fato muito importante, o crescimento da demanda interna por produtos de malhas. As importações de tecidos de malhas apresentaram maior crescimento médio entre todas as categorias de tecidos (taxa anual média de 66% entre 1991 e 1997), tendo atingido cerca de US\$ 78,6 milhões nesse último ano (ver TABELA 74).

TABELA 74
Importações Brasileiras de Tecidos Planos e de Malhas em Valor – 1991/97
 (em US\$ Mil)

PRODUTO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	Variação (%) 1991/97
Tecidos de Filamentos Artificiais e Sintéticos	29.048	16.419	48.160	124.549	250.580	91.816	86.364	197,3
Algodão	14.417	5.485	11.044	33.423	109.805	75.846	64.197	345,2
Malha	3.719	946	1.218	5.285	43.402	67.064	78.603	2.013,5
Tecidos de Fibras Artificiais e Sintéticas	7.687	6.840	18.448	54.725	135.451	49.402	53.966	602,0
Lã	8.143	8.719	10.278	15.255	20.459	11.903	18.882	131,8
Rami	618	2.701	14.853	14.924	11.547	3.821	3.108	402,9
Seda	1.308	315	1.288	1.506	3.202	3.482	3.076	135,1
Linho	4.658	1.471	4.213	2.598	2.728	2.160	2.278	(51,0)
Juta	134	67	67	177	201	62	220	64
Outros	-	-	-	-	-	-	10	-
TOTAL	69.732	42.962	109.571	252.443	576.733	295.555	310.704	345,5

Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1998.

⁵⁷ Podemos observar que o Brasil também não se encontra entre os maiores importadores de tecidos planos e de malhas do mundo.

⁵⁸ Acerca da introdução de cotas de importação e elevação das alíquotas de importação para produtos têxteis no ano de 1995 (ver Carta de Brasília em anexo).

O volume das importações de tecidos planos passou de 5.470 toneladas em 1990 para 55.700 toneladas em 2000, revelando um crescimento expressivo de 918%, no período. Só no período 1990/95 o crescimento observado foi de 793%, revelando o impacto da abertura comercial sobre as importações do segmento e o impacto que teve a estabilidade econômica alcançada com o Plano Real (jul-94) sobre o poder aquisitivo das pessoas, pois o Brasil passou a ter uma demanda por produtos mais exigente quanto a qualidade, período em que se constatou as mais altas taxas de crescimento das importações, demonstrando que o produto doméstico era pouco competitivo (ver **TABELA 64** acima).

Analisando-se o valor das importações de tecidos planos no período 1990/2000, constatamos que ele passou de US\$ 40,7 milhões em 1990 para US\$ 222 milhões em 2000, revelando um crescimento notável de 444%, no período. Vale a pena observar que, no período 1990/95 o crescimento do valor das importações foi de 608%, cuja queda sofrida no ano de 1996 é fruto de políticas adotadas pelo governo no fim do ano de 1995 e início de 1996, com vistas a restringir a escalada das importações, através da adoção de alíquotas e de quotas de importações que até são mais importantes que as primeiras (ver **TABELA 65** acima). O crescimento verificado no volume das importações é superior ao verificado no valor das importações ratificando a queda no preço médio dos tecidos planos importados no período (ver **TABELAS 64 e 65** acima).

É importante observar que o coeficiente de importação tanto com relação ao volume quanto ao valor das importações de tecidos planos é radicalmente crescente no período 1990/96, demonstrando o impacto das políticas de abertura comercial e de estabilização monetária adotadas nos anos 90 sobre as importações têxteis (ver PRADO, 1998).

O volume das importações, de todos os tipos de tecidos planos, aumentou no período 1990/96, com destaque para o aumento do volume das importações de tecidos de Seda, 636%, de Algodão, 266% e de Artificiais e Sintéticos, 2.795%. O aumento do volume das importações dos tecidos planos Artificiais e Sintéticos demonstrou que o Brasil ainda produzia um produto cujo preço era relativamente alto e pouco competitivo, já o aumento verificado na importação de tecidos de Algodão é dado pela crise no setor algodoeiro no

período 1992/95⁵⁹. A participação das importações de tecidos planos de Algodão e de tecidos planos Artificiais e Sintéticos no volume das importações totais de tecidos planos era da ordem de 52% e 42% respectivamente, no ano de 1996. Isso demonstrou a importância destes dois tipos de tecidos no volume das importações nacionais desta categoria, revelando o crescimento da dependência externa destes produtos, devido a maior qualidade dos mesmos, a escassez do primeiro e aos altos preços do segundo no mercado doméstico (ver TABELA 75).

TABELA 75
Brasil: Importação de Tecidos Planos – 1990/96
 (em Kg)

Ano	Animais		Vegetais		Artificiais e Sintéticos	Total
	Seda	Lã	Algodão	Outros		
1990	17.969	512.408	4.334.173	163.247	442.116	5.469.913
1991	25.446	361.565	3.643.532	398.464	763.694	5.192.701
1992	42.245	708.729	1.551.746	3.918.452	2.947.858	9.169.030
1993	95.756	539.635	2.710.427	2.777.952	2.624.558	8.748.328
1994	94.056	1.106.504	8.626.336	2.500.051	9.757.936	22.084.883
1995	168.421	1.274.212	22.452.919	1.983.011	22.967.769	48.864.332
1996	132.250	559.462	15.879.598	1.286.486	12.797.495	30.665.291

Fonte: PRADO (1998).

O volume das importações de tecidos de malhas passou de 176 toneladas em 1990 para 22.274 toneladas em 2000, revelando um crescimento vertiginoso de 12.555% no período. Entre 1990 e 1995, o crescimento observado foi de apenas 5.962% revelando o impacto da abertura comercial e o impacto que teve a estabilidade econômica sobre as importações de malhas. O crescimento observado das importações no período 1995/96 de 41%, demonstrou que nem as políticas restritivas as importações de tecidos, adotadas no fim de 1995 e início de 1996, surtiram efeito sobre as importações de tecidos de malhas no período 1996/2000, demonstrando, assim, o crescimento expressivo das importações de malhas durante todo o período em análise (ver TABELA 67 acima).

Analisando-se, agora, o valor das importações de tecidos de malhas no período 1990/2000, constatamos que ele passou de US\$ 2,6 milhões em 1990, para US\$ 62 milhões em 2000, revelando um crescimento notável de 2.297% no período. Vale salientar que o

⁵⁹ Para maiores detalhes sobre a crise da produção de algodão no período 92/95 (ver PRADO, 1998), (ver SUDENE, 1999) e (ver TABELAS 29 e 31).

valor das importações caíram, em 1999, devido à desvalorização cambial, mas, já a partir do ano 2000, elas voltaram a crescer extraordinariamente (ver **TABELA 68** acima).

O crescimento verificado no volume das importações de malhas foi superior ao verificado no valor das importações revelando queda no preço médio das importações de tecidos de malhas no período (ver **TABELAS 67 e 68** acima).

É importante observar que o coeficiente de importação tanto em relação ao volume quanto ao valor das importações de malhas é radicalmente crescente no período 1990/96, demonstrando o impacto das políticas de abertura comercial e de estabilização monetária adotadas nos anos 90. O volume das importações de tecidos de malhas alcançou, aproximadamente, 5% do volume total produzido nacionalmente, em 1996 (ver PRADO, 1998).

Taiwan foi o principal fornecedor de tecidos de malhas para o país, em 1997, com participação em nossas importações de 37%, vindo em segundo lugar a Argentina com participação de 14% e em terceiro lugar a Coreia com participação de 10%. Os países asiáticos possuem grande importância na origem das importações brasileiras de tecidos de malhas, pois dos três maiores exportadores desta categoria de tecidos para o Brasil, dois são de origem asiática, que somados as suas exportações para o Brasil chegam a quase 50% (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

No período de 15/09/2000 a 14/09/2003, as importações de tecidos de malha de fibras artificiais e sintéticas de procedência de Taiwan (nosso maior fornecedor) estão sujeitas a limites quantitativos, para diminuir o saldo comercial negativo. As classificações tarifárias abrangidas pela cota são: **6002.10.20 - 6002.10.90 - 6002.20.20 - 6002.20.90 - 6002.30.20 - 6002.30.90 - 6002.43.00 e 6002.93.00**⁶⁰. A cota para o período de 15/09/2000 a 14/09/2001 é de 6.414.442 quilos, com aumento de 6% ao ano para os dois períodos seguintes. Essa medida foi regulamentada pela Portaria nº 6, de 13/09/2000, da Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, publicada no Diário da União do dia 15/09/2000 (ver site IEMI, 2000).

⁶⁰ Ver TABELA 13 em anexo, a descrição destas categorias de produtos.

O saldo comercial do segmento de tecelagem plana e de malhas *conjuntamente* é deficitário a partir de 1995, especialmente devido ao crescimento significativo das importações de tecidos planos de filamentos e fibras artificiais e sintéticos, de tecidos planos de algodão e de tecidos de malhas. Com relação aos tecidos de algodão, as importações tiveram um aumento expressivo em 1995, não superando as importações de tecidos planos artificiais e sintéticos, mas as exportações permaneceram estáveis (ver **TABELAS 63 e 74**).

O saldo comercial do segmento de tecelagem plana se manteve positivo durante todo o período de 1990 até 1999, a exceção do ano de 1995. Contudo, esse superávit se reduziu ao longo dos anos chegando em 2000 a apresentar o segundo déficit no segmento de tecelagem plana no valor de US\$ 7 milhões, revelando que a maxidesvalorização cambial não foi suficiente para aumentar as exportações e conter a tendência de crescimento das importações de tecidos planos a ponto de se manter um superávit em 2000 (ver **TABELA 65** acima).

Já, o segmento de malhas apresentou um saldo comercial negativo a partir do ano de 1995, provocado pela explosão importadora de malhas pós Plano Real, alcançando um déficit de US\$ 32 milhões no ano 2000, déficit esse que era superior ao valor exportado de malhas (ver **TABELA 69** acima).

3.4.3. Consumo de tecidos planos e malhas

A indústria do vestuário absorveu a maior parte dos tecidos planos e de malhas disponíveis no Brasil: cerca de aproximadamente 60% dos tecidos planos e 90% dos tecidos de malhas em 1996. O restante é destinado à produção de acessórios para vestuários, artigos para o lar, artigos técnicos e industriais e outros (ver **PRADO, 1998**).

Com o advento da abertura comercial pós-90 e do Plano Real em julho de 1994, provocando aumento do poder de compra das classes mais pobres, temos como primeiro efeito o aumento do consumo de artigos confeccionados importados e isso contribuiu para a redução do consumo dos tecidos nacionais por parte das confecções domésticas. O segmento de tecelagem nacional, também, foi atingido pela importação dos tecidos estrangeiros, sobretudo os tecidos artificiais e sintéticos oriundos dos países asiáticos.

No Brasil, o segmento de confecção foi o que mais absorveu a produção de tecidos planos nacionais na ordem de 42,5% em 1996, vindo em segundo lugar o atacado com participação de 22,5% no mesmo ano. No segmento de malharia, 47% da produção é para consumo próprio (integração vertical com a confecção), vindo em seguida às confecções independentes com participação de 26,8% do consumo de tecidos de malhas em 1996. As confecções independentes se utilizavam mais de tecidos planos do que de malhas demonstrando o fato que o segmento produtor de malhas é mais integrado⁶¹ com a confecção do que o segmento produtor de tecidos planos (ver TABELA 76).

TABELA 76
Canais de Distribuição das Tecelagens e Malharias – 1996
 (Em %)

CANAIS	TECELAGEM	MALHARIA
Consumo Próprio	20,7	47,1
Atacado	22,5	17,3
Varejo	3,5	4,6
Confecção	42,5	26,8
Mercado Externo	5,7	0,7
Outros	5,1	3,5
TOTAIS	100,0	100,0

Fonte: Extraído de GORINI & SIQUEIRA, 1998.

⁶¹ O nível de integração vertical no segmento de malharias é bastante elevado, em torno de 71% das empresas, em 1997. A grande maioria, 58%, é integrada com a confecção. Somente as grandes empresas de confecções de malhas de algodão são totalmente verticalizadas (ver GORINI & SIQUEIRA, 1998).

4. A INDÚSTRIA TÊXTIL NA REGIÃO NORDESTE NOS ANOS DE 1990

Neste capítulo, apresentaremos alguns indicadores do desempenho da indústria têxtil nordestina na década de 90, em comparação, sempre que possível com as demais regiões do País. Depois selecionaremos alguns produtos têxteis da seção XI da Tarifa Externa Comum (matérias têxteis e suas obras) através da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (Grupo de Produtos e Capítulos NBM) que vigorava até 1996 e da Nomenclatura Comum do Mercosul (Grupo de Produtos e Capítulos NCM) que passou a vigorar a partir de 1997, para analisarmos alguns indicadores de competitividade revelada da indústria têxtil nordestina com o objetivo de avaliarmos o grau de competitividade desta Região no comércio exterior com relação ao País como um todo.

4.1. Indicadores de Desempenho da Indústria Têxtil Nordestina nos Anos de 1990

A indústria têxtil regional, também, apresentou profundas transformações buscando acompanhar as mudanças ocorridas no cenário nacional e internacional desta importante indústria, em especial no que se refere ao progresso tecnológico, na tentativa de manter e/ou aumentar a participação no mercado interno e externo num ambiente muito mais competitivo, como vem agindo a mesma indústria em nível nacional, devido à abertura comercial, que quebrou as barreiras tarifárias que vigoravam até 1990.

A produção física da indústria têxtil nordestina aumentou sua participação relativa na produção têxtil nacional nos seguintes anos (1985, 1990, 1997). Se, em 1985, essa participação era, aproximadamente, de 15%, observa-se o crescimento nos anos noventa, alcançando em 1997, quase o dobro. O aumento de participação da indústria têxtil nordestina na produção da indústria têxtil nacional, no período 1990/97, foi da ordem de 75% aproximadamente. Observa-se, ainda, que a Região Sudeste continuava sendo a Região que mais participava na produção nacional de têxteis, em 1997. Vale salientar que essa Região perdeu participação ao longo dos anos 90. Podemos, então, observar que os Estados da Região Sudeste, representados na **TABELA 77** abaixo, apresentaram perda de participação relativa no período 1990/97, entre eles estava São Paulo, com queda na participação relativa de 22% no

mesmo período. Por outro lado, a Região Sul também apresentou uma tendência de aumento de participação na produção nacional de produtos têxteis de aproximadamente 18%, no período 1990/97. É importante destacar, através dos dados, que a Região Nordeste aumentou sua participação relativa mais do que a Região Sul, revelando que a indústria têxtil nordestina veio se consolidando no contexto da produção nacional graças ao intenso processo de reestruturação produtiva que a mesma vem passando, tornando-se nos anos 90, a segunda Região no ranking de participação na produção nacional de têxteis (ver **TABELA 77**).

TABELA 77
Indústria Têxtil – Produção Relativa
 Anos: 1985, 1990, 1997
 (em %)

DISCRIMINAÇÃO	1985	1990	1997	Ranking 97
NE/BR	14,77	16,75	29,29	2 ^a
SUL/BR	16,81	17,38	20,54	3 ^a
São Paulo/BR	48,87	49,00	38,41	
Rio de Janeiro/BR	6,91	4,65	3,40	1 ^a
Minas Gerais/BR	9,60	10,08	8,50	

Fonte: Extraído de BANCO DO NORDESTE, 1999.

Podemos observar a situação dos estados da Região Nordeste através dos seguintes indicadores para a indústria têxtil: número de estabelecimentos, valor da transformação industrial (VTI) e o número de postos de trabalho no ano de 1985. Constatamos a tradição de alguns estados na atividade têxtil regional, caso do Ceará, Bahia e Pernambuco, sendo que o primeiro ocupava o 2º lugar no ranking tanto no número de estabelecimentos como no número de postos de trabalho, enquanto o 1º lugar no ranking destes indicadores era ocupado pelo estado baiano. Contudo, o Estado do Ceará já ocupava em 1985 o 1º lugar no ranking do VTI, demonstrando que o mesmo já possuía um parque têxtil mais atualizado tecnologicamente (ver **TABELA 78**). Muito embora esses Estados continuaram representativos da indústria têxtil regional na década de 90, outros cresceram em termos relativos, como é o caso da Paraíba e Rio Grande do Norte (ver BANCO DO NORDESTE, 1999).

TABELA 78
Principais Indicadores da Indústria Têxtil
Participação Relativa dos Estados do Nordeste – 1985
(em %)

DISCRIMINAÇÃO	ESTABELECEMENTOS	VALOR TRANSF. INDUSTRIAL	EMPREGO TOTAL
Maranhão	0,81	0,09	0,10
Piauí	2,85	2,94	2,30
Ceará	21,95	33,31	23,42
Rio Grande do Norte	7,32	8,61	9,47
Paraíba	15,04	16,99	11,23
Pernambuco	9,76	12,48	11,51
Alagoas	2,44	1,52	1,73
Sergipe	4,88	3,68	2,65
Bahia	34,96	20,38	37,58
NORDESTE	100,00	100,00	100,00

Fonte: Extraído de BANCO DO NORDESTE, 1999.

As principais mudanças observadas na indústria têxtil da Região Nordeste, na década de 90, estavam associadas à implantação de novas fábricas na região (atraídas pelos incentivos estaduais e regionais), à modernização dos equipamentos, além da introdução de técnicas mais modernas de organização e gerenciamento da produção, especialmente nas grandes empresas (ver BANCO DO NORDESTE, 1999).

Em 1997, a produtividade relativa da indústria têxtil da Região Nordeste foi a que apresentou maior índice relativamente às demais regiões do País em torno de 114,63%, seguida pela Região Sul cujo índice de produtividade era de 109,34% no mesmo ano. Os dados revelaram que ao longo da década de noventa a Região Nordeste aumentou seu índice de produtividade em detrimento da perda de competitividade das demais regiões do País (ver TABELA 79).

TABELA 79
Indústria Têxtil – Produtividade Relativa
ANOS: 1985, 1990, 1997
(%)

DISCRIMINAÇÃO	1985	1990	1997
NE/BR	92,78	84,25	114,63
SUL/BR	121,44	134,06	109,34
São Paulo/BR	99,59	99,72	91,84
Rio de Janeiro/BR	92,48	79,66	57,41
Minas Gerais/BR	87,92	98,76	105,44

Fonte: Extraído de BANCO DO NORDESTE, 1999.

O índice de custo unitário relativo⁶² é um indicativo da competitividade potencial de uma determinada indústria. Se este índice apresentar uma tendência de queda, isto reflete que os custos da Região em relação ao País quando comparados com a produtividade relativa estão em média menores, o que pode ser um indicativo da eficiência produtiva da indústria regional no contexto nacional. Assim, segundo BANCO DO NORDESTE (1999), a indústria têxtil nordestina revelou-se mais eficiente que a indústria têxtil nacional no ano de 1997.

A Região Nordeste tem acompanhado a tendência nacional no tocante a redução do número de empresas e conseqüentemente do número de postos de trabalho na indústria têxtil. O número de empresas têxteis nordestinas sofreu uma queda em quase 50% do seu total no período 1990/96, onde as maiores quedas se registraram nos Estados de Sergipe e Alagoas com variações percentuais de 76% e 65%, respectivamente (ver **TABELA 80**).

Vale salientar que o Estado da Bahia foi o que sofreu a menor queda percentual no período, com variação de pouco mais de -4% e que o Estado do Ceará sofreu uma queda de 44%, sendo que o mesmo continuou com a maior participação relativa no número de empresas têxteis da Região Nordeste, com participação de 32% no ano de 1996, aumentando sua participação no período 1990/96, apesar da queda sofrida no número de unidades entre os dois anos. A Região Sul ocupou o segundo lugar, no número de empresas, no mesmo ano, pois teve um crescimento de 15% no período 1990/96, com 823 empresas em 1996, contrastando com o ocorrido na Região Nordeste que manteve a 3ª posição no número de empresas têxteis, com 276 empresas em 1996. A Região Sudeste continuou com o 1º lugar no ranking, apesar da queda verificada no período 1990/96, com 2.642 empresas, em 1996 (ver **TABELA 80**).

⁶² Índice de Custo Relativo é a relação entre o salário médio do setor na região dividido pelo salário médio do

TABELA 80
Evolução do Número de Empresas Segundo os Estados do
Nordeste e Algumas Regiões do Brasil
 Período: 1990/96

DISCRIMINAÇÃO	1990	1996	VARIAÇÃO (%)
NORDESTE	547	276	-49,54
Maranhão	9	5	-44,44
Piauí	7	4	-42,86
Ceará	159	89	-44,03
Rio Grande do Norte	67	31	-53,73
Paraíba	97	45	-53,61
Pernambuco	104	58	-44,23
Alagoas	17	6	-64,71
Sergipe	63	15	-76,19
Bahia	24	23	-4,17
SUDESTE	3.623	2.642	-27,08
SUL	714	823	+15,27
BRASIL	4.938	3.814	-22,76

Fonte: Extraído de BANCO DO NORDESTE (1999)

A redução no nível de emprego na indústria têxtil nordestina tem como causa não somente o impacto da redução do número de empresas, mas, também, é conseqüência da intensa reestruturação produtiva que vêm passando as empresas têxteis desta Região desde o início da abertura comercial, que provocou uma maior modernização tecnológica das máquinas e equipamentos têxteis, tecnologia esta poupadora de trabalho. Tal fato pode ser observado através do incremento das importações de máquinas e equipamentos realizadas pelas empresas têxteis, beneficiadas pela política de abertura do mercado brasileiro, através da queda de barreiras tarifárias que chegou a zero (ver **TABELA 27**) e da supressão de medidas restritivas às importações como salientado antes. A redução do número de empregados observada na indústria têxtil da Região Nordeste foi de 48,14% no período 1990/96, inferior à queda observada nas Regiões Sul e Sudeste e também inferior a média nacional. Nota-se que o número de pessoas ocupadas na indústria têxtil nordestina (87.170 funcionários) já era bem inferior à Região Sul (212.593 funcionários) e à Região Sudeste (579.016 funcionários) no ano de 1990, devido ao fato da indústria têxtil da Região Nordeste já haver superado o padrão tecnológico da indústria têxtil nacional nas décadas de 70 e 80 (ver **TABELA 81**).

TABELA 81
Evolução do Número de Empregados nas Indústrias Têxteis
Segundo os Estados do Nordeste e Algumas Regiões do Brasil
 Período: 1990/96

DISCRIMINAÇÃO	1990	1996	VARIAÇÃO (%)
NORDESTE	87.170	45.206	-48,14
Maranhão	1.318	983	-25,42
Piauí	881	643	-27,01
Ceará	24.747	14.365	-41,95
Rio Grande do Norte	12.738	7.005	-45,00
Paraíba	15.267	7.954	-47,90
Pernambuco	13.019	7.360	-43,47
Alagoas	4.975	1.132	-77,25
Sergipe	11.005	3.878	-64,76
Bahia	3.220	1.886	-41,43
SUDESTE	579.016	271.707	-53,07
SUL	212.593	94.543	-55,53
BRASIL	893.802	418.886	-53,13

Fonte: Extraído de BANCO DO NORDESTE (1999).

Os recursos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) liberados para a indústria têxtil nordestina, no período 1970/95, foram em torno de US\$ 1,4 bilhões. Tais recursos foram destinados principalmente à modernização da indústria têxtil nordestina, sendo os segmentos produtivos mais beneficiados: fiação e tecelagem, captando quase 86% dos recursos liberados para a indústria têxtil desta Região. Das empresas têxteis cearenses, 30,2%, fizeram solicitação de recursos ao FINOR, sendo alocados 26,8% dos recursos liberados para a indústria têxtil nordestina, na indústria têxtil cearense, seguindo-se Pernambuco com 18,0% e Paraíba com 14,1% (ver TABELAS 82 e 83).

TABELA 82
Liberações FINOR para a Indústria Têxtil - 1970/95
 (US\$ MIL)

DISCRIMINAÇÃO	1970/79	(%)	1970/85	(%)	1986/95	(%)	1970/95	(%)
Benef. De fibras têxteis, fab. estopas etc.	283	0,01	963	0,02	6.790	0,35	7.753	0,09
Fiação e Tecelagem	644.154	12,34	844.501	13,33	342.697	17,80	1.187.197	14,37
Fab. Tec. Malha, art. Tric. Etc	58.681	1,12	93.051	1,47	21.667	1,13	114.717	1,39
Fab. Art. Passamanaria, tec. Elást.	5.800	0,11	5.844	0,09		0,00	5.844	0,07
Fab. Tecidos especiais	25.453	0,49	26.163	0,41	2.673	0,14	28.836	0,35
Fab. De artif. Têxteis	12.384	0,24	26.041	0,41	7.555	0,39	33.595	0,41
Têxtil	746.755	14,31	996.602	15,73	381.881	19,81	1.377.982	16,68

Fonte: Extraído de BANCO DO NORDESTE (1999).

TABELA 83
Liberações FINOR para a Indústria Têxtil
Participação Relativa aos Estados
 Período: 1970/95

ESTADOS	ESTABELECIMENTOS	FINOR APROVADO
Maranhão	5,7	4,9
Ceará	30,2	26,8
Rio Grande do Norte	9,4	12,1
Paraíba	15,1	14,1
Pernambuco	18,9	18,0
Alagoas	3,8	5,5
Sergipe	1,9	0,9
Bahia	3,8	1,5
Minas Gerais	11,3	16,1
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Extraído de BANCO DO NORDESTE (1999).

Segundo BANCO DO NORDESTE (1999), a indústria têxtil nordestina tem avançado no sentido da sua verticalização produtiva, principalmente na cadeia produtiva fiação e tecelagem. Contudo, a integração desta com a indústria de confecção não é considerada satisfatória. A verticalização da produção (fiação-tecelagem/malharia-confecção) é mais comum entre as malharias.

As exportações de fios apresentaram uma tendência de queda em termos da participação relativa no total de produtos têxteis exportados da Região Nordeste, aproximadamente de 39% no período 1996/98, contrapondo-se com as exportações de tecidos planos e de malhas que aumentaram sua participação relativa em torno de 19% e 312% respectivamente, no total das exportações nordestinas de têxteis, no mesmo período (ver TABELA 84).

TABELA 84
NORDESTE - Composição das Exportações de Produtos Têxteis - 1996/98
 (em %)

DISCRIMINAÇÃO	1996	1997	1998	VARIAÇÃO (%) 1996/98
Fios	37,4	38,2	23,0	-39%
Tecidos	61,8	60,7	73,7	19%
Malhas	0,8	1,1	3,3	312%
TOTAL	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Extraído de BANCO DO NORDESTE (1999).

O Ceará foi o Estado com maior participação nas exportações de produtos têxteis relativamente aos demais estados da Região Nordeste. Em termos das exportações de fios no ano de 1996 e 1997, o citado Estado ocupava o primeiro lugar no ranking, vindo em segundo lugar as exportações da Bahia. Já em 1998, evidenciou-se um aumento das exportações desse último Estado com participação de 50,3% em 1998 contra 41,7% de participação do Estado do Ceará. No caso dos tecidos planos, os Estados do Ceará e Sergipe foram os maiores exportadores, sendo que o primeiro estado tem uma participação média de 70% e uma tendência de crescimento no período 1996/98, já o Estado de Sergipe apresentou uma tendência acentuada de queda no mesmo período, o que demonstra a solidez desse segmento no Estado do Ceará. Em relação à malharia, o Estado do Ceará que, em 1996 e 1997, não exportava esse tipo de produto, surpreende em 1998 com um expressivo aumento de sua participação, passando a responder por 95,4% das exportações nordestinas de malhas naquele ano, superando o Estado de Pernambuco, que mantinha o primeiro lugar no ranking e que sofreu uma queda significativa no período 1996/98 (ver TABELA 85)

TABELA 85
Participação dos Estados do Nordeste nas Exportações de Produtos Têxteis
Período: 1996/98
(em %)

ESTADOS	1996			1997			1998		
	FIOS	TECIDOS	MALHAS	FIOS	TECIDOS	MALHAS	FIOS	TECIDOS	MALHAS
Maranhão	12,3	0,0	0,0	11,5	0,0	0,0	4,3	0,0	0,0
Piauí	0,4	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0
Ceará	46,3	68,7	0,0	51,9	68,4	0,0	41,7	74,2	95,4
Pern. Gr. Norte	3,2	5,9	0,0	0,5	8,8	0,0	1,3	7,5	0,0
Paraíba	1,1	0,6	0,0	1,7	1,1	0,0	2,0	1,3	0,0
Pernambuco	2,1	0,4	76,7	0,4	0,8	48,3	0,4	3,6	4,6
Alagoas	0,0	0,9	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,2	0,0
Bahia	34,6	2,0	0,0	34,0	2,7	0,0	50,3	2,4	0,0
Sergipe	0,0	21,5	23,3	0,0	17,8	43,6	0,0	10,8	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Extraído de BANCO DO NORDESTE (1999).

No período 1994/2000 os desembolsos do Sistema BNDES à cadeia têxtil da Região Nordeste foram superiores aos desembolsos feitos à Região Sul com exceção do ano de 1998. Já, no período 1994/1996, os desembolsos feitos à cadeia têxtil da Região Nordeste foram, também, superiores aos desembolsos feitos à Região Sudeste que foi a região que mais captou recursos do sistema BNDES em toda a década. Através destas informações podemos concluir que a indústria têxtil da Região Nordeste têm tido elevado apoio governamental para

superar a crise que se abateu sobre a indústria têxtil brasileira provocada pelo aumento da concorrência internacional de produtos têxteis, principalmente os de procedência asiática pós-abertura comercial, valendo salientar que os recursos destinados a Região Nordeste foram bem absorvidos como pode ser observado através do melhor desempenho dessa Região frente às demais regiões do País na década de noventa (ver TABELA 86).

TABELA 86
Evolução dos Desembolsos do Sistema BNDES a Cadeia Têxtil por Regiões - 1990 a 2000
(Em Milhões US\$)

REGIÃO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Acumulado 1990/2000
Norte	-	-	0,13	0,03	-	-	-	0,03	0,01	-	-	0,2
Nordeste	17,02	6,04	23,34	31,45	58,30	132,09	77,09	98,47	50,02	93,59	64,01	651,42
Centro-Oeste	1,74	2,68	2,52	0,33	0,72	4,80	0,15	0,62	0,70	-	0,61	14,87
Sudeste	49,38	59,33	48,06	44,17	47,90	84,23	41,64	182,15	248,00	141,74	103,85	1.050,45
Sul	52,02	35,40	30,29	33,03	54,57	118,58	33,11	41,66	69,04	29,52	57,77	554,99
TOTAL	120,16	103,45	104,34	109,01	161,49	339,70	151,99	322,93	367,77	264,85	226,24	2.271,93

Fonte: IEMI

4.2. Indicadores de Competitividade Revelada

Para analisarmos a competitividade da indústria têxtil da Região Nordeste e em particular da indústria têxtil do Estado do Ceará, utilizamos os indicadores de competitividade revelada no comércio exterior, que nos deram uma idéia geral do desempenho da indústria têxtil nordestina comparativamente ao desempenho da indústria têxtil brasileira no comércio exterior. Analisamos, antes, o comércio exterior global do Brasil, da Região Nordeste e do Estado do Ceará e depois, o comércio exterior da indústria têxtil brasileira, nordestina e cearense durante o período 1990 a 2001, com o objetivo de conhecermos os impactos das principais políticas econômicas sobre a competitividade da indústria têxtil.

Os números do comércio exterior, tanto global quanto da indústria têxtil em particular, foram obtidos junto ao site do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), através do Sistema ALICE que contém informações detalhadas da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) através da análise dos Grupos de Produtos e Capítulos NBM que vigoravam até 1996 e dos Grupos de Produtos e Capítulos NCM que entraram em vigor a partir de 1997. A seção XI da Tarifa Externa Comum (TEC) contém as *Matérias Têxteis e*

suas Obras, que é composta pelos Capítulos: (50) Seda, (51) Lã, pêlos finos ou grosseiros, (52) Algodão, (53) Outras fibras têxteis vegetais, (54) Filamentos sintéticos ou artificiais, (55) Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas, (56) Artigos de cordoaria, (57) Tapetes e outros revestimentos, (58) Tapetes de matérias têxteis, (59) Tecidos especiais, (60) Tecidos de malha, (61) Vestuário e acessórios de malha, (62) Vestuário e acessório, exceto de malha e (63) Outros artefatos têxteis confeccionados.

Dada a importância que os segmentos de fiação, tecelagem e malharia vem ganhando nos últimos anos dentro da indústria têxtil, em particular na indústria têxtil nordestina, selecionamos um grupo de capítulos para nossa análise acerca da competitividade revelada da indústria têxtil nordestina no comércio exterior, onde esse grupo de capítulos representa os mais importantes insumos para os segmentos de fiação e tecelagem brasileira e nordestina em particular: (52) Algodão, (54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais, (55) Fibras Sintéticas ou Artificiais, Descontínuas e (60) Tecidos de Malha.

As categorias de produtos analisadas dentro de cada capítulo foram listadas na TABELA 87 abaixo:

TABELA 87
Grupo de Produtos e Capítulos NBM/NCM Selecionados para Pesquisa: 1990 a 2001

CAPÍTULOS ⁶³	CATEGORIAS DE PRODUTOS	
	(NBM) 1990 a 1996	(NCM) 1997 a 2001
(52) Algodão	5205.11.0100 – 5212.25.0000	5205.11.00 – 5212.25.00
(54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais	5402.10.9901 – 5408.34.0200	5402.10.10 – 5408.34.00
(55) Fibras Sintéticas ou Artificiais, Descontínuas	5509.11.0000 – 5516.94.0000	5509.11.00 – 5516.94.00
(60) Tecidos de Malha	6001.10.0100 – 6002.92.0000	6001.10.10 – 6002.99.00

Fonte: MDIC/SECEX - Elaboração própria (2002).

É importante salientar que a partir de agora, o comércio exterior da indústria têxtil será entendido como o comércio exterior conjunto dessas categorias de produtos e não mais como o comércio exterior que inclui todos os produtos têxteis dos segmentos de fiação, tecelagem, malharia e confecções.

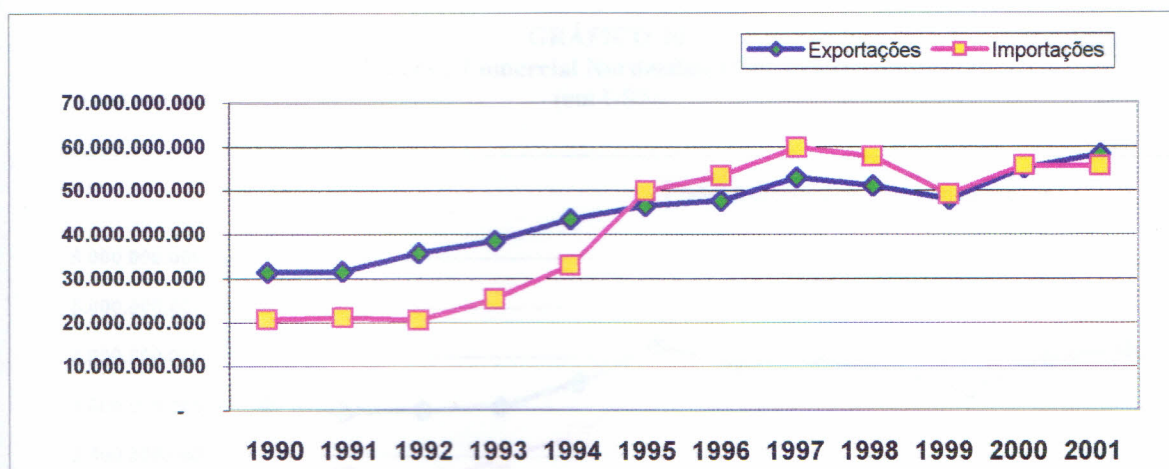
⁶³ As listas de produtos que compõem cada capítulo estão em anexo.

4.2.1. Comércio Exterior Global

As exportações brasileiras cresceram 85% no período 1990/2001. As exportações cresceram de forma oscilante até 1999, sofrendo um incremento significativo até o ano de 2001, de aproximadamente 21%, o que revelou a maior participação no comércio exterior devido a desvalorização cambial ocorrida em 1999. Podemos observar um crescimento muito superior das importações, 168%, do que das exportações no mesmo período. Esse crescimento é justificado em primeiro lugar ao movimento de abertura comercial no início da década de 90 e a política de estabilização econômica, onde foi adotada uma moeda sobrevalorizada. Vale salientar o salto obtido nas importações no período pós Plano Real, onde a população obteve ganho real de poder aquisitivo devido a dissipação do imposto inflacionário, o que provocou um aumento das importações de aproximadamente 100% no período 1993/95, continuando esta expansão, de maneira oscilante até 1998, pois em 13 de janeiro de 1999, a moeda brasileira sofreu uma maxidesvalorização o que veio a reduzir as importações em 15% com relação ao ano anterior, mas já em 2000 o que se observou, foi um elevado incremento das importações que se mantiveram estáveis até o ano 2001 (ver **TABELA 88** em anexo).

O saldo da balança comercial brasileira foi positivo até 1994, passando a ser negativo desde então até o ano 2000. No período 1995/1998 o saldo negativo da balança comercial é oscilante e crescente, vindo a cair substancialmente no ano de 1999 e a se tornar positivo somente a partir do ano de 2001, mostrando o importante papel que teve a desvalorização cambial para as exportações e para o saldo positivo da balança comercial brasileira (ver **GRÁFICO 9**). Até junho de 2002, o saldo positivo da balança comercial brasileira já alcançava o patamar do ano anterior, onde podemos corroborar que até o final deste ano o saldo positivo da balança comercial brasileira terá um crescimento significativo com relação ao ano de 2001, principalmente por causa das sucessivas desvalorizações cambiais (ver **TABELA 88** em anexo).

GRÁFICO 9
Balança Comercial Brasileira 1990 - 2001
 (em US\$)



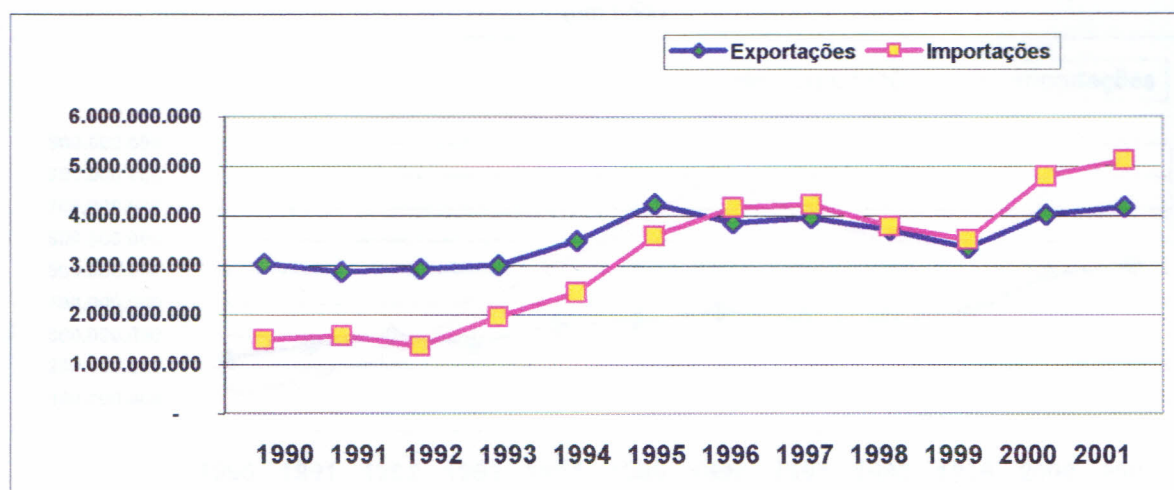
Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002)

O desempenho das exportações nordestinas seguiu as linhas mais gerais do comércio exterior brasileiro. As exportações nordestinas oscilaram e cresceram 38%, no período 1990/2001, tendo como principal causa a política de abertura comercial. Podemos, também, observar que a maxidesvalorização cambial, ocorrida em 1999, teve um forte impacto sobre as exportações nordestinas, onde as mesmas passaram de US\$ 3,3 bilhões em 1999, para mais de US\$ 4,1 bilhões em 2001, uma variação de aproximadamente 25%. As importações da Região Nordeste oscilaram e cresceram 243% no período 1990/2001, demonstrando que a abertura comercial teve um impacto maior sobre as importações. É importante observar o crescimento nas importações nordestinas pós-Plano Real, quando obtiveram um crescimento de 69% entre 1994 e 1996. No período 1999/2001 podemos ver que a maxidesvalorização cambial não foi capaz de conter a tendência de crescimento das importações nordestinas o que demonstra a grande dependência da Região com relação ao setor externo (ver **GRÁFICO 10**). Pelos dados observados até junho/2002, podemos concluir que as exportações até o final deste ano serão superiores a 2001, com o dólar se valorizando cada vez mais e as importações serão menores, se comparadas com a média do período anterior (ver **TABELA 89** em anexo).

O saldo comercial da Região Nordeste foi positivo até 1995, mas a partir de 1996 tornou-se negativo, oscilante e crescente até o ano de 2001. Podemos, então, inferir que no ano de 2002, o saldo comercial da Região Nordeste continuará negativo, mas inferior ao ano

de 2001, revelando o impacto positivo das sucessivas desvalorizações cambiais sobre a balança comercial da Região Nordeste (ver **TABELA 89** em anexo).

GRÁFICO 10
Balança Comercial Nordestina 1990 – 2001
(em US\$)



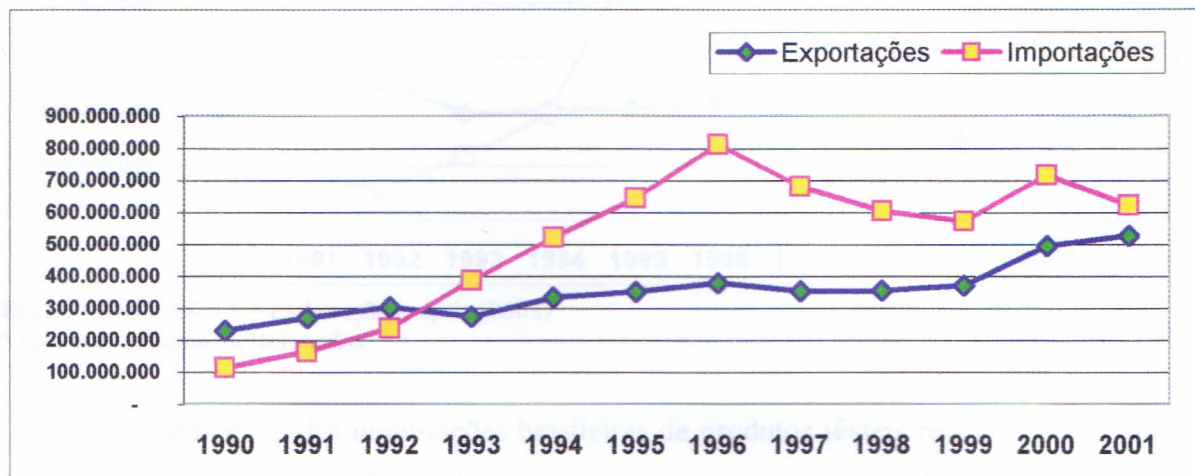
Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002)

O comércio exterior do Estado do Ceará, também, seguiu as linhas mais gerais do comércio exterior brasileiro. As exportações cearenses oscilaram e cresceram 128%, mais que as exportações brasileiras e nordestinas, no período 1990/2001. A desvalorização cambial, em 1999, contribuiu bastante para a expansão das exportações cearenses, quando elas cresceram em torno de 41% no período 1999/2001. Analisando-se as importações do Estado, constatamos que elas cresceram 448%, entre os anos de 1990 e 2001, muito superior ao crescimento das exportações. Vale a pena observar o crescimento oscilante das importações no período 1994/1998, quando em 1999 elas sofreram uma pequena queda com relação ao ano anterior, mas, já a partir de 2000, às importações do Estado voltaram a crescer, revelando que nem a maxidesvalorização cambial foi capaz de controlar o crescimento das importações cearenses, também, demonstrando que o Estado do Ceará depende muito do setor externo (ver **GRÁFICO 11**). Podemos inferir que, no ano de 2002, teremos um decréscimo das exportações e um crescimento das importações do Estado (ver **TABELA 90** em anexo).

O saldo comercial cearense era positivo até o ano de 1992, mas a partir de 1993 ele se tornou negativo. A partir de 1996, o saldo negativo da balança comercial cearense passou a ser decrescente até o ano de 1999, crescendo no ano 2000, sofrendo uma queda significativa

no ano de 2001, dois anos após a maxidesvalorização cambial (ver **GRÁFICO 11**). Podemos corroborar que em 2002 o saldo negativo da balança comercial cearense voltará a crescer (ver **TABELA 90** em anexo).

GRÁFICO 11
Balança Comercial Cearense 1990 – 2001
(em US\$)



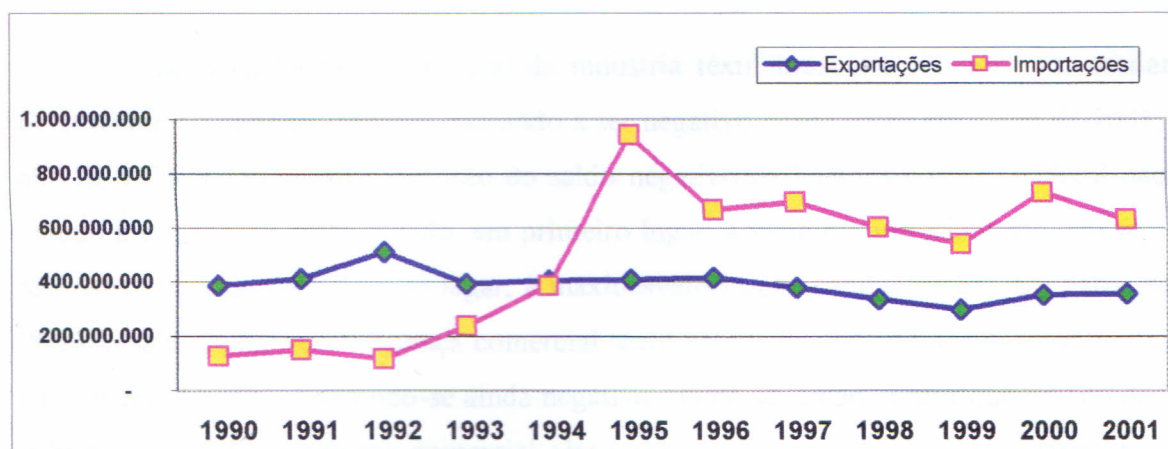
Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002)

4.2.2. O Comércio Exterior da Indústria Têxtil

As exportações brasileiras de têxteis⁶⁴ caíram aproximadamente 7,5%, entre os anos de 1990 e 2001. As exportações cresceram até 1992, sofrendo uma queda significativa até o ano de 1999. A maxidesvalorização cambial, em 1999, foi capaz de quebrar a tendência de queda das exportações têxteis e aumentá-las até o ano de 2001, revelando a dependência da indústria têxtil de políticas comerciais para aumentar suas exportações, mas, que permaneceram abaixo do início da década. Para a indústria têxtil brasileira aumentar sua participação no comércio global foi necessário uma desvalorização cambial, considerada base de “competitividade espúria”, demonstrando que, com relação aos maiores exportadores mundiais de produtos têxteis, o Brasil ainda é pouco competitivo (ver **GRÁFICO 12**).

⁶⁴ As exportações de produtos têxteis nessa seção equivalem as exportações conjuntas do grupo de capítulos selecionados para nossa análise presente na TABELA 87.

GRÁFICO 12
Balança Comercial Têxtil Brasileira 1990 – 2001
 (em US\$)



Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002)

* Grupo de produtos selecionados.

O desempenho das importações brasileiras de produtos têxteis revelou uma tendência muito diferente das exportações, pois as importações cresceram extraordinariamente em 477% entre os anos de 1990 e 2001. Esse crescimento é justificado, em primeiro lugar, pelo movimento de abertura comercial iniciado no governo de Fernando Collor de Melo e, em segundo lugar, pela estabilidade econômica alcançada com o Plano Real que gerou um ganho real de poder aquisitivo, provocando um salto espetacular nas importações entre 1994 e 1995 de aproximadamente 144%, ou seja, mais do dobro entre os dois anos. Vale salientar que tal expansão das importações sofreu uma queda expressiva entre 1995 e 1996, pois em meados de 1995 e início de 1996, o governo brasileiro voltou a adotar tarifas protecionistas para evitar a quebra da indústria nacional como um todo e em particular, da indústria têxtil. Mas, essas medidas protecionistas tiveram uma certa durabilidade, onde se observou que, já a partir de 1996, as importações voltaram a crescer. Em 1998, com os reflexos das crises asiática e com a presente crise Russa, ocorreu uma enorme fuga de capitais, o que obrigou o governo brasileiro a elevar novamente a taxa de juros, para evitar uma fuga de capitais em massa que provocaria uma maxidesvalorização cambial o que comprometeria a estabilidade econômica, só que isso gerou uma escassez de crédito doméstico, tendo como primeiro impacto a redução das importações brasileiras como um todo e em particular, as importações têxteis nacionais em 13,2% com relação ao ano de 1997. No ano de 1999, a moeda nacional sofreu uma maxidesvalorização o que reduziu as importações em 10% com relação a 1998, mas, já em 2000, o que se observou foi um elevado incremento destas, mostrando que nem as novas

desvalorizações cambiais foram capazes de conter às importações brasileiras de produtos têxteis (ver **GRÁFICO 12** e **TABELA 91** em anexo).

O saldo da balança comercial da indústria têxtil brasileira foi positivo, oscilante e decrescente no período 1990/94, passando a ser negativo desde então até o ano de 2001. No ano de 1995, ocorreu uma explosão do saldo negativo da balança comercial têxtil nacional caindo até o ano de 1999, devido, em primeiro lugar, à volta do protecionismo, em segundo, às crises externas e em terceiro lugar, à maxidesvalorização cambial, mas, já a partir do ano 2000, o saldo negativo da balança comercial têxtil brasileira voltou a acentuar-se, voltando a cair no ano de 2001, mantendo-se ainda negativo. Pode-se, então, inferir que no ano de 2002, o saldo negativo da balança comercial têxtil será menor, pois nesse ano ocorreram novas desvalorizações cambiais, o que poderá se refletir sobre as exportações (ver **TABELA 91** em anexo).

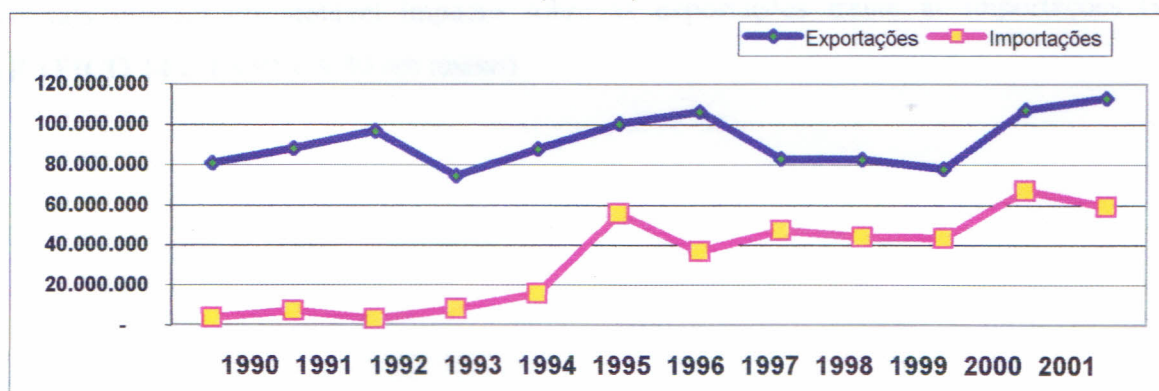
Tal comportamento da indústria têxtil nacional no comércio exterior demonstrou que essa indústria é altamente dependente a fatores conjunturais, estabilidade econômica e taxa de juros e a fatores externos, ou seja, crises e câmbio, que vêm se refletindo no desempenho das exportações e das importações durante os anos analisados. Ademais, essa indústria tem-se revelado pouco competitiva dado o que ocorreu após 1994 com a estabilidade econômica, onde se observou um salto expressivo das importações de produtos têxteis, pois os produtos importados além de serem de melhor qualidade, também eram de preços mais atrativos que os nacionais (ver **GRÁFICO 12** e **TABELA 91** em anexo).

Tanto as exportações quanto as importações de produtos têxteis da Região Nordeste cresceram no período 1990/2001. As exportações da indústria têxtil da Região Nordeste cresceram 40% no período 1990/2001, tendo como principal causa a política de abertura comercial. A maxidesvalorização cambial, ocorrida em 1999, teve um grande impacto sobre as exportações de produtos têxteis desta Região, quando as mesmas cresceram 44% entre 1999 e 2001, demonstrando o importante papel do câmbio sobre às exportações da indústria têxtil nordestina.

As importações de produtos têxteis pela Região Nordeste cresceram, extraordinariamente, em 1.502%, entre os anos de 1990 e 2001, revelando que a abertura comercial teve um impacto muito maior sobre as importações. Vale salientar o crescimento observado nas importações da indústria têxtil nordestinas pós-Plano Real, quando esta obteve um crescimento de 571% entre 1993 e 1995. A partir deste último ano, as importações têxteis caíram de forma oscilante até o ano de 1999, devido às políticas protecionistas, adotadas no ano de 1995 e 1996 e a maxidesvalorização cambial, em 1999. Já, a partir do ano 2000, as importações voltaram a crescer revelando que as sucessivas desvalorizações da moeda nacional não contiveram o crescimento das importações, demonstrando a baixa competitividade dos produtos têxteis nordestinos, tanto em preço como em qualidade, pois mesmo com os produtos têxteis importados se tornando cada vez mais caros a partir de 1999, as importações desta categoria não retraíram (ver **GRÁFICO 13**).

O saldo comercial da indústria têxtil nordestina se manteve positivo em todo o período observado, mas com uma tendência oscilante de queda, até o ano de 1999, devido à elevada taxa de crescimento das importações. Já a partir de 2000, o saldo comercial positivo da indústria têxtil nordestina voltou a crescer até o ano de 2001, graças ao maior crescimento das exportações, 44%, contra o crescimento das importações, 35%, entre 1999 e 2001, valendo salientar que o crescimento das exportações foi consequência da desvalorização cambial, não refletindo assim em melhoria de eficiência técnica da indústria têxtil nordestina (ver **GRÁFICO 13** e **TABELA 92** em anexo).

GRÁFICO 13
Balança Comercial Têxtil Nordestina 1990 - 2001
 (em US\$)



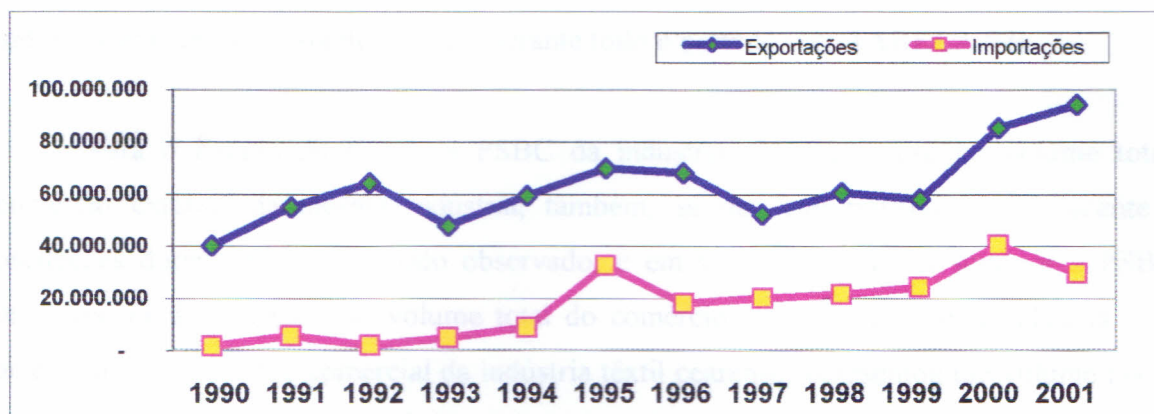
Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002)

* Grupo de produtos selecionados.

O comércio exterior da indústria têxtil cearense segue as linhas mais gerais do comércio exterior da indústria têxtil nordestina. As exportações da indústria têxtil cearense cresceram aproximadamente 134%, no período 1990/2001. A desvalorização cambial, ocorrida em 1999, contribuiu bastante para a expansão das exportações da indústria têxtil cearense, que cresceram em torno de 61% no período 1999/2001. Com relação às importações da indústria têxtil cearense, podemos observar uma tendência de crescimento nesses doze anos de 1.575%, muito superior ao crescimento das exportações. Com a adoção do Plano Real, ocorreu um salto nas importações têxteis cearense de 265% entre 1994 e 1995, decrescendo a partir de então devido a políticas protecionistas adotadas pelo governo contra os maiores exportadores mundiais de fios e tecidos, principalmente sintéticos, produzido pelos tigres asiáticos, contudo, elas cresceram até 1999. Já, a partir deste ano, mesmo com a maxidesvalorização cambial, as importações da indústria têxtil cearense continuaram crescendo, alcançando, em 2000, um valor superior a US\$ 40 milhões, demonstrando, assim, que os produtos têxteis cearenses ainda possuem baixa competitividade diante da produção internacional, pois a elevação das importações de produtos têxteis pelo Estado do Ceará foi mais de 65%, no período 1999/2000. As contínuas desvalorizações retraíram as importações têxteis cearenses em 2001 (ver **GRÁFICO 14**).

Com relação ao saldo comercial da indústria têxtil cearense, este veio se mantendo positivo durante todo o período em análise, crescendo com oscilações no período 1990/94, decrescendo até o ano 2000. Ressalta-se que no ano de 2001, o saldo comercial positivo da indústria têxtil cearense aumentou, demonstrando, assim, que as sucessivas desvalorizações cambiais tiveram um notável impacto sobre as exportações frente às importações (ver **GRÁFICO 14 e TABELA 93** em anexo).

GRÁFICO 14
Balança Comercial Têxtil Cearense 1990-2001
(em US\$)



Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002)

* Grupo de produtos selecionados.

4.2.3. Indicadores de competitividade revelada: análise comparativa

➤ Participação do saldo da balança comercial no volume total do comércio exterior da indústria têxtil da região j, no período t (PSBC)

Este indicador revela quanto o saldo comercial da indústria têxtil de uma dada região representa no volume total do comércio exterior da mesma indústria. Se for positivo é indicativo de que a indústria têxtil dessa região está exportando mais do que importando.

A PSBC da indústria têxtil brasileira no volume total do comércio exterior da mesma indústria era positiva e decrescente com oscilações até 1994, tornando-se negativa em 1995 até o ano de 2001, demonstrando que as importações da indústria têxtil brasileira tiveram um elevado crescimento entre os anos de 1990 e 2001, enquanto que as exportações caíram com oscilações no mesmo período (ver **TABELA 94**).

Para a Região Nordeste, podemos concluir que a PSBC da indústria têxtil nordestina no volume total do comércio exterior da mesma indústria se manteve positiva e decrescente com oscilações durante todo o período observado e, em valor absoluto, é superior a PSBC da indústria têxtil brasileira no volume total do comércio exterior da mesma indústria. Isso revelou a maior importância do saldo comercial da indústria têxtil nordestina quando

comparada com o saldo comercial da mesma indústria em nível nacional, demonstrando maior grau de competitividade revelada da indústria têxtil nordestina, pois o saldo comercial dessa indústria se manteve bastante elevado durante todo o período (ver TABELA 94).

Para o Estado do Ceará, a PSBC da indústria têxtil cearense no volume total do comércio exterior da mesma indústria, também, se manteve positiva e decrescente com oscilações durante todo o período observado, e em valor absoluto foi superior a PSBC da indústria têxtil nordestina no volume total do comércio exterior da mesma indústria. Isso demonstrou que o saldo comercial da indústria têxtil cearense representou um volume maior no comércio exterior da mesma indústria comparativamente a Região Nordeste cuja PSBC, também, era superior a do Brasil (ver TABELA 94).

Assim, a competitividade da indústria têxtil nordestina quando comparada com a indústria têxtil brasileira, medida pelo valor da PSBC pode ser explicado, em parte, pelo elevado grau de importância das exportações da indústria têxtil cearense quando comparadas as importações da mesma indústria nas exportações da indústria têxtil nordestina.

TABELA 94
Participação do Saldo da Balança Comercial no
Volume Total do Comércio Exterior da Indústria Têxtil (PSBC)

ANO	PSBC TEXT. BR.	PSBC TEXT. NE.	PSBC TEXT. CE.
1990	0,51	0,91	0,92
1991	0,46	0,85	0,82
1992	0,63	0,94	0,94
1993	0,25	0,80	0,82
1994	0,03	0,69	0,74
1995	-0,39	0,29	0,36
1996	-0,23	0,49	0,58
1997	-0,29	0,27	0,44
1998	-0,28	0,30	0,47
1999	-0,29	0,28	0,41
2000	-0,35	0,23	0,36
2001	-0,28	0,31	0,52

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

➤ **Participação das exportações da indústria têxtil da região j no total das exportações da mesma região, no período t (DSx_{ijt})**

Esse indicador mede a participação das exportações da indústria têxtil da região j⁶⁵ nas exportações totais da região j no período t. Tal indicador nos possibilita saber a evolução da participação das exportações da referida indústria no total das exportações da referida região a cada período de tempo.

As exportações da indústria têxtil brasileira participaram em torno de 1% nas exportações totais brasileiras, mas com uma tendência oscilante de queda durante todo o período observado, demonstrando, assim, perda de importância das exportações têxteis nas exportações totais brasileiras (ver **TABELA 95**).

Para a Região Nordeste, as exportações da indústria têxtil nordestina participaram em média de 2,5% nas exportações totais nordestinas, mantendo-se estável entre 1993 e 2001, crescendo com oscilações durante todo o período analisado. Revela que as exportações têxteis da Região Nordeste contribuíram mais para as exportações totais nordestinas relativamente ao Brasil, mostrando que esta indústria é mais importante para o Nordeste do que para o Brasil como um todo, ou seja, este indicador revelou que a indústria têxtil nordestina é mais competitiva do que a indústria têxtil brasileira (ver **TABELA 95**).

Para o Estado do Ceará, a participação das exportações da indústria têxtil cearense nas exportações totais cearenses estavam em média de 17,5%, com pequeno ganho de participação no período observado. Revela-se, assim, a grande importância das exportações da indústria têxtil cearense na pauta de exportações do Estado. Isso demonstrou que as exportações da indústria têxtil cearense contribuíram mais para as exportações do Estado quando comparado o mesmo indicador para a Região Nordeste, demonstrando que esta indústria é mais importante para o Ceará relativamente a Região Nordeste e ao País como um todo (ver **TABELA 95**).

⁶⁵ A região j pode ser entendida aqui como o Brasil, a Região Nordeste ou o Estado do Ceará.

Daí, podemos afirmar que a participação das exportações da indústria têxtil nordestina na pauta de exportação da Região Nordeste é superior quando comparado com o mesmo indicador para o País devido ao elevado grau de importância que têm as exportações têxteis do Estado do Ceará.

TABELA 95

Participação da Indústria Têxtil da Região j na Pauta de Exportação da Mesma Região (DSxijt)

ANO	DSXIT(BR)	DSXIT (NE)	DSXIT (CE)
1990	0,012	0,026	0,175
1991	0,013	0,031	0,204
1992	0,014	0,033	0,212
1993	0,010	0,025	0,174
1994	0,009	0,025	0,177
1995	0,009	0,024	0,199
1996	0,009	0,028	0,180
1997	0,007	0,021	0,148
1998	0,007	0,022	0,171
1999	0,006	0,023	0,157
2000	0,006	0,027	0,173
2001	0,006	0,027	0,179

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

➤ **Variação do índice de valor das exportações da indústria têxtil da região j, no período t**

Este indicador mostra a evolução das exportações da indústria têxtil em dólar corrente e são muito importantes para evidenciar o desempenho ao longo do período, ou seja, saber se as exportações dessa indústria aumentaram ou diminuíram.

As exportações da indústria têxtil brasileira oscilaram e decresceram em mais de 7,5% entre os anos de 1990 e 2001, como já salientado. Por sua vez, as exportações têxteis nordestinas cresceram 40% entre os anos de 1990 e 2001, demonstrando um desempenho melhor relativo as exportações têxteis nacionais, que caíram entre os dois anos (ver **TABELA 96**).

Já, as exportações da indústria têxtil cearense obtiveram um desempenho extraordinário, crescendo 134% entre os dois anos analisados (ver **TABELA 96**). Esse desempenho da indústria têxtil cearense revela que a mesma tem contribuído mais para as exportações da indústria têxtil brasileira que a indústria têxtil nordestina, demonstrando que o

melhor desempenho da indústria têxtil nordestina, quando comparado ao do Brasil, é devido ao crescimento da participação das exportações da indústria têxtil do Estado do Ceará.

TABELA 96
Variação do Índice de Valor das Exportações da Indústria Têxtil (Vxijt)

ANO	BRASIL	NORDESTE	CEARÁ
1990	100	100	100
1991	107	109	137
1992	132	120	160
1993	102	92	119
1994	105	109	148
1995	106	124	174
1996	108	132	170
1997	98	103	130
1998	87	103	151
1999	77	97	145
2000	91	133	213
2001	92	140	234

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

* Ano Base: 1990

➤ **Coefficiente de especialização relativa nas exportações da indústria têxtil no que se refere às exportações da região j com relação à região h, no período t (CSR_{xijt})**

Esse é um indicador de vantagem comparativa revelada mais comumente utilizado, pois ele mede a relação da participação das exportações da indústria têxtil nas exportações totais da região j relativo as exportações da mesma indústria nas exportações totais da região h. Caso $CSR_x > 1$, significaria que a região j está relativamente mais especializada nas exportações da indústria têxtil do que a região h como um todo, apresentaria, portanto, uma vantagem comparativa em termos de especialização nas exportações (ocorrendo o contrário, quando $CSR_x < 1$, uma desvantagem comparativa). Uma vantagem comparativa seria aqui revelada pela maior importância que possui as exportações da referida indústria da região j em relação às exportações da mesma indústria da região h, relativo à importância que tem as exportações (em termos gerais) da região j para as exportações totais da região h.

Para a indústria têxtil nordestina, o $CSR_{(NE/BR)} > 1$ e crescente com oscilações no período observado, revelando que a participação das exportações da indústria têxtil nas

exportações totais nordestinas é maior que a participação das exportações da indústria têxtil nas exportações totais brasileiras. Demonstrando, assim, que as exportações da indústria têxtil nordestina são mais importantes relativamente às exportações da indústria têxtil brasileira. Isso vem a revelar que a indústria têxtil nordestina é relativamente mais competitiva do que a indústria têxtil brasileira devido a maior especialização relativa dessa região nas exportações de produtos têxteis (ver TABELA 97).

Analisando a coluna 3 da mesma tabela, identifica-se que a participação das exportações da indústria têxtil nas exportações totais do Estado Ceará é maior que a participação das exportações da indústria têxtil nas exportações totais brasileiras. O $CSR_{(CE/BR)} > 1$ com tendência ascendente e oscilante em todo o período observado, demonstrando, assim, o crescimento da importância das exportações cearenses no total das exportações brasileiras dessa indústria. Isso revelou forte especialização do Estado nas exportações dessa indústria relativamente ao Brasil (ver TABELA 97).

A participação das exportações da indústria têxtil no total das exportações cearenses são, também, maiores que a participação das exportações da indústria têxtil no total das exportações nordestinas. O $CSR_{(CE/NE)} > 1$ em todo o período, demonstrando que a indústria têxtil cearense revelou uma vantagem comparativa relativamente à indústria têxtil nordestina, em termos de especialização nas exportações desta indústria (ver TABELA 97).

TABELA 97
Coefficiente de Especialização Relativa da Indústria Têxtil (CSR_{xi})

ANO	CSR _{xi} (NE/BR)	CSR _{xi} (CE/BR)	CSR _{xi} (CE/NE)
1990	2,1666	14,1639	6,6923
1991	2,3585	15,6011	6,6149
1992	2,3005	14,8020	6,4342
1993	2,4173	17,0147	7,0388
1994	2,6893	19,0176	7,0717
1995	2,6724	22,4701	8,4083
1996	3,1624	20,5966	6,5130
1997	2,9344	20,7238	7,0623
1998	3,3845	25,9409	7,6646
1999	3,7296	25,1824	6,7521
2000	4,1589	26,9648	6,4836
2001	4,3909	29,0909	6,6253

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

➤ Taxa de cobertura das importações da indústria têxtil da região j, no período t (TCijt)

Esse também é um indicador de vantagem comparativa revelada que incorpora, também, o comportamento das importações o que complementaria a análise do indicador anterior. Esse indicador mede a relação que se dá entre as exportações da indústria têxtil relativa as importações da mesma indústria da região j, sobre as exportações dessa indústria e suas importações em termos da região h. Quando $TC_{ijht} > 1$, identifica-se uma vantagem comparativa em termos de cobertura das importações da indústria têxtil, ou seja, as exportações da indústria têxtil da região j teriam uma dimensão maior, quando comparadas às importações da mesma indústria, do que o mesmo indicador para a região h.

A $TC_{(NE/BR)} > 1$ em todo o período, evidenciando que as exportações da indústria têxtil nordestina tem uma maior dimensão, quando comparadas às importações da mesma indústria, do que o mesmo indicador para o Brasil, mostrando que a indústria têxtil nordestina revela uma vantagem comparativa, em termos de cobertura das importações, com relação a indústria têxtil brasileira (ver **TABELA 98**).

As exportações da indústria têxtil cearense, com $TC_{(CE/BR)} > 1$, tem uma maior dimensão, quando comparadas às importações da mesma indústria, do que o mesmo indicador para o Brasil. Superando a média nordestina (ver **TABELA 98**).

As exportações da indústria têxtil cearense com $TC_{(CE/NE)} > 1$, tem uma maior dimensão, quando comparadas às importações da mesma indústria, do que o mesmo indicador para o Nordeste, com exceção do ano de 1991, revelando uma vantagem comparativa da indústria têxtil do Estado, em termos de cobertura das importações, com relação à Região e ao País como um todo (ver **TABELA 98**).

TABELA 98
Taxa de Cobertura das Importações da Indústria Têxtil (TCijt)

ANO	TCICET (NE/BR)	TCICET (CE/BR)	TCICET (CE/NE)
1990	7,1552	7,3955	1,0336
1991	4,4515	3,6122	0,8115
1992	6,9125	7,2222	1,0448
1993	5,4311	5,9296	1,0918
1994	5,2164	6,3254	1,2126
1995	4,1336	4,9221	1,1908
1996	4,6156	6,0110	1,3023
1997	3,2224	4,7593	1,4769
1998	3,3551	5,0003	1,4904
1999	3,2468	4,3231	1,3315
2000	3,3083	4,3691	1,3206
2001	3,3687	5,5850	1,6579

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

➤ **Contribuição ao saldo da balança comercial da indústria têxtil da região h, no período t (CSjht)**

Aqui temos outro indicador de vantagem comparativa revelada que é medido através da comparação do saldo comercial observado de um determinado segmento da indústria têxtil de uma dada região h, com o que seria obtido se o saldo comercial global dessa indústria estivesse proporcionalmente (ponderado pela participação do total do comércio exterior do referido segmento no total do comércio exterior da indústria têxtil da região h) distribuído entre os diversos segmentos dessa indústria. Sendo o resultado positivo, o segmento em questão contribui acima do esperado teoricamente para o saldo comercial da indústria têxtil da região h, sendo negativo, o referido segmento revelaria uma desvantagem comparativa.

Somente o segmento de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)**⁶⁶, contribuiu positivamente para o SBC⁶⁷ têxtil brasileira entre os anos de 1990 e 2000 e o segmento de **fição e tecelagem a partir de filamentos sintéticos ou artificiais (54)** que já vinha contribuindo negativamente em 1990, passou a contribuir mais negativamente ainda em 2000. O segmento de **fição e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55)** que contribuía positivamente ao SBC da indústria têxtil brasileira, passou a

⁶⁶ Para análise mais detalhada acerca de cada segmento ver Anexo.

⁶⁷ SBC = Saldo da Balança Comercial.

contribuir negativamente no ano 2000 e o segmento de **tecidos de malha (60)** que contribuía negativamente em 1990, contribuiu menos negativamente em 2000. Isso demonstrou que os segmentos de **fiação e tecelagem a partir de filamentos sintéticos ou artificiais (54)**, de **fiação e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55)** e de **tecidos de malha (60)** revelaram uma desvantagem comparativa no ano 2000 e que somente o segmento de **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** revelou uma vantagem comparativa contribuindo acima do esperado teoricamente para o SBC da indústria têxtil brasileira. Vale salientar que no ano 2000 apenas os segmentos de **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** e **tecidos de malha (60)** contribuíram mais ao Saldo positivo da Balança Comercial Têxtil Brasileira se comparado com o ano de 1990 (ver TABELA 99).

TABELA 99
Contribuição ao Saldo da Balança Comercial Têxtil Brasileira (CSBC BR)

CAPÍTULOS ⁶⁸	CSBC TEXT. BR (1990)	CSBC TEXT. BR (2000)
(52) Algodão	36,88574976	52,09722509
(54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais	-38,52349922	-51,70636118
(55) Fibras Sint. ou Artific. Descontínuas	2,06057341	-0,36233560
(60) Tecidos de Malha	-0,42282395	-0,02852831

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

O segmento de **fiação e tecelagem a partir de filamentos sintéticos ou artificiais (54)** continuou contribuindo mais negativamente para o saldo da balança comercial têxtil nordestina no intervalo observado. O segmento de **tecidos de malhas (60)** que contribuía positivamente, em 1990, passou a contribuir negativamente ao SBC têxtil nordestina no ano 2000. Somente os segmentos de **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** e **fiação e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55)** continuaram contribuindo positivamente ao SBC têxtil nordestina em 2000. Vale salientar que somente o primeiro ganhou expressiva participação relativa no intervalo 1990/2000, enquanto o segundo perdeu (ver TABELA 100).

⁶⁸ Os capítulos listados na tabela representam os principais grupos de produtos da NCM que compõem a indústria têxtil em análise. Tais capítulos revelam os insumos mais importantes utilizados pela indústria têxtil nacional. Na análise das Tabelas 99 a 105, fizemos referência aos respectivos segmentos da indústria têxtil, ou seja, a fiação e a tecelagem.

TABELA 100
Contribuição ao Saldo da Balança Comercial Têxtil Nordestina (CSBC NE)

CAPÍTULOS	CSBC TEXT. NE (1990)	CSBC TEXT. NE (2000)
(52) Algodão	0,26735026	63,33922062
(54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais	-3,72574629	-40,76053607
(55) Fibras Sint. Ou Artific. Descontínuas	3,38777182	2,73410034
(60) Tecidos de Malha	0,07062421	-25,31278488

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

Os segmentos de **fiação e tecelagem a partir de filamentos sintéticos ou artificiais (54)** e **tecidos de malha (60)** continuaram contribuindo mais negativamente ainda para o saldo da balança comercial têxtil cearense no intervalo observado e os outros segmentos continuaram contribuindo acima do esperado teoricamente para o SBC da indústria têxtil cearense. Mas, somente o segmento de **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** teve um crescimento extraordinário na participação positiva no saldo da balança comercial têxtil cearense no ano de 2000, revelando o forte desempenho deste Estado na produção e exportação desse segmento, entre os anos de 1990 e 2000, mostrando a grande importância das exportações da indústria têxtil cearense nas exportações da indústria têxtil nordestina (ver **TABELA 101**).

TABELA 101
Contribuição ao Saldo da Balança Comercial Têxtil Cearense (CSBC CE)

CAPÍTULOS	CSBC TEXT. CE (1990)	CSBC TEXT. CE (2000)
(52) Algodão	55,52821326	70,18110507
(54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais	-0,11590687	-39,66025807
(55) Fibras Sint. Ou Artific. Descontínuas	35,97695043	2,14830131
(60) Tecidos de Malha	-0,01912516	-32,66914831

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

A exportação total da indústria têxtil brasileira em análise que é composta pelos segmentos **(52)**, **(54)**, **(55)** e **(60)**, sofreu uma redução de 7,5% entre os anos de 1990 e 2001. Os segmentos que contribuíram para a redução das exportações brasileiras foram **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** e **fiação e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55)** com variações de -12,8% e -49,2%, respectivamente. Os segmentos de **fiação e tecelagem a partir de filamentos sintéticos ou artificiais (54)** e **tecidos de malha (60)** contribuíram positivamente para as exportações da

indústria têxtil brasileira com uma variação de 15,3% e 510,4% respectivamente, entre os dois anos. Vale salientar o expressivo crescimento das exportações de **tecidos de malha (60)** e que o segmento de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** continuou com a maior participação relativa nas exportações da indústria têxtil brasileira, em 2001, dentre os segmentos têxteis analisados, apesar da sua perda de participação relativa, quando em 1990 esse segmento participava com 75,2% e passou a participar com 70,8% das exportações da indústria têxtil brasileira, em 2001 (ver **TABELA 102**).

TABELA 102
Valor das Exportações Têxteis Brasileiras por Capítulo 1990-2001
(Em US\$ FOB)

CAPÍTULOS	1990	(%)	2001	(%)	Variação (%) 2001/1990
(52) Algodão	291.152.007	75,2	253.648.538	70,8	-12,8
(54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais	46.797.233	12,1	53.982.212	15,1	15,3
(55) Fibras Sint. ou Artific. Descontínuas	44.543.207	11,5	22.608.248	6,3	-49,2
(60) Tecidos de Malha	4.546.504	1,2	27.753.784	7,8	510,4
TOTAL	387.038.951	100,0	357.992.782	100,0	-7,5%

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

A exportação total da indústria têxtil nordestina, que é composta pelos segmentos têxteis em análise, cresceu, aproximadamente, 40% entre os anos de 1990 e 2001, revelando que a Região obteve ganho de participação relativa na exportação total têxtil brasileira, pois, o valor total das exportações têxteis brasileiras sofreu uma redução de 7,5%, entre os dois anos. Em 1990, as exportações totais nordestinas, dos segmentos em análise, representavam uma parcela de 20,8% das exportações totais brasileiras dos mesmos segmentos, passando a representar 31,5% em 2001. O único segmento que sofreu queda em suas exportações foi **fição e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55)** com uma variação de -71,8% entre os dois anos. Os segmentos de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** e **tecidos de malha (60)** aumentaram suas exportações entre os dois anos em 56,7% e 383,4%, respectivamente. Vale salientar o expressivo crescimento das exportações do segmento de **fição e tecelagem a partir de filamentos sintéticos ou artificiais (54)** com uma variação de 5.535,5% entre 1990 e 2001. O segmento de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** ganhou participação relativa nas exportações totais dos segmentos têxteis nordestinos em análise, participando com 76,9% em 1990 e 86,2% em 2001, mantendo a maior participação relativa do grupo, demonstrando a grande importância deste segmento nas exportações totais têxteis nordestinas (ver **TABELA 103**).

TABELA 103
Valor das Exportações Têxteis da Região Nordeste por Capítulo 1990-2001
 (Em US\$ FOB)

CAPÍTULOS	1990	(%)	2001	(%)	Variação (%) 2001/1990
(52) Algodão	62.174.801	76,9	97.447.920	86,3	56,7
(54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais	131.113	0,2	7.388.936	6,5	5.535,5
(55) Fibras Sint. ou Artific. Descontínuas	17.885.289	22,1	5.038.155	4,5	-71,8
(60) Tecido de Malha	639.110	0,8	3.089.771	2,7	383,4
TOTAL	80.830.313	100,0	112.964.782	100,0	39,7

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

No Estado do Ceará, a exportação da indústria têxtil que é composta pelas exportações totais dos segmentos têxteis, em análise, cresceu 134,3% entre os dois anos analisados, superando o desempenho das exportações da indústria têxtil da Região Nordeste, demonstrando que o Estado aumentou sua participação relativa nas exportações têxteis totais nordestinas, passando a representar 83,4% do total exportado dos segmentos analisados para a Região Nordeste em 2001 contra 49,7% em 1990, revelando o extraordinário desempenho da indústria têxtil no Estado do Ceará que passou a ocupar o 1º lugar no ranking das exportações totais têxteis nordestinas dos segmentos em análise. Todos os segmentos contribuíram positivamente para este resultado à exceção de **fiação e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55)** cujas exportações decresceram 73,2% entre os dois anos. Os segmentos de **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** e **fiação e tecelagem a partir de filamentos sintéticos ou artificiais (54)** aumentaram suas exportações em 251,7% e 8.498%, respectivamente, entre os dois anos. Destaca-se o expressivo aumento da participação das exportações de **tecidos de malha (60)**, pois, no ano de 1990, o Estado do Ceará não exportava este tipo de produto, passando a exportar mais de US\$ 2,8 milhões em 2001, um salto extraordinário das exportações cearenses nesta categoria de produto, pois as exportações cearenses de **tecidos de malha (60)** passaram a representar 90,6% das exportações nordestinas deste segmento. O segmento de **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** continuou com a maior participação relativa nas exportações têxteis cearenses dentre os segmentos analisados no ano de 2001, ganhando participação relativa entre os dois anos, onde, em 1990, participava com 61,6% das exportações totais dos segmentos têxteis analisados para o Estado, passando a exportar 92,5% do total exportado pela indústria têxtil cearense, em 2001, mostrando que as exportações deste segmento são mais importantes para o Estado do que para Região ou País. (ver TABELA 104).

TABELA 104
Valor das Exportações Têxteis do Estado do Ceará por Capítulo 1990-2001
 (Em US\$ FOB)

CAPÍTULOS	1990	(%)	2001	(%)	Variação (%) 2001/1990
(52) Algodão	24.806.125	61,6	87.256.957	92,6	251,7
(54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais	10	0,0	84.990	0,1	8.498
(55) Fibras Sint. Ou Artific. Descontínuas	15.430.230	38,3	4.130.009	4,4	-73,2
(60) Tecidos de Malha	0	0,0	2.802.165	2,9	2.802.165*
TOTAL	40.236.365	100,0	94.274.121	100,0	134,3

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

*supor que em 1990, esse segmento exportou US\$ 1, para base de cálculo.

No Estado de São Paulo, as exportações totais dos segmentos em análise caíram 33,1% entre os anos de 1990 e 2001, superando a queda verificada em nível nacional. As exportações de todos os segmentos caíram entre os dois anos, à exceção de **tecidos de malha (60)**, que obteve o extraordinário crescimento de 328,5%, ainda inferior ao verificado para o Brasil, Região Nordeste e Estado do Ceará. O total exportado pela indústria têxtil do Estado de São Paulo ainda superava o total exportado pela Região Nordeste no ano de 2001. Contudo, esse Estado vem perdendo participação relativa para as exportações nordestinas, principalmente para as cearenses deste grupo de produtos, pois, em 1990, as exportações totais paulistas representavam 63,5% das exportações totais brasileiras deste grupo de produtos, passando a representar 45,8% em 2001, enquanto, em 1990, as exportações totais nordestinas representavam 20,8% das exportações totais brasileiras dos segmentos analisados, passou a representar 31,5% em 2001 e as exportações totais cearenses representavam 10,3% do total exportado pelo Brasil dos segmentos em análise, em 1990, passando a representar 26,3% em 2001, ou seja, o maior aumento de participação relativa nas exportações totais têxteis brasileira ocorreu no Estado do Ceará com uma variação de 155,3% contra uma variação de 51,4% para a Região Nordeste (ver **TABELA 105**).

TABELA 105
Valor das Exportações Têxteis do Estado de São Paulo por Capítulo 1990-2001
 (Em US\$ FOB)

CAPÍTULOS	1990	(%)	2001	(%)	Variação (%) 2001/1990
(52) Algodão	178.493.489	72,6	105.302.253	64,1	-41,0
(54) Filamentos Sintéticos ou Artificiais	42.479.788	17,3	38.506.506	23,4	-9,3
(55) Fibras Sint. Ou Artific. Descontínuas	20.997.791	8,5	4.254.734	2,6	-79,7
(60) Tecido de Malha	3.774.048	1,6	16.175.103	9,9	328,5
TOTAL	245.745.116	100,0	164.238.596	100,0	-33,1

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

As exportação do segmento de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** continuavam sendo, em 2001, as mais representativas dentre todos os segmentos analisados, tanto para o Estado do Ceará como para o Estado de São Paulo, apesar da perda de participação relativa verificada neste último Estado de 11,7% entre os dois anos, pois esse segmento representava 64,1% das exportações dos segmentos analisados, pelo estado paulista, em 2001, contra 72,6%, em 1990.

Baseados nessa informação, analisamos os principais produtos exportados do capítulo **(52)**, para ambos os Estados, no ano de 2001.

Os resultados mostraram que os cinco principais produtos exportados pelo Estado do Ceará do segmento de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)**, estão entre os 10 principais produtos exportados pelo Estado de São Paulo do mesmo segmento, no ano de 2001, sinalizando, a priori, que esses Estados competem entre si nas exportações deste importante grupo de produtos da indústria têxtil, ou seja, as categorias de produtos NCM: **52094210**, **52094290**, **52051310**, **52052310** e **52052200**⁶⁹.

TABELA 106
Detalhamento das Exportações Cearenses do Capítulo (52)
5205.11.00 – 5212.25.00
2001 (NCM)

Categorias	PRODUTOS	Valor (US\$)	Ranking (2001)
52094210	TECIDO DE ALGODAO>=85%,FIO COLOR.DENIM, INDIGO,P>200G/M2	59.547.676	1º
52094290	OUTS.TECIDOS DE ALGODAO>=85%,FIO COLOR.DENIN,P>200G/M2	5.402.691	2º
52051310	FIO ALGODAO>=85%,CRU,SIMPL.FIBRA N/PENT.192.3<=T<232.5D	4.928.548	3º
52052310	FIO ALGODAO>=85%,CRU,SIMPL.FIBRA PENT.192.3D<=T<232.56D	4.369.127	4º
52052200	FIO ALGODAO>=85%,SIMPLES,FIBRA PENT.232.56D<=T<714.29D	4.099.499	5º
52051200	FIO ALGODAO>=85%,SIMPLES,FIBRA N/PENT.232.56<=T<714.29D	2.263.735	6º
52093200	TECIDO DE ALGODAO>=85%,TINTO,PONTO SARJADO,PESO>200G/M2	2.058.325	7º

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

⁶⁹ Tais produtos estão listados nas TABELAS 106 e 107.

TABELA 107
Detalhamento das Exportações de São Paulo do Capítulo (52)
5205.11.00 – 5212.25.00
2001 (NCM)

Categorias	PRODUTOS	Valor (US\$)	Ranking (2001)	Ranking (CE)
52094210	TECIDO DE ALGODAO>=85%,FIO COLOR.DENIM, INDIGO, P>200G/M2	58.555.635	1°	1°
52094100	TECIDO DE ALGODAO>=85%,FIO COLOR.PONTO TAFETA, P>200G/M2	6.929.181	2°	
52094290	OUTS.TECIDOS DE ALGODAO>=85%,FIO COLOR.DENIN, P>200G/M2	5.171.266	3°	2°
52093200	TECIDO DE ALGODAO>=85%,TINTO,PONTO SARJADO, P>200G/M2	4.464.511	4°	7°
52051310	FIO ALGODAO>=85%,CRU,SIMPL.FIBRA N/PENT.192.3<=T<232.5D	4.461.646	5°	3°
52051200	FIO ALGODAO>=85%,SIMPLES,FIBRA N/PENT.232.56<=T<714.29D	4.017.771	6°	6°
52081200	TECIDO DE ALGODAO>=85%,CRU,PONTO TAFETA,100<P<=200G td M2<>	3.897.676	7°	
52052200	FIO ALGODAO>=85%,SIMPLES,FIBRA PENT.232.56D<=T<714.29D	2.070.711	8°	5°
52103100	TECIDO ALGOD<85%,TINTO/FIBRA SINT/ART.TAFETA,P<=200G/M2	1.387.166	9°	
52052310	FIO ALGODAO>=85%,CRU,SIMPL.FIBRA PENT.192.3D <=T<232.56D	1.359.911	10°	4°

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

O principal destino das exportações conjuntas do grupo de produtos selecionados do capítulo (52) é a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI⁷⁰) para ambos os Estados do Ceará e São Paulo, no ano de 2001. Para o segundo Estado esta região representa aproximadamente 64% no destino de suas exportações, enquanto para o primeiro, observamos um certo equilíbrio no destino das mesmas, onde esta região participa com aproximadamente 33% das exportações cearenses deste grupo selecionado de produtos (ver **TABELAS 108 e 109** abaixo).

Ocorre um diferencial, em termos de participação relativa, quando levamos em consideração o segundo principal destino das exportações conjuntas deste grupo de produtos selecionados. Para o Estado do Ceará é a União Européia (UE) com participação de aproximadamente 31% e para o Estado de São Paulo é o Mercosul (MS) com participação de aproximadamente 15% (ver **TABELAS 108 e 109** abaixo).

Vale a pena observar, no tocante ao destino das exportações, que o Estado de São Paulo exporta mais para a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em comparação ao Estado do Ceará, mas exporta muito menos que este último para a União Européia (UE) e para o Mercosul (MS), em 2001.

⁷⁰ A Região da ALADI é composta pelos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Contudo, excluímos os países que compõem o Mercosul quando analisamos esta Região, pois, os mesmos foram analisados separadamente.

As exportações conjuntas dessas categorias de produtos selecionados do capítulo (52)⁷¹ da indústria têxtil cearense, também, superaram as exportações paulistas deste mesmo grupo de produtos, revelando que o Estado do Ceará vem se consolidando nas exportações do segmento de **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** (ver TABELAS 108 e 109).

TABELA 108
Destino das Exportações dos Principais Produtos do Capítulo (52)
da Indústria Têxtil do Estado do Ceará (2001) – US\$ FOB

Categorias	Valor (US\$)	(%)	MERCOSUL	(%)	ALADI^{1,2}	(%)	U.E.³	(%)
52094210	59.547.676	76,0	21.144.789	35,5	20.490.206	34,4	13.974.016	23,5
52094290	5.402.691	6,9	1.391.703	25,7	1.702.633	31,5	1.713.813	31,7
52051310	4.928.548	6,3	419.720	8,5	1.797.120	36,5	2.627.337	53,3
52052310	4.369.127	5,6	91.409	2,1	1.057.110	24,2	2.786.766	63,8
52052200	4.099.499	5,2	295.663	7,2	659.892	16,1	3.143.944	76,7
TOTAL	78.347.541	100,0	23.343.284	29,8	25.706.961	32,8	24.245.876	30,9

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

¹Exclusive países do Mercosul.

²ALADI = Associação Latino-Americana de Integração.

³U.E. = União Européia.

TABELA 109
Destino das Exportações dos Produtos Selecionados do Capítulo (52)
da Indústria Têxtil do Estado de São Paulo (2001) – US\$ FOB

Categorias	Valor (US\$)	(%)	MERCOSUL	(%)	ALADI^{1,2}	(%)	U.E.³	(%)
52094210	58.555.635	81,7	7.749.581	13,2	39.406.149	67,3	6.733.322	11,5
52094290	5.171.266	7,2	1.598.523	30,9	2.232.092	43,2	536.151	10,4
52051310	4.461.646	6,3	974.048	21,8	1.372.578	30,7	860.516	19,3
52052310	1.359.911	1,9	63.046	4,6	1.054.934	77,6	73.476	5,4
52052200	2.070.711	2,9	339.291	16,4	1.664.887	80,4	0	0,0
TOTAL	71.619.169	100,0	10.724.489	14,9	45.730.640	63,8	8.203.465	11,5

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

¹Exclusive países do Mercosul.

²ALADI = Associação Latino-Americana de Integração.

³U.E. = União Européia.

Podemos, então, observar que a principal categoria de produto exportado do grupo de produtos selecionado do segmento de **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** foi a categoria NCM **52094210** para ambos os Estados do Ceará e São Paulo com participação nas exportações totais do grupo de produtos selecionado de 76% e 81,7%, respectivamente.

Para termos uma rápida idéia da importância das exportações dessa categoria de produto para a indústria têxtil dos dois estados, começamos por mostrar que ela participa com aproximadamente 63,2% das exportações totais da indústria têxtil cearense, ou seja, do grupo

⁷¹ O capítulo (52) equivale ao segmento de fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão.

de capítulos NCM selecionados em nossa pesquisa. Com relação ao Estado de São Paulo, essa categoria de produto participa com 35,6% das exportações totais da indústria têxtil paulista.

Podemos, também, verificar que as exportações da categoria de produto **52094210** aumenta sua participação para aproximadamente 68,2% das exportações cearenses do segmento de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)**. Já, nas exportações paulistas do mesmo segmento, essa categoria de produto participa com aproximadamente 55,6%, em 2001.

Com base nessas informações, fizemos uma análise mais detalhada dos principais destinos das exportações por regiões e por países da categoria de produto NCM **52094210**.

Na ALADI, os principais destinos das exportações dessa categoria de produto da indústria têxtil cearense vêm a **Bolívia (26,5%)** e a **Colômbia (22,1%)** e para o Estado de São Paulo vêm a **Colômbia (64,4%)** e o **Chile (12,5%)**. Podemos, também, observar que o valor exportado pelo Estado de São Paulo para a Colômbia, seu principal mercado dentro da ALADI, é muito superior ao valor exportado pelo Estado do Ceará para o mesmo país, pois o primeiro Estado exporta 5,6 vezes mais que o segundo. Com relação a Bolívia, o Estado do Ceará exporta para este país, aproximadamente, 5 vezes mais que o Estado de São Paulo nesta categoria de produto, no ano de 2001 (ver **TABELA 110**).

TABELA 110

Comparação dos Destinos das Exportações do Principal Produto Exportado do Capítulo (52)
por Países da ALADI¹ - 2001

CEARÁ	USS FOB	(%)	SÃO PAULO	USS FOB	(%)
BOLÍVIA	5.423.897	26,5	COLOMIA	25.368.062	64,4
COLOMBIA	4.525.448	22,1	CHILE	4.948.321	12,5
PERU	4.185.733	20,4	VENEZUELA	4.745.549	12,0
VENEZUELA	2.885.829	14,1	MÉXICO	1.896.774	4,8
CHILE	2.171.933	10,6	PERU	1.239.399	3,1
EQUADOR	651.515	3,2	BOLIVIA	1.087.956	2,8
MÉXICO	645.851	3,1	EQUADOR	60.597	0,0015
			CUBA	59.491	0,0015
TOTAL	20.490.706	100,0	TOTAL	39.406.149	100,0

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

¹Exclusive países do Mercosul.

No MERCOSUL, A Argentina é o principal destino das exportações da categoria de produto **52094210** para ambos os Estados, sendo que o Estado do Ceará, exporta para este país, cerca de 5,6 vezes mais que o Estado de São Paulo. Já, o Estado de São Paulo exporta mais para o Paraguai e Uruguai que o Estado do Ceará, no ano de 2001 (ver TABELA 111).

TABELA 111

Comparação dos Destinos das Exportações do Principal Produto Exportado do Capítulo (52)
por Países do MERCOSUL - 2001

CEARÁ	USS FOB	(%)	SÃO PAULO	USS FOB	(%)
ARGENTINA	18.388.537	86,9	ARGENTINA	3.283.250	42,4
PARAGUAI	1.877.004	8,9	PARAGUAI	3.267.643	42,2
URUGUAI	879.248	4,2	URUGUAI	1.198.688	15,4
TOTAL	21.144.789	100,0	TOTAL	7.749.581	100,0

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

Na União Européia, fica mais nítido a diferença dos principais destinos das exportações da categoria de produto **52094210** pelo Estado do Ceará e pelo Estado de São Paulo. Para as exportações da indústria têxtil cearense, os principais destinos são **Portugal (92,6%)** e **Grécia (5,6%)**. Já, para o Estado de São Paulo, os principais destinos desta categoria de produto são a **Itália (51,2%)** e a **Espanha (34,3%)**. Sinalizando, assim, que os principais destinos das exportações dessa categoria de produto são totalmente diferentes para os dois Estados analisados, donde podemos concluir que os Estados do Ceará e São Paulo não estão competindo no destino das exportações dessa categoria de produtos, no ano de 2001 (ver TABELA 112).

TABELA 112

Comparação dos Destinos das Exportações do Principal Produto Exportado do Capítulo (52)
por Países da UNIÃO EUROPEIA – 2001

CEARÁ	US\$ FOB	(%)	SÃO PAULO	US\$ FOB	(%)
PORTUGAL	12.935.029	92,6	ITÁLIA	3.445.606	51,2
GRÉCIA	779.220	5,6	ESPAÑA	2.309.429	34,3
FRANÇA	172.400	1,2	PAÍSES BAIXOS (HOL.)	482.910	7,2
ITÁLIA	45.610	0,0031	FRANÇA	260.775	3,9
	41.757	0,0029	GRÉCIA	144.852	2,1
			ALEMANHA	33.803	0,0050
			FINLÂNDIA	33.447	0,0049
			DINAMARCA	19.347	0,003
			REINO UNIDO	3.153	0,0005
TOTAL	13.974.016	100,0	TOTAL	6.733.322	100,0

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

Em 2001, o país que mais absorveu as exportações cearenses da categoria de produto **52094210** foi a **Argentina**, com participação de 30,8% do total exportado dessa categoria de produtos pelo Estado. Com relação a exportação da mesma categoria de produto pelo Estado de São Paulo, o país que teve a maior participação no destino dessas exportações foi a **Colômbia**, participando com 43,3% do total exportado dessa categoria de produto pelo Estado. Vale salientar que as exportações paulistas para a Colômbia superou, em muito, as exportações conjuntas para o Mercosul e para a União Européia, sendo este o principal mercado, para as exportações dessa categoria de produto, pelo Estado de São Paulo.

Em 2002, ocorre um diferencial, pois, o principal destino das exportações cearenses dessa categoria de produto deixou de ser a Argentina, passando a ser a **Holanda**, tudo isso devido a crise que o primeiro país vem passando desde 2001, reduzindo, assim, suas importações. Já, com relação as exportações paulistas dessa categoria de produto, a **Colômbia** continua sendo o principal mercado absorvedor desses produtos (ver **TABELAS 113 e 114**).

TABELA 113

Comparação dos Destinos das Exportações do Principal Produto Exportado do Capítulo (52)
da Indústria Têxtil do Estado do CEARÁ por Região – 2002¹

MERCOSUL	US\$ FOB	ALADI ²	US\$ FOB	UNIÃO EUROPEIA	US\$ FOB
ARGENTINA	4.506.112	BOLÍVIA	4.286.202	PAISES BAIXOS (HOL.)	8.825.489
URUGUAI	627.425	PERU	4.286.202	PORTUGAL	2.108.238
PARAGUAI	470.115	COLOMBIA	3.637.752	FRANÇA	220.108
		VENEZUELA	3.076.328		
		CHILE	1.598.489		
		MÉXICO	706.662		
		EQUADOR	379.879		
TOTAL	5.603.652	TOTAL	16.222.599	TOTAL	11.153.835

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

¹Acumulado até setembro de 2002.

²Exclusive países do Mercosul.

TABELA 114

Comparação dos Destinos das Exportações do Principal Produto Exportado do Capítulo (52)
da Indústria Têxtil do Estado de SÃO PAULO por Região – 2002¹

MERCOSUL	US\$ FOB	ALADI ²	US\$ FOB	UNIÃO EUROPEIA	US\$ FOB
ARGENTINA	1.559.853	COLOMBIA	17.054.800	ITÁLIA	1.391.096
URUGUAI	1.100.078	CHILE	3.883.787	ESPANHA	1.368.742
PARAGUAI	563.585	VENEZUELA	3.402.917	PAISES BAIXOS (HOL.)	502.558
		MÉXICO	3.276.228	ALEMANHA	93.290
		PERU	1.203.465	FRANÇA	55.935
		BOLÍVIA	392.997	DINAMARCA	11.912
				PORTUGAL	3.247
TOTAL	3.223.516	TOTAL	29.213.694	TOTAL	3.426.780

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

¹Acumulado até setembro de 2002.

²Exclusive países do Mercosul

7. CONCLUSÃO

Analisando a indústria têxtil brasileira até o início dos anos 90, observamos que ela era considerada satisfatória, pois atendia a um mercado com baixo nível de exigência quanto aos padrões de qualidade e à diferenciação dos produtos, principalmente por causa do baixo poder aquisitivo da população e devido, também, a dificuldade de importar produtos de melhor qualidade em decorrência de políticas protecionistas. Mas, a indústria têxtil vinha passando por um intenso processo de transformação tecnológica em nível internacional. Tal transformação ocorreu tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

O processo de abertura comercial teve um impacto bastante intenso sobre a indústria nacional e em particular sobre a indústria têxtil. De forma negativa, o processo citado refletiu na redução do número de empresas e do número de postos de trabalho causando um custo social enorme dado que essa indústria era responsável por grande parte da força de trabalho na indústria de transformação do país. De forma positiva, o processo conduziu a busca intensa pela modernização dos equipamentos e adoção de estratégias de gestão e controle mais modernas, além da busca pela melhoria da qualidade dos produtos, devido à maior concorrência externa presente a partir de 1990, oferecendo-se, assim, produtos diferenciados e de melhor qualidade para uma população que estava acostumada a decidir o consumo tomando como atributo apenas o preço.

Uma das formas de aumentar a competitividade foi substituir trabalho por máquinas, pois se reduzia o custo total de produção e aumentava-se a produtividade do processo produtivo, via equipamentos mais modernos tecnologicamente. Os dados demonstraram que, apesar do baixo custo local da mão-de-obra, a indústria têxtil brasileira como um todo vem seguindo a tendência internacional, tornando-se uma indústria cada vez mais intensiva em capital.

Para concluirmos este trabalho, fizemos uma breve conclusão para cada segmento que compõe a indústria têxtil brasileira, além disso, fizemos uma conclusão do desempenho dos principais números da indústria têxtil nordestina e só depois concluímos acerca da

competitividade desta indústria via análise comparada dos indicadores de competitividade revelada.

O segmento de fiação vem passando por transformações em nível mundial, pois a produção passou a ser mais intensiva em capital. Apesar desse movimento de atualização tecnológica ainda se pode, em muitos países, verificar o movimento de deslocamento da produção e da capacidade instalada para o continente asiático, cuja produção a baixos custos, principalmente da mão-de-obra, se constituiu em ameaça aos produtores internacionais de fios e em particular aos produtores brasileiros, pois o custo com trabalho é um dos maiores na produção de fios dos países desenvolvidos.

Vimos que o Brasil se encontrava entre os 5 maiores produtores mundiais de fios, especialmente fios de algodão, em 1995, ou seja, o país estava bem colocado mundialmente.

A reestruturação do segmento de fiação, em curso no Brasil, foi incentivada pela abertura da economia, cujos efeitos mais perversos, dessa abertura, foram sentidos no ano de 1995, tendo sido suavizados, em 1996, pelas restrições comerciais impostas aos maiores exportadores de fios do mundo.

Os postos de trabalho nas fiações foram reduzidos. Assim, a produção se manteve estável, graças ao aumento da produtividade média que foi alcançado pelo maior uso de filatórios tecnologicamente avançados e pela renovação dos mesmos, que aumentava a capacidade de produção das fiações.

O volume das exportações de fios decresceu e ocorreu crescimento extraordinário do volume das importações de fios entre 1990 e 2000, revelando que a produção doméstica ainda era pouco competitiva mundialmente.

O saldo da balança comercial do segmento de fiação permaneceu positivo durante toda a década de noventa, mas declinante nos últimos anos. Isso é um indicativo de que o fio brasileiro tem perdido competitividade externa e que o fio importado é mais barato e de melhor qualidade, principalmente fios de algodão, artificiais e sintéticos. Podemos aqui constatar um

fator de relevância para a produção de fios no Brasil, pois o mesmo é competitivo na produção de fios de algodão, mas vem importando quantidades elevadas do mesmo, pois de exportador passou a ser grande importador de sua matéria-prima, perdendo, assim, competitividade para os países que possuem produção local de algodão.

Podemos destacar que a queda da rentabilidade associada à abertura da economia fez os empresários brasileiros adotar novas estratégias de competição, incluindo deslocamentos regionais (principalmente para a Região Nordeste, por causa do baixo custo da mão-de-obra local e devido aos incentivos fiscais) além da mudança do mix de produção, com ênfase nos produtos de maior valor agregado (produtos acabados) ou na produção de *commodities* em larga escala.

Em relação aos deslocamentos regionais, cabe destacar o incremento da participação da Região Nordeste na produção total de fios: onde contando com 15% das fiações instaladas, representou parcela de 30% da produção total de fios em 1995; em contraste, a Região Sudeste, com 72% do total das fiações nacionais, representou 47% da produção nacional de fios naquele ano. Com isso, a indústria têxtil nordestina, na produção de fios, se mostrou mais competitiva que a indústria têxtil da Região Sudeste, pois vem aumentando sua participação, desde o início da década, na produção nacional de fios, apesar de sofrer a maior queda no número de fiações comparando-se com as demais regiões do país, onde se constatou um expressivo aumento de sua produtividade frente às demais Regiões, revelando que a fiação da Região Nordeste superou o padrão tecnológico das demais regiões do país.

O segmento de fiação foi o mais afetado pelas mudanças de política econômica dos anos de 1990 no que tange à abertura comercial brasileira, de maneira positiva, pois através da queda de tarifas se tornou possível a aquisição de insumos mais baratos, fibras naturais, artificiais e sintéticas, além da aquisição de máquinas e equipamentos mais versáteis. De forma negativa, ocorreu a substituição de produtos não competitivos por similares importados, o que veio reduzir drasticamente o número de fábricas e de empregados nessa atividade em todo o Brasil, concentrando, assim, a produção deste segmento nas unidades mais fortes.

Os segmentos de tecelagem e de malharia no Brasil, a exemplo do que vem ocorrendo com toda a indústria têxtil, também vêm se reestruturando para enfrentar a concorrência dos produtos importados. Muitas pequenas e médias empresas ainda operam com máquinas muito antigas e defasadas tecnologicamente e sofrem os efeitos da competição causada pela abertura do mercado.

O número de empregados na tecelagem plana e na malharia se reduziu entre 1990 e 1997, contudo, o volume da produção física, em ambos os segmentos, permaneceu relativamente estável no período, demonstrando, assim, o aumento da produtividade destes segmentos, via melhoria da capacidade produtiva, através de equipamentos mais novos e mais atualizados tecnologicamente.

A partir de 1995, o Brasil passou a apresentar déficit comercial nos segmentos de tecelagem plana e malhas, devido ao grande aumento das importações, ocasionado em parte pelo aumento do poder aquisitivo da população pós-Plano Real e pela forte competitividade dos tecidos de origem asiática que são bem mais baratos que os nacionais. Os produtos mais importados foram os tecidos de filamentos artificiais e sintéticos, vindo, em segundo lugar, os tecidos de algodão (devido à crise interna de matéria-prima) e em terceiro lugar as malhas, todos decrescentes em 1996 dado políticas adotadas com este fim. A partir da introdução de cotas aos maiores exportadores de tecidos sintéticos (China, Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Panamá), esse déficit decresceu substancialmente em 1997, a adoção das cotas de importação aqueceu a produção têxtil nacional, que pôde novamente ter uma fatia do mercado nacional cativa das suas produções. Contudo, as importações de equipamentos se reduziram pós-1995, revelando que o empresariado nacional não aproveitou este momento para se modernizar ainda mais.

O valor importado de tecidos de malhas superou o valor importado de tecidos de algodão, em 1997, diferindo do que vinha ocorrendo até então, revelando o incremento significativo de consumo doméstico do tecido de malha.

A indústria da Região Nordeste também sentiu os principais efeitos da abertura comercial brasileira, em particular a indústria têxtil nordestina. Podemos então ressaltar os

principais reflexos do movimento de reestruturação produtiva, pós-abertura comercial, sobre a indústria têxtil da região:

A produção da indústria têxtil nordestina aumentou sua participação relativa na produção da indústria têxtil nacional entre 1990 e 1997. A produtividade da indústria têxtil nordestina, também, cresceu entre 1990 e 1997 passando a possuir o maior índice com relação às demais regiões do País.

O número de empresas têxteis na Região Nordeste caiu entre 1990 e 1996 superando a queda nacional e da Região Sudeste, continuando a ser a 3ª região no número de empresas. O Estado do Ceará permaneceu no 1º lugar do ranking, mostrando que esse Estado ganhou participação relativa apesar da queda sofrida no número de empresas têxteis entre os dois anos, mostrando que a indústria têxtil se encontrava bem consolidada no Estado do Ceará.

O número de empregados na indústria têxtil nordestina teve uma queda, inferior à observada nas regiões Sul e Sudeste, e também inferior a média nacional, evidenciando que essa queda foi causada, em parte, pela redução no número de empresas têxteis e pela maior modernização ocorrida na indústria têxtil nordestina desde o início da década, pois a mesma já ocupava a 3ª posição em número de empregados na indústria têxtil nacional em 1990, mantendo esta posição em 1996. Vale salientar que em 1990, o número de empregados na indústria têxtil nordestina já era muito pequeno em comparação às demais regiões do país, revelando que a indústria têxtil da Região Nordeste já vinha se reestruturando desde o início da década, fazendo maior uso de tecnologias que poupam trabalho.

Do total dos recursos liberados pelo FINOR para a Região Nordeste, entre 1970 e 1995, 16,68% foram alocados na indústria têxtil, sendo que a maior parcela foi destinada ao segmento de fiação e tecelagem, demonstrando a importância que foi dada a este segmento da indústria têxtil na Região Nordeste, fato este que se refletiu no grau de competitividade destes segmentos na Região. O Estado do Ceará foi o que mais absorveu os recursos liberados pelo FINOR, relativamente aos Estados da Região Nordeste, para aquele período, o que revela a conduta empresarial como fonte do desenvolvimento deste setor no Estado.

A partir desta parte da conclusão, vale salientar que quando tratarmos do comércio exterior da indústria têxtil estamos nos referindo ao comércio exterior dos quatro capítulos NCM conjuntamente, ou seja, (52) algodão, (54) filamentos sintéticos ou artificiais, (55) fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas e (60) tecidos de malha e não da indústria têxtil como um todo, pois selecionamos estes capítulos como enfoque de nossa análise.

Então, podemos destacar os principais resultados do comércio exterior da indústria têxtil, como reflexo do processo de abertura comercial brasileira.

As exportações brasileiras de têxteis caíram entre 1990 e 2001, revelando a forte dependência da indústria têxtil nacional de políticas comerciais para aumentar as exportações a partir de 1999, que permaneceram abaixo do início da década, demonstrando que, com relação aos maiores exportadores mundiais de produtos têxteis, o Brasil ainda é pouco competitivo. O desempenho das importações brasileiras de produtos têxteis mostrou uma tendência muito diferente das exportações, pois as importações cresceram extraordinariamente, entre os dois anos. Com isso, o saldo da balança comercial da indústria têxtil brasileira foi positivo entre 1990 e 1994, passando a ser negativo desde então até o ano de 2001.

Tal comportamento da indústria têxtil nacional no comércio exterior demonstrou que essa indústria é altamente dependente a fatores conjunturais e a fatores externos. Ademais, essa indústria tem-se mostrado pouco competitiva em vista do ocorrido após 1994 com a estabilidade econômica, onde se observou um salto expressivo das importações de produtos têxteis, pois os produtos importados além de serem de melhor qualidade, também possuíam preços mais atrativos que os nacionais.

Com relação à indústria têxtil nordestina, tanto às exportações quanto às importações de produtos têxteis cresceram no período 1990/2001, sendo que, o segundo, cresceu extraordinariamente. Isso mostra, mais uma vez, que a abertura comercial teve um impacto muito maior sobre as importações. O saldo comercial da indústria têxtil nordestina se manteve positivo em todo o período observado, mas com uma tendência oscilante de queda, até o ano de 1999, devido à elevada taxa de crescimento das importações no período ser maior

do que a taxa de crescimento das exportações. Já a partir de 2000, o saldo comercial positivo da indústria têxtil nordestina voltou a crescer até o ano de 2001.

Tanto as exportações quanto as importações da indústria têxtil cearense cresceram entre os dois anos analisados, sendo que as importações tiveram uma tendência de crescimento nesses doze anos muito superior ao crescimento das exportações. Com relação ao saldo comercial da indústria têxtil cearense, este veio se mantendo positivo durante todo o período em análise.

Para finalizar, destacaremos os principais resultados dos indicadores de competitividade revelada da indústria têxtil brasileira, nordestina e cearense no comércio exterior.

A competitividade da indústria têxtil nordestina quando comparada com a indústria têxtil brasileira, medida pelo valor da PSBC pode ser explicada, em parte, pelo elevado grau de importância das exportações da indústria têxtil cearense quando comparadas às importações da mesma indústria.

A participação das exportações da indústria têxtil nordestina na pauta de exportação da Região é superior quando comparada com o mesmo indicador para o Brasil devido ao elevado grau de importância que tem as exportações têxteis do Estado do Ceará. As exportações da indústria têxtil cearense obtiveram um desempenho extraordinário. Esse desempenho mostra que a mesma tem contribuído mais para as exportações da indústria têxtil brasileira que a indústria têxtil nordestina, demonstrando que o melhor desempenho da indústria têxtil nordestina, quando comparado ao do Brasil, é devido ao crescimento da participação da indústria têxtil do Estado do Ceará.

Para a indústria têxtil nordestina com relação à indústria têxtil brasileira, o Coeficiente de Especialização Relativa é positivo e crescente com oscilações no período observado. Demonstrando, assim, que as exportações da indústria têxtil nordestina são mais importantes para as exportações da Região relativamente às exportações da indústria têxtil brasileira para as exportações nacionais. Isso vem a sinalizar que a indústria têxtil nordestina é mais

competitiva do que a indústria têxtil brasileira devido à maior especialização relativa dessa Região nas exportações de produtos têxteis, principalmente as do Estado do Ceará.

A Taxa de Cobertura das Importações da indústria têxtil nordestina com relação à indústria têxtil do Brasil foi positiva em todo o período analisado, evidenciando que as exportações da indústria têxtil nordestina têm uma maior dimensão, quando comparadas às importações da mesma indústria, do que o mesmo indicador para o Brasil, mostrando que a indústria têxtil nordestina possui uma vantagem comparativa com relação à indústria têxtil brasileira, principalmente por causa da cobertura das importações têxteis pelo Estado do Ceará.

Somente o segmento de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)**, contribuiu positivamente para o saldo da balança comercial têxtil brasileira entre os anos de 1990 e 2000, mostrando assim uma vantagem comparativa, pois contribuiu acima do esperado teoricamente para o SBC da indústria têxtil brasileira. Já, os segmentos de **fição e tecelagem a partir de filamentos sintéticos ou artificiais (54)**, **fição e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55)** e **tecidos de malha (60)** revelaram uma desvantagem comparativa no ano 2000.

Somente os segmentos de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** e **fição e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55)** continuaram contribuindo positivamente ao SBC têxtil nordestina em 2000, apresentando, assim, uma vantagem comparativa na Região. Vale ressaltar que somente o primeiro ganhou participação relativa no intervalo 1990/2000.

Somente os segmentos de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** e **fição e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55)** continuaram contribuindo positivamente ao SBC da indústria têxtil cearense. Contudo, o primeiro teve um crescimento extraordinário na participação positiva no saldo da balança comercial dessa indústria entre os dois anos, mostrando o forte desempenho deste Estado na produção e exportação desse segmento.

Os segmentos que contribuíram para a redução das exportações têxteis brasileiras foram **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** e **fiação e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55)**. Enquanto, os segmentos de **fiação e tecelagem a partir de filamentos sintéticos ou artificiais (54)** e **tecidos de malha (60)** contribuíram positivamente para as exportações dessa indústria entre os dois anos.

Vale salientar o expressivo crescimento das exportações de **tecidos de malha (60)**. O segmento de **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** continuou com a maior participação relativa nas exportações da indústria têxtil brasileira dentre os segmentos têxteis analisados, apesar de sua perda de participação relativa entre os dois anos.

As exportações da indústria têxtil nordestina cresceram entre os anos de 1990 e 2001, sinalizando que a Região obteve ganho de participação relativa entre os dois anos, pois o valor total das exportações brasileiras dos mesmos segmentos sofreu uma redução nesse período. O único segmento que sofreu queda nas exportações foi **fiação e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55)**. Os segmentos de **fiação e tecelagem a partir de algodão (52)**, **fiação e tecelagem a partir de filamentos sintéticos ou artificiais (54)** e **tecidos de malha (60)** aumentaram suas exportações entre os dois anos. Vale salientar o expressivo crescimento das exportações do segundo entre 1990 e 2001. O segmento de **fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** ganhou participação relativa nas exportações totais dos segmentos têxteis nordestinos em análise, diferente do que ocorreu com o mesmo segmento em nível nacional, mantendo a maior participação relativa do grupo.

Observando-se os dois principais Estados na produção e exportação da indústria têxtil nacional, constata-se que, no Estado do Ceará, as exportações da indústria têxtil cresceram entre os dois anos analisados, superando o desempenho das exportações da indústria têxtil da Região Nordeste, demonstrando que o Estado aumentou sua participação relativa nas exportações totais nordestinas dos segmentos em análise, revelando o extraordinário desempenho da indústria têxtil no Estado que passou a ocupar o 1º lugar no ranking no total das exportações têxteis nordestinas dos segmentos em análise. Todos os segmentos contribuíram positivamente para este resultado à exceção do segmento de fiação e tecelagem a partir de fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas (55) cujas exportações decresceram entre os dois anos. Os segmentos de fiação e tecelagem a partir de fibras de algodão (52) e fiação e

tecelagem a partir de filamentos sintéticos ou artificiais (54) aumentaram suas exportações entre os dois anos, superando a média nordestina. O primeiro continuou com a maior participação relativa nas exportações têxteis cearenses dentre os segmentos analisados no ano de 2001, ganhando participação relativa entre os dois anos. Vale salientar o expressivo aumento da participação das exportações de tecidos de malha (60), pois no ano de 1990 o Estado do Ceará não exportava este tipo de produto, passando a exportar mais de US\$ 2,8 milhões em 2001, um salto extraordinário das exportações cearenses nesta categoria de produto, pois as exportações cearenses passaram a representar 90,6% das exportações nordestinas deste segmento.

No Estado de São Paulo, as exportações totais têxteis caíram entre 1990 e 2001, superando a queda verificada em nível nacional. As exportações de todos os segmentos caíram entre os dois anos, à exceção de **tecidos de malha (60)**, que obteve um extraordinário crescimento, ainda inferior ao verificado para o Brasil, Região Nordeste e Estado do Ceará.

O total exportado pelo Estado de São Paulo ainda superava o total exportado pela Região Nordeste no ano de 2001. Contudo, o Estado vem perdendo participação relativa para as exportações nordestinas e principalmente para as exportações cearenses deste grupo de produtos, pois o Estado do Ceará obteve o maior ganho de participação relativa, superando a Região Nordeste.

O segmento de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** é o mais representativo nas exportações dentre todos os segmentos analisados tanto para o Estado do Ceará como para o Estado de São Paulo, perdendo participação neste último.

Os cinco principais produtos exportados do segmento de **fição e tecelagem a partir de fibras de algodão (52)** são os mesmos para ambos os Estados do Ceará e São Paulo no ano de 2001, mostrando, a priori, que esses Estados competem entre si nas exportações deste importante grupo de produtos, ou seja, as categorias de produtos NCM: **52094210**, **52094290**, **52051310**, **52052310** e **52052200**. Vale salientar que o valor exportado dos cinco principais produtos têxteis pelo Estado do Ceará superou o valor exportado pelo Estado de São Paulo dos mesmos produtos, evidenciando, assim, que a Região Nordeste, graças ao Estado do Ceará,

vem se consolidando nas exportações do citado segmento. Ao analisarmos os principais destinos das exportações deste grupo de produtos selecionados do capítulo (52) podemos constatar que são os mesmos para ambos os Estados, ou seja, a Associação Latino-Americana de Integração (Exclusive Mercosul), A União Européia e o Mercosul. O Estado de São Paulo exporta mais para a primeira Região e o Estado do Ceará exporta mais que o dobro do Estado de São Paulo para as outras duas Regiões.

Com base nessa informação, analisamos o principal produto de exportação para ambos os Estados, do segmento de **fição e tecelagem a partir de fibras naturais (52)**, ou seja, a categoria de produto NCM **52094210**, e chegamos a conclusão de que as exportações dessa categoria de produto pela indústria têxtil cearenses superam as exportações da indústria têxtil paulistas, revelando mais uma vez a consolidação dessa indústria no Estado do Ceará e que a ALADI é o principal destino das exportações dessa categoria de produto para ambos os Estados. A priori, poderíamos ter a ideia de que ambos os Estados estavam competindo entre si no destino de suas exportações, mas, uma análise mais apurada por regiões e por países chegamos a conclusão que os principais destinos das exportações da categoria de produto **52094210** são bem diferentes para ambos os Estados. Para a indústria têxtil cearense o principal destino em 2001 era a Argentina passando para a Holanda em 2002. Já, para a indústria têxtil paulista o principal destino é a Colômbia desde 2001. Dado o superior desempenho do Estado do Ceará nas exportações dessa categoria de produtos, podemos concluir que o mesmo tem se revelado mais competitivo que o Estado de São Paulo, dado que o primeiro tem maior participação em mercados têxteis mais competitivos, como é o caso do mercado Europeu.

Conclui-se que a Região Nordeste se revelou mais competitiva, do que o Brasil como um todo neste segmento, e em toda a indústria têxtil, de acordo com os resultados obtidos dos indicadores de competitividade revelada no comércio exterior.

O desempenho da indústria têxtil nordestina com relação à indústria têxtil nacional no período de 1990 a 2001, pode ser explicado basicamente pelo superior desempenho da indústria têxtil cearense que investiu maciçamente em tecnologia, principalmente os novos equipamentos de origem Alemã, Italiana e Japonesa (filatórios open-end especialmente para a produção de

Jeans e filatórios jet-spiner, além de teares a jato de ar e água), sendo este um dos fatores explicativos da maior produtividade, logo da maior competitividade da indústria têxtil no Estado comparativamente à Região Nordeste e ao País como um todo.

Assim, confirmamos a hipótese de que a abertura comercial teve um grande impacto sobre a competitividade da indústria têxtil nordestina, dado o movimento de reestruturação produtiva que se verificou nos anos 90.

Podemos, então, concluir, de acordo com o conceito de competitividade elaborado neste trabalho, que a indústria têxtil nordestina, pela ótica do desempenho estava mais competitiva do que a indústria têxtil nacional como um todo, graças ao extraordinário desempenho do Estado do Ceará no Comércio Exterior. Contudo, pela ótica da eficiência, ainda há muito o que fazer para a indústria têxtil nordestina ser competitiva a nível internacional, para aumentar, assim, a sua participação no comércio global.

Carta de Brasília

Os dirigentes do setor têxtil, através da "Carta de Brasília", de 09/08/95, com o endosso de um número significativo de parlamentares, apresentam a reação das indústrias nacionais diante da agressiva competição externa, que está resumida a seguir:

No documento, os industriais têxteis se comprometem a investir US\$ 15 bilhões até o ano 2000 em máquinas e equipamentos, reduzindo a idade média para 6 anos e gerando 1,4 milhão de empregos na indústria têxtil e na agricultura. Além disso, se responsabilizam a aumentar as exportações para US\$ 3 bilhões até o ano 2000.

As principais providências governamentais consideradas emergenciais, são:

- Elevação das tarifas de importação de tecidos e de confecções;
- Eliminação do prazo permitido para o financiamento das importações de manufaturados têxteis e de confecções, para que as condições de pagamentos sejam somente à vista;
- Modificação do sistema de tributação das importações, passando-se do sistema *ad valorem*, ora vigente, para tarifas específicas. Este sistema, ao taxar as importações com base no seu peso, neutraliza as manobras frequentes de subfaturamento para a sonegação do imposto de importação;
- Imposição de quotas por um prazo de até 10 anos;
- Redução do "Custo Brasil";

Além destas, existem outras medidas pleiteadas, ditas de curto e médio prazos, como:

- Instituição de linha de crédito para capital de giro e financiamento com prazos de carência necessários e juros de mercado internacional;
- Isenção dos impostos incidentes na aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e importados;
- Isenção do adicional ao frete para renovação da marinha mercante dos bens importados;
- Depreciação acelerada opcional das máquinas e equipamentos; etc.

- Isenção do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos mobiliários, nas operações de financiamentos às empresas da cadeia têxtil.

Medidas Governamentais

- Em julho/95, foi estabelecido que as importações de alguns produtos manufaturados têxteis, principalmente tecidos artificiais e sintéticos, e confecções, somente poderão ser feitas mediante pagamento à vista, eliminando, assim, os prazos de financiamento que vinham sendo praticados;
- Em 10/8/95, foram elevadas as alíquotas de importação de 20% para 70% de camisas e de 18% para 70% sobre tecidos artificiais e sintéticos, até 28/4/96, abrangendo os 13 itens que tiveram maiores volumes de importação ultimamente;
- Em outubro/95, foi adotado o sistema de valoração aduaneira para tecidos e confecções, com o objetivo de combater o subfaturamento nas importações e evasão fiscal, além de combater a concorrência desleal dos importados. Isso significa que a base de cálculo do imposto será o valor de referência e não mais o preço constante na guia de importação. Tal medida já vem apresentando resultados, pois, "esse é o caso de guias de importação de camisas coreanas e chinesas, que estão sendo retidas pelo governo porque o preço declarado pelo importador tem sido da ordem de US\$ 0,04 por unidade. Isso mesmo: quatro centavos de dólar".

TABELA 88
Balança Comercial Brasileira (US\$ FOB)

ANO	EXP. BRASIL	IMP. BRASIL	SALDO COM. BR.
1989	34.382.619.710	18.263.432.738	16.119.186.972
1990	31.413.756.040	20.661.362.039	10.752.394.001
1991	31.620.439.443	21.040.470.792	10.579.968.651
1992	35.792.985.844	20.554.091.051	15.238.894.793
1993	38.554.769.047	25.256.000.927	13.298.768.120
1994	43.545.148.862	33.078.690.132	10.466.458.730
1995	46.506.282.414	49.971.896.207	(3.465.613.793)
1996	47.746.728.158	53.345.767.156	(5.599.038.998)
1997	52.994.340.527	59.747.227.088	(6.752.886.561)
1998	51.139.861.545	57.714.365.169	(6.574.503.624)
1999	48.011.444.034	49.210.313.539	(1.198.869.505)
2000	55.085.595.326	55.783.343.035	(697.747.709)
2001	58.222.641.895	55.573.915.553	2.648.726.342
Jan-jun/2002	25.051.929.147	22.446.116.433	2.605.812.714

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

TABELA 89
Balança Comercial Nordestina (US\$ FOB)

ANO	EXP. NORDESTE	IMP. NORDESTE	SALDO COM. NE.
1989	2.879.062.660	1.144.173.533	1.734.889.127
1990	3.030.397.000	1.491.909.758	1.538.487.242
1991	2.859.771.218	1.577.900.711	1.281.870.507
1992	2.935.045.489	1.369.829.998	1.565.215.491
1993	3.012.646.878	1.965.218.896	1.047.427.982
1994	3.502.854.081	2.455.464.628	1.047.389.453
1995	4.239.999.326	3.603.783.197	636.216.129
1996	3.854.865.040	4.170.284.682	(315.419.642)
1997	3.960.637.123	4.228.876.602	(268.239.479)
1998	3.720.485.312	3.792.485.072	(71.999.760)
1999	3.355.393.915	3.524.049.571	(168.655.656)
2000	4.024.693.756	4.794.308.128	(769.614.372)
2001	4.184.171.165	5.125.191.445	(941.020.280)
Jan-jun/2002	1.930.427.807	2.221.018.199	(290.590.392)

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002)

TABELA 90
Balança Comercial Cearense (US\$ FOB)

ANO	EXP. CEARENSE	IMP. CEARENSE	SALDO COM. CE.
1989	219.595.370	114.378.716	105.216.654
1990	230.568.501	113.704.926	116.863.575
1991	270.418.734	164.618.357	105.800.377
1992	303.589.540	238.614.722	64.974.818
1993	274.824.678	387.957.220	(113.132.542)

1994	334.860.983	522.728.053	(187.867.070)
1995	352.131.235	646.953.862	(294.822.627)
1996	380.433.715	813.469.490	(433.035.775)
1997	353.077.343	681.903.802	(328.826.459)
1998	355.246.242	605.950.575	(250.704.333)
1999	371.205.729	573.467.708	(202.261.979)
2000	495.097.834	717.717.829	(222.619.995)
2001	527.051.145	623.491.592	(96.440.447)
Jan-jun/2002	249.256.889	314.689.208	(65.432.319)

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

TABELA 91
Balança Comercial Brasileira de Têxteis (US\$ FOB)

ANO	EXP. TEXT. TOTAL BR.	IMP. TEXT. TOTAL BR.	SALDO TEXT. BR.
1989	410.927.195	88.247.219	322.679.976
1990	387.038.951	126.510.750	260.528.201
1991	413.421.958	151.235.479	262.186.479
1992	512.585.288	118.019.758	394.565.530
1993	394.034.040	237.772.002	156.262.038
1994	406.268.479	386.008.111	20.260.368
1995	410.923.312	942.689.384	(531.766.072)
1996	416.933.089	667.070.447	(250.137.358)
1997	379.096.852	695.456.155	(316.359.303)
1998	336.614.254	602.995.074	(266.380.820)
1999	299.306.947	542.799.858	(243.492.911)
2000	352.896.694	729.988.625	(377.091.931)
2001	357.992.782	631.770.669	(273.777.887)

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

TABELA 92
Balança Comercial Nordestina de Têxteis (US\$ FOB)

ANO	EXP. TEXT. TOTAL NE	IMP. TEXT. TOTAL NE	SALDO TEXT. NE
1989	58.886.368	635.176	58.251.192
1990	80.830.313	3.692.530	77.137.783
1991	88.183.912	7.246.750	80.937.162
1992	96.696.839	3.220.810	93.476.029
1993	74.426.746	8.269.320	66.157.426
1994	87.887.658	16.007.988	71.879.670
1995	100.118.428	55.564.636	44.553.792
1996	106.450.138	36.899.927	69.550.211
1997	83.140.216	47.330.973	35.809.243
1998	82.883.152	44.253.186	38.629.966
1999	78.014.284	43.575.037	34.439.247
2000	107.231.127	67.047.862	40.183.265
2001	112.964.782	59.178.905	53.785.877

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

TABELA 93
Balança Comercial Cearense de Têxteis (US\$ FOB)

ANO	EXP.TEXT. TOTAL CE	IMP.TEXT. TOTAL CE	SALDO TEXT. CE
1989	31.251.859	2.868	31.248.991
1990	40.236.365	1.778.366	38.457.999
1991	55.159.005	5.586.037	49.572.968
1992	64.354.132	2.051.612	62.302.520
1993	47.789.957	4.863.344	42.926.613
1994	59.414.526	8.924.564	50.489.962
1995	69.913.081	32.584.840	37.328.241
1996	68.422.084	18.211.806	50.210.278
1997	52.343.263	20.176.038	32.167.225
1998	60.658.030	21.730.510	38.927.520
1999	58.275.123	24.446.382	33.828.741
2000	85.525.924	40.492.861	45.033.063
2001	94.274.121	29.788.878	64.485.243

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002).

TABELA 115
CAPÍTULO (52) ALGODÃO

Código NCM (Posição)	Descrição
5205	FIOS DE ALGODÃO (EXCETO LINHAS PARA COSTURAR) CONTENDO PELO MENOS 85%, EM PESO, DE ALGODÃO, NÃO ACONDICIONADOS PARA VENDA A RETALHO
5206	FIOS DE ALGODÃO (EXCETO LINHAS PARA COSTURAR) CONTENDO MENOS DE 85%, EM PESO, DE ALGODÃO, NÃO ACONDICIONADOS PARA VENDA A RETALHO
5207	FIOS DE ALGODÃO (EXCETO LINHAS PARA COSTURAR) ACONDICIONADOS PARA VENDA A RETALHO
5208	TECIDOS DE ALGODÃO CONTENDO PELO MENOS 85%, EM PESO, DE ALGODÃO, COM PESO NÃO SUPERIOR A 200g/m ²
5209	TECIDOS DE ALGODÃO CONTENDO PELO MENOS 85%, EM PESO, DE ALGODÃO, COM PESO SUPERIOR A 200g/m ²
5210	TECIDOS DE ALGODÃO CONTENDO MENOS DE 85%, EM PESO, DE ALGODÃO, COMBINADOS, PRINCIPAL OU UNICAMENTE, COM FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS, COM PESO NÃO SUPERIOR A 200g/m ²
5211	TECIDOS DE ALGODÃO CONTENDO MENOS DE 85%, EM PESO, DE ALGODÃO, COMBINADOS, PRINCIPAL OU UNICAMENTE, COM FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS, COM PESO SUPERIOR A 200g/m ²
5212	OUTROS TECIDOS DE ALGODÃO

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002)

TABELA 116
CAPÍTULO (54) FILAMENTOS SINTÉTICOS OU ARTIFICIAIS

Código NCM (Posição)	Descrição
5402	FIOS DE FILAMENTOS SINTÉTICOS (EXCETO LINHAS PARA COSTURAR), NÃO ACONDICIONADOS PARA VENDA A RETALHO, INCLUÍDOS OS MONOFILAMENTOS SINTÉTICOS COM MENOS DE 67 DECITEX
5403	FIOS DE FILAMENTOS ARTIFICIAIS (EXCETO LINHAS PARA COSTURAR), NÃO ACONDICIONADOS PARA VENDA A RETALHO, INCLUÍDOS OS MONOFILAMENTOS ARTIFICIAIS DE TÍTULOS INFERIOR A 67 DECITEX
5404	MONOFILAMENTOS SINTÉTICOS, COM PELO MENOS 67 DECITEX E CUJA MAIOR DIMENSÃO DA SEÇÃO TRANSVERSAL NÃO SEJA SUPERIOR A 1mm; LÂMINAS E FORMAS SEMELHANTES (POR EXEMPLO: PALHA ARTIFICIAL) DE MATÉRIAS TÊXTEIS SINTÉTICAS, CUJA LARGURA APARENTE NÃO SEJA SUPERIOR A 5mm
5405	MONOFILAMENTOS ARTIFICIAIS, COM PELO MENOS 67 DECITEX E CUJA MAIOR DIMENSÃO DA SEÇÃO TRANSVERSAL NÃO SEJA SUPERIOR A 1mm; LÂMINAS E FORMAS SEMELHANTES (POR EXEMPLO: PALHA ARTIFICIAL) DE MATÉRIAS TÊXTEIS ARTIFICIAIS, CUJA LARGURA APARENTE NÃO SEJA SUPERIOR A 5mm
5406	FIOS DE FILAMENTOS SINTÉTICOS OU ARTIFICIAIS (EXCETO LINHAS PARA COSTURAR), ACONDICIONADOS PARA VENDA A RETALHO
5407	TECIDOS DE FIOS DE FILAMENTOS SINTÉTICOS, INCLUÍDOS OS TECIDOS OBTIDOS A PARTIR DOS PRODUTOS DA POSIÇÃO 5404
5408	TECIDOS DE FIOS DE FILAMENTOS ARTIFICIAIS, INCLUÍDOS OS TECIDOS OBTIDOS A PARTIR DOS PRODUTOS DA POSIÇÃO 5405

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002)

TABELA 117
CAPÍTULO (55) FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS, DESCONTÍNUAS

Código NCM (Posição)	Descrição
5509	FIOS DE FIBRAS SINTÉTICAS DESCONTÍNUAS (EXCETO LINHAS PARA COSTURAR), NÃO ACONDICIONADOS PARA VENDA A RETALHO
5510	FIOS DE FIBRAS ARTIFICIAIS DESCONTÍNUAS (EXCETO LINHAS PARA COSTURAR), NÃO ACONDICIONADOS PARA VENDA A RETALHO
5511	FIOS DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS, DESCONTÍNUAS (EXCETO LINHAS PARA COSTURAR), ACONDICIONADOS PARA VENDA A RETALHO
5512	TECIDOS DE FIBRAS SINTÉTICAS DESCONTÍNUAS, CONTENDO PELOS MENOS 85%, EM PESO, DESTAS FIBRAS
5513	TECIDOS DE FIBRAS SINTÉTICAS DESCONTÍNUAS, CONTENDO MENOS DE 85%, EM PESO, DESTAS FIBRAS, COMBINADOS, PRINCIPAL OU UNICAMENTE, COM ALGODÃO, DE PESO NÃO SUPERIOR A 170g/m ²
5514	TECIDOS DE FIBRAS SINTÉTICAS DESCONTÍNUAS, CONTENDO MENOS DE 85%, EM PESO, DESTAS FIBRAS, COMBINADOS, PRINCIPAL OU UNICAMENTE, COM ALGODÃO, DE PESO SUPERIOR A 170g/m ²
5515	OUTROS TECIDOS DE FIBRAS SINTÉTICAS DESCONTÍNUAS
5516	TECIDOS DE FIBRAS ARTIFICIAIS DESCONTÍNUAS

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002)

TABELA 118
CAPÍTULO (60) TECIDOS DE MALHA

Código NCM (Posição/Categoria)	Descrição
6001	VELUDOS E PELÚCIAS (INCLUÍDOS OS TECIDOS DENOMINADOS DE “FELPA LONGA” OU “PÊLO COMPRIMIDO”) E TECIDOS ATOALHADOS (TECIDOS DE ANÉIS*), DE MALHA
6001.10	- Tecidos denominados de “felpa longa” ou “pêlo comprimido”
6001.10.10	-- De algodão
6001.10.20	-- De fibras sintéticas ou artificiais
6001.10.90	-- De outras matérias têxteis
6001.2	- Tecidos atoalhados (tecidos de anéis*)
6001.21.00	-- De algodão
6001.22.00	-- De fibras sintéticas ou artificiais
6001.29.00	-- De outras matérias têxteis
6001.9	- Outros
6001.91.00	-- De algodão
6001.92.00	-- De fibras sintéticas ou artificiais
6001.99.00	-- De outras matérias têxteis
6002	OUTROS TECIDOS DE MALHA
6002.10	- De largura não superior a 30cm, contendo, em peso, 5% ou mais de fios de elastômeros ou de fios borracha
6002.10.10	-- De algodão
6002.10.20	-- De fibras sintéticas ou artificiais
6002.10.90	-- De outras matérias têxteis
6002.20	- Outros, de largura não superior a 30cm
6002.20.10	-- De algodão
6002.20.20	-- De fibras sintéticas ou artificiais
6002.20.90	-- De outras matérias têxteis
6002.30	- De largura superior a 30cm, contendo, em peso, 5% ou mais de fios de elastômeros ou de fios de borracha
6002.30.10	-- De algodão
6002.30.20	-- De fibras sintéticas ou artificiais
6002.30.90	-- De outras matérias têxteis
6002.4	- Outros, de malha-urdidura, incluídos os fabricados em teares para galões
6002.41.00	-- De lã ou de pêlos finos
6002.42.00	-- De algodão
6002.43.00	-- De fibras sintéticas ou artificiais
6002.49.00	-- Outros
6002.9	- Outros
6002.91.00	-- De lã ou de pêlos finos
6002.92.00	-- De algodão
6002.93.00	-- De fibras sintéticas ou artificiais
6002.99.00	-- Outros

Fonte: MDIC/SECEX – Elaboração própria (2002)

TABELA 119
HISTÓRICO DAS TAXAS DE JUROS FIXADAS PELO COPOM
E EVOLUÇÃO DA TAXA SELIC

REUNIÃO		PERÍODO DE VIGÊNCIA			TBC/ META DA TAXA SELIC	TBAN	TAXA SELIC	
Nº	DATA	DE		A	% a.m. (1)	(2) % a.m.	(3) %	(4) % a.a.
1ª	26.06.1996	01.07.1996	A	31.07.1996	1,90		1,93	23,28
2ª	30.07.1996	01.08.1996	A	31.08.1996	1,90		1,97	25,01
3ª	21.08.1996	01.09.1996	A	30.09.1996	1,88		1,90	25,40
4ª	23.09.1996	01.10.1996	A	31.10.1996	1,82	1,93	1,86	23,48
5ª	23.10.1996	01.11.1996	A	30.11.1996	1,78	1,90	1,80	25,27
6ª	27.11.1996	01.12.1996	A	31.12.1996	1,74	1,90	1,80	23,94
7ª	18.12.1996	01.01.1997	A	31.01.1997	1,70	1,88	1,73	21,73
8ª	22.01.1997	01.02.1997	A	28.02.1997	1,66	1,84	1,67	26,14
9ª	19.02.1997	01.03.1997	A	31.03.1997	1,62	1,80	1,64	24,11
10ª	19.03.1997	01.04.1997	A	30.04.1997	1,58	1,78	1,66	21,84
11ª	16.04.1997	01.05.1997	A	31.05.1997	1,58	1,78	1,58	21,91
12ª	21.05.1997	01.06.1997	A	30.06.1997	1,58	1,78	1,61	21,08
13ª	18.06.1997	01.07.1997	a	31.07.1997	1,58	1,78	1,60	19,04
14ª	23.07.1997	01.08.1997	a	31.08.1997	1,58	1,78	1,59	20,78
15ª	20.08.1997	01.09.1997	a	30.09.1997	1,58	1,78	1,59	19,81
16ª	17.09.1997	01.10.1997	a	30.10.1997	1,58	1,78	1,53	19,05
17ª	22.10.1997	01.11.1997	a	30.11.1997	1,58	1,78	(5)	(5)
18ª	ex. 30.10.1997	31.10.1997	a	30.11.1997	3,05	3,23	3,18	45,67
19ª	19.11.1997	01.12.1997	a	31.12.1997	2,90	3,15	2,97	39,87
					% a.a. (6)	% a.a. (6)		
20ª	17.12.1997	02.01.1998	a	28.01.1998	38,00	43,00	2,43	37,47
21ª	28.01.1998	29.01.1998	a	04.03.1998	34,50	42,00	2,72	34,20
22ª	04.03.1998	05.03.1998	a	15.04.1998	28,00	38,00	2,74	27,51
23ª	15.04.1998	16.04.1998	a	20.05.1998	23,25	35,25	1,92	23,16
24ª	20.05.1998	21.05.1998	a	24.06.1998	21,75	29,75	1,85	21,23
25ª	24.06.1998	25.06.1998	a	29.07.1998	21,00	28,00	1,86	20,45
26ª	29.07.1998	30.07.1998	a	02.09.1998	19,75	25,75	1,76	19,25
27ª	02.09.1998	03.09.1998	a	10.09.1998	19,00	29,75	0,45	25,49
28ª	ex. 10.09.1998	11.09.1998	a	07.10.1998	19,00	49,75	2,58	40,18
29ª	07.10.1998	08.10.1998	a	11.11.1998	19,00	49,75	3,26	42,12
30ª	11.11.1998	12.11.1998	a	16.12.1998	19,00	42,25	3,02	34,93
31ª	16.12.1998	17.12.1998	a	18.01.1999	29,00	36,00	2,16	29,21
32ª	18.01.1999	19.01.1999	a	04.03.1999	25,00	41,00	3,98	37,34
33ª	v.r. 04.03.1999	05.03.1999	a	24.03.1999	45,00		2,08	44,95
	viés	25.03.1999	a	05.04.1999	42,00		0,84	41,96
	viés	06.04.1999	a	14.04.1999	39,50		0,93	39,42
34ª	v.r. 14.04.1999	15.04.1999	a	28.04.1999	34,00		1,05	33,92
	viés	29.04.1999	a	07.05.1999	32,00		0,77	31,91
	viés	10.05.1999	a	12.05.1999	29,50		0,31	29,53
	viés	13.05.1999	a	19.05.1999	27,00		0,47	26,96
35ª	v.r. 19.05.1999	20.05.1999	a	08.06.1999	23,50		1,09	23,36
	viés	09.06.1999	a	23.06.1999	22,00		0,87	21,92
36ª	v.r. 23.06.1999	24.06.1999	a	28.07.1999	21,00		1,90	20,88
37ª	28.07.1999	29.07.1999	a	01.09.1999	19,50		1,78	19,51
38ª	01.09.1999	02.09.1999	a	22.09.1999	19,50		1,00	19,52
39ª	22.09.1999	23.09.1999	a	06.10.1999	19,00		0,69	19,01

40 ^a	v.r.	06.10.1999	07.10.1999	a	10.11.1999	19,00	1,59	18,87
41 ^a		10.11.1999	11.11.1999	a	15.12.1999	19,00	1,67	18,99
42 ^a		15.12.1999	16.12.1999	a	19.01.2000	19,00	1,74	19,00
43 ^a		19.01.2000	20.01.2000	a	16.02.2000	19,00	1,45	18,87
44 ^a		16.02.2000	17.02.2000	a	22.03.2000	19,00	1,59	18,88
45 ^a	v.r.	22.03.2000	23.03.2000	a	28.03.2000	19,00	0,28	18,94
	viés		29.03.2000	a	19.04.2000	18,50	1,09	18,60
46 ^a		19.04.2000	20.04.2000	a	24.05.2000	18,50	1,57	18,55
47 ^a		24.05.2000	25.05.2000	a	20.06.2000	18,50	1,28	18,39
48 ^a	v.r.	20.06.2000	21.06.2000	a	07.07.2000	17,50	0,76	17,34
	viés		10.07.2000	a	19.07.2000	17,00	0,50	16,96
49 ^a		19.07.2000	20.07.2000	a	23.08.2000	16,50	1,53	16,51
50 ^a		23.08.2000	24.08.2000	a	20.09.2000	16,50	1,16	16,54
51 ^a		20.09.2000	21.09.2000	a	18.10.2000	16,50	1,16	16,60
52 ^a		18.10.2000	19.10.2000	a	22.11.2000	16,50	1,41	16,56
53 ^a		22.11.2000	23.11.2000	a	20.12.2000	16,50	1,21	16,38
54 ^a		20.12.2000	21.12.2000	a	17.01.2001	15,75	1,05	15,76
55 ^a		17.01.2001	18.01.2001	a	14.02.2001	15,25	1,13	15,19
56 ^a		14.02.2001	15.02.2001	a	21.03.2001	15,25	1,30	15,20
57 ^a		21.03.2001	22.03.2001	a	18.04.2001	15,75	1,11	15,84
58 ^a		18.04.2001	19.04.2001	a	23.05.2001	16,25	1,45	16,29
59 ^a		23.05.2001	24.05.2001	a	20.06.2001	16,75	1,17	16,76
60 ^a	v.r.	20.06.2001	21.06.2001	a	18.07.2001	18,25	1,34	18,31
61 ^a		18.07.2001	19.07.2001	a	22.08.2001	19,00	1,74	18,96
62 ^a		22.08.2001	23.08.2001	a	19.09.2001	19,00	1,32	19,04
63 ^a		19.09.2001	20.09.2001	a	17.10.2001	19,00	1,32	19,07
64 ^a		17.10.2001	18.10.2001	a	21.11.2001	19,00	1,60	19,05
65 ^a		21.11.2001	22.11.2001	a	19.12.2001	19,00	1,39	19,05
66 ^a		19.12.2001	20.12.2001	a	23.01.2002	19,00	1,60	19,05
67 ^a		23.01.2002	24.01.2002	a	20.02.2002	19,00	1,25	19,05
68 ^a		20.02.2002	21.02.2002	a	20.03.2002	18,75	1,38	18,80
69 ^a		20.03.2002	21.03.2002	A	17.04.2002	18,50	1,28	18,45
70 ^a		17.04.2002	18.04.2002	A	22.05.2002	18,50	1,62	18,35
71 ^a		22.05.2002	23.05.2002	A	19.06.2002	18,50	1,26	18,06
72 ^a	v.r.	19.06.2002	20.06.2002	A	17.07.2002	18,50	1,35	18,40
73 ^a		17.07.2002	18.07.2002	A	21.08.2002	18,00	1,64	17,86
74 ^a	v.r.	21.08.2002	22.08.2002	A	18.09.2002	18,00	1,31	17,87
75 ^a		18.09.2002	19.09.2002	A	14.10.2002	18,00	1,18	17,90
76 ^a	ex.	14.10.2002	15.10.2002	A	23.10.2002	21,00	0,53	20,90
77 ^a		23.10.2002	24.10.2002	A	20.11.2002	21,00	1,52	20,90
78 ^a		20.11.2002	21.11.2002	A	18.12.2002	22,00		

Fonte: BACEN.

Notas: (1) No período de 1/7/96 a 4/3/99, o COPOM fixava a TBC e, a partir de 5/3/99, com a extinção desta, passou a divulgar a meta para a Taxa SELIC para fins de política monetária.

(2) A TBAN foi criada em 28/8/96 e extinta em 4/3/99.

(3) Taxa de juros acumulada no período.

(4) Taxa média diária de juros, anualizada com base em 252 dias úteis.

(5) As taxas de juros fixadas na 17ª reunião não entraram em vigor.

(6) A partir de 2/01/98, as taxas de juros passaram a ser fixadas na expressão anual.

Convenção: ex. - Reunião Extraordinária

v.r. - Reunião em que a meta para a Taxa SELIC foi fixada com viés de redução.

v.e. - Reunião em que a meta para a Taxa SELIC foi fixada com viés de elevação.

viés - Utilização da faculdade para alterar a meta para a Taxa SELIC entre reuniões do COPOM.

BIBLIOGRAFIA

- ABIT/SINDITÊXTIL. Revista Têxtil. Diversos números, 1998.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO. São Paulo: IEMI, nov. 1995.
- ATEM, Suely M. Indústria têxtil: estrutura de mercado, inovação tecnológica e estratégia empresarial. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontifícia Universidade Católica, 1989.
- BANCO DO NORDESTE. O segmento de malharia da indústria têxtil nordestina – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Fortaleza, 1999.
- BANCO DO NORDESTE. Competitividade da indústria têxtil no Nordeste – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Fortaleza, 1997.
- BANCO DO NORDESTE – BNB – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO CEARÁ – SEBRAE/CE. Qualidade e Produtividade na Indústria Nordestina. BNB/ETENE, Fortaleza-CE, 1997.
- BNB/SEPLAN/SUDENE: Oportunidade de Investimentos no Nordeste: “Indústria Têxtil”. In Fortaleza: BNB, 1976.
- BNDES: Indicadores de Competitividade Internacional da Indústria Brasileira (1970/90). Rio de Janeiro, PNDU/BNDES, 1992.
- BNDES. Têxtil e Confecções, Relato Setorial/AO2. Rio de Janeiro, out. 1994.
- BNDES. Fibras Artificiais e Sintéticas, Relato Setorial/AO2. Rio de Janeiro, jun. 1995.
- BNDES. Algodão – principal matéria-prima têxtil. Rio de Janeiro, 1996.
- BNDES. Algodão: crise e retomada, Informe Setorial, 11/AO1. Rio de Janeiro, out. 1997.
- BONELLI, R., Produtividade, Crescimento Industrial e Exportações de Manufaturados no Brasil: Desempenho e Competitividade, Texto para Discussão nº 327, Brasília: IPEA, 1994.
- BRANSKI, R. M.: Exportações Brasileiras de Têxteis e Vestuário: desempenho e perspectivas. Desenvolvimento Tecnológico da Indústria e a Constituição de um Sistema Nacional de Inovação no Brasil. Campinas: IPT/FECAMP, 1990.
- CNI, Competitividade Industrial: uma estratégia para o Brasil. Rio de Janeiro, 1998.
- COUTINHO, L e FERRAZ, J. C. (coord): Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas-SP: Papyrus; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

- DINIZ, C. Campolina: Competitividade Industrial e Desenvolvimento Regional do Brasil. Nota Técnica sobre Desenvolvimento Regional. Campinas, IE/UNICAMP, 1993.
- FAJNZYLBBER, F.: Competitividade Internacional: evolucion y lecciones”. Santiago: Revista de la CEPAL n° 36, 1988.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ – FIEC. Levantamento Mensal de Variáveis Econômicas da Indústria Cearense entre 1992 à 1997, FIEC/CNI, Fortaleza-Ce.
- FERRAZ, J. C. & CAMPOS: O Impacto de Novas tecnologias sobre a Qualificação da Mão-de-obra do Brasil: elementos para a compreensão da questão, Texto para discussão Rio de Janeiro: IE/UFRJ, n° 250, 1990.
- FERRAZ, J. C et al. Made In Brazil: Desafios Competitivos para a Indústria, Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- FREIRE, Fátima de Souza. A influência da globalização econômica e a dinâmica das vantagens comparativas no setor têxtil internacional e brasileiro. Toulouse, 1998. Dissertação (Doutorado em Economia) – Université Des Sciences Sociales Toulouse, 1998.
- GORINI, Ana Paula F., SIQUEIRA, Sandra Helena G. “O segmento de fiação no Brasil”. Setorial, Rio de Janeiro, n. 6, p. 133-154, set. 1997a.
- GORINI, Ana Paula F., SIQUEIRA, Sandra Helena G. “O Complexo Têxtil Brasileiro”. Setorial, Rio de Janeiro, p. 133-156, nov. 1997b.
- GORINI, Ana Paula F., SIQUEIRA, Sandra Helena G. “Tecelagem e Malharia”. Setorial, Rio de Janeiro, n. 7, p. 29-56, mar. 1998.
- HAGUENAUER, Lia.: Competitividade: conceitos e medidas. Uma Resenha de Bibliografia Recente com ênfase no Caso Brasileiro, Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, Texto para discussão, n° 211, 1989.
- HAGUENAUER, Lia.: A indústria têxtil. Campinas, 1990. (Mimeogr.).
- IBGE. Censo cadastro-1997. Rio de Janeiro, 1997.
- IEMI, vários números. Evolução conjuntural da indústria do vestuário, mar. 1997.
- IEMI, vários números. A indústria têxtil brasileira nos anos 90, jan. 1998.
- IEMI. O Setor Têxtil Brasileiro em Análise: perfil, dimensões e tendências, 1999a. (Mimeogr.)
- IEMI, <http://www.iemi.com.br/2000>.

- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IEDI: Modernização Competitiva, Democracia e Justiça Social, São Paulo: (Mimeogr), 1992.
- INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL - IEMI. O setor têxtil brasileiro em análise: perfil, dimensões e tendências. (Mimeogr.), 1999b.
- IPT: Setor Têxtil: organização industrial e tecnologia, São Paulo: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, 1988.
- KUPFER, David.: Padrões de Concorrência e Competitividade, Texto para discussão, Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, nº 265, 1991.
- LAFAY, G.: “Avançage Comparatif et Competitivité, Economie prospective internationale”, nº 29, Revue du CEPII, Paris, la documentation française, Paris, 1987.
- MARIANO, Márcia: “Brasil quer aumentar participação no mercado mundial de têxteis”. Textília: Têxteis Interamericanos, São Paulo, n. 30, p.4-7, 1998.
- MELO, R. L.: Industrialização e Integração Econômica do Nordeste: o caso da indústria têxtil. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1987.
- MELO, Maria Cristina Pereira de: O Bater dos Panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1940-1960), São Luís: Sioge, 1990.
- MELO, Maria Cristina Pereira de (organ.): Modernização Tecnológica e Competitividade Industrial. Fortaleza: UFC/CAEN, 1992.
- MELO, Maria Cristina Pereira de: Novo ciclo de investimento e inovação tecnológica no Nordeste – Setor Confecção. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1998.
- PEREIRA, Wladimir: Manual de introdução à economia, 1ª Edição. São Paulo: Ed. Saraiva, 1981.
- PINDYCK, Robert S. et RUBINFELD, Daniel L.: Microeconomia, São Paulo, Ed. Makron Books, 1994.
- POSSAS, Maria Sílvia & CARVALHO, Enéas G.: Competitividade Internacional: um enfoque teórico, Anais ANPEC, 1989.
- PRADO, Marcelo V.: “Uma visão econômica do Brasil e da sua industria têxtil”. Textília – Têxteis Interamericanos, São Paulo, nº 32, p. 10-18, abr.-jun. 1999.
- PRADO, Roberto: “Brasil: indústria têxtil nos anos noventa”. Textília: Têxteis Interamericanos, São Paulo, nº 28, p.5-30, 1998.

- PROCHNIK, V.: “Programas Regionais para a Modernização e Difusão de Tecnologia em Indústria Tradicionais”, Texto para discussão, Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, nº 199, 1989.
- ROSA, Antônio Lisboa et MELO, M. C.: A indústria têxtil cearense: um estudo sobre competitividade. Fortaleza: FIEC, 1994.
- ROSA, A. Lisboa T da, MELO, M. Cristina e Fontenele, Ana Maria: Competitividade da indústria nordestina: Uma Análise Sistêmica, UFC/FINEP, Fortaleza, 2000.
- INDÚSTRIA brasileira busca adaptação. Têxtilia: Têxteis Interamericanos, São Paulo, nº 22, p. 7-19, 1996.
- SETOR têxtil entre as prioridades do País. Têxtilia: Têxteis Interamericanos, São Paulo, nº 23, mar./abr./mai, 1997.
- SOARES, Paula M.: Abertura comercial: setor têxtil por um fio. FGV. São Paulo, Dissertação de Mestrado, 1994.
- SOUZA, Nali de Jesus de: Desenvolvimento Econômico, 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- STEIN, Stanley J.: Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil – 1850/1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SUDENE: Pesquisa sobre a Indústria Têxtil no Nordeste do Brasil, Recife: SUDENE, 1971.
- SUDENE: A Indústria Têxtil no Nordeste. Recife: SUDENE, 1978.
- SUDENE, BOLETIM CONJUNTURAL: Nordeste do Brasil. Recife, SUDENE, 1997.
- SUDENE, BOLETIM CONJUNTURAL: Nordeste do Brasil. SUDENE, 1999.
- VIANA, C.N.: A Indústria Têxtil de Algodão do Ceará (1881 - 1973) - uma experiência de industrialização fora do Centro-Sul, Brasília: SENAI/UNB, Dissertação de Mestrado, 1992.
- VIANA, S. B. et al: A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989 – Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- VASCONCELLOS et al: Economia Brasileira Contemporânea. Ed. Atlas, 3ª Edição, São Paulo, 1999.

SITES CONSULTADOS

- [http:// www.abit.com.br/](http://www.abit.com.br/)
- [http:// www.bacen.gov.br/](http://www.bacen.gov.br/)
- [http:// www.banconordeste.gov.br/](http://www.banconordeste.gov.br/)
- [http:// www.bndes.org.br/](http://www.bndes.org.br/)
- [http:// www.cni.org.br/](http://www.cni.org.br/)
- [http:// www.funcex.com.br/](http://www.funcex.com.br/)
- [http:// www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)
- [http:// www.iedi.org.br/](http://www.iedi.org.br/)
- [http:// www.iemi.com.br/](http://www.iemi.com.br/)
- [http:// www.inep.gov.br/](http://www.inep.gov.br/)
- [http:// www.ipea.gov.br/](http://www.ipea.gov.br/)
- [http:// www.iplance.ce.gov.br/](http://www.iplance.ce.gov.br/)
- [http:// www.mdic.gov.br/](http://www.mdic.gov.br/)
- [http:// www.sinditextil.com.br/](http://www.sinditextil.com.br/)
- [http:// www.sidra.ibge.gov.br/](http://www.sidra.ibge.gov.br/)
- [http:// www.sudene.org.br/](http://www.sudene.org.br/)
- [http:// www.textilia.com.br/](http://www.textilia.com.br/)
- [http:// www.valoronline.com.br/](http://www.valoronline.com.br/)